

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES E ALTERNATIVAS**

TOLEDO - PR
2015

NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES E ALTERNATIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

TOLEDO - PR
2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

O48d Oliveira, Nilton Marques de
Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins :
implicações e alternativas / Nilton Marques de Oliveira. – Toledo,
PR : [s. n.], 2015.
224 f. [34] : il. (algumas color.), figs., tabs., quadros.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer
Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo.
Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia regional - Tocantins (Estado) 2. Planejamento
regional - Tocantins (Estado) 3. Crescimento econômico regional 4.
Tocantins (Estado) - Condições econômicas 4. Desenvolvimento
econômico 5. Território I. Piffer, Moacir, orient. II. T.

CDD 20. ed. 338.98117

NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES E ALTERNATIVAS**

COMISSÃO EXAMINADORA

Moacir Piffer (orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Alex Pizzio da Silva
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Waldecy Rodrigues
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Amarildo Jorge da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Toledo, 12 de novembro de 2015.

*Aos meus pais, Abelardo Marques de Silva (in memoriam) e
Aparecida Rosa de Oliveira (in memoriam),
e aos meus queridos tios, Benedicto Honório de Oliveira e Lúcia Rosa de Oliveira*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e ao meu Anjo da Guarda, que me protegeram neste processo de conhecimento, estudos e congressos. Ao meu orientador, Professor Moacir Piffer, pelas longas conversas na sala do doutorado, pela sua perspicácia e pela sua experiência, e por ter acreditado neste desafio de construir uma Tese de doutorado. Agradeço também ao professor Jandir Ferrera de Lima pela sabedoria, sensatez e pelos conselhos que recebi durante o curso. Agradeço aos professores Waldecy Rodrigues, Alex Pizzio da Silva e Amarildo Jorge da Silva pela participação na banca de defesa, bem como pelas sugestões apontadas nesta pesquisa.

À Universidade Federal do Tocantins – UFT, pela liberação para qualificação. Ao colegiado do Curso de Economia pelos anos de convivência, em nome do nosso Coordenador Marcos Dozza, cumprimento: Ana Lucia de Medeiros, Waldecy, Mônica, Yolanda, Gisele, Célio, Higinio, Alivinio, Claudomiro, Marcleiton, Elvio, Andres, Cifuentes, Francisco Esteves, Fernando Jorge, Adriano Firmino, Adriano Nascimento, Jean e aos novos professores que seja todos bem-vindos ao nosso colegiado.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo na modalidade prodoutoral, e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da UFT pelos tramites do processo de afastamento.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, em nome do coordenador Professor Weimar Freire da Rocha, cumprimento os professores: Pery Shikida, Miriam, Rippel, Jefferson, Piacenti, Zelimar, Carla Schmidt. Agradeço a participação do Professor Silvio Antonio Colognese pelas contribuições na Banca de Qualificação.

Agradeço à Assistente do Programa Clarice Theobald Stahl e seu auxiliar João pela presteza e apoio nessa caminhada.

Aos amigos da Turma de 2012, que partilhamos ótimos momentos em congressos e bate papo nos corredores do programa e na sala do doutorado, em nome da Bárbara, Daliane, Isabela, Camili, Paulo, Valdir, e meu parceiro de artigo Udo Strassburg. Agradeço ao Paulo Eberhardt e Jonas, Tatiane Del Bianco, pelo apoio na confecção de mapas e tabelas.

Aos amigos que fiz em Toledo, Kátia, Rosangela Pontili, Leandro Crestani, que foram grandes parceiros nas horas difíceis.

Aos momentos de descontração e almoço na Pensão da Dona Líria, em nome de Vagner, Carol, Rafael, Edison, Rejane, Jonatan (alemão).

Ao Professor Fernando e Ana Lefèvre nas orientações da elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo.

E, por fim a minha grande Família, tão distante, mas perto do coração, em nome da Minha querida Tia Lidia, Tido Dito, meus irmãos Neuza, Neide, Nilson, Neuzeth, Neiva, Nelci, Núbia, Nedson, meu profundo agradecimento.

*Nada acontece por acidente.
Cada acontecimento isolado é parte do que precisa acontecer agora.*
David Bohm

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. 259f. Tese (doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/*Campus* de Toledo, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a transição do antigo norte de Goiás para criação do território Estado do Tocantins e a sua conjuntura do desenvolvimento regional entre 1990 e 2010. Partiu-se do aporte teórico de Raffestin sobre o conceito de desenvolvimento territorial. Na primeira parte recuperam-se alguns elementos históricos da antiga região norte de Goiás, mormente sobre as condições precárias dos indicadores sociais e econômicos, buscando captar no tempo e no espaço a criação do Estado do Tocantins e sua inserção na economia regional e nacional. Na segunda parte, tratou-se da problemática do desenvolvimento regional o aporte teórico partiu das concepções de Douglass North e complementando a discussão sobre econômica regional, foram trazidos autores como Christaller, Myrdal, Perroux e Hirschman. A metodologia aplicada foi a análise de observação e percepção. Na parte quantitativa, o instrumental utilizado foi a estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) e o método de análise regional. Permeados por dados secundários do Ipeadata, RAIS, IBGE e PNUD. Na parte qualitativa, utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por meio de questionários e entrevista dos atores-chaves. Na estimativa do IDR, chegou-se a um resultado que permite ordenar os municípios conforme o grau de dinamicidade. Conclui-se que em todos os períodos analisados, há grandes desigualdades sociais e econômicas entre os municípios do Tocantins. No entanto, vem reduzindo moderadamente a quantidade de municípios de base econômica retardatários. Constatou-se que o grande empregador está vinculado ao poder público estadual e municipal. Todavia, a economia do território Tocantins tem aumentando sua participação na geração de emprego nos setores do comércio, do serviço, da indústria de transformação, da construção civil e do ramo de atividade da agropecuária. Estimando o multiplicador de emprego para o Estado do Tocantins, passou de 4,76 em 2000, para 5,11, em 2010, ou seja, o estado vem aumento sua capacidade de gerar emprego no setor básico para o setor não básico da economia do Tocantins. Constatou-se, também, que a rodovia Belém-Brasília (BR-153) se constitui num corredor de desenvolvimento regional. Contudo há grandes disparidades e desigualdades entre os municípios do Tocantins, onde 117 estão abaixo da base de polo de manutenção, dos 22 municípios, 19 têm base de polo de manutenção, de especialização, e apenas 3 (Palmas, Araguaína e Gurupi) apresenta polo de base de diversificação, ou seja, possui mais base de diversificação e difusão.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Economia do Tocantins; Matriz Institucional ; Base Econômica; Território.

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Regional development of territory in the State of Tocantins: implications and alternatives.** 2015. 259f. Thesis (PhD in Regional Development and Agribusiness) Universidade Estadual do Oeste do Paraná (State University of Western Paraná State) – Unioeste/*Campus* of Toledo, 2015, Brazil.

ABSTRACT

This research analyzed the transition from the old northern Goiás State, Brazil, to the creation of the Tocantins State territory and its regional development context from 1990 to 2010. This study is based on the theoretical support of Raffestin on the concept of territorial development. In the first part, some historical elements of the old northern Goiás about the precarious situation of social and economic indicators are recovered, seeking to capture in time and space the creation of the Tocantins State and its integration into the regional and national economy. The second part addresses the regional development issues with the theoretical basis on Douglass North conceptions and completion of the discussion on regional economy using the authors as Christaller, Myrdal, Perroux and Hirschman. Analysis of observation and perception were used as methodology. The estimate of the Regional Development Index (RDI) and the method of regional analysis were used for the quantitative part, permeated by the side data of Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Applied Economic Research Institute), *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) (Annual List of social Information), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brazilian Institute of Geography and Statistics), and United Nations Development Programme (UNDP). The technique of the *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC) (Collective Subject Discourse) was used for qualitative part through questionnaires and interviews with key stakeholders. Estimating the Index of Regional Development (IRD), the result allows us to organize the municipalities according to their degree of dynamism. It is concluded in all analyzed periods that there are great social and economic inequalities among the one hundred thirty-nine municipalities of Tocantins State. However, the amount of stragglers economic base of municipalities is coming moderately reducing. It was found that the major employer is linked to state and local government. Nonetheless, the economy of Tocantins territory has increased its share in employment generation in the sectors of trade, services, manufacturing, construction, and agricultural branch of activity. The employment multiplier for the State of Tocantins increased from 4,76 in 2000 to 5,11 in 2010, i.e., the State has increased its capacity to generate employment in the primary sector to the non-basic sector of the economy. It was found also that the Belém-Brasília highway (BR-153) constitutes a regional development corridor. Nevertheless, there are great disparities and inequalities among the municipalities of Tocantins, considering one hundred and seventeen municipalities below the base maintenance polo; nineteen municipalities have base maintenance polo of specialization, and only three municipalities (Palmas, Gurupi, and Araguaína) present diversification base pole, i.e., they have more diversification and diffusion base.

Keywords: Regional Development; Economy of Tocantins; Institutional Matrix; Economic Base; Territory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa.....	62
Tabela 2 – Relação dos Municípios do Estado do Tocantins	68
Tabela 3 – Número de Municípios do Tocantins, por tamanho populacional – entre 1991 e 2010	117
Tabela 4 – Criação de novos Municípios no Tocantins, por microrregiões – entre 1991-2000	119
Tabela 5 – Evolução das variáveis sociais e econômicas do Estado do Tocantins, entre 1990 e 2010	121
Tabela 6 – Evolução do emprego formal por setores de atividades do Tocantins, entre 2000 e 2010	125
Tabela 7 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Social – 1990, 2000 e 2010	129
Tabela 8 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Econômico – 1990, 2000 e 2010	134
Tabela 9 – Distribuição dos municípios segundo o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)– 1990, 2000 e 2010.....	142
Tabela 10 - Distribuição percentual dos ramos de atividades de emprego dos 22 municípios selecionados do Tocantins: 2000 e 2010	156
Tabela 11 – Quociente locacional dos 22 municípios do Tocantins: 2000 e 2010	157
Tabela 12 – Multiplicador de emprego dos 22 municípios selecionados e do Estado do Tocantins: 2000 e 2010	161
Tabela 13 – Coeficiente de associação geográfica dos municípios do Estado do Tocantins: 2000 e 2010	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis sociais e econômicas utilizadas para estimar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) com os respectivos pesos.....	65
Quadro 2 – Índices e variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)	70
Quadro 3– Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)	71
Quadro 4 – Descrição das variáveis sociais, fontes de dados de ponderação	73
Quadro 5 – Descrição das variáveis econômicas, fontes de dados de ponderação	74
Quadro 6 – Medidas de localização e multiplicador do Emprego.....	78
Quadro 7 – Descrição dos atores políticos, econômicos e sociais das organizações e instituições entrevistadas	85
Quadro 8 – Fator de influência dos municípios polos de base econômica sobre os municípios intermediários em 2010	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Estado do Tocantins	19
Figura 2 – Traçado da Rodovia Belém-Brasília (BR-153) corredor de acesso aos bens e serviços	21
Figura 3 – Conceitos e autores utilizados por Raffestin	34
Figura 4 – A problemática do desenvolvimento Regional no território do Tocantins	38
Figura 5 – Centralidade dos bens e serviços e hierarquia dos lugares	43
Figura 6 – Princípios das causas cumulativas	45
Figura 7 – Fatores que condicionam a capacidade de uma região se desenvolver a partir de uma base econômica.....	54
Figura 8 – Representação da localização dos Municípios do Estado do Tocantins	67
Figura 9 – Os Vinte e dois municípios que apresentaram maiores números de empregos formais no Tocantins em 2010	76
Figura 10 – Principais modais de transportes do território Estado do Tocantins – a BR-153, Rio Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul.....	98
Figura 11 – Distribuição do tamanho populacional dos municípios do território do Estado do Tocantins - 2010	118
Figura 12 – Construção da Distribuidora Petrobrás no pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul em Luzimangues, distrito de Porto Nacional - TO.....	124
Figura 13 – Distribuição do Indicador Social no território do Tocantins - 1990	128
Figura 14 – Distribuição do Indicador Social no território do Tocantins - 2000	131
Figura 15 – Distribuição do Indicador Social no território do Tocantins - 2010	132
Figura 16 – Distribuição dos municípios do Indicador Social no Tocantins – 2010, conforme sua classificação – municípios pólos, intermediários e retardatários...	133
Figura 17 – Distribuição do Indicador Econômico no território do Tocantins - 1990.....	135
Figura 18 – Distribuição do Indicador Econômico no território do Tocantins - 2000.....	136
Figura 19 – Distribuição do Indicador Econômico no território do Tocantins - 2010.....	137
Figura 20 – Distribuição dos municípios do Indicador Econômico do Tocantins – 2010 conforme sua classificação – municípios pólos de base econômica, intermediários e retardatários	139
Figura 21 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins - 1990.....	141
Figura 22 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins - 2000.....	143
Figura 23 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins - 2010.....	146
Figura 24 – Distribuição dos municípios do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) – 2010, conforme sua classificação – municípios pólos de base econômica, intermediários e retardatários	147

Figura 25 – Quociente Locacional dos ramos de atividades dos 22 municípios selecionados do território Estado do Tocantins	158
Figura 25 A – Quociente Locacional dos ramos de atividades dos 22 municípios selecionados do território Estado do Tocantins	159
Figura 26 – Percepção dos atores sobre o processo de divisão territorial do antigo norte goiano	165
Figura 24 – Percepção dos atores sobre o processo de divisão territorial do antigo norte goiano	169
Figura 27 – Participação no envolvimento dos políticos e da população na emancipação do norte de Goiás	171
Figura 28 – Percepção dos atores-chaves sobre o desenvolvimento regional no Tocantins após 1989	175
Figura 29 – Ferrovia Norte-Sul na divisa entre o município de Estreito - MA com o município de Aquiarnópolis-TO	178
Figura 30 – Ponte de madeira, estrada de chão entre o município de Paranã e Arraias	181
Figura 31 – Perspectivas futuras para o território do Estado do Tocantins na opinião dos atores-chaves	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIARA - Associação Comercial e Industrial de Araguaína
ACIP - Associação Comercial e Industrial de Gurupi
ACIPA - Associação Comercial e Industrial de Palmas
ANC - Assembleia Nacional Constituinte
ASA - Agroindustrial de Alimentos
ATM - Associação Tocantinense dos Municípios
BASA - Banco da Amazônia Sociedade Anônima
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAG – Coeficiente de Associação Geográfica
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CENOG - Casa do Estudante do Norte Goiano
COAPA - Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso
COBRAPE - Companhia Brasileira de Agropecuária
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONORTE - Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás
COOPERFRIGU - Cooperativa dos produtores de Carnes e Derivados
CPT - Comissão Pastoral da Terra no Tocantins
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DSC - Discurso do Sujeito Coletivo
FETAET - Federação dos Trabalhadores na agricultura do Tocantins
FIETO - Federação da Indústria do Tocantins
FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia
FNS – Ferrovia Norte-Sul
FPM - Fundo de Participação Municipal
FRIGUAÇU - Frigorífico Araguaçu
FRIMAR - Frigorífico Araguaína
HDI - Human Development Index
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDR - Índice de Desenvolvimento Regional

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IE - Indicador Econômico

IFTO - Instituto Federal do Tocantins

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IS - Indicador Social

JICA - Agência Japonesa de Cooperação Internacional

MATOPIBA – Região de interface entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MEI - Microempreendedor Individual

MWH – Megawatt-Hora

OEFC - *Overseas Economic Cooperation Found*

PAC - Programa Aceleração do Crescimento

PBF - Programa Bolsa Família

PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDC- GO - Partido Democrata Cristão de Goiás

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Plano de Integração Nacional

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia

PERGEB - Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PUC – GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

QL - Quociente Locacional

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE – TO – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SEFAZ-TO - Secretaria de Fazenda do Tocantins

SEPLAN-TO - Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins

SPVA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCE –TO - Tribunal de Conta do Estado do Tocantins

TOBASA - Tocantínia Óleo de Babaçu Sociedade Anônima

UDR - União Democrática Ruralista

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UHE - Usinas Hidrelétricas

ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

UNITINS - Universidade do Estado do Tocantins

USP - Universidade de São Paulo

ZPE - Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.2 OBJETIVOS	23
1.2.1 Objetivo Geral	23
1.2.2 Objetivos Específicos.....	23
1.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	23
2 DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL: DIFERENTES ABORDAGENS	26
3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIA E PROBLEMÁTICA EM SUA DEFINIÇÃO	36
3.1 POLARIZAÇÃO E CENTRALIDADE	40
3.1.1 Teoria dos Lugares Centrais	41
3.1.2 Teoria da Causação Circular e Efeito de Encadeamento	44
3.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E/OU LOCAL.....	47
3.2.1 A Teoria da Base de Econômica: Ambiente Institucional e Governança.....	51
3.2.2 Ambiente Organizacional	56
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA	60
4.2 MÉTODO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IDR)	64
4.2.1 Estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).....	69
4.3 FONTE DE DADOS E VARIÁVEIS SELECIONADAS	72
4.4 ANÁLISE REGIONAL: MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO	75
4.5 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS.....	79
4.5.1 Etapas para Realização do DSC	80
4.5.2 Processamento de Dados.....	82
4.6 PROCEDIMENTOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS: QUANTI E QUALIFICAÇÃO	83
4.6.1 Procedimentos do tratamento do DSC	85
4.7 ORGANOGRAMA ILUSTRATIVO DA TESE	87
5 TRANSIÇÃO DO TERRITÓRIO NORTE DE GOIÁS AO TERRITÓRIO ESTADO DO TOCANTINS	88
5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CICLO DE MINERAÇÃO NO NORTE DE GOIÁS.....	89
5.2 INÍCIO DO MOVIMENTO SEPARATISTA ENTRE O NORTE E O SUL DE GOIÁS	91

5.3 RETERRITORIALIZAÇÃO E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE GOIÁS	94
5.3.1 Rodovia Belém-Brasília: a Reterritorialização do Norte de Goiás	95
5.3.2 Incentivos Fiscais do Governo Federal e a Expansão da Fronteira Agrícola no Antigo Norte de Goiás	100
5.4 O ATRASO SOCIAL NO NORTE DE GOIÁS E A CRIAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS	107
5.4.1 O Atraso Social no Norte de Goiás: Algumas Considerações sobre seus Indicadores Sociais	107
5.4.2 A Criação e Emancipação do Estado do Tocantins	110
6 A CONJUNTURA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2010	116
6.1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS	116
6.2 AS DESIGUALDADES MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2010	127
6.2.1 Caracterização dos Municípios Pólos de Base Econômica, Intermediários e Retardatários no Estado do Tocantins	140
6.3 PERFIL LOCACIONAL DOS RAMOS BÁSICOS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS NA GEOECONOMIA TOCANTINENSE	155
7 AS VOZES DO TOCANTINS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTEXTO E DESAFIOS	164
7.1 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO PRIMEIRO MOMENTO	164
7.2 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO DO PRIMEIRO MOMENTO – SEGUNDA QUESTÃO	170
7.3 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO SEGUNDO MOMENTO	174
7.4 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO TERCEIRO MOMENTO	186
8 CONCLUSÃO.....	191
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICE A – Tabela 1A; 1B; 1C	216
APÊNDICE B – Tabela 1B	217
APÊNDICE C – Tabela 1C.....	218
APÊNDICE D – Tabela 1D.....	219
APÊNDICE E – Tabela 1E	220
APÊNDICE F – Tabela 1F.....	221
APÊNDICE G – Tabela 1G	222
APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	223
APÊNDICE I – Roteiro da Entrevista Semiestruturada	224

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregado em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais.

O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região. As teorias de desenvolvimento regional estão próximas à posição da corrente institucionalista, foco desta pesquisa. As instituições são o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões (VEBLEN, 1988).

North (1990) reforça que os modelos institucionais tendem a autoreforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. É mais fácil aos indivíduos adaptarem-se às regras já existentes do que tentar modificá-las. Quando o desenvolvimento de uma região toma determinada direção, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória, ou seja, impulsionam esse desenvolvimento a mover-se numa mesma direção.

As instituições e as mudanças institucionais afetam a mudança na base produtiva de uma sociedade, ou seja, sua economia. Segundo North (1990), as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana, afetando, assim, a economia. Desse modo, as instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária.

Tendo com enfoque o desenvolvimento regional do Tocantins, numa vertente institucional, esta pesquisa aborda também o conceito de desenvolvimento territorial. Segundo Haesbaert (2009), o território surge como o espaço concreto, com seus atributos naturais e socialmente construídos, apropriado e ocupado por um grupo social. O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder; ele vai além da abordagem política, haja vista que congrega aspectos culturais dos múltiplos territórios, os quais incluem atores sociais, políticos e econômicos.

A ocupação do território é geradora de raízes e de identidade. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território e a identidade social e cultural das pessoas. O território não deixa de ser importante, não apenas por se espaço próprio do Estado, mas também de diferentes atores sociais, que manifestam seu poder sobre uma área específica, no

caso desta pesquisa, o Estado do Tocantins, essa manifestação de poder está ligada ao ambiente histórico e institucional (RAFFESTIN, 1993). Assim sendo, para apreender o processo de desenvolvimento regional do território do Tocantins, faz-se necessário retroceder no tempo histórico.

O processo de separação entre o sul e o norte de Goiás é antigo, data desde o período colonial, marcado pela luta política em defesa de um ideal de desenvolvimento. Todo esse esforço separatista acabou concretizando-se na Assembleia Constituinte de 1988, cujo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal criou o Estado do Tocantins, desmembrando do Estado de Goiás. O novo Estado passou a integrar a Região Norte, fazendo parte da Amazônia Legal¹.

A estratégia de planejamento e desenvolvimento regional poderá estimular o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos na região, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infraestrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá melhora da qualidade de vida de sua população e, conseqüentemente, da sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais. Toda essa estratégia de planejamento e desenvolvimento está tacitamente enraizada nas instituições (PARADA, 2003).

Segundo Oliveira (2009), analisando a história da divisão de Goiás da qual resultou na fundação do Tocantins, encontra-se uma diversidade que vai do interesse de grupos políticos do norte de Goiás não hegemônicos na política goiana aos grupos econômicos interessados em ocupar os espaços vazios da região e grupos separatistas históricos.

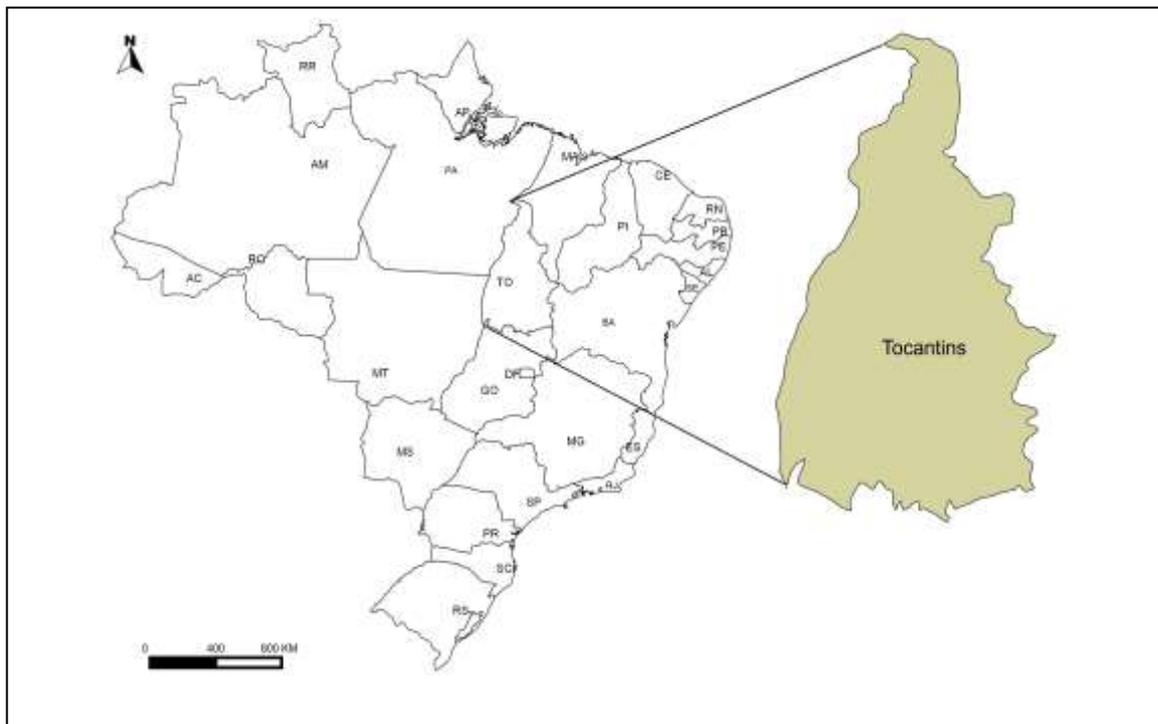
O Estado do Tocantins possui uma área de 277.620,9 Km², participa com 7% em relação à área da região Norte (3.869.637) e 3,3% do território nacional, sendo Palmas a capital do estado. Limita-se ao norte com os Estados do Maranhão e do Pará; ao sul com o Estado de Goiás; ao leste com os Estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia; e ao oeste com os Estados do Pará e do Mato Grosso. Em território tocantinense, as distâncias máximas são de 899,5 km na direção norte-sul, e entre os pontos extremos leste-oeste são 615,4 km. Subdivide-se o estado, em 139 municípios (IBGE, 2011).

¹ A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato-Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão). Apesar do Tocantins estar geograficamente na região Centro-Oeste, a capacidade de angariar recursos para o Estado se torna bem maior por ele estar inserido na Amazônia Legal (Assembleia Constituinte, 1988).

Criado em 05 de outubro de 1988, considerando as duas mesorregiões Ocidental e Oriental e as oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional, de acordo com a divisão do estado adotado pelo IBGE (2011).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), Tocantins possui uma população de 1.383,3 mil habitantes, o que representa 0,73% de população do país e 8,82% da população da região Norte. A densidade demográfica é de 4,98 hab/km², e composição demográfica é de 79% urbana e 31% rural. A Figura 1 representa a localização do estado no Brasil.

Figura 1 – Localização do Estado do Tocantins.



Fonte: Adaptado do IBGE pelo autor, 2010.

Poucas transformações socioeconômicas ocorreram na década de 1990, pois o Estado do Tocantins ainda estava consolidando os investimentos em infraestrutura básica, tanto na recém-inaugurada capital, Palmas, onde estão localizados os poderes executivo, judiciário e legislativo, quanto no restante do Estado. A cidade de Palmas é caracterizada pelo seu planejamento, foi criada quase na mesma forma de Brasília, com preservação de áreas ambientais, praças, hospitais e escolas. É, também, a última cidade do século XX completamente planejada, sendo a mais nova capital estadual do país (TEIXEIRA, 2009).

De fato, o crescimento econômico e a urbanização do Tocantins só vieram a acontecer a partir da primeira década do século XXI. A população do Estado teve um crescimento médio de 22,5%, no período de 2000 a 2010, e em relação ao Produto Interno Bruto foi o Estado que mais cresceu no acumulado entre 2002 e 2010, 74,2% em termos absolutos (IBGE 2012). Quanto à criação de emprego formal, em 2000, o Estado contava com 106.040, em 2013, esse número passou para 257.536, um crescimento de mais 142% (MTE, 2014).

O setor produtivo tem passado por um processo de expansão que poderá fazer com que assuma uma posição mais relevante no cenário nacional nos próximos anos. Tanto o Tocantins como a capital Palmas, que desde a sua criação, têm apresentado considerável crescimento econômico, como também, têm melhorado seus indicadores sociais e econômicos, com investimentos nas áreas de saúde, educação e nos setores primários, secundário e terciário.

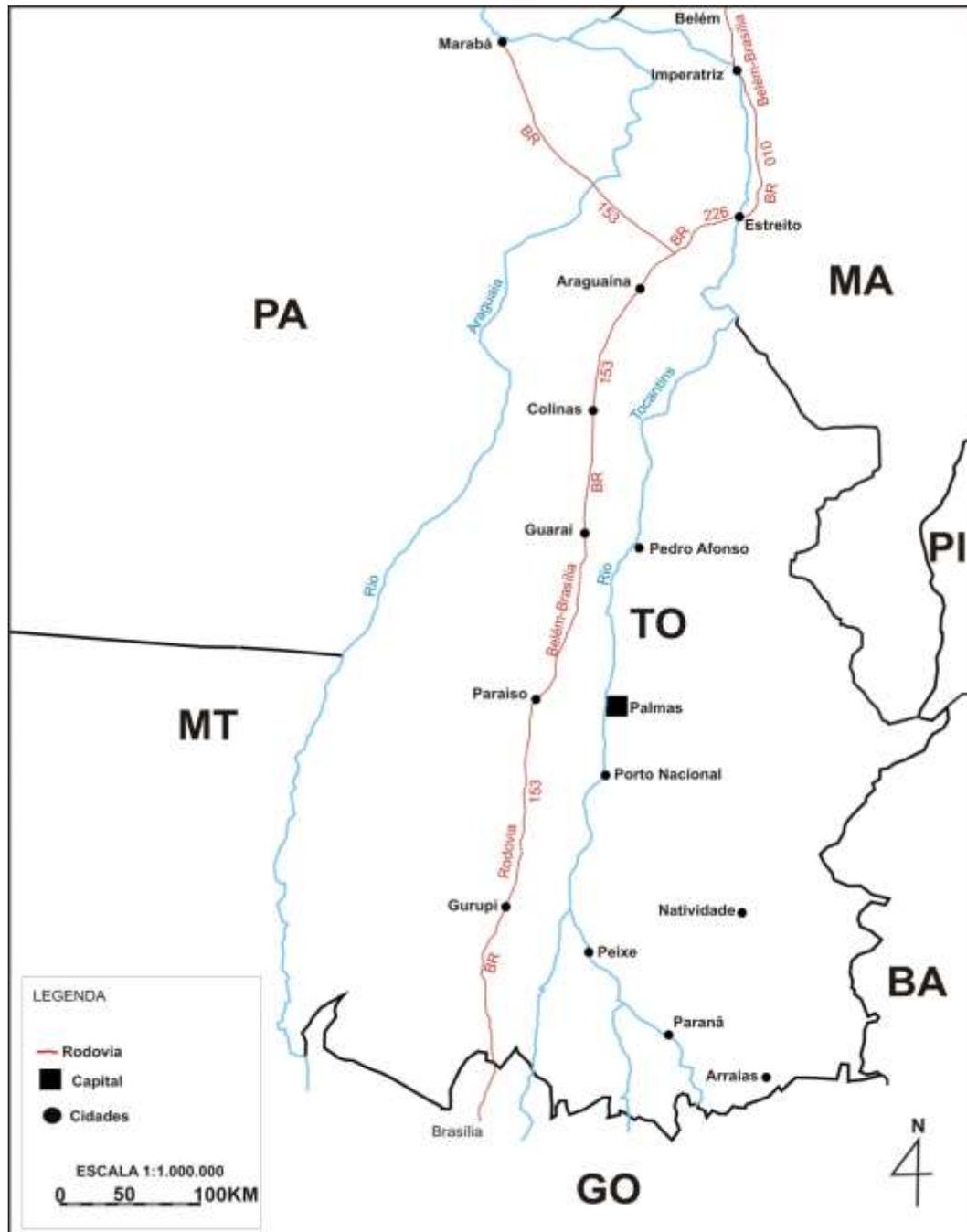
Exemplo disso são os investimentos na construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Usina Luís Eduardo Magalhães (902,5 MW). Há possibilidade também de investimentos para a viabilização da Hidrovia Tocantins, que permitirá o escoamento de 56 milhões de toneladas de grãos e de insumos, interligando as regiões Norte e Centro-Oeste (OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA; STRASSBURG, 2013).

Deve-se considerar que a divisão territorial que ocorreu no norte de Goiás é produto da ampliação espacial das atividades econômicas, esse novo território, Tocantins, que se formou e se expandiu sobre a forma do modo de produção capitalista de exploração, refletindo diretamente nos movimentos migratórios de capitais e de pessoas. Desde a sua criação em 1988, já existia uma elite regional que produzia bens e serviços conforme o interesse do núcleo capitalista, capitaneado pelo Estado de São Paulo, bem como pela demanda de *commodities*² pelo mercado global (OLIVEIRA, 2012).

As atividades econômicas no norte de Goiás tiveram maior impulso a partir das décadas de 1950 e 1960, com a construção de Brasília, e das grandes rodovias federais entre as quais a rodovia Belém-Brasília (BR-153) - Figura 2 - tendo assim, o início do avanço da fronteira agrícola, que alterou a estrutura socioeconômica, impondo novas relações com o Sudeste, integrando, assim o norte de Goiás ao centro hegemônico – São Paulo.

² Produto padronizado que não varia consideravelmente em termos de qualidade e de oferta abundante, mantendo suas características em qualquer local de produção, podendo ser comercializado em bolsa de valores com contrato futuro

Figura 2 – Traçado da Rodovia Belém-Brasília (BR-153) corredor de acesso aos bens e serviços



Fonte: IBGE (2010), adaptado pelo autor

As economias regionais fazem parte do processo capitalista brasileiro, de forma diferenciada em função de suas especificidades espaciais, temporais e institucionais, deve-se levar em conta, também, a realidade e singularidade que cada região apresenta. Esse processo de desenvolvimento regional tem inspirado diversos trabalhos, no campo econômico, social, história econômica, e mais recentemente, tem-se discutido muito a questão territorial e a formação de novos territórios, como observa Haesbaert (1997) com o processo de (des) (re) territorialização.

Nesse sentido, é importante que o governo local, as instituições e o setor produtivo passem a trabalhar em conjunto com o objetivo de criar e de recriar fatores locais dinamicamente competitivos, e que reduza as desigualdades entre os municípios do Tocantins.

Segundo Parente (2003), a região norte de Goiás é resultado histórico particular do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, bem como da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, que não é um espaço isolado e sim de parte integrante e interdependente da economia capitalista.

Tendo as implicações da transição do antigo norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins e a conjuntura do processo de desenvolvimento regional como objeto de pesquisa, algumas indagações surgem e são pertinentes: como se deu o processo histórico longitudinal da divisão do território do norte de Goiás? A criação de novos municípios foi viável economicamente? Ou foi uma forma de distribuir poder entre os políticos que apoiaram a criação e emancipação do território do Tocantins? Após 1988, como se encontra o processo de desenvolvimento regional no território do Tocantins? Existem desigualdades sociais e econômicas entre os municípios do Tocantins? Como superar a pobreza dos municípios retardatários de base econômica? Como capacitar os líderes locais, como melhorar a governança, gerar emprego e renda nesses municípios estagnados? Qual é o perfil dos ramos básicos de atividades produtivas que predominam no território do Tocantins?

Esta pesquisa se justifica pelas particularidades que território do Tocantins apresenta, como sua biodiversidade, sua cultura, seus habitantes indígenas e kalungas, e, sobretudo, pelo processo de desenvolvimento regional que essa região apresenta após sua emancipação, em 1988. Entender e compreender com está sendo conduzido esse processo constitui a motivação principal.

Portanto, pretende-se recuperar alguns elementos da transição da divisão territorial do norte de Goiás, tentar captar os efeitos e desdobramentos espaciais e do desenvolvimento regional; analisar os discursos dos atores sociais e políticos envolvidos no processo de separação do antigo norte goiano, fazendo uma análise do que se pretendeu, do que está sendo feito e do que pretende realizar no estado do Tocantins.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a transição do antigo norte de Goiás ao território do Tocantins e a conjuntura do desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins nos anos 1990, 2000 e 2010.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar e compreender o processo da divisão territorial do norte de Goiás (Tocantins);
- b) Mensurar e analisar as desigualdades dos municípios tocantinenses nas décadas de 1990, 2000 e 2010;
- c) Analisar o perfil locacional dos ramos básicos de atividades produtivas do território do Estado do Tocantins nas décadas de 2000 e 2010;
- d) Compreender as percepções dos atores-chaves (*Stakeholders*) relacionadas à divisão territorial do norte de Goiás e ao processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

1.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Alguns pressupostos são necessários para auxiliar e entender o processo de divisão e do desenvolvimento do território do Estado do Tocantins, a saber:

- a) A divisão do Estado de Goiás legitimou o projeto de autonomia territorial que ansiava mais do que as manifestações da sociedade, mas os interesses das elites locais em ampliar o espaço de poder, por meio do controle territorial;
- b) O Estado Brasileiro exerceu papel fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento nas novas áreas de expansão de fronteira agrícolas durante as décadas de 1960 e 1970, por meio de estímulos fiscais, financiamentos nos setores produtivos, investimentos em infraestrutura básica, como transportes, cita-se a Rodovia Belém-Brasília (BR-153), a BR-010 e BR-266 e armazenagem. No decorrer das décadas de 1990 e 2000, ação estatal ocorreu por meio de novos

investimentos como a Ferrovia, Hidrelétrica e suporte financeiro à instalação do estado do Tocantins;

- c) O novo ente federativo, o Tocantins, é fruto da expansão, reprodução e acumulação do capital no espaço e no tempo, devido a sua inserção no mercado nacional e internacional de alguns setores beneficiados pelos investimentos, como por exemplo, o agronegócio, capitaneado pelo núcleo central do capitalismo nacional, estado de São Paulo;
- d) O processo de construção de desenvolvimento regional no Tocantins não é homogêneo no tempo e no espaço; portanto, tem gerado desigualdades sociais e econômicas entre seus municípios;
- e) O perfil locacional dos ramos básicos de atividades produtivas e o adensamento de pessoal ocupado nas atividades de base tornam-se indispensável no processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

Isto posto, esta pesquisa apresenta a seguinte estrutura, além desta introdução, que contém o tema da pesquisa, a definição do problema e justificativa do estudo, bem como os objetivos e os pressupostos da pesquisa.

No segundo capítulo, foi feita uma revisão teórica sobre as diferentes abordagens sobre Territórios.

No terceiro, abordar-se a problemática do desenvolvimento regional e seus desdobramentos, como o desenvolvimento endógeno e o papel das instituições e organizações, e alguns elementos da economia regional.

No quarto, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Na primeira parte desse capítulo, o método quantitativo. Para identificar os municípios polos de base econômica, intermediários e retardatários empregou-se o “Índice de Desenvolvimento Regional – IDR”, proposto por Gualda (1995, 2003), que foi construído a partir da metodologia análoga apresentada por Sen (1990) para a construção do “Human Development Index - HDI³”.

Na segunda parte, serão analisados alguns indicadores da análise regional, essas medidas são úteis para o conhecimento dos padrões do crescimento econômico dos municípios do Tocantins. A variável utilizada no modelo de análise regional foi o emprego formal, esta se apresenta a menor possibilidade de enviesar os resultados. As medidas de localização selecionadas foram: Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Associação Geográfica e o Multiplicador de emprego.

³ Relatório sobre o desenvolvimento Humano. Nova York, PNDU/ONU, 1990.

Na sequência, apresenta-se método qualitativo: a proposta da técnica do “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC). O princípio básico, desta técnica, é analisar o material verbal coletado em depoimentos como sua matéria prima, extraindo as Ideias Centrais ou Ancoragens e suas Expressões Chave, compondo-se de vários discursos-síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo. Essa técnica tem como base a Teoria da Representação Social de Moscovici (2009), que adota uma perspectiva comunicativa na apreensão do conhecimento cotidiano mobilizado pelas pessoas em suas interações sociais.

No capítulo 5, serão apresentados parte dos resultados da Tese, com o objetivo de analisar a conjuntura de transição do território do norte de Goiás até a criação do território do Estado do Tocantins.

No capítulo 6, faz-se uma análise da conjuntura do desenvolvimento regional do Tocantins entre 1990 e 2010. Para essa análise foi estimado o Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) a partir a elaboração dos indicadores sociais e econômicos, complementando esta discussão foi estimado o Quociente Locacional (QL) Coeficiente de Associação Geográfica e o Multiplicador de emprego.

No capítulo 7, serão discutidas as percepções dos atores-chaves envolvidos com o processo de divisão territorial do estado de Goiás (Tocantins) frente ao desenvolvimento regional; e, por último, apresentam-se as conclusões.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DIFERENTES ABORDAGENS

O objetivo desta seção é expor o que alguns autores escreveram sobre território. Dada a complexidade de análise sobre a definição de território; no entanto, cabe ressaltar que será dada maior ênfase aos autores que discutem o território como forma de poder, pertencimento, forma simbólica, conflitos, processo de acumulação de capital. As referências de literaturas são parciais e não tem intensão de esgotar o assunto. Pelo contrário, essa revisão auxilia esta pesquisa quando se trata da questão do território do Tocantins.

Os autores aqui tratados seguem uma linha transdisciplinar, ou seja, diferentes áreas de conhecimento (economia, sociologia, geografia, entre outros), com o propósito de estabelecer o diálogo necessário para apreender como se deu a divisão territorial no norte de Goiás (Tocantins), criado por ocasião da Constituição de 1988, exemplificando um processo de territorialidade ocorrido no Brasil, ou dito de outra forma, como se estabeleceu a criação do Estado do Tocantins e suas implicações.

Originalmente, o conceito de território teve como objeto de estudos as áreas da Biologia, Botânica e Zoologia. Assim sendo, mesmo no contexto do reino vegetal ou animal, não há território sem Poder; o território pertence ao mais fortes que se impõem aos mais fracos. Nas ciências sociais, a discussão sobre território vem sendo muito estudada, desde o século XIX, por Ratzel (1990), muito preocupado com a função do Estado no controle do Território. Daí a concepção do Estado como organismo vivo, dotado de vida própria e que se move de acordo com as necessidades biológicas, dentre elas a da sobrevivência e a expansão (ANDRADE, 1995; BARBOSA, 1998; COSTA, 1989).

Ratzel (1990) defendia a ideia de território como “espaço vital”⁴ para o desenvolvimento das civilizações, com um olhar “naturalizado” de território. Conforme já dizia Ratzel (1990, p. 73-74):

Mesmo que a ciência política tenha ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. [...]. Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e a solidez do Estado.

Para construção da definição de território, é necessário recorrer à origem etimológica do termo, que deriva do latim *terra* e *torium*, com significado de terra pertencente a alguém. No entanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação.

⁴ Sobre “espaço vital”, ver Ratzel (1990).

Vinculando ao conceito da Geografia política, o conceito de território pode assumir uma dimensão afetiva, segundo a renda, a raça, a religião, o sexo e a idade. Para Haesbaert (1997), Bourdieu (1989); Barbosa (1998); Sposito (2000), os conceitos de território vinculam-se aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares.

Produzindo a ideia de pertencimento, ou seja, produzindo a territorialidade que se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência no território.

O território, visto assim, refere-se a um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais com sua prática de territorialidade ou o campo de força exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes.

Segundo Sposito (2004), na Geografia, há várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. Não é intenção detalhar cada uma delas. O enfoque que Sposito (2000, 2004) dá sobre o conceito de território, diz respeito à territorialidade e sua apreensão, mesmo que sua abordagem carregue forte conotação cultural. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar.

Seguindo o pensamento de Sposito (2004), o território deve ser analisado levando em consideração quatro concepções: a primeira é a naturalista, a segunda é mais voltada para o indivíduo e a terceira é quando se identifica outra abordagem de território, quando esse é confundido com espaço e a quarta é aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe a natureza.

Desta forma, pode-se verificar que território está envolto na conquista dos indivíduos (quer seja pessoa física, jurídica ou o estado), conquista de um espaço onde possam viver conviver e ter os seus relacionamentos. Assim o território representaria de forma afetiva o local que lhe pertence.

Haesbaert (1997) agrupa as diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes básicas:

- 1) jurídico-política – onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder;
- 2) a cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário (crença, desejos, sentimentos);
- 3) econômica (muitas vezes economicista) que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1997, p. 39-40).

Sobre o processo de desterritorialização, Haesbaert (1997) diz que é fruto, sobretudo, de uma longa história das relações capitalistas; é produto/produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade. Esse processo pode promover a formação de novos territórios, “multiculturais”, proporcionando maior liberdade de opções e a manifestações de “pluri-identidades”, por outro lado pode promover mudanças na sua base estrutural, como por exemplo, o desemprego, crises e as relações diretas interpessoais.

Por outro lado, o processo de reterritorialização⁵ ocorre quando é criada uma nova interdependência e ao conectar, econômica e culturalmente, as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de “território-mundo” globalmente articulado. É como se, no espaço cotidiano, vivido, a sobrevivência sugerisse e/ou impusesse outras formas de ordenação da vida social e do território (HAESBAERT, 2009 e 2011).

A desterritorialização representando a troca por outro, o abandono ou quando o território é deixado de lado, e a reterritorialização é caracterizada pela volta ao território, conquistando novos espaços e reconquistando o que se havia deixado para trás. A desterritorialização compreende o mecanismo que separa o território das suas “raízes” sociais, enquanto a reterritorialização vem a ser a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos (PÁGES et al., 1987).

A desterritorialização, ao contrário da territorialização e da reterritorialização, pode ser caracterizada como um processo que irá deformar o que se havia conquistado, algumas vezes até chegando a destruí-lo. Essa movimentação de desterritorialização representa uma ruptura na história das pessoas e entidades, assim como pode ocorrer com o local, o território.

A desterritorialização pode ser vista como uma estratégia dos grupos dominantes para conter, restringir e até excluir pessoas, isto é, como um movimento de (re) apropriação do território, dos espaços físicos e simbólicos (GUATTARI, 1993; PEREIRA, CARRIERI, 2005).

Todavia, sobre a discussão sobre território, Moraes (2005) argumenta que a formação territorial articula-se numa dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação cujos discursos

⁵ Sobre o processo de Desterritorialização e Reterritorialização ver, Haesbaert (1997, 2009 e 2011)

retroagem no processo de produção material, com a apropriação e exploração dos lugares. O território é concomitante, uma construção militar, política, econômica, jurídica, e ainda, uma construção ideológica que fundamenta uma identidade social e uma psicologia coletiva.

O território passa ser visto como resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento (MORAES, 2005).

Bourdieu (1989, p. 7-8) define o território como poder simbólico como “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. Para o autor supracitado, esse poder simbólico pode constituir uma identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão certa homogeneidade, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive, que com ele se identifica.

A organização política das sociedades implica numa definição clara e explícita dos âmbitos de exercício de poder, ou seja, na conformação objetiva dos territórios. O cidadão – fonte de poder legítimo numa democracia⁶ – é o habitante de um país, condição que o insere na comunidade de interesses representada pela nação. Nesse sentido, o conceito de soberania popular deriva da cidadania (todo poder emana do povo), como aponta Foucault (2008) quando se refere aos habitantes de uma delimitada porção de espaço.

Porém, há necessidade de que tais habitantes interiorizem o sentimento de pertencimento a essa comunidade de interesses e que reproduzam a identidade nacional. Daí a doutrinação patriótica realizada pelos aparelhos ideológicos do Estado, notadamente pelo sistema formal de ensino, como analisou Foucault (1985 e 1987), corpo disciplinado e dócil para reprodução do capital.

Têm-se, ainda, alguns elementos para se discutir território, como a divisão do trabalho⁷, os movimentos da população, o surgimento das cidades e o aumento da produtividade. Esses elementos são características dos novos espaços que são organizados com a consolidação do Estado moderno e do conhecimento da dinâmica das relações de apropriação do território, que pode ser identificada na existência da renda fundiária e na sua exploração por parte dos capitalistas; estes são os que ordenam o território.

⁶ Sobre o processo de democracia e o conceito de república, consultar Aristóteles (1998) e Platão (1970).

⁷ A respeito da divisão do trabalho, ver Adam Smith (1996) *A Riquezas das Nações* que discute a divisão do trabalho; Ricardo (1992), sobre a renda fundiária; Marx (1996) sobre a divisão social e a exploração do trabalho, num contexto de acumulação capitalista.

No entanto, segundo Saquet (2007) e Sposito (2000), não se deve negar a grande contribuição para a elaboração do conceito de território de Raffestin (1993). Sua contribuição deve ser inicialmente analisada do ponto de vista do método. Esse parte, inicialmente, da confrontação dos conceitos de espaço e território. Segundo Raffestin (1993), “espaço e território não são termos equivalentes”. Assim, para ele:

É essencial compreender bem o que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço, mostra como é o mecanismo de passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território visto nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela reações marcadas pelo poder. Nesse ponto, enfatiza-se uma categoria essencial para a compreensão do território que é o poder exercido por pessoas ou grupos. Poder e território, embora conceitos construídos, cada um, com sua autonomia, doravante vão ser enfocados juntos para a consolidação do conceito de território (SPOSITO, 2000; SAQUET, 2003).

Para Raffestin (1993), a ação das pessoas ou grupos, no exercício do poder, pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. “Isto conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constitui de algum modo o território” (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Seguindo o pensamento de Raffestin (1993), o Estado Federativo está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. Aprende-se assim, como a divisão do norte de Goiás (Tocantins) foi constituída como expansão de ocupação de novas fronteiras agrícolas, na construção de novas rodovias, hidrelétricas, ferrovias e na reprodução e ampliação do capital⁸, bem como no interesse das populações locais no seu desejo de emancipação política em relação ao Estado Federativo.

Procurando incorporar as ideias dos autores até aqui citados, ressalta-se que, segundo Sposito (2000, 2004), Saquet (2007) e Haesbaert (1997, 2004), o território é fonte de recursos

⁸ Sobre a questão de ampliação e acumulação de capital consultar Mézáros “Para além do capital” (2011). Para o autor, o capital é incontrolável, sua função básica é expandir e acumular.

e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, isto é, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para apropriar-se e transformar a natureza.

Segundo Saquet (2007), Raffestin faz parte da escola francesa, juntamente com G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e Piaget, que participaram da renovação da abordagem geográfica e territorial. O poder político sempre esteve ligado às ideias de Raffestin, assim diz ele:

O poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar-se ou [...] para desorganizar-se (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

Para compreender a multidimensão do poder, Raffestin (1993) utiliza preferencialmente Foucault (1985, 1987), já que a atuação do Estado encontra-se com outras dimensões do poder, incluindo as práticas e as relações sociais. Assim, o autor desenvolve um conceito em que o território é formado pelas relações de poder multidimensionais e a territorialidade é o produto dessas relações.

Outra incursão de Raffestin (1993) é sobre o poder econômico. Para ele, a etimologia da palavra economia significa a distribuição dos bens e dos serviços entre os seres humanos e que essa distribuição deveria ocorrer de forma igual e harmoniosa. O desenvolvimento dessa estrutura econômica possibilita o abuso de poder de um em relação ao outro; o espaço e o tempo são fundamentais para compreender as relações de poder, já que eles apresentam-se como suportes de recursos e triunfos.

Sobre a relação entre espaço e tempo, Saquet (2000) faz o seguinte comentário:

[...] não há uma homogeneidade do espaço, mas uma heterogeneidade de tempos e espaços em cada unidade espacial de análise [...] No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, onde as partes relacionam-se desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre lugares, atividades e pessoas no interior de uma sociedade cada vez mais mundializada. Os tempos são múltiplos. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. Aliás, é das desigualdades sócio-econômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte (SAQUET, 2000, p. 152).

Nas palavras de Galvão, França e Braga (2009), a sociedade está cada vez mais mundializada/globalizada, não há uma homogeneidade de tempos e espaços; as relações entre

unidades que formam a totalidade dão origem ao desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferenciado de tempo; as inovações, o desenvolvimento não atinge instantaneamente a todos os lugares.

Raffestin (1993) diz que cada estrutura tem um tempo absoluto e seu ritmo é definido por tempos relativos conforme cada estrutura particular. Para o autor, o mais importante é o tempo social da ação. Esse tempo social que se refere é constituído por elementos que se formam no interior de uma sociedade, ou seja, pelos atores e pelo Estado, ou no conjunto de suas intenções ou finalidades. O poder não está aparentemente presente, mas ele faz parte de todo processo relacional: “[...] o Estado é uma organização como qualquer outra; simplesmente está investido de um peso enorme” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Mas o Estado não é a única organização, há outras organizações que – como uma rede de mercados – também canalizam, bloqueiam, domesticam, introduzem numa rede, numa malha, “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto⁹” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Raffestin (1993) estabelece dois tipos de atores que interrelacionam esse poder, que são: os sintagmáticos e os paradigmáticos. O ator sintagmático, que é o Estado, no sentido *lato sensu* é quando esse empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói rodovias, ferrovias, entre outros investimentos. O paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum.

No entanto, para atingir os objetivos de organizar um território, tanto o Estado quanto as organizações precisam se unir num campo de força, numa luta constante de poder, é preciso, então, realizar estratégias, que são consequências da combinação de um conjunto de elementos a serem estabelecidos para chegar aos objetivos. A palavra estratégia, na teoria dos jogos¹⁰, adquiriu uma aplicação particular, no sentido de uma descrição completa do comportamento que cada indivíduo ou organização tem, em cada circunstância possível.

A organização e dominação de um território depende da circulação de informações e da amplitude dessa dominação. Para Raffestin (1993), a circulação de informações estabelece uma comunicação que ocorre num campo de poder e todo poder é desempenhado no campo da comunicação.

Raffestin (1993) utiliza alguns pensamentos de Foucault (1985, 1988) para explicar a multidimensionalidade das relações de força que formam o poder e as modificações ocorridas

⁹ A expressão “o poder vê, sem ser visto”, é discutida em *Vigiar e Punir*, ver Foucault (1987).

¹⁰ “Teoria dos Jogos”, ver: Nash, J. Equilibrium points in n-person games. *Proceedings of the National Academy of the USA* 36(1): 1950, p. 48-49.

nas formas de poder. Nesse sentido a discussão de poder ou as relações de poder, elas são originárias das ideias de Foucault (1988). Ele inicia mostrando a diferença entre poder e Poder.

Na antiguidade, o poder oferecia o direito ao soberano sobre a vida e a morte; ele poderia dispor da vida dos seus escravos e filhos. Passando algum tempo, já não era permitido ao soberano o poder sobre a vida de forma direta. Segundo Foucault (1988, p. 148), nessa sociedade, o poder era “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida, culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”.

Segundo Galvão, França e Braga (2009), esses mecanismos de poder passaram por profundas modificações desde a época clássica. Esse tipo de poder passou a ser somente mais um componente entre as outras formas de incitação, de reforço, de controle, de vigilância e de organização das forças que lhe são submetidas.

Segundo Foucault (1988), a partir do século XVII, o poder sobre a vida passa a se desenvolver de duas formas principais: uma seria o corpo como máquina, o seu adestramento, a “sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 151). A segunda forma, desenvolvida na metade do século XVIII, possibilita ao poder estabelecer as disciplinas do corpo e as regulações da população, para a sujeição destas. Esse polo de poder, segundo o autor,

Centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, duração da vida, a longevidade, como todas as condições que podem fazê-los variar (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Essa forma de adestramento e de bio-poder foram utilizadas pelas instituições como o exercício e a escola para exercer a disciplina. E por meio da demografia estabelece as regulações da população. Assim, o bio-poder, a disciplina e o adestramento ajustam os corpos e insere-os nos sistemas produtivos, tornando-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento e crescimento do capitalismo (FOUCAULT, 1988).

O Poder – em maiúsculo – (FOUCAULT, 1988), se refere à soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – em minúsculo – , aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. O Poder (maiúsculo) é mais fácil de ser observado, ele é visível, maciço, identificável. No entanto, é mais influente o poder¹¹

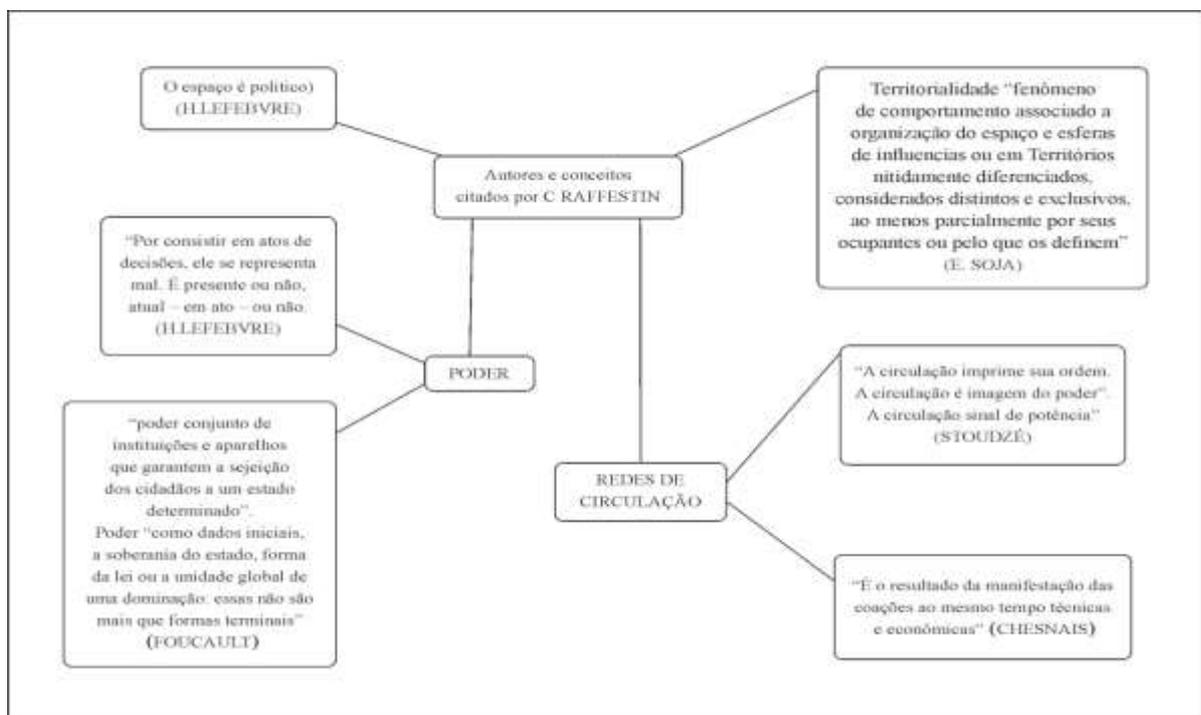
¹¹ O poder que não se vê, Foucault analisa no livro *Microfísica do poder* (1985).

(minúsculo) que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois polos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro.

Na concepção de Raffestin (1993), sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, o saber, a energia e a informação. Então, o poder é resultado da combinação alterável de energia e informação, como, por exemplo, o poder “remunerador” que está estabelecido no domínio dos recursos materiais, salário, gratificações; o poder com intenso componente informacional é fundado sobre a manipulação de recursos simbólicos e religião (GALVÃO, FRANÇA, BRAGA, 2009).

Raffestin (1993) foi um dos autores pioneiros na abordagem do conceito de território, contribuindo com uma concepção renovada, que dá destaque ao seu caráter político. O autor utiliza de diferentes vertentes e posições, como H. Lefebvre, G. Deleuze, E. Soja, M. Foucault, K. Marx, F. Chesnais entre outros; suas contribuições estão sintetizadas na Figura 3:

Figura 3 – Conceitos e autores utilizados por Raffestin



Fonte: Galvão, França e Braga (2009), adaptado pelo autor

Para que o poder exerça seu controle e dominação sobre os homens e as coisas, Raffestin (1993) utiliza-se de três trunfos, a saber: 1) a população - porque ela é a ascendência do poder, é o componente dinâmico de onde resulta a ação; 2) o território - “é um trunfo

particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação do poder”; 3) os recursos que definem os horizontes realizáveis de ação, condicionam e atingem a ação.

Em uma relação, um dos trunfos pode ser privilegiado, mas geralmente eles são mobilizados, ao mesmo tempo, em diversos graus. Por exemplo, quando o norte de Goiás disputava a sua parte territorial do estado de Goiás, não é apenas uma porção do território que está sendo disputado, também os recursos e a população que estão sobre esse território.

Assim, Raffestin (1993) tenta romper com o tradicional conceito de que o território é algo ligado a um substrato material que representa apenas os limites de um solo dominado por um Estado. O território é também abstrato e que, no seu interior, pode haver contradições, desigualdades, disputas e sobreposições de território e, apesar de formar uma totalidade, ele forma também uma unidade não homogênea.

Essa seção teve como propósito para compreender o território de Tocantins. Nessa visão, Saquet (2007) argumenta que as desigualdades que estão presentes nos territórios também são resultados da multidimensionalidade do ‘vivido’ por um grupo que forma uma coletividade e pela sociedade em geral que estabelece relações existenciais e de produção formando assim a sua própria territorialidade.

Nesse sentido, esse suporte de literatura sobre território do Tocantins permite fornecer elementos teóricos-conceituais para compreender o território do Tocantins. Considerando o momento e o tempo do território do norte de Goiás para Tocantins e as relações de poder que se fazem presentes do Estado e das instituições criam e legitimam a disciplina nas comunidades territoriais, principalmente, as que mais estão distantes do eixo econômico, político e social, ou seja, denominam a *la Foucault*.

O Estado do Tocantins está inserido nesse contexto histórico, cultural, teórico e prático no espaço e no tempo. Consequentemente, nesse território se estabelece o poder, as relações de poder que implicam nas desigualdades sociais, econômicas nos 139 municípios.

Na próxima seção será apresentado e discutido o conceito de desenvolvimento regional e local.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIA E PROBLEMÁTICA EM SUA DEFINIÇÃO

Esta seção tem por objetivo descrever e analisar as diferentes abordagens sobre o conceito e a problemática de definir o desenvolvimento regional. Há de considerar que os estudos sobre o desenvolvimento regional devem ser analisados sobre os múltiplos olhares, como, por exemplo, quando se procuram compreender as relações entre espaços geograficamente definidos, atividades econômicas e fenômenos sociais, buscando interpretar as desigualdades entre regiões próximas, bem como as periféricas.

Segundo Lopes (1984) o interesse pelo desenvolvimento regional por meio do estudo da organização da sociedade em termos espaciais datam de muito longe¹², embora nem todos os economistas lhes tenham atribuído a relevância merecida. Os estudos sistemáticos de base regional tiveram mais destaque no pós-guerra (1950). O debate nesse momento não se centrava mais no crescimento econômico, no PIB per capita, e sim voltava-se para um novo paradigma de qualidade de vida e bem-estar, esse novo debate assenta-se em conceitos de desenvolvimento de forma holística e não apenas de crescimento.

O desenvolvimento regional na acepção de Lopes (1984) será o fio condutor de orientação na necessidade de elaborar políticas e formular planos que as programem em suas devidas proporções, levando em consideração as características que as regiões se apresentam sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas¹³.

Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sugerem que o desenvolvimento regional seja impulsionado por uma política de Estado juntamente com a sociedade civil organizada, tendo o planejamento como elemento chave nas proposituras das políticas regionais de desenvolvimento, levando em conta sua especialidade geográfica, a pressão populacional sobre os recursos naturais, sua organização social, estruturas religiosas, mentais e culturais. Além disso, leva-se em conta seu processo histórico de produção e de consumo.

Atribui-se, assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. E, como o principal centro de

¹² Um precursor muito esquecido, segundo Lopes (1984) foi Cantillon.

¹³ Pode entender-se por subdesenvolvida a região que não criou meios que permitissem transformar as suas estruturas para participar nos processos modernos de desenvolvimento urbano-industrial. Região deprimida é aquela que já teve alguma transformação, mas por hora atravessa uma fase difícil de transformação. Regiões congestionadas são aquelas que estão saturadas na utilização de seus recursos, apresenta grau demais de elevada concentração urbano-industrial. Para maiores detalhes ver Lopes (1984) e Furtado (2009) no seu livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”.

decisões é o Estado, atribui-se a ele um papel básico na consecução do desenvolvimento, mas, sobretudo, assevera Furtado, de que o desenvolvimento somente se realizará se forem criadas condições para uma participação ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais (FURTADO, 2009).

Nessa mesma linha, Aydalot (1985) assegura que a abordagem do desenvolvimento regional deve ser realizada por estudos empíricos, a fim de identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo, portanto, planejamento. A região tem se definido por sua estrutura econômica; ela se caracteriza pelo maior ou menor dinamismo de crescimento. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto que regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais (FERRERA DE LIMA, 2010; LOPES, 1984).

Lopes (1979; 1984) discute muito bem a problemática de conceituar e operacionalizar, no sentido de planejamento de políticas de desenvolvimento regional. De natureza conceitual há três tipos de problemas a ser considerado: os da consideração da variável espaço, os da interdependência regional e os da abordagem pluri-disciplinares. O planejamento surge como um conjunto de ações programadas no tempo em que se busca identificar os problemas regionais. Desse modo, na problemática do desenvolvimento regional a análise, a política e o planejamento devem ser bem demarcadas, definidas, pois o planejamento quase tende a confundir-se com o desenvolvimento regional.

North (1977a) discute que o desenvolvimento regional passa no primeiro momento pela base econômica. Nessa primeira fase, o autor trata da teoria da base econômica cujo marco é o seu trabalho pioneiro de 1955.

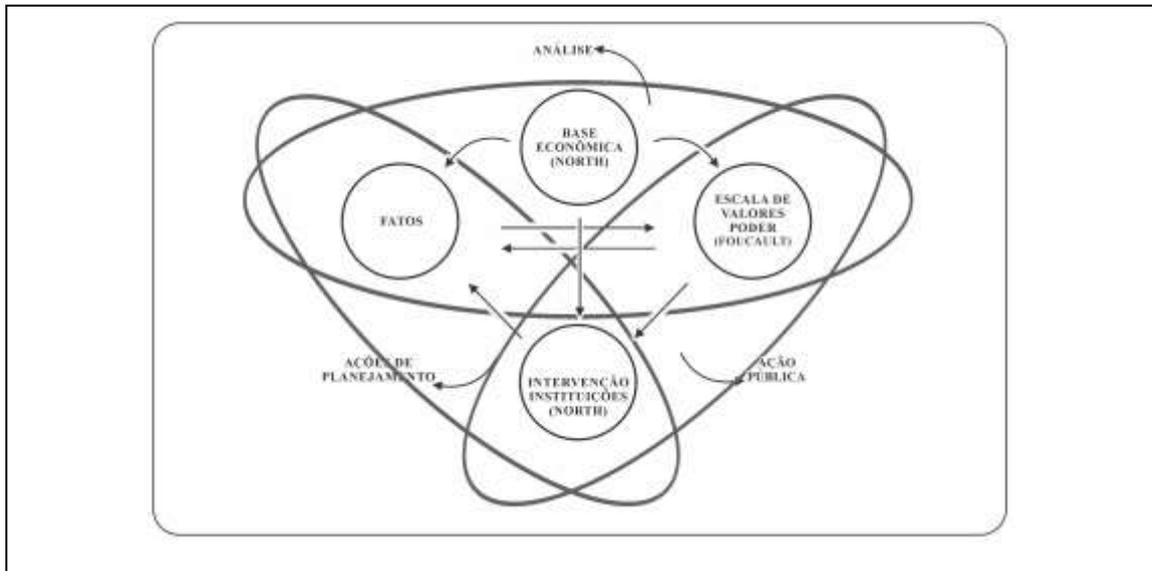
Segundo Piffer (2009), o crescimento de uma região decorre do aumento das atividades de base econômica e, conseqüentemente, da demanda por produtos que ela oferece para fora da região. Crescendo e expandindo as atividades de base, cresce toda a economia regional.

As regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões pelos seus produtos, provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional.

A Figura 4 descreve a problemática de desenvolvimento regional. Ela contém o processo de elaboração por fases e com características de atividade cíclica e permanente. Esse

processo exige a análise, intervenção por meio das instituições e avaliação para seleção das políticas que conduzem aos planos.

Figura 4 – A Problemática do Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins



Fonte: Lopes (1984), adaptado pelo autor.

Entretanto, segundo Lopes (1984), o planejamento regional apresenta três tipos de limitações básicas: 1) reduzido nível integração entre os atores institucionais que envolve o local e o setorial; 2) natureza técnica com reduzida flexibilidade dos planos regionais; 3) delimitar a região prioritária.

Essas limitações apresentadas por Lopes (1984) tendem a ser superadas na concepção de Boisier (1996, 2000), quando ele define que o desenvolvimento regional consiste em um processo de troca estrutural localizado (em âmbito territorial denominado região) que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na comunidade ou na sociedade onde habita seus cidadãos.

Boisier (2000) se depara também com a complexidade de definir o conceito de desenvolvimento regional. Deve-se, portanto, combinar três dimensões: i) uma dimensão espacial, ii) uma dimensão social e, iii) uma dimensão individual. O sucesso da região deve ser entendido com uma transformação sistemática entre essas três dimensões.

Becker (2000, 2010), na complexidade de conceituar o desenvolvimento regional contemporâneo, apresenta seus questionamentos: por que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea,

construindo seus modelos de desenvolvimento, e outras, não? Por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?

A resposta estaria na seguinte pressuposição:

Teoricamente, entretanto, devemos partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move constatemente, em meio a contradições superadas, porém posta e resposta, continuamente, pelo próprio capital, através da negação das suas próprias determinações (BECKER, 2010, p. 38).

Em outras palavras, o capital nega a determinação humana do desenvolvimento, transformando o trabalho humano na mercadoria mão de obra; transformando a natureza em matéria prima, esta por sua vez, transforma em mercadoria, dinheiro, e dessa forma nega, a sua própria negação, ao transformar as mercadorias, em capital (BECKER, 2010).

Para Matos (2000), os modelos de desenvolvimento regional assentam em dois paradigmas: um funcional e outro territorial. No primeiro, o desenvolvimento é funcional, o seu motor é o progresso técnico e o território é considerado como o espaço onde a atividade econômica se desenvolve. No oposto, no desenvolvimento territorialista, o território é um elemento ativo que influencia o desenvolvimento da região. Nesta perspectiva, o desenvolvimento regional terá lugar devido a uma conjugação de fatores internos¹⁴ (STÖHR, 1981) e de fatores externos¹⁵, Marshall (1961).

Importante observar que os estudos das desigualdades regionais sempre fora assunto dos primeiros estudiosos da economia regional. A premissa de que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea entre as diferentes regiões era compartilhada por todos. No entanto, divergiam quanto aos efeitos da polarização.

Reigado (2000) confirma a essa hipótese ao apresentar o mapa mental, isto é, a imagem subjetiva do conhecimento espacial como um fator importante na escolha da localização ótima não só pelos consumidores, mas também pelos produtores. Os agentes econômicos agem na fronteira da racionalidade econômica, pelo que as suas escolhas quase sempre se dão de forma probabilística.

A localização das atividades econômicas exerce, cada vez mais, uma influência determinante no desenvolvimento regional. Os modelos de localização foram iniciados por

¹⁴ Os fatores internos ou endógenos referem-se à capacidade de organização local definido como capital social que é um dos elementos que compõe o desenvolvimento regional; essa discussão será retomada na seção seguinte.

¹⁵ Os fatores externos que geram externalidades positivas são: i) a possibilidade de uma atividade produtiva obter mão de obra especializada e a um menor custo em regiões que haja concentração de outras atividades; ii) a compra de matérias primas poderá ser facilitada pela proximidade com os fornecedores; e, iii) localizar-se próximo a outras atividades facilitaria a dispersão de informações (FERRERA DE LIMA, 2003).

von Thünen, na Alemanha, em 1826, com seu estudo sobre produção agrícola. Von Thünen (1956), visando a explicar o padrão de localização da agricultura alemã, procurou demonstrar que essa decorria da combinação da produtividade física da terra com a distância aos mercados e os custos de transporte, que determinavam os anéis de especialização agrícola.

A seguir, discute-se a concepção de polo de crescimento e centralidade tendo como expoente Perroux (1977) e Christaller (1966). Esta revisão de literatura colabora para classificar e localizar as atividades econômicas e sociais nos municípios do estado do Tocantins.

3.1 POLARIZAÇÃO E CENTRALIDADE

No século XX outros estudiosos, como, por exemplo, Perroux (1955), Weber (1969), Christaller (1966), deram suas contribuições significativas para o incremento dos modelos de localização, mas deve-se a Perroux (1977) o conceito de polo de crescimento regional. Para o autor, os efeitos do polo gerariam benefícios para sua área de abrangência. Surgiria, num primeiro momento, uma unidade motriz que implicaria no surgimento de um complexo industrial, formando polos de crescimento. As atividades desenvolvidas encadeariam um processo de integração que fortaleceria outras atividades econômicas regionais.

Perroux (1955) baseia seu estudo na premissa de que o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte, mas manifesta-se em pontos de crescimento, com intensidades variáveis; expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre a economia. Um polo de crescimento complexo seria capaz de influenciar não só seu meio geográfico imediato, mas até mesmo outras regiões que se encontram próximas a ele.

Conforme assevera o autor, o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas aparece com intensidades variáveis, em pontos diferentes e propaga-se no conjunto da economia.

Uma característica que simplifica o entendimento de polarização é que a definição de polo está ligada à noção de dependência entre o centro (polarizante) e a periferia (polarizada). Nesse contexto, o espaço polarizado é heterogêneo, pois o polo e as regiões próximas a ele, que são polarizadas, não possuem as mesmas características, mas sim uma relação de dependência (FERRERA DE LIMA, 2003).

As pesquisas de Piacenti (2009) e Kleinschmitt e Ferrera de Lima (2011) demonstraram empiricamente a constatação de Perroux (1977), para o qual as regiões não se desenvolvem ao mesmo tempo, nem da mesma forma, nem na mesma intensidade. O

desenvolvimento econômico é localizado e envolve o surgimento de atividades econômicas motrizes, isto é, atividades capazes de estimular outras atividades e transformar todo o conjunto da economia.

Observa Perroux (1977) que a polarização é um processo pelo qual o crescimento de uma atividade econômica propulsiva, não necessariamente industrial, põe em movimento outras atividades econômicas por meio de economias externas. Cabe salientar que no Tocantins não existe, na concepção de Perroux, uma indústria motriz, mas sim atividades econômicas que agregam outros setores indiretamente na economia, como é o caso do complexo agroindustrial, frigorífico de carne, instalado em Araguaína. Esse complexo agroindustrial acaba disseminando outras demandas como prestação de serviços, vendas de insumos, transporte entre outros.

A teoria da polarização relaciona-se com a abordagem da teoria da localização, sobre aglomeração das atividades produtivas, ambas são frutos da introdução do espaço na análise econômica. Os polos urbano-industriais geram economias de aglomeração, o que por um lado, é explicado pela interdependência das indústrias motrizes com as satélites e a comercialização de insumos e, por outro, pelas economias externas que surgem devido à infraestrutura existente nas aglomerações urbanas, da concentração dos consumidores e trabalhadores e variada oferta de serviços (PERROUX, 1977).

A análise sobre aglomerações produtivas é consequência de uma mudança de foco das temáticas regionais, em que o território passa a ser vislumbrado como um grande complexo produtivo e, a empresa passa a ser vista, não mais de maneira isolada, mas como um conjunto de empresas, localizadas em um mesmo território (PERROUX, 1977).

3.1.1 Teoria dos Lugares Centrais

A região, no sentido geográfico, é composta por aglomerações, ou seja, é uma organização espacial que possui aglomerações humanas em um espaço limitado e que demandam por atividades especializadas. Na região, cada aglomeração tem características próprias, com formas de vida diferenciadas, em função do grau de urbanização, da infraestrutura e das atividades ali desenvolvidas, sejam elas nos setores primário, secundário ou terciário (SINGER, 1990).

Já para Breitbach (1988), a região representa a localização específica de atividades produtivas e características geográficas. Porém, a caracterização de região muda conforme as especificidades da sua territorialidade e os critérios de classificação do pesquisador.

Dessa forma, as cidades procuram se organizar em redes de forma que a soma das transações efetuadas pelos diversos agentes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, possam fluir com certa intensidade para que o excedente possa ser oferecido para outras cidades ou regiões. O grau de intensidade dessas ações é que irá determinar a centralidade de um município em relação aos outros (SINGER, 1990). Nesse sentido, a integração torna-se uma das prerrogativas para se estabelecerem externalidades positivas na organização em rede e auferir um maior grau de cooperação entre as municipalidades.

Isso envolve desde uma boa governança até um perfil mais equitativo na distribuição e nas inter-relações produtivas no espaço regional (FERRERA DE LIMA, 2010). Para analisar as inter-relações entre os espaços urbanos e sua área de influência, surgiu a teoria dos lugares centrais.

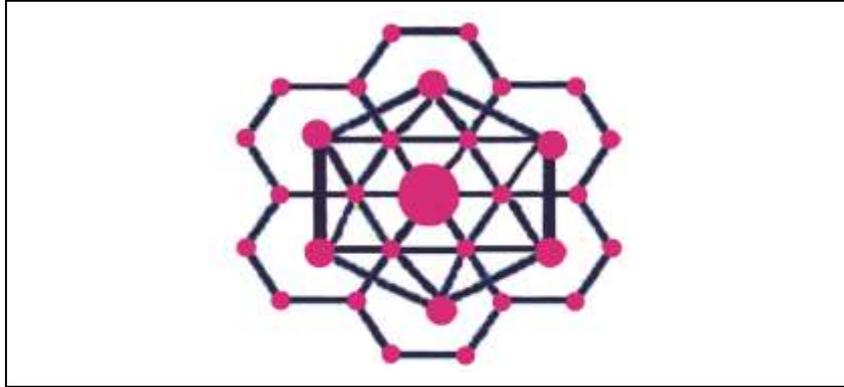
A teoria do lugar central afirma que o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas dependem do tipo de serviço fornecido ao seu entorno, ou seja, as áreas de mercado de cada aglomeração urbana. A partir das áreas de influência, estabelece-se a hierarquia das aglomerações no espaço regional. Ou seja, quanto maior a centralidade, maior a área de influência e mais aglomerações na “órbita” de um centro (CHRISTALLER, 1966).

A centralidade, além de demonstrar a organização e hierarquização do espaço, também apresenta o padrão de formação da rede de cidades e o papel da especialização de cada uma delas nessa rede. A especialização em diversas atividades é o que determinará o crescimento e desenvolvimento como um centro ou uma centralidade. Quanto maior a área de influencia de uma aglomeração, maior a sua polarização. Nesse caso, a densidade tem um papel preponderante para determinar a polarização.

Em geral, o avanço dos lugares centrais ou polos dependerá da densidade, seja ela populacional, de nível de renda e do número de atividades produtivas, em particular do setor terciário (no caso da teoria dos lugares centrais). Como o setor terciário depende dos dois primeiros elementos, seu crescimento é um indicador natural da capacidade de polarização dos centros urbanos. No caso, o setor terciário compõe as funções do lugar central, quais sejam: diversos tipos de comércio e serviços, desde serviços públicos, financeiros e bancários, especializados, grandes ou pequenos, religiosos e espirituais, de ensino em todos os níveis culturais, serviços de saúde etc.

De acordo com Christaller (1966), a hierarquização dos lugares centrais se dá como exposto na Figura 5.

Figura 5 - Centralidade dos Bens e Serviços e Hierarquia dos Lugares



Fonte: Christaller (1966, p. 66).

A Figura 5 apresenta como Christaller (1966) teorizou a organização do espaço a partir dos lugares centrais. Ela demonstra que os centros se organizam conforme o tamanho e sua área de influência. No caso, as linhas representam as áreas de influência e os pontos, o tamanho das aglomerações. Quanto maior a aglomeração, maior a área de influência. No caso, o tamanho dos pontos indica também o posicionamento das aglomerações na hierarquia regional.

Os bens e serviços poderão ser consumidos por qualquer um, seja do lugar central ou de regiões complementares, só que o custo geral para obtenção desses serviços não será igual para todos, justamente pelo fator transporte e fricção espacial (tempo e restrições de deslocamento). Isso reflete em território distante em que os bens e serviços se torna uma restrição ao consumo e à mobilidade da força de trabalho, implicando num maior custo de transferência para o mercado de polo mais diversificado, os quais são de economia de urbanização

Nessa linha de raciocínio os autores como Myrdal (1968) Hirschman (1958) norteiam a próxima seção sobre a teoria da causação circular, vício da pobreza e dos efeitos encadeamentos dos produtos dos pequenos municípios aos lugares centrais, ou seja, a montante e a jusante de produção, isto é, *output e input* (compra e venda).

3.1.2 Teoria da Causação Circular e Efeito de Encadeamento

O processo de desenvolvimento regional, independentemente dos fatores ou paradigmas em que se alicerça, não é uniforme em todos os lugares. Por sua vez, as regiões com maior capacidade de inovar e melhor dotadas de capital humano e de recursos naturais têm um desenvolvimento mais rápido destacando-se como centros e as restantes como periferia. Myrdal (1968), Perroux (1955; 1977) e Hirschman (1958) destacam que há desequilíbrios crescentes entre regiões e uma das alternativas de romper esse desequilíbrio é pela inovação para quebrar esse ciclo vicioso.

Hirschman (1958) analisou as diferenças regionais a partir do investimento e do crescimento de algumas indústrias, como resultado natural do crescimento econômico, pois os resultados da instalação de uma indústria não conseguem atingir todo o país. No entanto seria natural que regiões próximas dessas indústrias fossem mais desenvolvidas que as outras.

A indústria é, por muitos, considerada o setor dinâmico por excelência já que exerce fortes efeitos denominados *linkages* sobre as demais atividades, foi Hirschman (1958) que descreveu o crescimento desequilibrado, encadeamentos para frente, e para trás (*backward and forward linkages*), sendo exercidos a jusante e a montante dessas atividades.

A dinâmica pressupõe um estado de desequilíbrio, movimento e mudança que faz com que a economia cresça ao longo do tempo. Ela envolve a condição e o movimento de uma economia que está em processo de transformação. Essa transformação pode ser impulsionada pelo progresso e avanço de um setor ou ramo de atividades por meio de sua capacidade de influenciar os outros. Isso pressupõe que o processo de desenvolvimento regional se faz numa série de desequilíbrios (HIRSCHMAN, 1958).

Myrdal (1958) contestou os efeitos benéficos do crescimento polarizado, dizendo que os efeitos positivos são anulados pelos efeitos negativos. A atração dos recursos produtivos em favor do polo atuaria no sentido do desequilíbrio, favorecendo as regiões mais ricas em detrimentos das mais pobres.

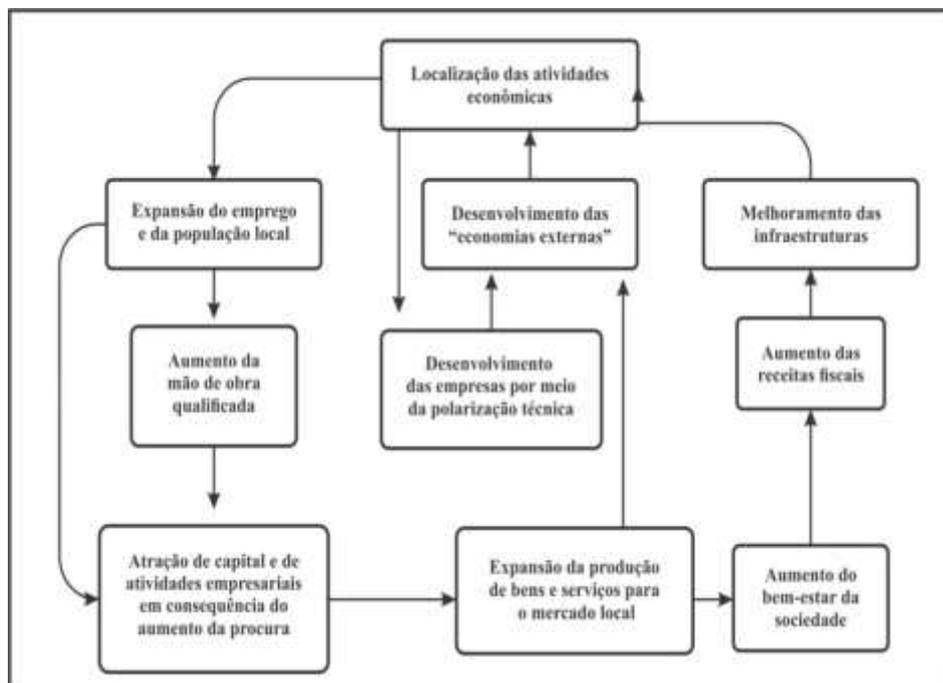
É nesse contexto que Myrdal (1968) introduz o princípio da cumulatividade dos efeitos ou causas na concentração geográfica das atividades produtivas. Assim, a localização de uma nova atividade econômica tende a levar ao aumento do emprego e da população que, por sua vez atrairia novas atividades se, entretanto, fosse formado um mercado consumidor.

Matos (2000) comenta que a dinâmica do crescimento regional é analisada, muitas vezes, recorrendo às teorias e aos modelos explicativos derivados do corpo teórico mais geral da Economia Regional. Os modelos elaborados, muitas vezes, são levados para o todo

nacional, ignorando na maioria das vezes, as particularidades de cada região. Sabe-se que o crescimento equilibrado de toda economia nacional (formada por várias regiões) é extremamente difícil de atingir.

A abordagem cumulativa dos efeitos ou causas¹⁶ possibilitou a Myrdal (1968) integrar, de forma sistemática, os problemas de escolha ótima da localização com os problemas do desenvolvimento regional. Analisando a Figura 6, o modelo concebido para um país com baixo desenvolvimento econômico, que apresenta como a localização num determinado local, de uma nova atividade econômica, com razoável dimensão, teria efeitos positivos na expansão do emprego e da população. Myrdal (1968) afirma que dotar a região com infraestrutura, empresas públicas, serviços básicos de educação e saúde resultam num aumento das receitas fiscais, o que leva a uma melhoria no ambiente empresarial na região/local. Essa teoria é, contudo, uma das poucas do desenvolvimento regional em que o sistema econômico é abordado de forma dinâmica.

Figura 6 – Princípios das Causas Cumulativas



Fonte: Matos (2000) adaptado pelo autor.

¹⁶ Os efeitos e causa Myrdal chamou de *spread e backwash*. Os *spread effects* são efeitos cumulativos inter-regionais positivos com origem na região e que se ramificam para o resto do país. Os *backwash effects* são efeitos cumulativos inter-regionais negativos para o resto do país devido à atração dos fatores para a região.

Essa abordagem envolve simultaneamente os problemas de localização e dos da teoria do desenvolvimento regional. Ela parte do princípio de que a escolha da localização e o desenvolvimento econômico, na ótica regional e mundial, só podem ser explicados por meio da mobilidade espacial do capital (SANTOS, 1994; BECKER, 2000, 2010).

Há diferentes abordagens sobre a questão do desenvolvimento regional. A grande maioria parte das desigualdades existentes no sistema regional, ou seja, certas regiões têm características que lhes permite criar uma organização desigual do espaço, como explica Matos (2000): o poder dominante das grandes unidades (teorias dos polos de crescimento); o caráter cumulativo dos mecanismos de crescimento (teoria da causalidade circular de Mydal); a lógica do capital (teoria do imperialismo); a ação das forças que retardam ou anulam a convergência (teoria centro-periferia); as tendências de especialização hierarquizada dos espaços (teoria da divisão espacial do Trabalho). Assim, segundo Aydalot (1985, p. 12), “[...] o espaço não é mais, como para os neoclássicos, um elemento a integrar, igualizar e uniformizar, mas, pelo contrário, ele é a base da desigualdade técnica, econômica e social”.

Na concepção de Piffer et al (2007), o desenvolvimento regional de uma região ou local passa necessariamente pela análise das questões suscitadas pelas narrativas identitárias regionais e suas implicações com a chamada identidade cultural, naturalização da identidade frente á globalização. A região é o último recurso de estabilidade e de reconhecimento no desenvolvimento regional. Dessa forma, são necessárias a discussão e a análise da identidade regional sob a ótica da diferença, da alteridade¹⁷ (outro) o estranho em um mundo globalizado e marcado pela ordem hegemônica.

Faz-se importante ressaltar a afirmação de Piffer et al. (2007), destacando que o processo de desenvolvimento não deve ser realizado exclusivamente para o mercado, mas para a população e suas comunidades. Essa falta de interação entre o capital social não é boa para a região. O desenvolvimento deve ser visto como um processo endógeno movido pelo capital social e suas interações. Por meio da cooperação e da interação, as atividades econômicas podem ser estimuladas, as cadeias produtivas complementadas, novos sistemas produtivos criados e, com isso, induzir o desenvolvimento regional.

Finalizando esta seção observou-se diferentes abordagem teóricas sobre o desenvolvimento regional. A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre o desenvolvimento endógeno e/ou local para entender o processo da complexidade do capital social e suas formas de cooperação e sua associabilidade nas comunidades locais.

¹⁷ A respeito da discussão de alteridade consultar Martins (1997) “**Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano”.

3.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E/OU LOCAL

O desenvolvimento endógeno surgiu na década de 70, quando se começou a destacar o desenvolvimento começando na base para o todo, e que se devem utilizar novos fatores produtivos, determinados na própria região. É dentro desse contexto que apareceu o significado do capital social, no entanto deve esclarecer que o capital social se constitui um dos elementos do desenvolvimento regional.

Definir capital social não é uma tarefa simples, devido à sua complexidade de mensuração. Nas palavras de Putnam¹⁸ (2007), o capital social se define como uma sociedade que valoriza as relações sociais, a cooperação e a confiança, visando às melhores condições de vida da população e criando a capacidade da sociedade de conduzir o seu próprio desenvolvimento, passando a ser uma variável importante para o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, Fukuyama (2002) diz que medir o capital social com base em normas de honestidade e reciprocidade não é tarefa fácil. Em vez de medir o capital social com um valor positivo, pode ser mais fácil medir a sua ausência, usando medidas tradicionais de disfunção social, como taxa de criminalidade, consumo de drogas, letúgio, sonegação fiscal, suicídio, separação familiar entre outros exemplos.

Por sua vez, Brandão (2012) alerta sobre o uso desse conceito que vem sendo muito utilizado nas últimas décadas, pois a cooperação e laços de honestidade que pode existir numa determinada localidade tende a estar a serviço de interesse do capital global, além dos interesses de uma elite local que detém o capital. Explicando melhor, o Tocantins e outras regiões do Brasil não produzem *commodities* (soja, café, aço, entre outras) por interesse exclusivamente local, mas sim por uma demanda global.

A discussão sobre o capital social, com base em Fukuyama (2002), destaca que as normas necessárias para a produção de capital social precisam incluir virtudes, tais como: falar a verdade, cumprir obrigações e exercer a reciprocidade. Esses são componentes que existem em qualquer cultura ou sociedade; porém, o capital social tem dificuldades para o seu surgimento em algumas sociedades.

Fukuyama (2002) define capital social como:

[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Esperam-se que os outros se comportem

¹⁸ Putnam (2007) buscava responder ao processo de desenvolvimento social e econômico entre o Norte e Sul da Itália. Para maiores detalhes ver: “**Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna.

confiável e hostemante, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Assim sendo, o capital social está ligado a formas de cooperação e associatividades nas comunidades locais, ou seja, os padrões de organização sociocultural do desenvolvimento regional. Esses padrões estão assentados na confiança, nas normas e nos sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2007). Independente da definição capital social, Boisier (2000) o chamou de capital sinérgico. Becker (2010), por sua vez assevera que o capital social seria o movimento político das massas, fazendo-as ver melhor e desejar melhor envolvendo de todos num processo de interação e integração regional.

Deve-se esclarecer que o debate sobre o capital social, iniciou-se com mais consistência em Coleman (1990, 1998) Bourdieu (1998) e Putnam (2007).

Bourdieu (1998, p. 67) define capital social da seguinte forma:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento. [...] essas relações são irreduzíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade.

Nas palavras de Freitas (2008), a abordagem conceitual de Bordieu (1998) pode estar relacionada a uma estratégia para manter e /ou mudar determinada posição em uma estrutura hierárquica. O autor concebe o capital social como estratégia de classe, ou seja como de caráter instrumental que utilizam atores racionais na perspectiva de manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade.

Coleman (1998, 2000) identificou o papel do capital social na educação, comparou desempenhos e resultados de escolas públicas e católicas, tendo como teoria explicativa a do capital social. Para o autor, o capital social representa o conjunto de recursos existentes nas relações familiares e na organização social, que eram úteis para o desenvolvimento cognitivo e social de crianças e de jovens. Assim, Coleman define o capital social:

Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether person or corporate actors – within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given

form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others (COLEMAN, 1998, p. 98).

Para Coleman (1990, 1998) há uma complementação entre capital físico-econômico (insumos infraestrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relação de confiança). Para o autor, é o capital social que diferencia as sociedades que contam com o mesmo capital físico e o mesmo capital humano. As relações de confiança, como apontado por Coleman (1990, 1998), Fukuyama (2002) e Putnam (2007), ampliam a capacidade de ação da coletividade, além de facilitar e otimizar o uso de recursos socioeconômicos e humanos.

Como já assinalado, há uma vasta literatura sobre o conceito e trabalho sobre o capital social. A seguir, apresenta-se uma breve conceituação sobre o desenvolvimento local.

Segundo Vázquez Barquero (1995), a estratégia de desenvolvimento local é impulsionada pela mudança do marco institucional em que funciona o sistema produtivo. O sistema local de empresa e a política de desenvolvimento local constituem formas flexíveis de acumulação e de regulação que favorece a acumulação de capital. Enquanto as empresas locais produzem bens que buscam satisfazer as demandas concretas dos consumidores, as políticas de desenvolvimento local orientam-se no sentido de resolver problemas específicos das comunidades locais e regionais. Trata-se, portanto, de produzir bens e serviços, privados e públicos, com base nas especificações dos clientes, reveladas pelo mercado e pela sociedade local.

De forma geral, o desenvolvimento econômico é visto sob dois aspectos: o primeiro o caracteriza como exógeno, em que o processo de desenvolvimento depende da efetiva intervenção do estado ou de agentes econômicos de fora das regiões; e no segundo, o desenvolvimento é endógeno, também chamado de local. Nesse caso, a efetivação do desenvolvimento ocorre pela base, e os diferentes atores se integram ao Estado, que acaba cedendo seu papel de protagonista. O modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, reforçando a ideia do desenvolvimento de “baixo para cima” que parte das potencialidades socioeconômicas do próprio local, ao invés de utilizar de um modelo imposto pelo Estado de “cima para baixo” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1995, 2002).

O desenvolvimento local é percebido como resultado da ação articulada de diversas dimensões (econômica, social, cultural, política e ambiental), bem como de diversos atores (públicos ou privados) existentes no local. Ou seja, a visão integrada de todas essas dimensões e a inserção de diferentes atores sociais foi absorvida pelas propostas de desenvolvimento

local. Nesse processo, mas não menos relevante é a presença do Estado e do mercado no contexto de um processo mais amplo de colaboração (FREITAS, 2008).

O local¹⁹, nesse processo, é tido como um campo de possibilidades e de experimentação cotidiana de respostas aos desafios levantados pela comunidade local. Certamente, a perspectiva é de conquista da sustentabilidade, em suas múltiplas acepções, além de constituir em uma nova cultura de ações voltadas à consecução de objetivos coletivos.

Na concepção de Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, a partir das potencialidades locais e do envolvimento da sociedade no processo. Sua sustentabilidade está ligada à elevação das oportunidades sociais, à viabilidade e competitividade da economia local, bem como à participação da sociedade e à conservação dos recursos naturais.

O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. De todo modo, e a despeito dos tipos de espaços incidentes, o desenvolvimento local requer a mobilização e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo, sob pena de não ver concretizado um efetivo desenvolvimento (BUARQUE, 1999).

Nas palavras de Zapata (2005), o desenvolvimento local representa uma possibilidade de construção de novas estratégias, decorrente da mobilização dos ativos endógenos dos territórios, na perspectiva do enfrentamento da pobreza, das desigualdades regionais e pessoais, assim como da questão ambiental, destacando-se os seguintes pontos: (i) a concepção de desenvolvimento de baixo para cima; (ii) uma visão integrada do desenvolvimento; (iii) a valorização da identidade sociocultural de cada território; (iv) a participação comunitária e das instituições locais. A perspectiva de desenvolvimento reside no fortalecimento e na diversificação da economia de base local, com objetivo de melhoria da qualidade de vida de toda comunidade.

Furtado (1996) diz que a ideia de desenvolvimento assentado no crescimento econômico é um simples mito, posto que deixa de lado a tarefa essencial de identificar as

¹⁹ O conceito de local é usado de forma bastante diversificada, podendo referir-se a um bairro, município, região, a um país ou até a um conjunto de países.

necessidades fundamentais da coletividade, para valorizar os investimentos, as exportações e o crescimento.

Ainda na concepção de Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno decorrente da mobilização das energias sociais. Está vinculado às capacidades e às potencialidades específicas que propiciam a implementação de mudanças que, por sua vez, elevam as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia no contexto local, ampliando a renda e as formas de riqueza. Preocupa-se, também, com a conservação dos recursos naturais.

E, no âmbito dessa perspectiva conceitual, incidem três conjuntos de elementos interligados, com as características e papéis distintos; citam-se: (i) a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento, orientação e propósito; (ii) a eficiência e o crescimento econômico constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada – representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável; (iii) a conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço (BUARQUE, 1999).

A seguir, apresenta-se o principal arcabouço teórico que norteou esta pesquisa tendo como expoente Douglas North (1955, 1977a, 1990, 1991 e 1994) que trata da teoria da base econômica e dos ambientes institucionais e organizacionais.

3.2.1 A Teoria da Base Econômica: Ambiente Institucional e Governança

A teoria da Base Econômica teve como pioneiro os trabalhos de North (1977a) para explicar com se dá o processo de desenvolvimento econômico via base econômica das atividades produtivas. Esse estudo é considerado o primeiro a dar uma formulação do conceito de base aplicado ao contexto regional.

A teoria da base econômica possibilita a forma mais simples de modelo de renda regional, sendo que a sua importância está no fato de que serve como estrutura teórica para estudos empíricos de regiões (RICHARDSON, 1975). A teoria da base econômica explica essas relações inter-regionais que envolvem o fluxo de mercadorias, de pessoas e de serviços,

bem como avalia as implicações desses fluxos entre a região e o restante da economia mundial.

A segunda fase do pensamento de North (1990, 1991, 1994) trata do papel das instituições na evolução histórica e no desenvolvimento das sociedades. Nessa fase, o autor, se preocupa em explicar como as instituições atuam no desempenho econômico e na organização do processo produtivo das sociedades.

North (1991,1994) se posiciona da seguinte forma quanto se trata de falar sobre desenvolvimento econômico, para o autor deve-se levar em conta o conhecimento econômico histórico e teórico. Sua análise recai sobre o conceito histórico, dando ênfase no ambiente institucional e no conceito do *path dependence*²⁰ explica os resultados econômicos alcançados em função de decisões passadas, do que das condições presentes (NORTH, 1991, 1994). No ambiente institucional, o destaque vai para sua capacidade de produzir os incentivos à difusão das relações capitalistas de produção e de troca.

As instituições constituem-se como sendo o principal regulador das atividades e interações humanas. North (1991, 1994) expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. As instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana.

North parte da premissa que o mercado acarreta custos na economia (ideia de Coase, 1937) e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Dessa forma, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um processo para a interação humana, que incluem todo tipo de limitação que as pessoas criam para tornar possível a vida em sociedade, com base no respeito às regras (AREND; CARIO, 2005).

Na sua argumentação, North (1991, p. 3) diz que “as Instituições são as regras do jogo”, ou mais formalmente, são as restrições humanas criadas, as quais moldam a interação humana. As instituições estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. Elas moldam o modo como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica. As instituições formam a estrutura de uma sociedade, constituem os fundamentos determinantes do desempenho tanto econômicos, sociais, quanto políticos. O tempo histórico relacionado à mudança econômica e social é a

²⁰ A ideia central do *path dependence* expressa o caráter irreversível e histórico do sistema capitalista, significa uma ligação do passado com o presente e o futuro, segundo North (1993), as instituições apresentam características históricas determinadas. Ver: ; Moreira e Hercovici (2006); North (1990, 1993); Putnam (2007).

dimensão na qual o processo de aprendizagem dos seres humanos produz a forma como as instituições evoluem (NORTH, 1991).

Exposto dessa forma, percebe-se que as instituições figuram como os limites estabelecidos pelo homem, a fim de estruturar sua própria interação. Na concepção de Cárdenas e Ojeda (2002), as regras formais ou intencionais são criadas com um propósito específico. As regras formais incluem questões relacionadas a política, jurídicas, econômicas e contratuais. Já as informais nascem do próprio indivíduo de uma ação coletiva, herdadas de geração em geração, são os nossos costumes, cultura, religião entre outras.

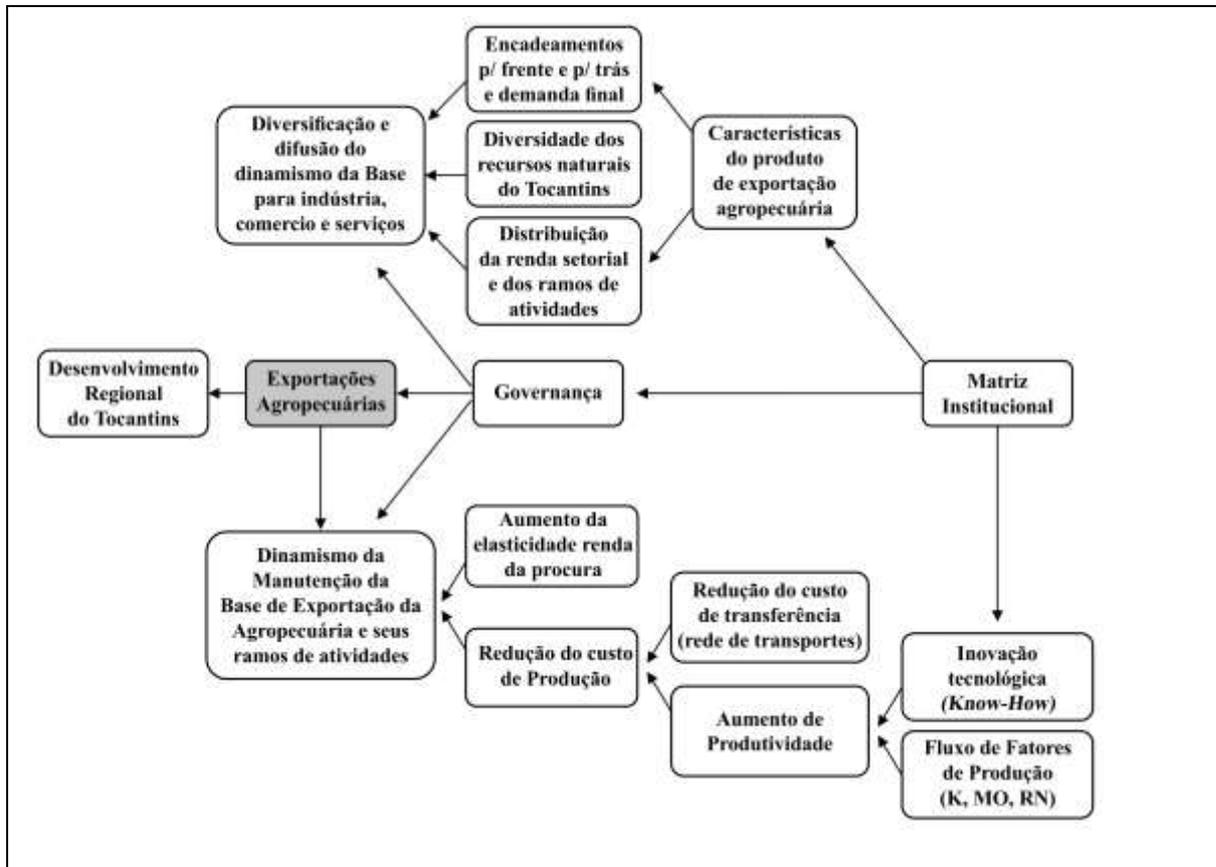
As instituições informais influenciam as formais (*verbi gratia*, qualquer costume nacional se transforma em lei); por outro lado, instituições formais se relacionam com instituições informais (*verbi gratia*, uma lei que se transforma em costume). Assim, as instituições formais e informais diferem por diversos motivos: nas instituições formais ocorrem mudanças em menor espaço de tempo, precisam da ação coerciva do Estado para serem observadas; as instituições informais, por sua vez, não necessitam de ação coerciva do Estado, pois dependem das crenças do seu povo. As crenças não mudam em espaços de tempos curtos, pelo contrário, demoram muito tempo para se consolidarem (ESTEVÃO, 2004).

Partindo da teoria da base econômica, Schwartzman (1975) explica que o desenvolvimento de uma região depende do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional, ou seja, deve apresentar duas condições necessárias para o desenvolvimento: 1) manutenção do dinamismo do produto de exportação; 2) a difusão do dinamismo para outros setores da economia (Figura 7).

A primeira condição é ter um crescimento da renda real de uma economia para se ter desenvolvimento econômico. Sendo assim, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa expressiva para que condições necessárias ao desenvolvimento sejam criadas na região.

Na segunda, a difusão ocorre quando o produto de exportação desenvolve outros setores da economia e, para que isso aconteça, é necessário que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição de renda atinja um número elevado de pessoas e que surjam outras bases de exportações.

Figura 7 – Fatores que condicionam a capacidade de uma região se desenvolver a partir de uma base econômica



Fonte: Schwartzman, (1975), adaptado pelo autor

Para manter o dinamismo dos produtos de exportação, dois fatores são importantes: 1) a elasticidade-renda da demanda que determina a possibilidade da região manter o seu dinamismo por meio de um só produto de exportação, ou seja, tendo o produto uma baixa elasticidade-renda, não haverá uma tendência para o aumento de suas vendas à medida que as regiões importadoras se desenvolvem; 2) custo do produto de exportação, a redução do custo do produto fará com que haja um aumento da sua capacidade competitiva; portanto, deve melhorar a rede de transporte e/ou pelo aumento da produtividade através dos fatores de produção.

Schwartzman (1975) também considera quatro variáveis estratégicas para o desenvolvimento regional:

- 1) a propensão a importar contida na análise do multiplicador, a qual depende da função de produção do produto de exportação, da distribuição de renda e das características tecnológicas da base ao requerer mais ou menos insumos que podem ser produzidos na região a preços competitivos;

- 2) a propensão a consumir e a poupar, que também será influenciada pela função de produção, via distribuição de renda;
- 3) os custos de transferência;
- 4) as variações na produtividade, que constituem os fatores que influenciam o custo de produção da base e são influenciadas pelas variações tecnológicas e pelos fluxos de fatores de produção escassos que a região consegue atrair.

A atividade total de uma região apresenta uma dicotomia bastante nítida, constando, de um lado as atividades básicas (exportação) e, do outro, as atividades locais (mercado interno). Na concepção de North (1977b), a região só se desenvolve a partir da sua base exportadora e dos arranjos institucionais para fortalecer essa base. As rendas geradas pela procura externa de bens e de serviços impulsionam as atividades locais e diminuem os custos de transação. Esse conceito de base econômica ou de exportação pode ser empregado para a análise tanto de regiões como de setores ou de ramos de atividades urbanas.

A matriz institucional e a governança (Figura 7) complementam os fatores que condicionam a capacidade de uma região se desenvolver. A matriz institucional, segundo North (1991; 1994) ocupa um lugar central na análise do processo de desenvolvimento econômico, porque define o ambiente em que funciona a economia e promove a interação entre as pessoas, e porque a mudança institucional define o modo como a sociedade evolui no tempo. A matriz institucional é formada pelo conjunto de instituições políticas, econômicas e sociais de uma sociedade

As instituições representam, ao longo da história, a manutenção da ordem e a redução das incertezas nas sociedades. Elas são importantes no sistema econômico quando existem diferentes níveis de informação entre os agentes econômicos, de incerteza no mercado, e grande número de concorrentes. Há de se considerar, também, os custos de transação que criam pontos críticos no desempenho econômico. Diante desses fatores de incerteza, é necessário que haja regras que orientem a direção a ser tomada, para que os problemas relacionados às interações entre os agentes sejam resolvidos, e para que os acordos sejam cumpridos (NORTH, 1991).

Governança, segundo Dallabrida (2011), é o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições por meio das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos, incluindo entre os atores representações dos agentes estatais.

O exercício da governança territorial acontece por meio da atuação dos diferentes atores, nas instituições, incluindo o Estado, e organizações da sociedade civil, em redes de

poder socioterritorial. Redes de poder socioterritorial compreende a representação de suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2003).

Assim sendo, utiliza-se o termo governança para referir-se às iniciativas ou às ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais; inclui-se, naturalmente, o Estado com seus diferentes agentes, que no caso do Brasil, estão presentes nas instâncias municipal, estadual e federal. A governança, assim, é o ato de atribuir poder à sociedade para governar. Portanto, o exercício da governança é realizado por meio de relações de poder (DALLABRIDA, 2003; 2007).

Esses fatores que condicionam a capacidade de uma região se desenvolver a partir de uma base econômica, juntamente com a matriz institucional e a governança do Brasil e do Estado do Tocantins. Quando bem empregada as ações, poderão influenciar no processo de desenvolvimento regional, atuando efetivamente com políticas públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal, incentivando a interação setorial, sua inovação, principalmente com financiamentos e concessão de crédito, além de outras políticas, tais como construção e melhoria da rede de transporte, melhoria dos pequenos corredores estaduais e municipais que liga ao grande corredor do Estado, a BR-153, telecomunicações, políticas agroindustriais, dentre varias outras.

A base econômica, a matriz institucional e a governança podem condicionar a capacidade do Estado do Tocantins a se desenvolver e engatar os pequenos municípios que estão fora do núcleo do centro dinâmico de base diversificada.

3.2.2 Ambiente Organizacional

O ambiente organizacional surge a partir de diversas organizações na busca de diferentes objetivos. Nas palavras de North (1991), as organizações são os principais agentes de uma sociedade e dentro dessa categoria encontram-se os mais diversos entes, que são: corpos políticos (partidos políticos, o Senado, a câmara dos deputados, agências reguladoras); corpos econômicos (empresas, sindicatos, sítios, cooperativas); corpos sociais (igrejas, clubes, associações desportivas); e organizações educativas (escolas, universidades, centro vocacionais de capacitação).

Essas organizações buscam se especializar e adquirir conhecimento para que possam crescer, sejam nas áreas políticas, econômica ou social. Os setores que as organizações atuam são definidos pela matriz institucional vigente, onde estão as organizações que buscam canalizar seus recursos para os setores, aumentando as chances de sobrevivência (NORTH, 1994).

Na visão de Parada (2003), as organizações são constituídas por grupos de indivíduos envolvidos em interesses comuns e com objetivos certos. As instituições determinam organizações e, ao mesmo tempo, essas organizações interferem no desempenho das instituições.

Para Gala (2003), as organizações surgem do *framework* institucional de uma sociedade num determinado momento do tempo. Daí por diante, passam a interagir com outras organizações, com as próprias instituições e com as tradicionais restrições da teoria econômica. Dessa interação, surge o desempenho econômico das diferentes sociedades, bem como sua trajetória institucional e, ao longo do processo histórico, as diversas organizações esforçam-se de várias maneiras, buscando melhores *playoffs* para suas ações.

Assim, de acordo com North (1991), as organizações podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas, *verbi gratia* em novas tecnologias de produção, podem investir em atividades redistributivas, na própria alteração das regras do jogo, mudando a matriz institucional sob a qual estão operando. Dessa forma, com os estímulos oferecidos pela matriz institucional, há a possibilidade de surgir organizações que poderão atuar na busca de diferentes objetivos.

Para Saes (2000), as organizações podem ser consideradas como uma rede de contratos, que incluem controles e incentivos, mas os mecanismos de governança não se reduzem a tais contratos. Como os indivíduos têm sua racionalidade limitada e comportamento oportunista, esses elementos acentuam ainda mais a incompletude contratual.

Assim, Williamson (1996) reforça o papel das organizações no controle e cumprimento de contratos estabelecidos, dizendo: “uma estrutura de governança é um conjunto de instituições inter-relacionadas, com a capacidade de garantir a integridade de uma transação”. Dessa forma, a governança trata da justiça, da transparência e da responsabilidade das empresas no trato de questões que envolvem os interesses do negócio e os da sociedade como um todo.

Pode-se dizer que a governança está focada no comportamento individual das firmas e indivíduos, tendo como desafio de entender como se formam e se modificam as estruturas de

governança, ou seja, o conjunto de instituições que permite que um determinado tipo de transação se realize de forma contínua.

O conceito de governança ou instituições de governança compreende os processos que sustentam atividades e transações econômicas, protegem direitos de propriedades e atuam no sentido de provê infraestrutura física e organizacional. Esses processos podem ser conduzidos por intermédio de instituições formais ou não. A governança inclui as instituições e organizações que sustentam as transações econômicas e protegem o direito de propriedade por meio de regras, regulamentos e informações necessárias, que possibilitam interações entre diferentes atores econômicos. Diferentes instituições de governança podem explicar diferentes crescimentos econômicos ou a diferença entre o desenvolvimento ou não (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1996).

As instituições possuem mecanismos de incentivo para que os membros ajam de acordo com a organização. Na visão de Saes (2000), os mecanismos de incentivo são instrumentos para agregar o grupo em um interesse comum. Mecanismos de controle relacionam-se com o fluxo de informações que a organização procura obter de cada um de seus integrantes.

As organizações, portanto, são consideradas os agentes principais de mudança institucional na teoria de North (1991). Todavia, são as instituições formal e informal, que estão relacionadas à sua gênese e ao modo com essa se relaciona dentro de um cenário regional de crescimento e mudança institucional.

O arcabouço teórico e as literaturas apresentadas permitem sustentar os problemas e os propósitos deste estudo. É nessa perspectiva que a base econômica, institucional e governança interagem para argumentação desta pesquisa.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos que encaminha para alcançar os objetivos propostos e aos questionamentos desejados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Existem diferentes métodos a serem utilizados para obter resultado de uma pesquisa, cada método, ou cada caminho faz referência aos procedimentos utilizados para aqueles que buscam entender ou explicar algo. O método pode ser entendido como: “um sistema especial de regras, que se organiza para priorizar a consecução de novos conhecimentos e a prática transformação da realidade” (LAKATOS, 1989, p. 34).

Assim, o método de pesquisa pode ser visto como um conjunto de procedimentos que lança mão de instrumentos e de técnicas necessárias, com o objetivo de buscar respostas ao problema.

Na concepção de McGuigan (1976) e Meyer (1981) os métodos podem ser classificados em três tipos diferentes: 1) o raciocínio dedutivo; 2) o raciocínio indutivo; e, 3) o hipotético-dedutivo ou indutivo-dedutivo. Essa classificação está relacionada com a trajetória da ciência. Dessa forma, objetivando demonstrar o método que será adotado nesta pesquisa se faz necessário adentrar no campo da história econômica para entender a divisão territorial do norte de Goiás, bem como apreender como se encontra o processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

Esta pesquisa se caracteriza pela análise exploratória, estruturalista e de percepção. Em decorrência das questões do problema de pesquisa, tornou-se útil o emprego de dados quantitativos e qualitativos.

O primeiro objetivo foi respondido por uma abordagem histórica, por meio de uma revisão de literatura sobre o processo de divisão do norte de Goiás. No segundo, dentro de um contexto positivista, foram analisados os dados quantitativos, estimando as desigualdades dos municípios do Tocantins pelo Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). Para responder ao terceiro objetivo, foi necessária uma abordagem qualitativa, lançando mão de uma pesquisa de campo, entrevistando um grupo de atores-chaves (*Stakeholders*) que participaram do processo de criação e das decisões relacionadas ao processo de desenvolvimento regional do estado do Tocantins, o método de análise, nesta parte, foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

4.1 PRESSUPOSTO DA PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Nas palavras de Demo (2006), desmitificar a pesquisa científica significa reconhecer sua inserção natural no cotidiano e na socialização do conhecimento. A pesquisa passa a ser não apenas a busca do conhecimento como terminalidade, mas uma atitude política diante do mundo e uma proposta emancipatória dos sujeitos sociais. Adotando tal perspectiva reconhece-se a existência de horizontes não empíricos na realidade. Nesse olhar, na pesquisa qualitativa, o pesquisador não somente acumula dados, mas fortalece a necessidade de questionar os fatos, ciente de qualquer conhecimento que possa ajudá-lo a compreender a realidade que o cerca.

Isso posto, a presente seção fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa. O que delimita o universo de aplicação dos estudos qualitativos nas ciências sociais não é a quantidade de amostras investigadas ou o tamanho populacional, mas o aprofundamento de determinados fenômenos humanos e sociais, cuja delimitação, análise e interpretação são abordadas sobre técnicas qualitativas de investigação.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa parte de problemas ou pontos de investigação amplos, que melhor se delineiam como desenvolvimento do estudo. Adquire dados descritivos relacionados às pessoas, aos lugares e aos processos interativos, pelo contato direto com a situação investigada, ao estudar os fenômenos de acordo com a visão dos sujeitos e atores participantes da situação. No caso desta pesquisa, pretende-se trabalhar com os atores sociais, econômicos e políticos.

O pesquisador pode lidar tanto com métodos quantitativos quanto qualitativos. O uso de uma metodologia ou de outra dependerá muito do tipo de problema a ser investigado e dos objetivos da pesquisa. É preciso saber escolher o melhor método a ser utilizado, isso depende, fundamentalmente, da competência do pesquisador. Esse deve ter uma boa intuição, imaginação e experiência tanto para lidar com a metodologia quantitativa quanto com a qualitativa.

Nesta pesquisa pretendeu-se fazer uma interlocução entre o método quantitativo e qualitativo, amarrando-os e entrelaçando-os numa análise chamada de triangulação. Bouchard (1996) definiu triangulação como uma combinação de métodos de estudo de um mesmo fenômeno. Com isso, infere-se que a convergência entre dois métodos permite que se aumente a crença de que os resultados são válidos. Jick (1979) definiu-o como a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, defendendo que deveriam ser vistos como

complementares e não como rivais. Maxwell (1996) diz que a triangulação reduz o risco de que as conclusões de um estudo reflitam viesamentos próprios de um único método.

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos, assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, métodos e técnicas estatísticas descritivas. Sua proposta é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob múltiplos olhares e perspectivas. Esta contribui para novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (JICK, 1979; MAXWELL, 1996).

Toda pesquisa requer uma base filosófica para a investigação e todo pesquisador precisa estar ciente da visão de mundo implícita ou paradigma que guia seus estudos. Isso implica em dizer que, embora o pesquisador conviva com elevado grau de incerteza, é necessário que ele encontre o seu próprio caminho epistemológico. E é esse caminho que conduz à teoria e à prática (MORIN, 1998).

Nas palavras de Morin (1998) é preciso considerar que o conhecimento científico não tem por finalidade única decifrar o real e construir uma verdade definitiva de como os fatos ocorrem, mas sim entendê-lo como algo socialmente construído e situado.

A teoria da complexidade, segundo Morin²¹ (1996, 2015) estuda os sistemas adaptativos complexos e defende a interligação de todos os conhecimentos do universo estão interligados. A complexidade é um paradigma que permeia o pensamento do saber não fragmentado, relacional, interdisciplinar e holístico, cuja base, enquanto teoria permeia uma melhor compreensão dos seres humanos.

Torna-se importante diferenciar, sumariamente, a pesquisa quantitativa da qualitativa. Essas duas formas muitas vezes se inter-relacionam ou se complementam, quando são utilizadas paralelamente, pois seus resultados são para desvendar a mesma questão, só que analisadas de forma distinta. Uma pesquisa quantitativa busca resultados rígidos, pontuais, os quais representarão a situação naquele dado momento, com resultados estanques e frios. E na maioria das vezes, utiliza-se de métodos matemáticos e estatísticos para buscar resultados. A pesquisa qualitativa busca incluir o senso comum, o conhecimento empírico para desvendar e responder aos questionamentos das pesquisas (DEMO, 2006).

Complementando essa ideia Ferrera de Lima e Desbiens (2009) destacam que a pesquisa qualitativa pode complementar a quantitativa ao captar elementos psicossociais dentro de questões que versam sobre o desenvolvimento regional. Dessa forma, a pesquisa

²¹ Sobre a teoria da complexidade consulta Morin (1996, 1998, 2015).

qualitativa capta com outro olhar que não é percebido pelos números, tabelas e dados quantitativos.

Segundo Silva (2008, p. 29), “o que difere uma abordagem da outra é o fato de o paradigma qualitativo não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”.

Já para Marconi e Lakatos (2008, p. 269),

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhadas sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento.

Ainda conforme Silva (2008, p. 29)

Pode-se dizer que as investigações qualitativas têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais.

Essas questões são de difícil mensuração, mas são significativas para uma profunda explicação dos fatos. Numa abordagem qualitativa, as diferenças são bem significativas, abordando pontos de vista diferenciados em relação ao problema da pesquisa. Nesse sentido, Bauer, Gaskell e Allum (2008, p. 23) elaboraram as diferenças entre os dois tipos de pesquisa. A Tabela 1 apresenta as principais diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa.

Tabela 1 – Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa

	Estratégias	
	Quantitativas	Qualitativas
Dados	Números	Textos
Análise	Estatística	Interpretação
Protótipo	Pesquisa de Opinião	Entrevista em profundidade
Qualidade	<i>Hard</i>	<i>Soft</i>

Fonte: Bauer, Gaskell e Allum (2008, p. 23).

No final dos anos 1990, a pesquisa qualitativa ganhou corpo no meio acadêmico brasileiro com o surgimento crescente de publicações, Teses, dissertações e livros texto, os

quais dão ênfase à prática nas diversas áreas de estudo. Nesse sentido, verificaram-se diversos conceitos de pesquisa qualitativa, dos quais serão destacados alguns.

Iniciando com uma definição que Flick (2009, p. 16) ele considera como inicial e genérica:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada, que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem (FLICK, 2009, p. 16).

Para Richardson (1999, p. 90), a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

Nesse sentido, continua Godoy (1995), busca-se a qualidade da pesquisa, ou seja, explicações do porque em alguns lugares ocorrem fatos de uma forma e em outros, com cenários bem parecidos ocorre de forma diferente. E tal qualidade não se obtém somente com dados quantitativos ou qualitativos, isso depende da junção dos dois métodos. Primeiramente realiza-se um levantamento da quantidade de componentes do universo para depois separá-los por especificações, determinando a qualidade dos fatos. O mesmo problema é enfrentado nos dois tipos de pesquisa, que é a interpretação dos dados. Às vezes, uns com um poder explicativo mais restrito e outro mais amplo.

Tanto para Godoy (1995) como para Flyck (2009), a abordagem que se dá à pesquisa qualitativa é subjetiva, ou seja, é algo que será obtido da vivência de cada lugar, de cada instituição, de cada pessoa, desvendando o porquê que as coisas foram feitas daquela maneira.

Dessa forma, pode ser verificado tudo aquilo que influenciou as tomadas de decisão, em que estão envolvidos sentimentos, aprendizados, influências, consenso, união, objetivos, e assim por diante, diferente de dados e números frios, que, por vezes não definem adequadamente a realidade dos fatos.

Esta pesquisa caracteriza-se pelo método quanti-quali. A seguir abordou-se o método quantitativo do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR); Medidas de Localização e, na sequência apresentou-se o método qualitativo “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC).

4.2 MÉTODO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IDR)

O método do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) tem como o propósito de identificar e classificar os municípios polos de base econômica²², intermediários e retardatários no Estado do Tocantins, proposto por Gualda (1995, 2003), que foi construído a partir da metodologia análoga a apresentada por Sen (1990) para avaliar o grau de desenvolvimento dos países. O trabalho de Sen (1990) foi originalmente empregado pelo Programa das Nações Unidas – PNUD, para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual foi estimado para 130 países em 1990.

A partir das adequações feitas pelo PNUD, outros autores elaboraram algumas derivações desse índice. Rodrigues (1994) construiu o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) para avaliar o grau de desenvolvimento social das grandes regiões brasileiras e dos estados brasileiros. Gualda (2003) empregou o Índice de Desenvolvimento Regional para identificar quais são os municípios que apresentam características de polos de crescimento regional e os efeitos do processo de polarização sobre os demais municípios do Estado do Paraná, evidenciando o grau de dinamicidade do município em relação ao desempenho médio estadual. Isto é, procura-se com este indicador identificar se um município é dinâmico ou não, dentro do processo de desenvolvimento regional.

Eberhardt e Ferrera de Lima (2012) utilizaram-se desse indicador para analisar o perfil e o estágio do desenvolvimento das Microrregiões do Estado do Paraná, nos anos de 2000 e 2007. Nessa mesma temática, Ferrera de Lima et al. (2012) mensuraram as desigualdades regionais no Brasil, elaborando o Indicador de Desenvolvimento Regional para os estados brasileiros, a partir das variantes econômicas e sociais.

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi construído a partir de indicadores sociais e econômicos que apresenta o grau de desenvolvimento que cada município se encontra. Foi dado maior peso para o indicador econômico, pois o município com melhor situação econômica possui melhores condições para investir em saneamento básico, (água e esgoto), educação e saúde, sem contar na capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social.

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) mostra o grau de dinamismo de cada município em relação ao desempenho médio estadual no processo de desenvolvimento regional. É construído com base no município que apresenta o maior valor para cada variável.

²² Da qui para frente segue a classificação dos municípios do Tocantins como: Municípios Polos de Base Econômica; Municípios Intermediários de Base Econômica e Municípios Retardatários de Base Econômica.

O indicador parcial de cada município auferido em cada variável atrelado ao município com maior valor. Isso quer dizer que, se um município aumentou seu índice em relação ao período anterior, esse município obteve aumento proporcional maior que o município que obteve o maior valor para aquela variável (FERRERA DE LIMA et al., 2012).

A construção do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi necessário à ordenação dos dados e informações referente aos 139 municípios tocaninenses. Como o objetivo é medir a evolução do processo de desenvolvimento regional e a dinamicidade dos municípios, os dados foram coletados em três momentos distintos no tempo, para que fosse possível ranquear e analisar a conjuntura de sua evolução.

A partir dos dados levantados de cada município tocaninenses, foi construído o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) para o período de 1990, 2000 e 2010. Cabe salientar que em 1990 o estado do Tocantins contava com 79 municípios. Foram criados mais 60 municípios durante a década de 1990. Dessa forma para os anos 2000 e 2010 a construção do IDR se deu para os 139 municípios. A Figura 8, que representa o objeto deste estudo, representa os 139 municípios identificados com numeração; na sequência, na Tabela 2, consta a relação dos nomes dos respectivos municípios.

Para descrição dos pesos das variáveis selecionadas adotou-se a metodologia proposta por Guarda (1995), a qual se baseou na metodologia análoga a apresentada por Sen (1990) para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme descrita no Quadro 1. Para a escolha das variáveis, levou-se em conta o impacto social e econômico sobre o desenvolvimento regional.

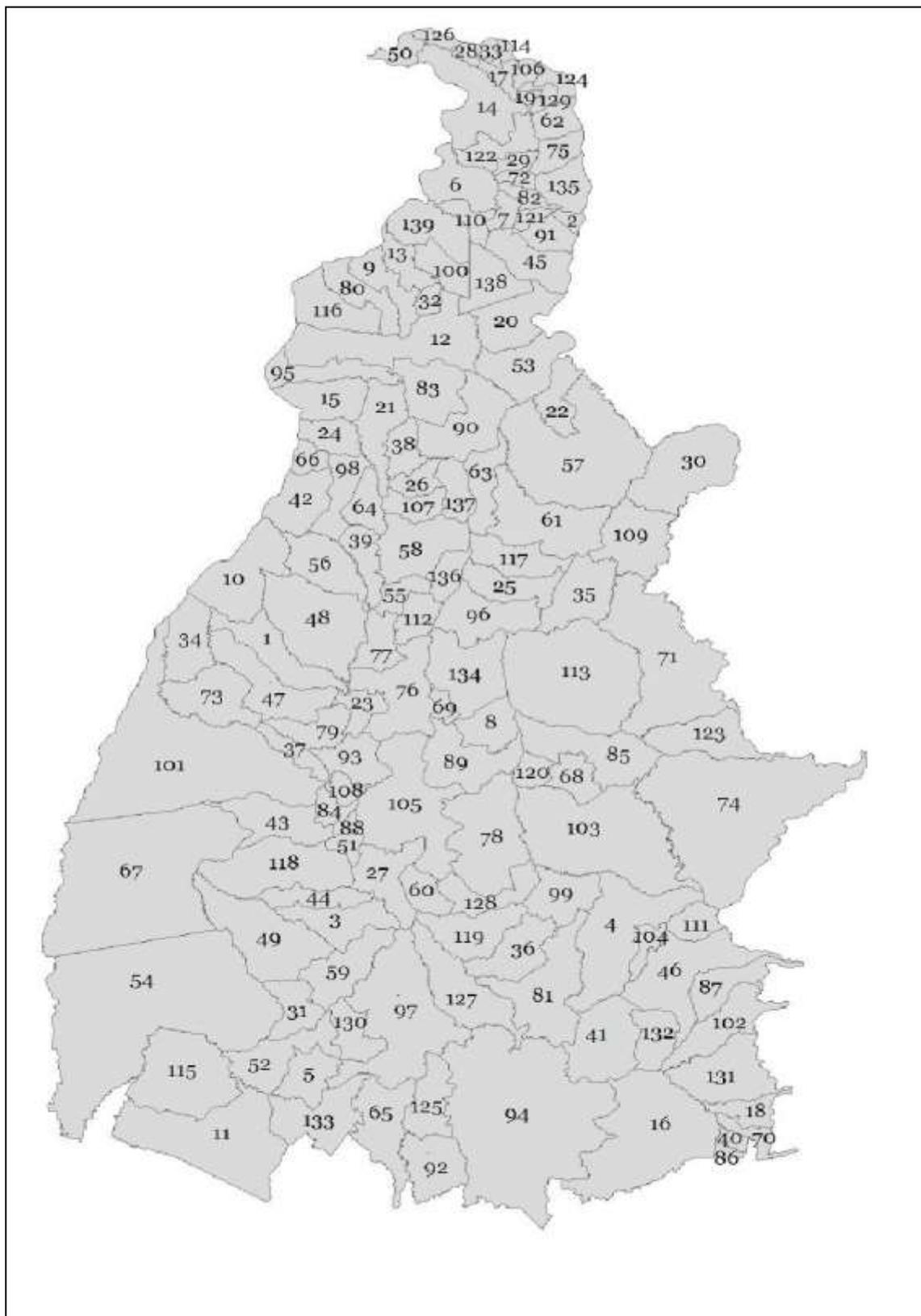
Quadros 1 – Variáveis sociais e econômicas utilizadas para estimar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) com os respectivos pesos

Indicador Social (IS)	Indicador Econômico (IE)
População urbana (0,05)	PIB municipal (mil reais) (0,30)
População rural (0,05)	ICMS (0,15)
Consumo de energia elétrica residencial (Mwh) (0,15)	Fundo de participação municipal (FPM) (0,05)
Média de anos de estudos (0,15)	IPVA (0,05)
Médicos por mil habitantes (0,10)	Consumo de energia setorial (Mwh) (0,05)
% de água encanada (0,10)	Emprego (0,40)
% de coleta de lixo (0,05)	-
Leito hospitalar por habitante (0,05)	-
Despesas municipais com saneamento e saúde (0,10)	-
% de pessoas pobres no município (-0,10)	-
Despesas com educação e cultura (0,10)	-

Fonte: Adaptado de Gualda (1995; 2003).

Os indicadores expostos no Quadro 1 refletem as condições gerais de vida da população. Com a melhora no desempenho dos indicadores econômicos, o Estado ou o município conseguirá mais recursos para investir e melhorar os indicadores sociais. Por exemplo, investimentos em educação e saúde possibilitam a melhora do desempenho do capital humano, com reflexos na produtividade dos trabalhadores. O aumento da produtividade dos trabalhadores pode oportunizar maior ganho de renda a eles. Com as indústrias aumentando a produção e utilizando mais mão de obra, o governo arrecadará mais impostos, obtendo mais recursos para ampliar o sistema de saneamento e esgoto, assim tende a aumentar a qualidade dos sistemas de educação e saúde.

Figura 8 – Representação da localização dos Municípios do Estado do Tocantins



Fonte: IBGE (2010), adaptado pelo autor.

Tabela 2 – Relação dos Municípios do Estado do Tocantins

Municípios do Estado do Tocantins					
1	Abreulândia	48	Dois Irmãos do Tocantins	95	Pau d' Arco
2	Aguiarnópolis	49	Dueré	96	Pedro Afonso
3	Aliança do Tocantins	50	Esperantina	97	Peixe
4	Almas	51	Fátima	98	Pequizeiro
5	Alvorada	52	Figueirópolis	99	Pindorama do Tocantins
6	Ananás	53	Filadélfia	100	Piraquê
7	Angico	54	Formoso do Araguaia	101	Pium
8	Aparecida do Rio Negro	55	Fortaleza do Tabocão	102	Ponte Alta do Bom Jesus
9	Aragominas	56	Goianorte	103	Ponte Alta do Tocantins
10	Araguacema	57	Goiatins	104	Porto Alegre do Tocantins
11	Araguaçu	58	Guaraí	105	Porto Nacional
12	Araguaína	59	Gurupi	106	Praia Norte
13	Araguanã	60	Ipueiras	107	Presidente Kennedy
14	Araguatins	61	Itacajá	108	Pugmil
15	Arapoema	62	Itaguatins	109	Recursolândia
16	Arraias	63	Itapiratins	110	Riachinho
17	Augustinópolis	64	Itaporã do Tocantins	111	Rio da Conceição
18	Aurora do Tocantins	65	Jaú do Tocantins	112	Rio dos Bois
19	Axixá do Tocantins	66	Juarina	113	Rio Sono
20	Babaçulândia	67	Lagoa da Confusão	114	Sampaio
21	Bandeirantes do Tocantins	68	Lagoa do Tocantins	115	Sandolândia
22	Barra do Ouro	69	Lajeado	116	Santa Fé do Araguaia
23	Barrolândia	70	Lavandeira	117	Santa Maria do Tocantins
24	Bernardo Sayão	71	Lizarda	118	Santa Rita do Tocantins
25	Bom Jesus do Tocantins	72	Luzinópolis	119	Santa Rosa do Tocantins
26	Brasilândia do Tocantins	73	Marianópolis do Tocantins	120	Santa Tereza do Tocantins
27	Brejinho de Nazaré	74	Mateiros	121	Santa Terezinha do Tocantins
28	Buriti do Tocantins	75	Maurilândia do Tocantins	122	São Bento do Tocantins
29	Cachoeirinha	76	Miracema do Tocantins	123	São Félix do Tocantins
30	Campos Lindos	77	Miranorte	124	São Miguel do Tocantins
31	Cariri do Tocantins	78	Monte do Carmo	125	São Salvador do Tocantins
32	Carmolândia	79	Monte Santo do Tocantins	126	São Sebastião do Tocantins
33	Carrasco Bonito	80	Muricilândia	127	São Valério da Natividade
34	Caseara	81	Natividade	128	Silvanópolis
35	Centenário	82	Nazaré	129	Sítio Novo do Tocantins
36	Chapada da Natividade	83	Nova Olinda	130	Sucupira
37	Chapada de Areia	84	Nova Rosalândia	131	Taguatinga
38	Colinas do Tocantins	85	Novo Acordo	132	Taipas do Tocantins
39	Colméia	86	Novo Alegre	133	Talismã
40	Combinado	87	Novo Jardim	134	Tocantínia
41	Conceição do Tocantins	88	Oliveira de Fátima	135	Tocantinópolis
42	Couto de Magalhães	89	Palmas	136	Tupirama
43	Cristalândia	90	Palmeirante	137	Tupirantins
44	Crixás do Tocantins	91	Palmeiras do Tocantins	138	Wanderlândia
45	Darcinópolis	92	Palmeirópolis	139	Xambioá
46	Dianópolis	93	Paraíso do Tocantins	-	-
47	Divinópolis do Tocantins	94	Paraná	-	-

Fonte: Figura 8.

4.2.1 Estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Após o levantamento e ordenação dos dados foi realizado a estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) que serve para classificar e ranquear, conforme o perfil econômico e social de cada município em relação ao estado nas seguintes etapas:

- 1) Participação relativa de cada município em relação ao total do Estado;
- 2) Construção dos índices parciais de cada variável;
- 3) Construção de indicadores social e econômico;
- 4) Elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional.

Uma vez determinado os indicadores sociais e econômicos, obteve-se, a partir da média aritmética ponderada desses elementos, o Índice de Desenvolvimento Regional, atribuindo-se peso (0,4) para o indicador social e (0,6) para o indicador econômico. No Quadro 2, apresenta-se os procedimentos da estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

Quadro 2 – Índices e variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Índices:	Variáveis:
$Part. = \frac{W_i}{\sum W_i}$	<p>W_i é o valor do município para a variável. $\sum W_i$ corresponde ao valor total do Estado.</p>
$IPWi = \frac{W_i - W_{\min}}{W_{\max} - W_{\min}}$	<p>IPW_i : índice parcial da variável W do município i; W_i é a participação da variável W do município i; W_{\min} corresponde à participação do município com o menor valor; W_{\max} corresponde à participação do município com o maior valor;</p>
<p>$IS_i = (IPU \times 0,05 + IPR \times 0,05 + ICE \times 0,15 + IMAE \times 0,15 + IMH \times 0,10 + IAE \times 0,10 + ICL \times 0,05 + ILH \times 0,05 + IDSS \times 0,10 + IPP \times (-0,10) + IDEC \times 0,10)$</p>	<p>IS_i = Indicador Social do Município i; IPU = Índice de participação da população urbana do município i; IPR = Índice de participação da população rural do município i; ICE = Índice de consumo de energia residencial do município i; $IMAE$ = Índice de média de anos de estudo do município i; IMH = Índice de médicos por mil habitantes do município i; IAE = Índice das unidades abastecidas com água encanada do município i; ICL = Índice de coleta de lixo do município i; ILH = Índice de leitos hospitalares por habitantes do município i; $IDSS$ = Índice de despesas com saneamento e saúde do município i; IPP = Índice de pessoas pobres do município i; $IDEC$ = Índice de despesas com educação e cultura do município i;</p>
<p>$IE_i = (IPIB \times 0,30 + ICMS \times 0,15 + IFPM \times 0,05 + ICES \times 0,05 + IPVA \times 0,05 + IE \times 0,40)$</p>	<p>IE_i = Indicador Econômico do estado i: $IPIB$ = Índice da Participação do Produto Interno Bruto do município i; $ICMS_i$ = Índice da Participação da Arrecadação do ICMS do município i; $IFPM$ = Índice do Fundo de participação do município i $ICES$ = Índice do Consumo de energia elétrica setorial do município i; $IPVA$: Índice de participação do IPVA arrecadado do município i; IE_i= Índice da participação do emprego total do município i;</p>
<p>$IDR_i = (IS_i \times 0,4) + (IE_i \times 0,6)$</p>	

Fonte: Adaptado de Gualda (1995; 2003).

Uma vez determinado o IDR para cada município, é possível ordená-lo segundo o grau de dinamicidade. Os municípios que apresentaram IDR igual ou superior a 0,1 foram classificados como municípios polos de desenvolvimento regional. Apresentam uma dinâmica na sua base produtiva com potencial de crescimento e de consumo. Os municípios cujo IDR situa-se no intervalo compreendido entre 0,099 a 0,050 foram considerados como

intermediários, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em crescimento, não obstante, sua dinâmica é inferior a dos municípios polos, pois conseguem atrair recursos e renda dos municípios retardatários. Os municípios com IDR abaixo de 0,050 foram considerados retardatários, sem qualquer capacidade de implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico, pois não conseguem reter nem atrair recursos de forma a assegurar as condições mínimas de um processo de desenvolvimento regional. Os critérios de classificação são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Municípios Polos de Base Econômica	IDR de 1,0 a 0,1
Municípios Intermediários de Base Econômica	IDR de 0,099 a 0,050
Municípios Retardatários de Base Econômica	IDR abaixo de 0,050

Fonte: Gualda (1995; 2003), adaptado pelo autor.

A classificação de Municípios Polos não segue a classificação clássica proposta por Perroux (1977) de polo de crescimento, o qual é tratado como um complexo industrial localizado, formado por atividades interdependentes, as quais surgiram a partir da instalação de uma unidade motriz.

A economia do Tocantins não apresenta uma industrialização de acordo com a teoria de Perroux (1977), uma vez que sua atividade econômica tem como base o comércio, a prestação de serviços, a administração pública, a pecuária e uma agricultura sem grande agregação de valor em seus produtos.

Nesta pesquisa segue-se a classificação de municípios polos como base econômica, o qual possui uma centralidade, que é exercida em sua área de influência, seja ela, pelo comércio e pelos serviços ofertados. Nesse sentido, a teoria do lugar central de Christaller (1966) afirma que o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas dependem do tipo de serviço fornecido ao seu entorno. Ou seja, as áreas de mercado de cada aglomeração urbana. A partir das áreas de influência, estabelece-se a hierarquia das aglomerações no espaço regional, quanto maior a centralidade que um município possui, maior será a área de influência e mais aglomerações na órbita de um centro.

Com o aumento dos indicadores econômicos, o município terá recursos para melhorar os indicadores sociais. Com o aumento de produtividade dos trabalhadores, eles tendem a auferir maior renda e despendem mais com consumo. Com maior consumo, as firmas tendem a aumentar a sua produção de bens e serviços e a empregar uma parcela maior de mão de obra,

significa maior receita tributária para o município e Estado que poderá ampliar seus gastos em melhorias sociais.

Foi adotado o PIB Municipal agregado (indústria, comércio e serviço), uma vez que o PIB per capita apresentou distorção na elaboração do IDR. Municípios com baixa população, mas com PIB relativamente alto, quando estimado o IDR com o PIB per capita, elevava sua posição de municípios retardatários para intermediários, o que ficava distorcido de sua realidade social e econômica. Foi o caso do município Bandeirantes do Tocantins, quando estimado pelo PIB per capita, apresentou IDR com a mesma classificação do município de Colinas.

4.3 FONTE DE DADOS E VARIÁVEIS SELECIONADAS

Para atingir o objetivo, as variáveis que compõem a base de dados são provenientes dos seguintes órgãos: Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins (SEPLAN-TO); Secretaria de Fazenda do Tocantins (SEFAZ-TO), Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais (MTE/Rais), Contas Regionais do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado PNUD Brasil; Ministério da Saúde (Data SUS); Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEADATA); Censo Demográfico (IBGE). Todos os dados foram coletados para os seguintes anos: 1990, 2000 e 2010.

Os Quadros 4 e 5 apresentam as descrições das variáveis sociais e econômicas, bem como a fonte de dados e a ponderação utilizada.

Quadro 4 – Descrição das variáveis sociais, fontes de dados e ponderação

Variáveis Sociais	Fonte de dados	Ponderação das variáveis
População Urbana	IBGE, censo demográfico 1991,2000 e 2010	O Índice de participação de análise foi ponderado pela população do município, dividido pela população total do estado.
População Rural	IBGE, censo demográfico 1991,2000 e 2010	O Índice de participação de análise foi ponderado pela população do município, dividido pela população total do estado.
Consumo de energia elétrica residencial	Ipeadata, 1990 2000 e 2010	O índice foi ponderado pelo consumo de energia total do estado, dividido pelos números de domicílios de cada município.
Média de ano de estudos	PNUD, Ipeadata, 1990 2000 e 2010	Razão entre o somatório de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 anos ou mais, de idade e o número de pessoas nessa faixa etária.
Médicos por mil habitantes	DataSus e Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	Razão entre o total de médicos residentes no município e o total de habitantes do mesmo, vezes mil. Incluem-se os acadêmicos de hospital (médicos residentes).
Água encanada	PNUD, Ipeadata, 1990 2000 e 2010	Percentagens de domicílios atendidos com água tratada.
Coleta de Lixo	PNUD, Ipeadata, 1990 2000 e 2010	Percentagens de domicílios atendidos com a coleta de lixo.
Leitos hospitalares	DataSus e Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	O índice foi ponderado a partir dos números de leitos disponíveis para o estado, dividido pelo total de habitantes de cada município.
Saneamento e Saúde	Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	Despesas com saneamento e saúde municipal. Os valores estão deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 29/11/2012, pelo Ipeadata.
Pessoas pobres	PNUD, Ipeadata, 1990 2000 e 2010	Percentagem de pessoas pobres, em caracteres habitacionais, precariedade de empregos e níveis mínimos de condição de sobrevivência. Foram consideradas pessoas pobres com renda per capita de até R\$ 154,00 mensais.
Educação e Cultura	Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	Despesas com educação e cultura do município. Os valores estão deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 29/11/2012, pelo Ipeadata.

Fonte: IBGE, PNUD, Ipeadata, DataSus (1990, 2000 e 2010).

Quadro 5 – Descrição das variáveis econômicas, fontes de dados e ponderação

Variáveis Sociais	Fonte de dados	Ponderação das variáveis
PIB Municipal	Contas Regionais do IBGE e Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	Tudo que é produzido pelos municípios nos setores: agropecuária, indústria e serviços. Os valores estão em Mil reais, deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 20/06/2013, pelo Ipeadata.
ICMS	Sefaz – TO e Ipeadata, 1990, 2000 e 2010	O ICMS é importante porque mede o tamanho das movimentações realizadas pelos setores de comércio. Isto quer dizer que quanto maior o ICMS arrecadado, maior é a parcela da renda que a população está disposta a aplicar para adquirir mercadorias. Os valores estão em reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 29/11/2012, pelo Ipeadata.
FPM	Ipeadata, Ministério da Fazenda, 1990, 2000 e 2010.	Fundo de Transferência Municipal – FPM: Destina-se ao registro das transferências referente ao FPM. O FPM, com objetivos redistributivos, é composto por 22,5% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produto Industrializado. Os valores estão em reais, deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 29/11/2012, pelo Ipeadata.
IPVA	Ipeadata, Ministério da fazenda, 1990, 2000 e 2010	Destina-se ao registro do valor da parcela que compete ao município (50%), referente ao produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, incidente sobre a frota automotiva licenciada no município. Quanto maior o IPVA, maior é a renda que a população dispõe para adquirir veículos. Os valores estão em reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional e atualizado em 29/11/2012, pelo Ipeadata.
Energia Setorial	Ipeadata e RAIS, 1990, 2000 e 2010	Total consumido em Mwh pelos setores industrial, comercial, na iluminação e poderes públicos. Os dados foram ponderados pelo número total de estabelecimentos de cada município, disponibilizados pela RAIS.
Emprego Formal	Ministério do Trabalho/RAIS, 1990, 2000 e 2010	Total de indivíduos empregados com carteira assinada de cada município.

Fontes: Sefaz-TO, Ministério do Trabalho; Ipeadata, Contas Regionais, Ministério da Fazenda (1990, 2000 e 2010).

A seguir, será apresentado as medidas de localização para comparar a participação percentual da mão de obra formal do município com a participação percentual no total do Estado do Tocantins.

4.4 ANÁLISE REGIONAL: MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO

Esta seção tem por objetivo estimar os indicadores de análise regional para cada município do estado do Tocantins entre 2000 e 2010. A análise regional que tem por escopo de quantificar os setores, ou ramos de atividades econômicas mais dinâmicas²³ em determinada região ou cidade, a partir das medidas de localização. Nesta pesquisa foram explorados apenas três indicadores, quais são: Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Associação Geográfica e o Multiplicador de emprego no entanto existem diferentes indicadores de análise regional.

Nas palavras de Haddad (1989) e Ferrera de Lima (2010), essas medidas fornecem elementos explicativos para os conhecimentos dos padrões de localização das atividades produtivas e sua capacidade de atração e adensamento ao longo do tempo.

Os indicadores de análise regional permitem ainda a comparação de regiões com tamanhos diferentes ao utilizar valores relativos. Esses indicadores são ferramentas que dão importância relativa de uma modalidade ou categoria numa região, comparando seu “peso” ou participação nas outras regiões.

A variável utilizada na análise será os números de emprego formal distribuído por setores de atividade. Pressupõe-se que os setores mais dinâmicos empreguem mais mão de obra no decorrer do tempo. Por outro lado, a ocupação da mão de obra reflete-se na geração e distribuição da renda regional ou local, o que estimula o consumo e, conseqüentemente a dinâmica da região.

Os dados de emprego formal foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O período de análise foram os anos de 2000 e 2010. Não foi possível fazer a análise para o ano 1990 pela ausência de números de empregos nos setores de atividades dos 79 municípios do Tocantins.

Com a definição da variável utilizada, as atividades foram agrupadas de acordo com a classificação dos ramos de atividades produtivas e dos subsetores de atividade econômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a saber: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

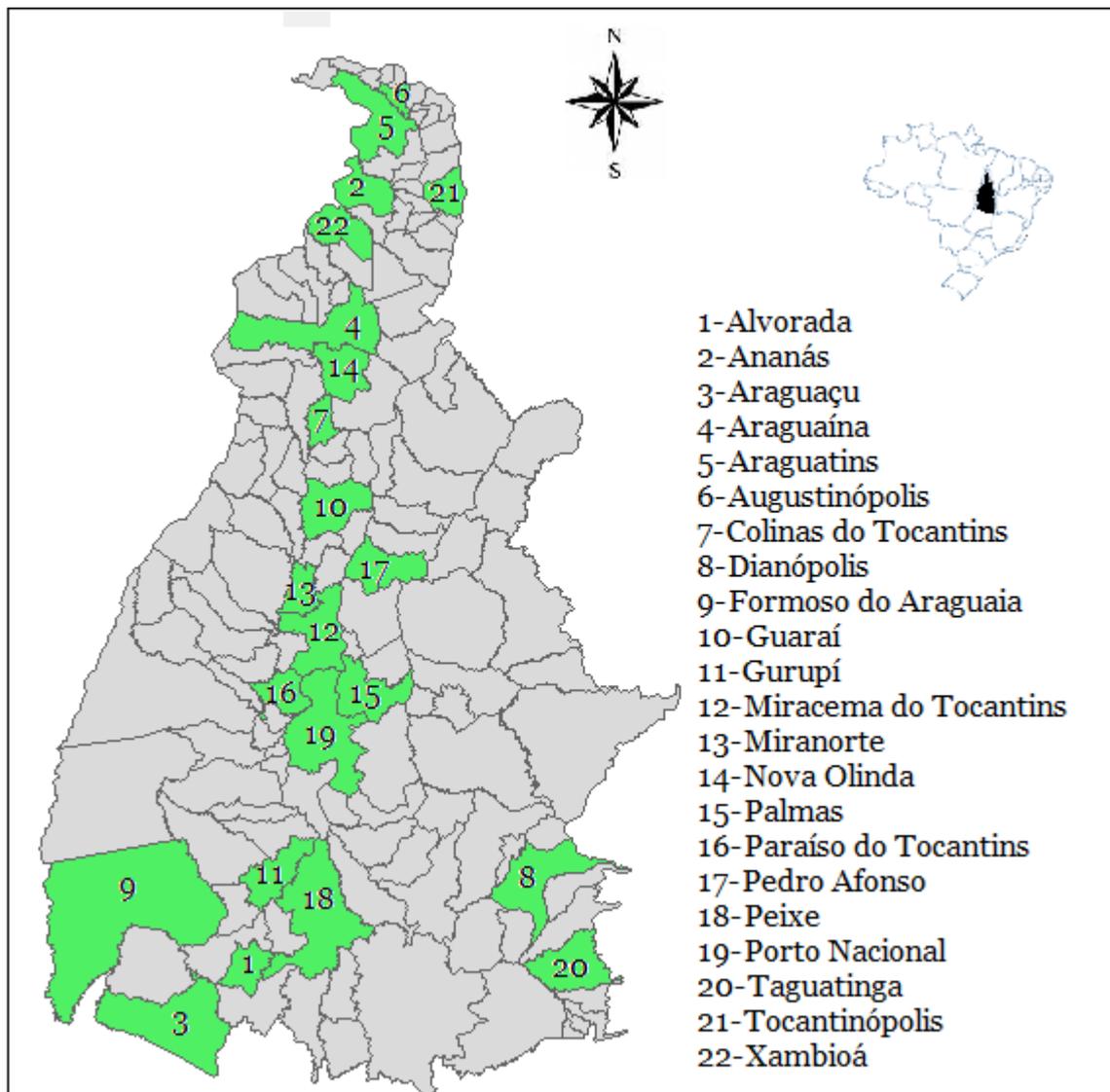
²³ O termo dinâmico nesta pesquisa se refere ao movimento ou à força das atividades que estão mais próximas do centro consumidores de bens e serviços, como por exemplo: Shopping Center. Não dinâmica é o contrário.

Na análise regional foram selecionados todos os municípios do estado, no entanto apenas 22 (vinte e dois) municípios apresentaram uma dinâmica significativa, com mais de mil empregos formais.

Figura 9 resolveu estabelecer na totalidade dos municípios para expor a realidade de todos, uma vez que os mesmos possuem baixos empregos formais.

Nos Apêndices E, F e G encontram-se todas as estimativas para os 139 municípios do Tocantins, para período de 2000 e 2010. No Apêndice A tem-se a relação completa de todos os municípios com seus respectivos números de empregos formais. Os vinte e dois municípios selecionados encontram-se na Figura 9.

Figura 9 – Os Vinte e dois municípios que apresentaram maiores números de empregos formais no Tocantins em 2010



Fonte: IBGE (2010), adaptado pelo autor; Rais, 2010

Nos municípios selecionados, na Figura 9, apresenta-se um corredor de municípios situados à margem da Rodovia Belém- Brasília, a BR-153. São cidades na qual a proximidade entre elas estimula a localização de atividades econômicas complementares. Esse corredor é composto por cidades cujas economias progridem e se reforçam, fazendo a região crescer mais rapidamente. Esse corredor de progresso, é formado entre a capital, Palmas (15), e as cidades de Gurupi (11) e Araguaína (4).

Para estimativa das medidas de localização, as informações serão organizadas em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial de uma variável-base, ou seja, emprego. Utilizou-se o emprego formal por ramos de atividades como variável-base. As colunas mostram a distribuição do emprego entre os municípios, e as linhas mostram a distribuição da mão de obra por setor de todos os municípios. A partir dessa distribuição, têm-se as seguintes equações: Mão de obra no ramo produtivo i do município j ;

$$E_{ij} = \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ do município } j; \quad (1)$$

$$\sum_j E_{ij} = \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ do município } j; \quad (2)$$

$$\sum_i E_{ij} = \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos do município } j; \quad (3)$$

$$\sum_i \sum_j E_{ij} = \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos e todos os municípios} \quad (4)$$

A partir das equações (1, 2, 3, 4), organizou-se o Quadro 6 que apresenta as medidas de localização e o multiplicador de emprego. As medidas quociente locacional e coeficiente de associação geográfica são de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades produtivas entre os municípios, ou seja, procuram identificar padrões de concentração ou dispersão de mão de obra por ramos de atividade, num determinado período.

A equação do quociente Locacional (QL), apresentada no Quadro 6, e utilizada para comparar a participação percentual da mão de obra de município com a participação percentual no total do Estado. O QL pode ser analisado a partir de setores específicos ou no seu conjunto. A importância do município no contexto estadual, em relação ao setor estudado, é demonstrada quando QL assume valor ≥ 1 , demonstrando atividades básicas. Como o quociente é medido a partir de informações de mão de obra, emprego, os setores básicos têm

concentração relativa na unidade territorial. Os Setores com valores < 1 seriam não-básico, ou seja, a atividade produtiva não está relativamente concentrada unidade territorial. Nesse caso, a unidade territorial detém nessa atividade uma importância relativa inferior em relação à região de referência (PIFFER, 2012; ALVES, 2012).

O coeficiente de associação geográfica mostra a associação geográfica entre dois setores (i e k), comparando as distribuições percentuais da mão de obra entre os municípios. Seus valores variam de zero (0), que significam que o setor i estará distribuído regionalmente da mesma forma que o setor k , mostrando que os padrões locacionais dos dois setores estão associados geograficamente, até um (1). Isso geralmente ocorre para aqueles setores que são complementares no processo produtivo, em que a existência de um exige a existência do outro setor para que o processo produtivo ocorra com maior eficiência (ALVES, 2012).

Quadro 6 – Medidas de Localização e Multiplicador do Emprego

Indicador	Equação	Interpretação dos resultados
Quociente Locacional (QL)	$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}}$	$QL \geq 1$ localização significativa $0,50 \leq QL \leq 0,99$ localização média $QL \leq 0,49$ localização fraca
Coeficiente de Associação Geográfica (Cag)	$Cag_{ik} = \frac{\sum_j \left(\left(\frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \right) - \left(\frac{E_{kj}}{\sum_k E_{kj}} \right) \right)^2}{2}$	$0,35 \leq Cag \leq 0,00$ = Associação Significativa; $0,69 \leq Cag \leq 0,34$ = Associação Média; $1,04 \leq Cag \leq 0,68$ = Fraca Associação
Emprego Básico e Não Básico	$B_{ij} = S_{ij} - S_{tj} \left(\frac{N_i}{N_t} \right)$	Na atividade básica o valor obtido quando maior que uma unidade, então esse ramo é mais importante no município.
Multiplicador do emprego básico	$EN = \alpha E$ para $(0 > \alpha > 1)$ $E = \alpha E + EB$ $EB = E - \alpha E$ $EB = E (1 - \alpha)$ $E = 1 / (1 - \alpha) EB$ ou $E = K EB$	A cada emprego gerado na atividade básica gera $(X+1)$ unidade de emprego na atividade não- básica do município.

Fonte: Haddad (1989); Piffer (2009; 2012); Alves (2012).

Piffer et al. (2002, p. 78), afirmam que “na análise regional, a base econômica é um dos elementos fundamentais par explicar o desenvolvimento de uma região”. A base econômica, segundo os autores, é constituída pelas atividades produtoras de bens e serviços que são exportados. Nesse caso, essas atividades são denominadas básicas. Existem, também,

as atividades não básicas que são aquelas que produzem bens e serviços para consumo interno. Uma forma de analisar o comportamento dessas atividades, como a base de econômica, é com o uso de indicadores, como o Quociente Locacional, por exemplo.

Em complemento à análise do QL, faz-se necessário o cálculo do multiplicador do emprego básico, que indica os componentes necessários para formar a base econômica. Da mesma forma que a atividade básica, o emprego básico é aquele que apresenta $QL > 1$, também chamado de emprego ou atividade motora.

O cálculo para verificar os empregos básicos e não básicos de uma região é realizado por meio da fórmula descrita por PIFFER (2009) - (Quadro 6) - em que: B_{ij} é o emprego básico da atividade i na região j ; S_{ij} é o emprego na atividade i na região j ; S_j é o emprego total na região j ; N_i é o total de emprego na atividade i no Estado; e N_t é o total de empregos no Estado. Se o emprego estiver ligado às atividades básicas de exportações, B_{ij} será maior que a unidade.

O multiplicador do emprego básico é utilizado com o intuito de quantificar o impacto do emprego básico no município - (Quadro 6) -, em que: EN é o emprego não básico; EB é o emprego básico; α é o coeficiente de emprego; E é o emprego Total; e K é o multiplicador de emprego da região. O multiplicador de emprego mostra o quanto é gerado de emprego nos ramos de atividades não básicos dado um acréscimo de um emprego nos ramos de atividades básicos (PIFFER, 2009).

A seguir apresenta-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para compreender as percepções e a organização dos atores-chaves que tomam as decisões (ordenam o território) sobre desenvolvimento regional do Tocantins.

4.5 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) tem como fundamento a Teoria da Representação Social e seus pressupostos sociológicos de Moscovici (2009). As representações sociais caracterizam-se como sistemas de valores, ideias e práticas com a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritivas.

Segundo Moscovici (2009, p. 48), o senso comum é “a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar”.

Moscovici (2009) teve como base o conceito de “representação social”, da sociologia de Durkheim (2007)²⁴. O resgate feito por Moscovici (2009) buscou designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas ou psicológicas e sociais.

As representações sociais nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. As pessoas tornam-se receptivas a manifestações que anteriormente não haviam observados. Todas as coisas que nos tocam no mundo à nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações (MOSCOVICI, 2009).

Assim, Moscovici (2009) diz que a representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade logo, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, mas ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas.

É uma técnica de organização e tabulação de dados qualitativos que resolve um dos grandes impasses da pesquisa qualitativa, na medida em que permite, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a números. O princípio básico, dessa técnica é analisar o material verbal coletado em depoimentos como sua matéria prima, extraindo as Ideias Centrais ou Ancoragens e suas Expressões Chave, compondo-se de vários discursos-síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo.

Almeida (2005) utilizou essa técnica numa pesquisa de campo, afirmando que o DSC foi de fácil tabulação, sistematização e análise, pois une os depoimentos em um só discurso, desta forma a fala individual se torna coletiva e social.

Oliveira (2008) utilizou-a para analisar o crescimento da economia dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu Binacional, no oeste paranaense, e o impacto de uma possível mudança na distribuição dos *royalties* e traçou um prognóstico econômico para depois de 2023. Ele analisou e sistematizou os discursos dos atores-chaves desses municípios, pela técnica do DSC.

4.5.1 Etapas para Realização do DSC

Ao refletirem como se realiza uma pesquisa com DSC, Lefèvre e Lefèvre (2002,2005,2007) dizem que o DSC é um técnica de pesquisa qualitativa criada para fazer

²⁴ Sobre a obra sociólogo Émile Durkheim, consultar: “As regras do método sociológico” (2007).

uma coletividade falar, como se fosse um só indivíduo. Ela constitui uma nova ferramenta para a pesquisa qualitativa e representa uma transformação na qualidade, na eficiência e no alcance das pesquisas qualitativas, isso porque, permite que se conheça com segurança os procedimentos científicos, em detalhe e na sua forma natural, os pensamentos, representações, crenças e valores, de todo tipo e tamanho de coletividade social. Nas pesquisas com o DSC, o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões; abertas, dessa forma, captam-se as reações, as sutilezas que são internalizadas e verbalizadas e posteriormente analisadas.

Para produzir o DSC, são necessárias três etapas, assim definidas por Lefèvre e Lefèvre (2006): 1) Expressões Chave (Ech), que são trechos selecionados do material verbal, que melhor descrevem seu conteúdo. As Expressões Chave são transcrições literais da entrevista que revela a essência do depoimento ou a teoria subjacente; 2) Ideias Centrais (Ics), são fórmulas sintéticas que melhor descrevem os sentidos do material verbal coletado e também nos conjuntos de respostas de sentido semelhante ou complementar. Essa pode ser definida como a descrição precisa e direta dos significados do conjunto dos discursos que foram analisados e destacados nas suas expressões-chave; 3) Ancoragens (Acs), que são fórmulas sintéticas que descrevem não mais os sentidos, mas as ideologias, os valores, as crenças presentes no material verbal das respostas individuais ou nas agrupadas sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares.

No DSC, apresentam-se as opiniões coletivas por meio de um conjunto de discursos ou depoimentos coletivos. Esses expressam, de forma qualitativa e quantitativa, as opiniões de uma dada coletividade. Contudo, a obtenção do DSC é um processo singular, subdividido em três etapas, como já mencionadas, efetuado por meio de uma série de operações no material verbal coletado nas pesquisas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, 2006).

O pensamento coletivo é obtido convocando os indivíduos um a um. A amostra deve ser representativa de uma coletividade, para que cada indivíduo possa expor seu pensamento social naturalmente, sem pressão psicossocial do grupo. O conjunto dessas falas individuais pode representar, sociológica e estatisticamente, uma coletividade.

Segundo Lefèvre (2002, 2005), o DSC é um sujeito de discurso paradoxal já que é redigido na primeira pessoa do singular; porém, reportando-se a um pensamento coletivo, o qual, segundo o autor, é sociologicamente possível. Ninguém dúvida que indivíduos compartilham as mesmas ideias, no entanto, quando esses indivíduos opinam, individualmente, veiculam apenas uma parte do conteúdo da ideia compartilhada.

Dessa forma, um sujeito coletivo no DSC constitui uma tentativa de reconstituir um sujeito de discurso que, na qualidade de pessoa coletiva, dialoga como se fosse indivíduo, mas, ao mesmo tempo, reinteirando uma representação com conteúdo ampliado.

Para realizar uma pesquisa com o DSC, faz-se necessário as seguintes operações: primeiro, processam-se as respostas de cada questão transcrevendo-as, de acordo com os depoimentos ou entrevistas gravadas em áudio. Cada questão é processada e pré-analisada em separado, selecionam-se as Expressões Chave de cada questão.

Isso posto, identifica-se e nomeia-se uma ou mais Ideias Centrais e/ou Ancoragens contidas nessas Expressões selecionadas; a segunda operação consiste em analisar as Ideias Centrais/Ancoragens com objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre elas. As Ideias Centrais/Ancoragens semelhantes devem ser agrupadas numa categoria única cuja denominação reflete uma Ideia Central/Ancoragem síntese; a terceira e última operação tem por objetivo agrupar todas as Expressões Chave das Ideias Centrais/Ancoragens, de todas as respostas reunidas numa categoria.

Dessa forma, é possível editar esses conteúdos, todavia, respeitando estritamente os sentidos presentes em cada um deles. Devem ser repetidas todas essas operações para cada questão.

4.5.2 Processamento dos Dados

Para construir o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) dos atores-chaves entrevistados, utilizou-se do *Software QualiQuantiSoft*. Esse *Software* possui um conjunto harmônico de procedimentos, descrevendo a opinião de uma coletividade de interesses na condição de um produto qualiquantitativo, compondo um painel de depoimentos discursivos, como resultados final da análise. O *QualiQuantiSoft* permite trabalhar com amostras bem selecionadas e relativamente grandes (CARVALHO, 2007; OLIVEIRA, 2008).

O *QualiQuantiSoft*, 1.3c *Build(2)* utilizado nesta pesquisa tem licença tipo empresarial. Esse é um *software* desenvolvido pela Sales e Paschoal Informática em parceria com a Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP.

4.6 PRODECIMENTOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA: QUANTI E QUALIFICAÇÃO

Assim, como meio de atingir o terceiro objetivo, foi investigado um grupo de atores políticos, econômicos e sociais (*Stakeholders*) do processo histórico de divisão territorial, enfatizando o desenvolvimento regional após 1988, sob o enfoque da corrente institucional, do desenvolvimento endógeno e do capital social.

Por meio dos atores locais (*Stakeholders*) entrevistados, buscaram-se as percepções sobre o processo de emancipação do Tocantins e seu desenvolvimento regional após a sua criação. O roteiro das entrevistas dividiu-se em três momentos. O primeiro buscou rever com era as condições sociais, políticas e econômicas do antigo norte goiano; o envolvimento da população, dos grupos políticos para emancipar o Tocantins. No segundo, buscou-se analisar o desenvolvimento regional, após 1988, no que tange à infraestrutura, à saúde, à educação e à economia. No terceiro, e último momento, buscou-se ouvir quais as perspectivas para o Tocantins nos próximos 10 anos.

As respostas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas e cadastradas no *software*. As questões na íntegra encontram-se no Apêndice I – Roteiro da entrevista. A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada, realizadas pelo próprio pesquisador.

Segundo Marconi e Lakatos (2008), a entrevista é o encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, por meio de uma conversação de natureza profissional. A entrevista é procedimento utilizado na investigação social, na obtenção de informações com conteúdo de: a) averiguação de fatos; b) determinação das opiniões sobre os fatos; c) determinação de sentimentos; d) conduta atual ou do passado; e e) motivos conscientes para opiniões.

Dada a forma, esta pesquisa não se utilizou de técnicas probabilísticas para definir a amostra. Utilizou-se de amostras intencionais. Para Triviños (1987), a amostra intencional consiste em identificar e selecionar um grupo que tenha informações necessárias ao desenvolvimento do tema. Dessa forma, a partir da definição das organizações, foram selecionados os entrevistados em função dos conhecimentos e das informações de que dispunham sobre o processo de divisão territorial e da trajetória do desenvolvimento regional do Tocantins, após 1989.

Dada à complexidade de uma pesquisa de campo, foi feito um pré-teste no dia 29 de agosto de 2014, uma entrevista piloto, na cidade de Goiânia, a fim de averiguar possíveis

falhas no instrumento de pesquisa. O representante foi da organização social, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). A entrevista ocorreu de forma produtiva, durou cerca de 40 minutos e o entrevistado mostrou-se à vontade ao falar sobre os três momentos que compõe a entrevista, para esclarecer e apontar novos rumos para outras informações. Nesse sentido, o pré-teste foi viável a condução da pesquisa.

Foram realizadas, efetivamente 23 entrevistas, agendadas com antecedência no de mínimo 3 a 4 dias. A duração de cada entrevista durou cerca de 30 a 45 minutos, e foram feitas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015. O recorte analítico completou o território do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, especificamente nos municípios de São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis; Araguaína; na região central do estado, Palmas e Porto Nacional; na região Sudeste do Tocantins: Arraíás, Divinópolis e Paranã e, por fim, no sul do estado, no município de Gurupi.

Com essa metodologia, incluindo as informações das entrevistas, apoiando nas teorias institucionalistas, do Capital Social e do Desenvolvimento Endógeno e/ou local, espera-se constituir elementos explicativos a partir da percepção dos atores-chaves sobre o processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

No Quadro 7, apresenta-se as três Organizações e Instituições: 1) política; 2) econômica; e 3) social, com seus respectivos representantes, a perspectiva institucionalista, evidencia a importância dos indivíduos e seus costumes, hábitos, tradição, cultura, bem com as regras formais estabelecidas nos processos e resultados da criação do estado do Tocantins. Assim, segundo North, *“es la interacción entre instituciones y organizaciones la que da forma a la evolución institucional de una economía. Si las instituciones son las reglas del juego, las organizaciones y sus empresarios son los jugadores”* (NORTH, 1993, p. 3).

As organizações foram agrupadas, de acordo com Maximiano (2007), como organizações políticas, econômicas e sociais, uma vez que os atores locais serão representados por meio das organizações, pois as ações coletivas têm melhores resultados do que cada um trabalhando isoladamente.

Quadro 7 – Descrição dos atores políticos, econômicos e sociais das organizações e instituições entrevistadas

Organizações	Representantes das Organizações e Instituições do território do Estado do Tocantins
Políticas	Ministério do Interior – Ex-representante
	Tribunal de Conta do Tocantins – TCE
	Ministério Público do Tocantins
	Assembleia Legislativa do Tocantins
	Associação Tocantinense dos Municípios – ATM
	Poder Judiciário
	Prefeitura Municipal
Econômicas	SEBRAE – Tocantins
	Federação da Indústria do Tocantins – FIETO
	Secretaria de planejamento e desenvolvimento econômico do Tocantins – SEPLAN- TO
	Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA
	Associação Comercial e Industrial de Araguaína – ACIARA
	Associação Comercial e Industrial de Gurupi – ACIP
Sociais	Federação dos Trabalhadores na agricultura do Tocantins – FETAET
	Universidade Federal de Goiás – UFG
	Universidade Federal do Tocantins – UFT
	Pioneiro – morador de Araguaína
	Comissão Pastoral da Terra no Tocantins
	Associação de Quebradeira de coco babaçu do Tocantins

Fonte: autor da pesquisa (2015).

Dessa forma, considerando as instituições e as organizações como coadjuvante no processo de desenvolvimento econômico e social e o que elas representam pode determinar ou não um ambiente favorável para seu desenvolvimento econômico regional ou local. Assim sendo, analisando o discurso dos atores políticos, econômicos e sociais do Tocantins, podem-se inferir algumas interpretações sobre a criação do mais novo ente federativo.

4.6.1 Procedimentos do tratamento do DSC

Após a realização e a transcrição das entrevistas, iniciou-se o lançamento dos dados e das informações no *software QualiQuantiSof*. Inicialmente, registrou-se o título da pesquisa e cadastrou-se as organizações e os entrevistados individualmente. Para facilitar o trabalho e proteger a identidade dos depoentes criou-se uma codificação com o objetivo de reduzir possíveis constrangimentos e omissões nos depoimentos.

Posteriormente, cadastraram-se as questões da pesquisa que nortearam a entrevista. Isso feito passou-se a cadastrar as respostas das entrevistas transcritas, uma a uma.

Previamente ao lançamento das respostas no *software*, essas foram compiladas, selecionando o material que correspondia ao foco da questão, conceituadas como Ideias Centrais. A categorização nesta pesquisa realizou-se pelas Ideias Centrais.

O próximo passo foi selecionar nas Ideias Centrais as Expressões Chaves, que possibilitaram a categorização das respostas, ou seja, as respostas foram agrupadas em categorias semelhantes e/ou complementares. Assim cada pergunta possibilitou a elaboração dos DSC, ou seja, em cada questão foi possível elaborar um número variado de DSC, a quantidade depende da homogeneidade das respostas, isto é, o número de categorias depende de cada questão da convergência ou divergência das respostas dadas pelos entrevistados.

De cada questão extraiu-se as Expressões-Chave (E-Ch), a partir da Ideia Central (IC). As expressões-Chaves das Ideias Centrais foram denominadas de acordo com categorias extraídas dos discursos individuais de cada pergunta. Assim, ficou compilado os DSC da seguinte forma:

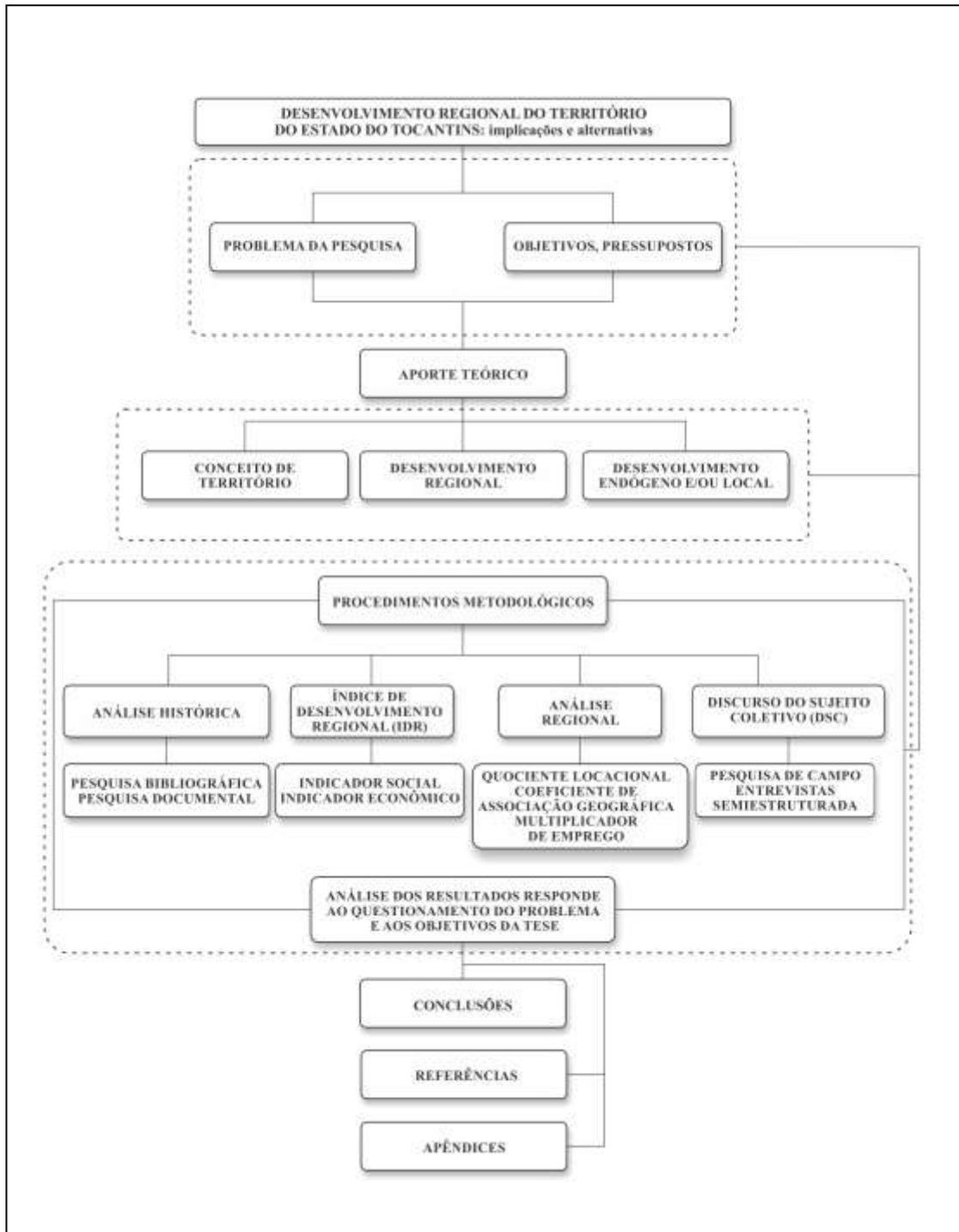
No primeiro momento, parte I formulou-se cinco DSC: DSC – A; B; C; D e E, na parte 2, extraíram-se quatro DSC: DSC – A; B; C e D.

No segundo momento, extraíram-se quatro DSC: DSC – A; B; C e D.

No terceiro e último momento extraíram-se três DSC: DSC – A; B; C.

A categorização de cada questão em vários DSC teve por objetivo contemplar a amplitude das respostas. O agrupamento das Ideias Centrais dos entrevistados numa mesma categoria de uma mesma questão foi transformado em Discurso do Sujeito Coletivo.

4.7 ORGANOGRAMA ILUSTRATIVO DA TESE



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

A seguir será apresentado e discutido os principais elementos da transição do antigo norte de Goiás na criação do Estado do Tocantins.

5 TRANSIÇÃO DO TERRITÓRIO NORTE DE GOÍÁS AO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

Este capítulo teve por objetivo analisar a conjuntura de transição do antigo norte de Goiás até a concretização da criação e emancipação do território do Estado do Tocantins. Assim, está estruturado em quatro seções.

Na primeira, apresentou-se uma síntese sobre o ciclo de mineração no norte de Goiás, pois ele é considerado como o primeiro estímulo ao povoamento da região.

Na segunda, investigaram-se as dissidências entre o norte e o sul de Goiás, como primeiro movimento concreto de criação de um novo ente federativo, embora sem sucesso.

Na terceira seção, discutiu-se o processo de reterritorialização e os projetos de desenvolvimento no norte de Goiás. Na primeira parte da terceira seção, apresentou-se a montagem da infraestrutura econômica, a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-153), que possibilitou a instalação de importantes centros comerciais de abastecimento regional e o surgimento de várias cidades ao longo dessa rodovia, como também a expansão da urbanização, seguindo a tendência da economia nacional. Na segunda parte da mesma seção, procedeu-se à análise da intervenção federal, por meio dos incentivos fiscais da Sudam, Sudeco e Finam e dos diversos programas federais para a ocupação produtiva da região. Destacou-se o papel do Estado como o principal indutor que possibilitou o desenvolvimento das forças produtivas, fornecendo incentivos aos grandes produtores capitalizados do Sul e do Sudeste, para a incorporação de grandes áreas de terras devolutas, por meio do processo de expansão da fronteira agrícola, como também um aumento dos conflitos pela posse de terra e uma maior concentração da propriedade fundiária. Teve-se também o avanço da pecuária extensiva e a expansão de algumas culturas, principalmente o arroz, mais tarde o cultivo da soja, cana-de-açúcar, abacaxi, melancia, que resultaram na introdução de melhores técnicas e modernização de algumas áreas.

Na quarta e última seção, fez-se uma análise do atraso social que vivenciava a população do norte de Goiás, pela sua precariedade, principalmente nas áreas de educação, saúde, saneamento básico; e por fim evidenciaram-se alguns elementos do processo de criação e emancipação do território do Estado do Tocantins, que conferiram vitória ao projeto de criação do estado do Tocantins, ante as demais propostas apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987.

5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CICLO DE MINERAÇÃO NO NORTE DE GOIÁS

O início da ocupação do norte de Goiás se deu exclusivamente pela descoberta de minas de ouro no século XVIII, dando o primeiro passo para processo de formação econômica e do povoamento do norte de Goiás, apesar das disparidades espaciais e temporais, esse território praticamente desabitado durante décadas, inseriu-se na rota mercantil por meio da mineração.

Contudo, essa atividade foi efêmera e logo entrou em decadência, levou essa região a uma profunda estagnação econômica, tendo a pecuária extensiva e a economia de subsistência como principal atividade econômica do norte de Goiás. Essa situação começou a ser rompida a partir da vinculação do centro-sul de Goiás com os mercados de Minas Gerais e São Paulo que inseriram aquela porção do território goiano na dinâmica produtiva nacional (BARBOSA, 1998; PARENTE, 2003; FEITOSA, 2011).

O norte de Goiás permaneceu subjugado a um mercado local até meados do século XX, quando a intervenção federal possibilitou sua integração ao centro dinâmico da economia brasileira. Assim, formou-se uma oligarquia regional que permanece até a consolidação do novo estado, período em que ela passa a ser representada por uma forte entidade, a União Democrática Ruralista (UDR), que se articula junto aos constituintes para a aprovação do novo Estado (BARBOSA, 1998).

O desenvolvimento das atividades econômicas e o processo de ocupação territorial no Brasil sempre estiveram inseridos num conjunto de relações mercantis estabelecidas entre a Metrópole (Portugal) e a Colônia, tendo como função, fornecer matéria prima ao mercado europeu (PRADO JÚNIOR, 1986).

Nesse sentido, o principal objetivo da colônia era cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva de capital para metrópole, da seguinte forma: a) produzir excedente que se transformasse em lucros ao comercializar a produção no mercado internacional; b) criar mercados coloniais para a produção metropolitana; e c) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia (MELLO, 1998).

A economia aurífera alterou a estrutura da colônia. A organização geral da atividade mineradora empregava tanto a mão de obra livre quanto a escrava, com distintas conformações de tamanhos de plantas produtivas. Situado entre Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, o ouro da capitania de Goiás não podia ficar oculto por muito tempo. Os

paulistas não podiam deixar de tentar a exploração deste território, ainda virgem na busca de novas minas aurífera (FURTADO, 1987).

A efetiva ocupação goiana ocorre, de fato, no século XVIII, quando os bandeirantes chegaram à região do Rio Vermelho, em 1725, onde se fixaram, em decorrência da descoberta das primeiras minas de ouro, logo denominadas de “Minas de Goyazes”. Quase ao mesmo tempo, descobriram ouro no Alto Tocantins, a que chamaram “Minas do Tocantins”. A formação do espaço goiano, portanto, começa com ouro (BERTAN, 1978).

Nas palavras de Palacín e Moraes (1989), a descoberta do ouro em Goiás impulsionou o povoamento de três zonas distintas, no seu imenso território, uma zona no centro-sul, com arraiais a caminho de São Paulo ou nas suas proximidades (Vila Boa); uma segunda zona na “região do Tocantins”, no alto Tocantins, considerada a região de maior densidade mineira; e, por fim, o verdadeiro norte da capitania (Estado do Tocantins), abrangendo uma extensa zona entre o rio Tocantins e o sertão da Bahia (Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real).

Com a descoberta de ouro em Goiás vários episódios aconteceram: a) proibição definitiva da navegação no Rio Tocantins, em 1737; b) aumento da tributação sobre o ouro; c) contrabando do ouro. Apesar dessa repressão, o contrabando foi vultoso e os impedimentos existentes não puderam aplacar a virulência dos negócios do ouro; nem restrições de vias, nem registros puderam conter o trânsito de mercadores, eles próprios, os maiores contrabandistas. Seria muita pretensão controlar a imensa fronteira em expansão (PALACÍN, 1994; BERTAN, 1978).

No norte da capitania, a mineração era de exploração do ouro de aluvião²⁵, o que fazia com que a população se deslocasse para margens dos rios em busca de novas descobertas auríferas. Esse constante deslocamento dos mineradores era uma das características dessa atividade que não permitia uma ligação à terra do tipo que prevalecia nas regiões açucareiras, a fixação da mão de obra. Além disso, na mineração, era possível identificar a presença, tanto de mineradores com plantéis de escravos, quanto do explorador individual (fiscador) destituído de grandes recursos (PALACÍN; MORAES, 1989).

Apesar da “especialização” na atividade mineradora, as grandes distâncias e as dificuldades de abastecimento fizeram com que a lavoura de subsistência e pecuária coexistissem com a extração do ouro, ainda que essas atividades não representassem interesse

²⁵ O ouro de aluvião, também chamado de mineração de cascalho, encontrado nas superfícies dos rios, que utiliza técnicas rudimentares e baixas inversões de capital.

para os mineradores e não tivessem significado econômico em termos de complemento de renda (FEITOSA, 2011).

Essa atividade mineradora promoveu um afluxo de grandes contingentes populacionais para a região, estimulando o aparecimento de alguns núcleos urbanos. Arraiais surgiam a centenas de quilômetros uns dos outros, com precárias vias de comunicação. Porém, excetuando-se a região das minas, permaneceu despovoados todo o Vale do Araguaia e o extremo norte de Porto Nacional até o Estreito do Maranhão. Somente a partir do século XIX, em virtude do desenvolvimento da pecuária, a região passaria a receber novas frentes de ocupação (PALACÍN; MORAES, 1989).

Funes (1986) diz que as principais explicações para o declínio da mineração na capitania de Goiás foram as mesmas verificadas nas diversas regiões mineiras do Brasil, que são: o esgotamento das jazidas, as técnicas rudimentares de exploração e a onerosa tributação, acrescentando-se, ainda, a falta de capital para investir na atividade extrativa, o que incluía a aquisição de escravos.

Com o fim da mineração, a dinâmica econômica de Goiás voltou-se para a agricultura de subsistência e pecuária extensiva. No norte da capitania, o declínio foi mais rápido provocando uma diminuição no afluxo de migrantes, levando esses remanescentes a prática da lavoura de subsistência (ESTEVAM, 1997).

A seguir apresentam-se primeiras dissidências políticas e econômicas entre o norte e o sul de Goiás.

5.2 INÍCIO DO MOVIMENTO SEPARATISTA ENTRE O NORTE E O SUL DE GOIÁS

Nesta parte, resgataram-se os primeiros movimentos de ruptura entre o norte e o sul de Goiás. A primeira ruptura, segundo Bertran (1978), está relacionada à proibição da navegação pelo Rio Tocantins, em 1737, para evitar o contrabando do ouro. Esse rompimento levou o norte de Goiás a aproximar-se de Belém e, sobretudo, da via do Rio São Francisco. Seria, então, esse o momento em que a pecuária, por meio desta última rota, surgiria como atividade econômica do norte, ao ceder seus pastos naturais para pecuaristas vindos de Pernambuco e Bahia.

Outro incidente que levou à divergência entre o norte e o sul de Goiás foi a cobrança do imposto de captação em 1735. Esse imposto constituía na cobrança de altas taxa na aquisição de escravos, que a capitania do sul de Goiás impôs sobre as minas do norte (PALACÍN, 1990).

Essas divergências levaram desde muito cedo a uma oposição ente o norte e o sul de Goiás. As duas regiões se relacionavam apenas em atos administrativos isolados, com objetivos meramente fiscais ou jurídicos. A amplitude geográfica dificultava o relacionamento interno norte-sul. O norte de Goiás era considerado uma região árida e de difícil acesso, com povoados rarefeitos e esparsos, pois eram distantes da sede administrativa, localizada no sul de Goiás. O sentimento que iniciou a se instalar na mente da população do norte de Goiás era o de desprezo político e de abandono administrativo pelas precariedades em infraestruturas básicas (ESTEVAM, 1997).

Por essa razão, em 1809, foi instaurado um ato administrativo que dividia a capitania de Goiás em duas Comarcas: a de Goiás, sob o comando do Capitão General Manoel Inácio Sampaio, e a do Norte, comandada pelo Desembargador Joaquim Teotônio Segurado (CAVALCANTE, 2004).

A Comarca do Norte, criada em 1809, recebeu a denominação de Comarca de São João das Duas Barras, em decorrência da sede que seria construída na confluência dos rios Tocantins e Araguaia. Acreditava-se que o norte de Goiás só conseguiria se desenvolver se incrementasse o comércio com o Pará. (CAVALCANTE, 1999). No entanto, a escolha dessa sede não vingou, tornou-se um entrave para o desenvolvimento da região devido à localização no extremo norte da capitania, distante das áreas mais povoadas. Além disso, constatou-se que o solo era impróprio para a agricultura, desestimulando o povoamento local e levando o seu Ouvidor, Teotônio Segurado, a fazer reiteradas representações à autoridade real para que fosse determinada outra localidade. Assim, em 1814, foi criada na Barra de São João da Palma (Paraná), a nova sede da Comarca, localizada na porção central da região (CAVALCANTE, 2004).

Essa divisão administrativa no século XIX seria o cerne da criação e emancipação do território do Estado do Tocantins, no final do século XX. Deve-se mencionar que quando o estado do Tocantins foi criado em 1988, somente o território das minas do norte goiano, acima do Paralelo 13, passou a constituir esta nova unidade da federação (OLIVEIRA, 1998).

Os anseios do Ouvidor Teotônio Segurado de conseguir autonomia para o norte de Goiás foram efêmeros, uma vez que chamado à Portugal, na condição de deputado constituinte, por lá permaneceu. O movimento de separação, dessa forma, perdeu força. A negativa do imperador de reconhecer a separação selou definitivamente a tentativa de autonomia (PALACÍN, 1990). Dessa forma, os sediciosos, não tiveram forças para continuar a luta e, em 1923, a província foi novamente unificada pela junta governativa sulista (PALACÍN; MORAES, 1989).

Tanto Oliveira (2004) como Cavalcante (2004), constataram que parte dos mineradores e uma parcela da população acreditavam que a criação da Comarca do Norte retiraria a região do atraso e do abandono em que se encontrava. Julgavam que para o norte de Goiás se desenvolver seria necessário desligar-se do sul. E que, uma vez independentes, os nortenses poderiam administrar os próprios recursos e usufruir deles.

Essa medida administrativa não alterou a situação de miséria e abandono da população do norte de Goiás. Para Oliveira (1998), dentre os maiores problemas estavam não apenas a falta de assistência administrativa e as discriminações que a região continuou a sofrer, mas também o desprezo dos mineradores pelo trabalho agrícola pouco rentável, os altos custos de transporte, a ausência de um mercado consumidor local e a falta de um sistema viário que pudesse escoar as mercadorias.

Com a reunificação das duas Comarcas, colocou-se em evidência a estagnação da economia do norte goiano após o declínio da mineração. A população continuava declarando que em nada havia alterado a condição de abandono a que estava relegada. Daí surge a ideia do abandono do norte pelo sul, que vai se prolongar até a criação e emancipação do território do Estado do Tocantins, com as articulações do então constituinte Siqueira Campos na aprovação da Constituição de 1988 (BARBOSA, 1998).

Com o declínio da mineração, a pecuária, assim como a agricultura, surgiu como atividade subsidiária e de subsistência. Sua expansão foi favorecida pela abundância de terras desprovidas de povoamento e controle de posse. O atraso produtivo, a reduzida mercantilização da economia e a baixa densidade demográfica, eram os principais traços da marginalidade econômica da região. Prevaleciam apenas a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, como já mencionado.

Segundo Feitosa (2011), durante a primeira metade do século XX, a economia do antigo norte goiano mostrou-se extremamente débil. As terras de campo e de cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva, confirmando uma estrutura latifundiária com trabalhadores sob o regime de “morador de condição”. Grandes extensões de terras permaneciam despovoadas e tinham pouco valor comercial. Apenas algumas áreas de terras devolutas eram exploradas por famílias de posseiros, que se dedicavam à lavoura de subsistência como atividade principal.

Todas as atenções voltaram-se para a porção sul de Goiás, dada a proximidade com São Paulo e o desenvolvimento da cafeicultura paulista, que passou a incorporar áreas limítrofes ao seu processo de acumulação de capital. O avanço das forças capitalistas nas primeiras décadas do século XX gerou um novo dinamismo para a economia goiana, não

experimentada desde a época do ouro. A expansão da economia paulista e a penetração da estrada de ferro no sul do estado, intensificaram as relações comerciais desta área, inserindo-a na rota mercantil do Sudeste. Já o norte de Goiás permaneceu desarticulado dos demais centros dinâmicos do país. A diferença regional entre o norte e o sul se acentuava, reforçando o isolamento histórico (ESTEVAM, 1997).

Somente a partir da década de 1950 que o isolamento do norte goiano começou a ser rompido; este assunto foi tratado na próxima seção.

5.3 RETERRITORIZAÇÃO E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE GOIÁS

Esta seção discutiu-se o processo de reterritorização, os investimentos em infraestrutura básica (rodovias) e os incentivos fiscais na consolidação da expansão da fronteira agrícola no norte de Goiás.

Inicialmente, retomou-se brevemente o conceito de reterritorização que, segundo Haesbaert (2009), ocorre o processo de reterritorização quando é criada uma nova interdependência e ao conectar a economia e a cultura às regiões mais longínquas; assim, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de território-mundo globalmente articulado. É como se no espaço cotidiano, devido à sobrevivência, se impusesse outras formas de ordenação da vida social e do território. Nesse sentido, o território é identificado entre o embate do “velho” (a organização socioespacial preexistente) e o “novo” (novos elementos econômicos e culturais), que acaba levando ao desfazer da velha região e ao refazer de outra nova, mas que contém traços da antiga.

É nesse contexto que Aquino (1996), Brito (2009) e Feitosa (2011) interpretam que a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153) alterou substancialmente a dinâmica das novas cidades surgiram às margens dessa rodovia. Além desse efeito, o norte de Goiás recebeu incentivos fiscais na expansão da sua fronteira agrícola durante as décadas de 1960 a 1980.

Durante a década de 1950, foram iniciadas as ligações rodoviárias entre o norte e o sul do estado, viabilizadas pela ação do governo federal, que visava a fazer a conexão dos transportes terrestres com a navegação fluvial nos dois principais rios de Goiás. O transporte, nesse período, era feito em tropas de burros ou em carros de bois, percorrendo longas distâncias em péssimas estradas. A abertura de rodovias possibilitou uma nova rota do gado, sendo esse exportado tanto para Belém quanto para o Centro-Sul do país (BRITO, 2009).

Assim, a construção de estradas foi aos poucos articulando ao futuro estado do Tocantins a dinâmica produtiva nacional, demarcando as terras da região e promovendo a valorização e a especulação fundiária. Um dos elementos para esse novo rearranjo econômico foi a construção da Rodovia Belém–Brasília (BR-153), na década de 1950, que estabeleceu a integração do norte de Goiás ao mercado nacional e, conseqüentemente, intensificou os efeitos de estímulo a agropecuária. Os efeitos de estímulo à agropecuária têm uma relação com os efeitos denominados *linkages* sobre as demais atividades descritas por Hirschman (1958), encadeamentos para frente e para trás (*backward and forward linkages*), sendo exercidas a jusante e a montante dessas atividades, tendo um crescimento desequilibrado. Foi isso que aconteceu com o norte de Goiás em relação ao sul do estado. Os investimentos realizados na parte sul de Goiás foram aos poucos irradiando para o norte.

Verificou-se ao longo da BR-153 novos centros urbanos, como Araguaína, Gurupi e Paraíso do Norte, transformando-se em entrepostos comerciais encravados no meio rural, funcionando como coletores dos excedentes agropecuários produzidos regionalmente e repassadores dos bens industrializados provenientes do Sudeste (VALVEDE; DIAS, 1967).

5.3.1 Rodovia Belém-Brasília: a Reterritorização do Norte de Goiás

O estado de Goiás, especificamente sua região norte, durante a década de 1960, passou por significativas transformações nas suas bases produtivas (agropecuária) e no relacionamento com as demais regiões do país, principalmente com o estado de São Paulo, por meio das rodovias federais, principalmente a BR-153, que comandava desde a década de 1930, o novo processo de acumulação de capital, baseado na indústria.

O plano de Metas (1956-1960), implementado durante o governo Juscelino Kubitschek, proporcionou as regiões mais longínquas, de esparsas ocupação, uma ligação à dinâmica produtiva nacional. Neste caso, o norte de Goiás, cujo ápice foi a construção de Brasília e os vultosos investimentos federais em eletrificação, comunicação e rodagem, dentre outros (ABREU, 1994). Essas mudanças ligaram Goiás às diversas regiões brasileiras, ampliando a fronteira agrícola nacional e facilitando a sua integração intra e inter-regional.

Segundo Valverde e Dias (1967) e Aquino (1996), a implantação de um sistema de transportes integrado, com especial destaque à construção da rodovia Belém–Brasília (BR-

153)²⁶, cortando o estado de Goiás no sentido longitudinal, em direção ao Pará, modificaria a configuração econômica do norte de Goiás e tiraria-o, de vez do isolamento.

Na análise feita por Feitosa (2011), durante as décadas de 1950 a 1980, a população norte goiana quase quadruplicou, passando de 204.041 habitantes, em 1950, para 738.688 em 1980. O sul do estado, que possuía pouco mais de 1 milhão de habitantes, em 1950, passou para 3,2 milhões, em 1980, crescendo na mesma velocidade que o norte goiano e acima do ritmo de crescimento da população brasileira. Em termos relativos, no período de 1950 a 1980 o norte de Goiás registrou uma taxa média de crescimento de 4,4% ao ano, superior à média verificada no sul do estado de 3,9% e no Brasil de 2,9%. Esse crescimento populacional está relacionado com a transferência da capital federal para o Planalto Central e do grande fluxo migratório para essa região, advindo do processo de expansão da fronteira agrícola, que, desde as primeiras décadas do século XX, havia atingido o sul do estado e agora avançava pelo norte de Goiás, em direção à Região Norte do Brasil.

Devido aos grandes vazios territoriais existentes, a abertura da rodovia Belém-Brasília atraiu migrantes dos estados limítrofes e contribuiu para o surgimento de novos municípios. Com as obras da rodovia, vários municípios tiveram os seus territórios divididos, alterando a dimensão e a importância que exerciam no conjunto das cidades do norte de Goiás (AQUINO, 1996).

Situação semelhante ocorreu com outras cidades, que passaram por uma reformulação espacial, ou seja, um processo de reterritorização na parte norte de Goiás. Para se ter uma dimensão desse processo, em 1950, o norte de Goiás tinha 14 municípios e, em 1980, chegou ao número de 52. Araguaína se construía como o principal polo de base econômica regional nesse período e era o único município com população acima de 50 mil habitantes em 1980 (FEITOSA, 2011).

Araguaína abastecia um grande número de pequenos povoados que surgiram com a abertura da rodovia. Com uma produção baseada no babaçu, no arroz e na pecuária, adquiria de Belém os combustíveis e lubrificantes, bem como sal e telhas, que eram vendidos para os demais núcleos urbanos. Do sul de Goiás, especificamente Anápolis, chegava cimento, queijo, álcool, biscoitos e ferro. Muitos desses produtos provinham de São Paulo, o grande centro

²⁶ A ligação rodoviária do norte ao centro-sul do país remonta o primeiro governo Vargas (1934), por meio da construção do rodovia Transbasiiana (BR-14). Porém, por falta de recursos financeiros, o projeto não foi executado na íntegra. Apenas alguns trechos de estrada foram construídos em Goiás, posteriormente incorporado ao projeto da rodovia Belém-Brasília (BR-153), no governo JK. Para maiores detalhes sobre a construção dessa rodovia consultar Valverde e Dias (1967).

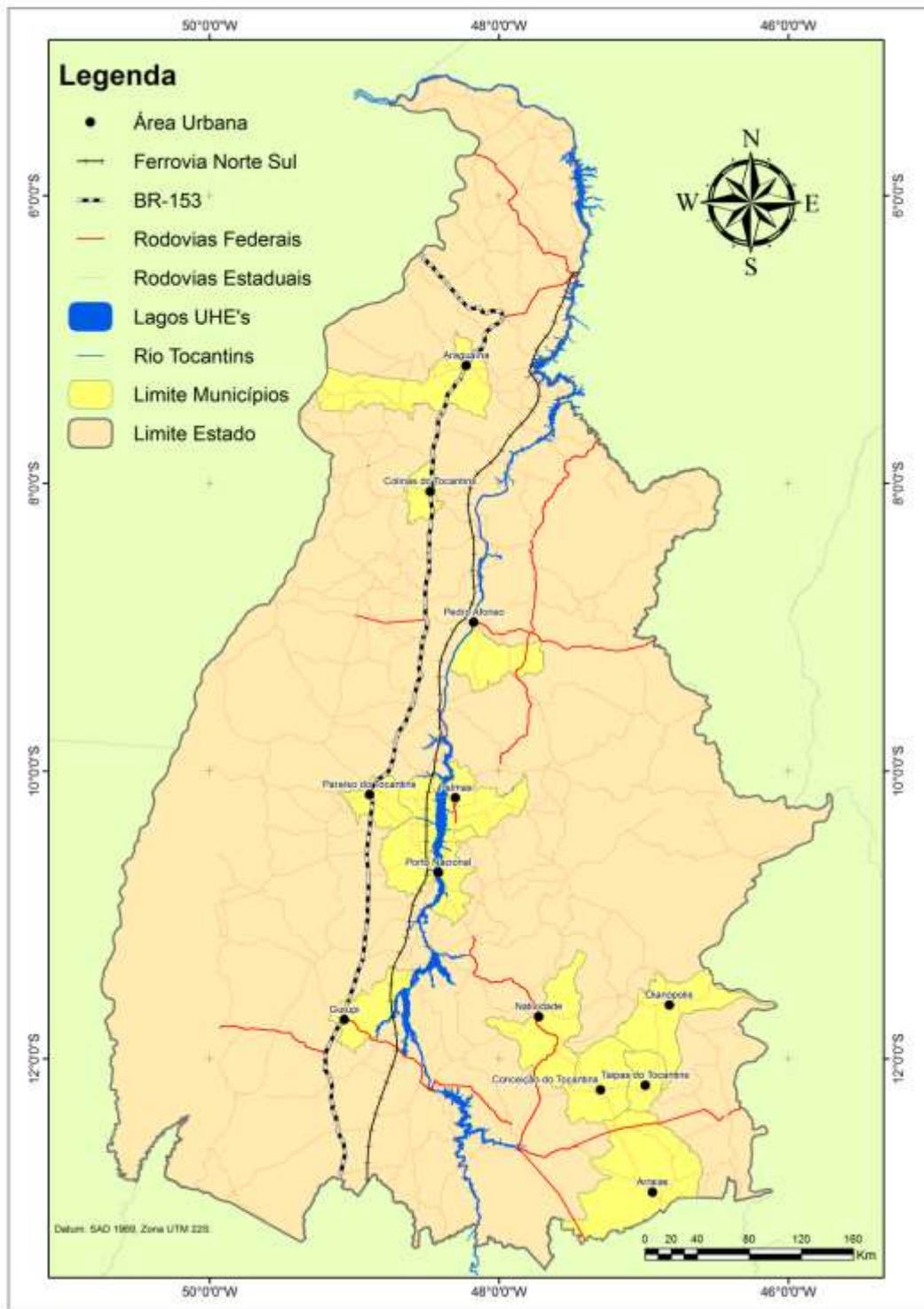
abastecedor da região; Anápolis apenas exercia a função de centro distribuidor para o norte de Goiás (VALVERDE; DIAS, 1967).

Evidentemente, nem todas as cidades surgiram em função da rodovia. No entanto, a abertura da Belém-Brasília e a de estradas vicinais deram unidade ao estado de Goiás e fortaleceu a economia agrária da sua região norte, inserindo-a na dinâmica capitalista. Antes da rodovia, as cidades mais prósperas situavam-se ao longo do rio Tocantins, como Porto Nacional e Pedro Afonso. Com a Belém-Brasília, o rio foi perdendo importância como fator de integração econômica, fazendo com que as cidades que estivessem localizadas na margem direita do rio encontrassem obstáculo para atingir o novo eixo econômico da região. Por falta de pontes sobre o rio, várias cidades ribeirinhas ficaram isoladas (AQUINO, 1996).

A Figura 10 representa os principais modais de transporte no estado do Tocantins, a BR-153 e a Ferrovia Norte-Sul, bem como a localização das cidades dinâmicas ao longo da BR-153, e as cidades consideradas tradicionais à margem direita do Rio Tocantins.

Por outro lado, com a consolidação da BR-153, transplantou-se o dinamismo que havia nas proximidades do rio para o entorno da estrada. Com isso, as zonas situadas à margem esquerda do rio Tocantins apresentaram grande dinamismo, seja porque estavam diretamente servidas pela Belém-Brasília, seja porque conseguiram facilmente ligação com a rodovia por meio de pequenos ramais (AQUINO, 1996).

Figura 10 – Principais modais de transportes do território Estado do Tocantins – a BR-153, Rio Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul



Fonte: adaptado da Base Cartográfica da Seplan – TO, (2012).

Outra indicação de que a Belém-Brasília funcionou como fator de urbanização regional foi verificado na comparação entre as taxas de crescimento urbano e as taxas de

urbanização. A população urbana das cidades situadas às margens do rio Tocantins, chamada de “tradicionais” por Aquino (1996) e Feitosa (2011), cresceu a média anual de 7,8% e apenas 38,6% da sua população viviam em zonas urbanas, em 1980.

Por outro lado, desde a década de 1970, praticamente todas as cidades situadas às margens da BR-153, cunhadas pelos autores Aquino (1996) e Feitosa (2011) como “dinâmicas”, já apresentavam população urbana superior à rural. Em 1980, 70,1% das pessoas que residiam nos municípios considerados “dinâmicos” estavam localizadas em zonas urbanas, percentual superior à média verificada para o conjunto da população brasileira (67,7%) e de praticamente todas as macrorregiões do país.

Assim, essas cidades “dinâmicas” estavam associadas às diversas formas de intervenção do governo federal na região norte de Goiás. De um lado, a implementação de infraestrutura econômica impulsionava as bases materiais para o desenvolvimento de forças capitalistas, possibilitando o estabelecimento de capitais financeiro, comercial e industrial, que se vinculavam diretamente ao centro dinâmico do país (São Paulo) como pontos de irradiação para o avanço e a incorporação de novas áreas.

De outro lado, e em função do primeiro, de acordo com Feitosa (2011), os investimentos produtivos e/ou especulativos decorrentes das facilidades promovidas pelo setor público, via incentivos fiscais do Governo Federal, para as grandes propriedades, ampliando a concentração fundiária e provocando a expropriação dos pequenos produtores fazendo com que essas cidades abrigassem um número cada vez maior de habitantes em seus centros urbanos. Deve-se considerar, ainda, as secas nordestinas de 1966, 1970 e 1979, cuja população “expulsa” buscava abrigo nas regiões limítrofes aos seus estados, provocando um grande influxo de migrantes dos estados do Maranhão e Piauí para as cidades às margens da BR-153 no norte de Goiás.

A expansão urbana das cidades que iam surgindo ao longo da rodovia Belém-Brasília não era a mesma encontrada nos municípios do lado direito. Analisando o Censo Demográfico do IBGE, em 1980, 40% da população do norte goiano vivia em áreas urbanas, e 60% vivia em zonas rurais. O norte de Goiás era a única área do Centro-Oeste cuja população rural era superior à urbana. Embora a população rural tenha apresentado taxas superiores à urbana, já se observava uma mudança na distribuição da população. Na década de 1980, a concentração nos centros urbanos foi uma tendência nacional devido à expansão da urbanização e da saída de grandes contingentes de pessoas do campo.

Nas palavras de Aquino (2002) e Souza (2004), no norte de Goiás, a construção da rodovia Belém-Brasília e a dinamização de algumas cidades exerceram fator de atração para

uma parcela da população que vivia no campo. Entretanto, deve-se considerar as transformações ocorridas no meio rural (mecanização agrícola)²⁷ e a não absorção da mão de obra disponível no campo. Assim, a estrutura fundiária da região, apoiada em um sistema de grandes propriedades ligadas a atividades poupadoras de mão de obra, certamente funcionou como fator de expulsão.

É dentro dessa conjuntura que se pode compreender as implicações que a construção da rodovia Belém-Brasília exerceu sobre as cidades criadas ao longo do seu trajeto, dando uma nova dinâmica ao processo de urbanização, crescimento econômico e atração de novos investimentos nos setores primários, de transformação e de serviços.

5.3.2 Incentivos Fiscais do Governo Federal e a Expansão da Fronteira Agrícola no Antigo Norte de Goiás

O objetivo desta parte foi discutir e analisar como os incentivos fiscais do Governo Federal possibilitaram a expansão da fronteira agrícola na ocupação do antigo norte de Goiás.

As áreas de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do país tiveram como principal indutor o Estado. A “Marcha para o Oeste”²⁸, do Estado Novo, foi associado ao progresso geral, em um “novo Brasil” que tinha como eixo da expansão, a interiorização. Dentre suas ações destacaram-se a colonização, a abertura de estradas e a construção de Goiânia. Associou-se a esses elementos, em momento posterior, a construção de Brasília, a montagem de uma tecnologia estrutural estatal, ligada ao planejamento e/ou criação de infraestrutura territorial, com destaque para as estradas, sobressaindo-se a Rodovia Belém-Brasília (BR-153).

Após a década de 1960, a extensão territorial de Goiás, fazendo fronteira com as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, possibilitou uma intervenção diferenciada do governo federal. A localização no Centro-Oeste fez com que Goiás fosse incluído na agenda especial para as terras do cerrado, pela Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO). Por outro lado, desde 1953 o norte do estado foi incluído como integrante da Amazônia Legal, tornando-se alvo de programas do governo federal para a área da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA) (MAHAR, 1978).

A SPVA teve como objetivo a revisão da economia extrativista, visando a estimular o povoamento e o desenvolvimento da Amazônia Legal, por meio da criação de um sistema de

²⁷ Sobre a modernização no campo ver Graziano da Silva (1982).

²⁸ Sobre a Marcha para o Oeste ver Wachowcz (1987); Villas Bôas, O.; Villas Bôas C. (2012).

crédito que pudesse converter a economia extrativa em uma economia agrícola e industrial, além de aperfeiçoar os transportes e melhorar a qualidade de vida da população (BERCOVICI, 2003).

Os recursos para o desenvolvimento da Amazônia legal eram provenientes de 3% do total da receita de impostos federais, durante um prazo de 20 anos. Além disso, os governos estaduais e municipais da região contribuiriam com parcela idêntica de suas receitas (MAHAR, 1978).

A partir de 1964, retomou-se a “Marcha para o Oeste”, como política de integração nacional, tendo a agropecuária como principal elemento. Essa retomada permitiu a expansão da fronteira agrícola; a integração efetiva de diversas regiões à economia nacional, por meio de abertura de novas áreas.

Com o golpe militar, em 1964, as políticas de desenvolvimento regional no Brasil foram modificadas. Em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), estruturada de forma semelhante à experiência de desenvolvimento planejado para o Nordeste, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As estratégias adotadas eram as mesmas, ou seja, buscavam promover a industrialização da Amazônia Legal por meio do estímulo ao investimento privado, via incentivos fiscais, bem como a realização de investimentos públicos em infraestrutura (transportes, comunicação, energia elétrica) utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. (BASA) (CARDOSO; MÜLLER, 1997).

Nesse contexto, a formulação de política de desenvolvimento regional voltou-se para a integração espacial e para a colonização agrícola da Amazônia e do Centro-Oeste. Para isso, foram implementados os programas federais, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra).

Entre a década de 1960 e 1980, os efeitos da intervenção estatal foram grandes e se expressaram por meio de planos, programas e projetos específicos, principalmente para o setor agropecuário.

Para Lira (1995), o Plano de Integração Nacional (PIN), tinha como objetivo a integração econômica e social da Amazônia ao Centro-Sul do país, integrando as áreas produtoras de matérias-primas da porção setentrional às regiões industriais e de mercado do Centro-Sul. A Cooperação Técnica Brasil-Japão entre as empresas agrícolas na década de 1970 teve como propósito tornar o cerrado como produtor de grãos. Tal iniciativa proporcionou a entrada do plantio de soja pela região de Pedro Afonso (Tocantins).

Pimes (1984) classifica o Plano de Integração Nacional (PIN) como a intensificação de fluxos de mercadorias (bens e serviços), energia (trabalho, imigração, capital) e informação (inovação e comunicação) que possibilitou uma imigração e o surgimento de novos núcleos urbanos como mão de obra para essa nova frente de expansão agrícola na Amazônia Legal.

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), criado em 1971, tinha como objetivos facilitar a aquisição de terras aos pequenos produtores, melhorar as condições de trabalho agrícola e estimular a agroindústria na Amazônia. Além disso, visava a fornecer crédito agrícola, garantir preços mínimos para os produtos de exportação, adquirir terra, subsidiar o uso de modernos implementos agrícolas (PIMES, 1984).

A criação desses dois programas era uma tentativa de reorientar a estratégia de desenvolvimento regional. Eram considerados programas estratégicos para o desenvolvimento tanto do Nordeste quanto da Amazônia, dentro da concepção de integração regional e, por isso, foram incorporados ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972 a 1974). Entretanto, apesar de alguma intenção social, esses programas, que concentravam 50% do total de incentivos fiscais destinados às duas regiões, serviram para financiar a modernização (agrícola e industrial) das grandes empresas. A redistribuição de terras para pequenos produtores foi desprezível, tornando-se, ao contrário, instrumento de concentração fundiária e da renda (MAHAR, 1978).

Para a Região Centro-Oeste, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco), criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) em 1973, contido dentro do I PND. O Pladesco tinha como objetivos a elevação da participação regional do PIB do setor industrial, a utilização da força de trabalho e a aproximação dos indicadores sociais do Centro-Oeste aos nacionais (CARVALHO, 1998).

No norte de Goiás, as regiões selecionadas foram Araguaína e Gurupi, que deveriam exercer a função de integração nacional através da incorporação de novas áreas de produção, via incentivos fiscais às grandes empresas de capital nacional ou internacional.

Em 1974, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-1979), tinha como diretriz principal o crescimento econômico acelerado e contínuo. Para isso, resgatou a concepção de polos de crescimento e de projetos de desenvolvimento rural integrado, elaborando e implementando grandes programas federais para a expansão agrícola e agroindustrial do Centro-Oeste e do Norte do país. O estado Goiás foi contemplado com três programas especiais de intervenção regional: o Programa de Polos Agropecuários e Minerais

da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb). No norte de Goiás, atuaram o Polamazônia e o Polocentro (MAHAR, 1978).

O Polamazônia tinha como objetivo promover a ocupação dos espaços vazios da Amazônia Legal. No norte de Goiás foi eleito o polo Araguaia-Tocantins, que, em 1975, ocupava a sexta posição em termos de dotação de recursos, com 5,9% do total. Distribuído nos seguintes setores: transportes (35%), desenvolvimento urbano (22,6%) e energia (16,1%), saúde (12%) agricultura (8%). Os resultados do Polamazônia estiveram distantes do esperado e incompatível com o volume de recursos despendidos, e muitos projetos foram abandonados, tendo prevalecido a obtenção de recursos para aquisição de terras em um contexto especulativo (CARVALHO, 1998).

O Polocentro buscava promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais, por meio das incorporações de grandes extensões de cerrado à atividade agropecuária (PIMES, 1984).

O programa Polocentro definiu 12 áreas de atuação, sendo três em Minas Gerais e nove no Centro-Oeste. No norte de Goiás, Gurupi foi o município contemplado, que recebeu investimentos na área de pesquisa, para o cultivo do arroz irrigado.

Segundo Cano (2008), a década de 1970 foi marcada pela forte intervenção de incentivos federais nas diversas regiões brasileiras, e o norte de Goiás, em particular, foi marcado por um processo de desconcentração produtiva espacial, que reforçou a integração do mercado nacional. Houve expansão e diversificação econômica em todos os setores produtivos e praticamente em todas as regiões do Brasil, não obstante permanecem os desequilíbrios regionais.

Durante as décadas 1970 e 1980, o norte do estado intensificou a produção de carne bovina, expandiu a produção de arroz no Vale do Araguaia e iniciou o plantio de soja. Toda a atividade voltava-se para o abastecimento do mercado interno.

Segundo Pimes (1984), a Sudam em 1970 detinha cerca de 20% do total de recursos do governo federal destinados aos programas de incentivos fiscais. Em 1971, quando passou a vigorar o PIN, esse percentual caiu para 14,6%. No ano seguinte, com o Proterra, somava apenas 9%, voltando a se recuperar a partir de 1974 com a implementação do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam). O estado de Goiás, na sua porção norte, obteve uma parcela diminuta de recursos, tanto para projetos agropecuários quanto industriais. Em todo período, recebeu, em média, cerca de 5,4% do total de recursos da Sudam.

Os principais setores do norte de Goiás, contemplados pelos programas de incentivos fiscais da Sudam foram: projetos de mineração, frigorífico, usina de álcool e laticínios. Dentre as maiores empresas beneficiadas estavam: Frigorífico Araguaína (FRIMAR) e Agroindustrial de Alimentos (ASA), em Araguaína; Tocantínia Óleo de Babaçu (TOBASA) e Destilaria Tocantins, em Tocantinópolis; Cia. Industrial de produtos Alimentícios (ARAGUAIA) e Canadense Pneus Agrícolas, em Gurupi; Frigorífico Araguaçu (FRIGUAÇU), em Araguaçu; Companhia Brasileira de Agropecuária (COBRAPE), em Formoso do Araguaia; e Mineradora Roncador, em Couto Magalhães (COSTA, 1987).

Dentre os projetos realizados no norte de Goiás, o mais impactante foi o Projeto Rio Formoso. Localizado na bacia do Médio-Araguaia, esteve diretamente ligado ao desenvolvimento e à modernização da agricultura brasileira. Segundo Barbosa (1996), a concepção do Projeto Rio Formoso foi idealizada e implementada pelo governo estadual, com suporte do Governo Federal. A economia da região vivenciou a expansão da fronteira e a modernização agrícola; com a implantação do projeto, produz-se um novo sistema de cultivo de arroz, altamente mecanizado e moderno.

Outras questões devem ser consideradas, como, por exemplo, a desapropriação das terras para construção do Projeto Rio Formoso. O Estado desapropriou uma área de terras pertencente a proprietários particulares. De outro lado, tem-se a questão ambiental, como desmatamento e construção de barragens. De acordo com Martins (2005), a agricultura irrigada é o maior consumidor de recursos hídricos, onde quase a totalidade da água destinada à produção de alimentos é consumida.

Os estudos de Martins (2005) mostraram impactos permanentes e irreversíveis na região com a instalação do Projeto Rio Formoso, como diminuição da diversidade biológica, as mudanças climáticas, a degradação dos recursos naturais e a deterioração da qualidade de vida das populações tradicionais.

O projeto Rio Formoso visava a expandir a fronteira agrícola, com a implantação de culturas irrigadas de grãos, especialmente o arroz e a soja, localizado às margens do Rio Formoso, afluente oriental do rio Javaés. A área total do projeto é de aproximadamente 65 mil hectares, divididos em subáreas destinadas à irrigação. Tem-se acesso ao projeto pela BR-242, que se inicia na Belém-Brasília (BR-153), próximo à cidade de Figueirópolis. É por meio dessas rodovias que se escoam a produção para as regiões norte e sul do Brasil (BARBOSA, 1996).

Segundo o IBGE (1975), o tamanho das propriedades que produziam arroz se concentrava em até 200 há. Essas propriedades produziam 50% do arroz no Médio-Araguaia.

O projeto tinha faixa de terras entre 150 e 750 ha para cada um dos adquirentes. O financiamento ocorreu pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS 1980).

A região do Médio-Araguaia, em 1978, produziu 68 mil t de arroz e, em 1989, a quantia foi surpreendente de 473 mil t. O município de Formoso do Araguaia, área onde está o projeto, colheu em 1978, 3 mil t, em 1989, colheu 132 mil t. (IBGE, 1980; 1990). Dessa forma, constatou-se o grande aumento na produção de arroz que houve na região. Essa produção teve como destino as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país.

Além do cultivo do arroz irrigado na região do Médio-Araguaia, outros produtos foram cultivados com incentivos fiscais para expansão da agropecuária, como a cana-de-açúcar, com o Programa Nacional do Alcool; o cultivo do milho, da mandioca, do feijão. A soja era um produto inexpressivo até o início dos anos 1980, no norte goiano, somente em 1985 que aparece como um dos cinco principais produtos decorrente dos estímulos do governo federal para a produção de *commodities*.

Confirmando essa concepção do Projeto Rio Formoso, Ajarra et al. (1991), afirmam que o acesso e as políticas oficiais de povoamento e a expansão da fronteira nas terras do norte goiano ocorreram de maneira mais acentuada nos vales Araguaia-Tocantins e no extremo norte de Goiás. Essas regiões dispunham de melhor fertilidade natural do solo e, por isso, foram beneficiadas pelos programas governamentais. Nas antigas regiões mineiras, que se voltou para a agricultura de subsistência, a penetração do capital ocorreu de forma mais tímida. Ainda assim, o que se verificou em todo o território norte goiano foi a apropriação de grandes glebas de terras, a preços baixos e de maneira indiscriminada, por grupos do sul de Goiás e de outros estados, aumentando a violência e as lutas entre posseiros e grileiros pelo domínio da terra.

No extremo norte de Goiás, mais especificamente na região do Bico do Papagaio, marcada por confrontos entre pecuaristas capitalizados e uma maioria de pequenos agricultores estabelecidos com suas roças para autoconsumo e fraca comercialização. Esses conflitos tiveram como gênese o processo de ocupação; primeiro espontâneo, agricultores nordestinos que, fugindo da seca e da grilagem em seus estados, estabeleceram um sistema de roça de toco nessa região; o segundo, estimulado pelo Estado, baseado na integração vertical, no mercado nacional e de exportação, onde os principais atores eram os grandes agropecuaristas do centro-sul do país (COSTA, 2000).

Vale ressaltar, ainda que brevemente, o avanço da fronteira agrícola capitalista em terras indígenas entre eles se encontram: os Apinajés, Pankararú, Karajás, Krahô e Xerente²⁹, distribuídos em diversas localidades. Essa expansão da fronteira acirrou os conflitos entre índios e não índios, resultando, na maioria dos casos, em expropriação dos nativos e reterritorialização de áreas até então indígena em área capitalista.

Deve-se considerar que a evolução das atividades agropecuária no norte de Goiás não foi uniforme no espaço e no tempo. Ela atingiu, de forma particular, as suas áreas mais férteis e/ou melhor situadas em relação à rede de transportes que ligava a região aos mercados do Sudeste, como Araguaína, Gurupi, Formoso de Araguaia, Miracema e Paranã.

No que tange à expansão da pecuária extensiva, essa se direcionava para áreas com baixo nível de capitalização da atividade rural, conforme destacou Ajarra et al. (1991), quando dizem que a pecuária era a atividade econômica fundamental da ocupação do norte goiano. Sua expansão ocorreu por meio do aproveitamento dos recursos, buscando a incorporação produtiva de uma área de fronteira onde a terra ainda era abundante e pouco valorizada no contexto nacional.

Assim sendo, tanto os projetos agropecuários quanto os industriais, subsidiados pelo governo federal, via Sudam, Sudeco e Finam, tiveram concentração espacial em algumas áreas do norte de Goiás, resultando em maior concentração da produção e da renda regional. O resultado das diferentes formas de incentivos fiscais, no norte goiano possibilitou uma maior integração desse território à economia nacional.

O primeiro elemento indutor foi a abertura da rodovia Belém-Brasília, ligando os centros produtores aos centros consumidores, aumentando a participação no mercado regional e nacional. A seguir, tiveram-se as obras de infraestrutura e projetos específicos de crédito e de incentivos fiscais para implantação de unidades produtivas. Os incentivos fiscais foram importantes, pois tornaram a região mais atraente à aquisição de terras, seja com o objetivo de produzir, seja como reserva de valor. Há de considerar que a expansão da fronteira agrícola contribuiu, sobremaneira, para a integração do antigo norte de Goiás à economia nacional.

A seguir apresentam-se alguns indicadores sociais no norte goiano e os elementos que levaram a redivisão territorial, criando assim, o território do Estado do Tocantins.

²⁹ Sobre a formação dos grupos indígenas no Tocantins, consultar Giraldin (2004).

5.4 O ATRASO SOCIAL NO NORTE DE GOIÁS E A CRIAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE TOCANTINS

Objetivou, nesta seção, analisar alguns indicadores sociais do norte de Goiás na década de 1980 e, logo a seguir, assinalar os elementos do processo que levou à criação e emancipação do território do Estado do Tocantins. Para tanto, esta seção está dividida em duas partes. Na primeira, aborda o atraso social do norte de Goiás; na segunda a criação e emancipação do território do Tocantins.

5.4.1 O Atraso Social no Norte de Goiás: Algumas Considerações Sobre seus Indicadores Sociais

O norte de Goiás foi marcado, sempre pela condição de isolamento de vias de transporte, inadequadas para o escoamento da produção, pelo abandono por parte da elite do sul de Goiás, pela pobreza e pela precariedade de condições de vida de seus moradores.

Nesse bojo é importante analisar como se encontrava as condições dos moradores antes da criação do estado do Tocantins. O norte de Goiás constitui um espaço de expansão de fronteira agrícola, contingenciado pela abertura da BR-153, Belém-Brasília. Sua inserção histórica no movimento de ocupação do interior do território nacional ocorreu tardiamente, de forma descontínua e marginal, conforme visto anteriormente.

O avanço dessa fronteira agrícola alterou a estrutura socioeconômica vigente, a abertura da Belém-Brasília, incentivou a movimentação do excedente de mão de obra nordestina. O caráter indutor dessa rodovia possibilitou a implantação e o crescimento de vários núcleos urbanos, fundamentando a estruturação da rede urbana no norte de Goiás.

Áreas de terras até então pouco ocupadas, tiveram sua estrutura produtiva alterada, afetando a composição da mão de obra empregada, como também absorvendo inovações extra-regionais. Os antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal, a pecuária em sistema comunal, foram sendo desmantelados pela dinâmica capitalista no campo, projetando a incorporação privada da terra pela expansão de grandes estabelecimentos rurais e a adoção do trabalho assalariado em substituição às formas tradicionais de relação de trabalho (AJARRA et al., 1991).

Nesse contexto, o impacto social proveniente do processo de incorporação do norte de Goiás à economia de mercado se mostrou mais intenso na sua porção norte, naqueles municípios, localizados junto às áreas de expansão das empresas agropecuárias, próximo ao eixo da Belém-Brasília, que tiveram nesse período, significativo crescimento da população

rural. Associado ao trabalho de derrubada da mata para formação de pasto, o emprego dessa mão de obra decrescia logo após o término dessa tarefa, liberando, trabalhadores para uma nova etapa migratória.

Durante as décadas de 1970 e 1980, os municípios de Arapoema, Couto Magalhães, Presidente Kennedy, próximos à Araguaína, tiveram duplicada sua população rural em um contexto característico da fronteira, de amplo domínio da atividade rural.

Nos censos populacionais de 1970/1980, o contingente urbano apresentou um crescimento bastante vigoroso, cerca de 126% no norte de Goiás, sustentado em razão do seu próprio crescimento vegetativo, em 14%. Essa transformação não significou a existência de melhores condições de vida na área urbana, mas, ao contrário, a presença de fatores expulsivos nas áreas rurais aumentou os problemas e a fragilidade da infraestrutura, que se encontravam os centros urbanos nesse período. Nesse sentido, nas cidades se cristaliza a pobreza em que vive grande parte dessa população, é o que mostra os indicadores de qualidade de vida aqui analisados, como o tipo de domicílio, abastecimento de água e às instalações sanitárias.

Nos dados do PNUD (1980) e do IPEADATA (1980), havia no norte de Goiás, em 1980, aproximadamente 135 mil domicílios particulares, dos quais 46% eram rústicos, isto é, tinham como característica a extrema precariedade da construção, na qual predominava o piso de terra e a cobertura de paredes de taipa. O padrão de construção dos domicílios reflete a própria condição de vida da população, em sua maioria com fracas possibilidades de aquisição de material de construção, que atenda ao padrão mínimo de durabilidade.

O processo de urbanização, intensificado na década de 1980, como resultado da migração rural-urbana, foi agravadora da questão social. Em consequência disso, parte expressiva da população do campo teve suas terras usurpadas pela grilagem, seja para reserva de valor, seja para implantação de pasto, fazendo com que, após a expulsão do campo, eles buscassem alternativas de sobrevivência e se aglomerassem em núcleos urbanos, dissociada de condições qualitativas.

Quanto ao abastecimento de água, 70% dos domicílios utilizava poço ou nascente e 60% não possuía qualquer tipo de escoadouro. Para eliminação dos dejetos, o recurso utilizado em 27% dos domicílios era a fossa rudimentar, que constitui verdadeira vala negra de escoamento direto para os rios. A provisão dos serviços públicos à população é inexpressiva, como o atendimento da rede de água, atingindo apenas 9% e o de energia elétrica 15% (IPEADATA; PNUD, 1980).

Nesse contexto, segundo Ajarra et al. (1991), os centros mais antigos, já deficientes do sistema de abastecimento de água, tiveram agravado o problema de instalação sanitária, enquanto nos novos centros urbanos a omissão pública foi o fato corrente, nesse setor.

Dos 13 mil domicílios servidos por rede de água, apenas 6% dispunham de água encanada e a fossa séptica era adotada por apenas 2,8%. Reflexo da ausência do poder público no provisionamento de bens de consumo coletivo nas áreas de ocupação mais recente do norte goiano, as condições gerais de habitação e saneamento são apenas uma das manifestações mais evidentes da pobreza e do abandono do poder público. Essa precariedade de saneamento agrava a situação da saúde, que tem na subnutrição a causa primeira das doenças que afligem seus habitantes, uma das doenças mais emblemática no norte do Goiás é o caso da hanseníase (IPEADATA; PNUD, 1980).

A deficitária rede de assistência médico hospitalar, que se tornou aguda na zona rural concorre, a seu turno, para que, ainda em 1985, a taxa de mortalidade infantil para cada mil nascimento vivo, atingisse 31,5% em Porto Nacional, 27,5% em Xambioá, 19% em Gurupi e 16% em Monte do Carmo, isto demonstra a situação precária em que se encontrava a saúde. A própria dinâmica populacional das áreas submetidas a um processo intenso de migração, como os garimpos, que matem uma população em constante movimento, constitui focos de transmissão de doenças infecto-contagiosas, como a malária, trazida, em grande parte, de garimpos paraenses e que se encontra em escalada crescente no norte de Goiás (IPEADATA; PNUD, 1980).

Não menos importante do que a situação da saúde, outro indicativo do atraso social em que vivia a grande maioria da população é o elevado índice de analfabetismo, a concentração maciça da população estudantil na 1ª série, a evasão escolar e a elevada taxa de reprovação nas séries iniciais, que sinalizavam as precárias condições educacionais. O fato de as escolas de apenas uma sala de aula representar, ainda em 1987, cerca de 70% do total de estabelecimentos de ensino, mostra bem a dimensão da grave situação em que se encontrava a infraestrutura educacional.

E continuando a análise sobre o atraso social é constado pelo IPEADATA (1980), o norte de Goiás apresentava 51% de um total de 609 mil habitantes com cinco anos ou mais, que não sabiam ler e escrever. Nesse ano, enquanto no campo registrava-se apenas 40% de alfabetizados acima de cinco anos, nas cidades esse percentual aumentava para 62%, denotando melhores condições de acesso à escola.

Para Ajarra et al. (1991), esse era o reflexo de interações socioeconômicas forjadas no curso do processo de incorporação do território do norte de Goiás à fronteira do Brasil. Os

indicadores representativos da pobreza em que vivia essa população, encaminham a análise para a compreensão de tal processo. Esse, conduzido fundamentalmente pela atividade rural, reconsidera até mesmo o sentido da pobreza vista não mais como legado de forças tradicionais, mas, ao contrário, como resultado de uma dinâmica associada a um novo padrão agrário projetado, crescentemente, em escala nacional.

Enfim, essa era a conjuntura social em que se encontrava a população do norte goiano antes da divisão territorial. Tal discussão será retomada no próximo capítulo, quando serão analisados os indicadores sociais e econômicos do território do Estado do Tocantins, e as desigualdades municipais, entre 1990 e 2010. Tem como propósito verificar e analisar o que melhorou e o que avançou no desenvolvimento social e econômico para população no mais novo ente federativo.

A seguir, serão apresentados os elementos políticos que levaram à redivisão territorial do Estado de Goiás.

5.4.2 A Criação e Emancipação do território do Estado do Tocantins

Nesta parte, resgataram-se os principais elementos políticos da criação do Estado do Tocantins. Como visto anteriormente, desde o final do século XVIII já havia uma desavença entre o sul e o norte de Goiás. No século XIX, foi instaurado no norte de Goiás um governo independente em relação ao centro-sul goiano. Acreditava-se que a superação das desvantagens econômicas, sociais e do abandono político, estava na divisão de Goiás, razão que viabilizaria a autonomia econômica, jurídica e política do norte do estado, materializada no controle da receita fiscal, na provisão de bens e serviços para população, bem como na garantia da representação política regional nas instancias de poder (CAVALCANTE, 2004).

Os discursos que alimentam as propostas de redivisão territorial são diversificados, fundamentados por questões de natureza geoeconômica e/ou geopolítica, e com significados distintos, no tempo e no espaço. Os que advogam que a redivisão territorial é de natureza geoeconômica, se apoiam em questões de desenvolvimento social e econômico para região que, por não disporem de força política representativa, acabam desassistidos pelo poder público. Assim, a criação de um novo ente federativo, no caso aqui, o território do Estado do Tocantins, seria um imperativo para o desenvolvimento regional, possibilitado pela maior descentralização de recursos e maior autonomia na alocação dos investimentos, gerando emprego e renda para a população (OLIVEIRA, 2004).

Quanto aos fatores geopolíticos, eles estão vinculados a questões de soberania nacional, disputa pelo poder local e até razões culturais. No que diz respeito à disputa pelo poder, observa-se que a criação de novas unidades federativas normalmente está vinculada a interesses de determinados grupos em conquistar maiores espaços de poder, por meio do controle territorial (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2012), para entender o processo de criação e estruturação do Estado do Tocantins, primeiro deve-se compreender as estratégias construídas na política de divisão territorial do Brasil que, direta ou indiretamente, aproxima-se da história separatista do norte goiano. Essas estratégias estão ligadas ao controle do território; surgimento de novas lideranças políticas; promoção do discurso de desenvolvimento regional.

A introdução de novas ideias produziu na população a possibilidade de construção de um território de inclusão social, mesmo diante das condições sociais, econômicas e políticas, predominantemente precárias na região norte de Goiás. Esses fins levariam à criação de um Estado³⁰. Essa era a crença repassada pelos líderes do movimento, os quais afirmavam que, com a divisão e a ocupação, o território seria transformado para atender aos interesses do povo nortense, por meio do desenvolvimento social e econômico. Para viabilizar essa perspectiva, o primeiro passo dado pelos grupos liderados por Siqueira Campos, foi unificar os discursos da divisão em uma proposta pragmática, envolvendo a população e as lideranças de Goiás por meio da difusão de uma linguagem de autonomia e progresso, tomando como referência as ideias de Teotônio Segurado (OLIVEIRA, 2012).

Voltando à história sobre as ideias separatista do norte de Goiás, em 1944, o Brigadeiro Lysias Rodrigues se posicionou favorável ao desmembramento da região, argumentando que a sua transformação em território viabilizaria a obtenção de recursos federais para a implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento social e econômico da região (CAVALCANTE, 1999). A proposta do Brigadeiro Lysias Rodrigues não vingou, pois os líderes políticos locais não o apoiaram. Os argumentos eram que o norte não atendia aos principais motivos para criação de um território: defesa nacional e isolamento dos centros administrativos.

No período entre 1946 e 1964, reacendeu no discurso de expansão e ocupação de novas fronteiras um projeto nacional de desenvolvimento, iniciado desde a década de 1930. Fundamentando-se na política do governo federal que, visava a promover a integração e ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia e na transferência da capital federal para o Planalto

³⁰ Para uma análise mais profunda sobre a criação do Estado do Tocantins ao longo dos séculos XIX e XX, ver Barbosa (1998), Cavalcante (2004), Oliveira (1998, 2004), Oliveira (2012).

Central, dentro do território goiano em 1956, foi lançado em Porto Nacional o movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, liderado pelo Juiz dessa Comarca, Feliciano Machado Braga (CAVALCANTE, 2004).

A proposta apresentada pelo movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, mesmo com a realização de plebiscito no norte de Goiás, conforme previa a Constituição Federal foi rejeitada pela Assembleia Legislativa de Goiás. Os principais motivos da rejeição, segundo Cavalcante (2004), foram: a baixa representatividade na Assembleia Legislativa, apenas quatro deputados estaduais do norte de Goiás; a grande oposição do Governador de Goiás, Juca Ludovico; e o fato de o deputado João de Abreu, único representante do norte de Goiás na Câmara Federal ter se manifestado contra a causa autonomista.

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu a ditadura militar, implantando uma política centralizadora pela promulgação da Constituição de 1967, que concentrou mais poderes nas mãos do executivo e limitou mais uma vez a autonomia dos estados. Voltou, novamente, o discurso da integração nacional, por meio da incorporação de novas fronteiras territoriais, como parte do projeto geopolítico de modernização.

Com a criação da Comissão de Redivisão Territorial e Demográfica do país, em 1976, que resultou na sistematização de várias propostas autonomistas e na divisão, em 1977, do Mato Grosso em dois estados. Criando o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, atendendo a uma antiga reivindicação da população, que ressaltava as diferenças geográficas, econômicas, políticas entre o norte e o sul do Mato Grosso (OLIVEIRA, 1998).

Nas palavras de Cavalcante (1999), com a criação do estado do Mato Grosso do Sul, o discurso separatista do norte de Goiás veio novamente ao debate. As justificativas foram as mesmas das anteriores: abandono, descaso, precariedade nas áreas da educação, saúde e saneamento. Os grupos políticos do norte de Goiás defendiam a ideia de que a criação do estado do Tocantins, na área da Amazônia Legal, teria função estratégica para o país, pois movimentaria o processo de ocupação e integração dos espaços vazios à economia nacional.

Outro movimento que deu força no processo de político de separatismo do sul de Goiás foi a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), no período de 1959 a 1968. O movimento nasce em Pedro Afonso e consolida-se em Porto Nacional como capital intelectual dos nortenses, com finalidades assistencialistas e declarava-se de caráter apolítico. Com o passar do tempo, terminou incorporando e liderando a causa separatista. O lema do grupo era: “Tudo pela redenção do Norte Goiano” e um dos seus objetivos era emancipar a porção setentrional do Estado de Goiás (SANTOS, 2002).

A luta pela autonomia política do norte de Goiás prosseguiu no decorrer da década de 1980. Assim, em 1981 foi criada em Brasília a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás (Conorte), tendo como objetivo conscientizar a população norte goiana sobre as potencialidades econômicas da região; o descaso governamental; os desequilíbrios inter-regionais; e as possibilidades que se abriam com a criação do estado do Tocantins (OLIVEIRA, 1998).

Com o processo de redemocratização do Brasil a partir de 1985, a questão da redivisão territorial entra novamente em cena, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987. Segundo Barbosa (1998), foram formadas várias subcomissões para discutir assuntos diversos a serem incorporados à nova Carta Magna, dentre elas a Subcomissão dos Estados que tinha como objetivo central a instituição de novos estados, cujo relator era o então deputado federal José Wilson Siqueira Campos do Partido Democrata Cristão de Goiás (PDC-GO). Um passo importante no processo de autonomia do Tocantins foi a criação, em 1987, do Comitê Pró-Tocantins, junto à Subcomissão de Estados da ANC.

Das propostas contempladas nas subcomissões sobre a criação de novos estados, acataram-se seis: a dos estados do Juruá (AM), de Tapajós (PA), de Santa Cruz (BA), do Tocantins, a mais conhecida proposta, devido à sua luta histórica, com o desmembramento apenas do estado de Goiás, do Maranhão do Sul (MA), do Triângulo (MG), e a elevação dos territórios do Amapá e de Roraima à condição de estado, e o Território de Fernando de Noronha passaria a pertencer a Pernambuco (BARBOSA, 1998).

Com a instalação da Constituinte, a Conorte e a Assembleia Legislativa de Goiás, com representantes políticos de diferentes partidos, realizaram vários debates enfatizando a viabilidade econômica do novo estado e as vantagens mutuas que seriam conseguidas tanto para o norte quanto para o centro-sul goiano, conseguindo mais de 80 mil assinaturas (50 mil a mais do que o mínimo exigido), para a Emenda Popular que propunha à Constituinte a criação do novo estado (CAVALCANTE, 2004).

Por fim, a única proposta de criação de novos estados aprovada foi a do Tocantins, ainda com a transformação dos territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima em estados. Tendo em vista o Tocantins, projeto apresentado pelo deputado Siqueira Campos, segundo Barbosa (1998, p. 94), ficou claro em seus discursos o caráter transcendental:

Porque, se *Deus o permitir*, ainda este ano, criaremos o estado do Tocantins, sonho acalentado desde o início do século XIX, pelas gentes que tenho a honra de representar. [...] cheio de esperança, revigorado em minhas forças físicas e espirituais, rogo à Sagrada Família e a Deus Todo Poderoso que nos ilumine e nos abençoe (BARBOSA, 1998, p. 94).

Esse discurso representa a paixão espiritual e o sentimento da alma territorial, o parlamentar goiano torna sua missão divina, ou seja a criação do Estado do Tocantins, está concentrada num desejo tão-somente de Deus.

Para Barbosa (1998), há uma apropriação do território por meio do simbólico quando se evoca o poder de Deus. Fica implícito que o constituinte goiano, ao liderar o movimento emancipacionista do Tocantins, passa a ser ele o representante divino aqui na Terra. O passo para a divisão do estado de Goiás consistiu na transformação da população do norte de Goiás em povo *nortense*, atributo que deveria caracterizar uma diferença de população, entre a do norte e a do sul de Goiás. Assim, o por nortense constituiu uma massa conduzida por um líder que incorpora o aspecto do poder transcendental, ou seja, o messianismo como produção do território.

As principais vantagens, observadas segundo Cavalcante (2004), para as duas regiões, foram: a elevação da renda per capita de Goiás, decorrente da diminuição da população (o mesmo ocorrendo com o Tocantins, pela injeção de recursos federais); o novo estado contribuiria para reduzir as migrações para as cidades do centro-sul goiano, evitando, assim, a proliferação de favelas em Goiânia, Brasília e Anápolis; a expansão das relações comerciais entre os dois estados; e, aumento da capacidade reivindicatória dos dois estados, nas representações políticas no cenário nacional.

Outro elemento importante, pelo menos para reforçar o apoio do governador eleito, foi que as dívidas que o estado de Goiás tinha contraído, tanto interna quanto externamente, seriam assumidas pela União, com a divisão do estado. A criação do estado do Tocantins trouxe outros benefícios para Goiás (e também para o Tocantins), dentre eles, a inclusão do novo ente federativo na região Norte do Brasil, alterando a divisão macrorregional do país (OLIVEIRA, 1988).

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou a criação do estado do Tocantins. O deputado Siqueira Campos, como o principal representante das elites que queriam a divisão de Goiás, respira aliviado e diz [...] “o dia de hoje, 1º de setembro de 1988, fica inserido na história do estado do Tocantins como uma de suas datas mais significativas, mais importantes” (BARBOSA, 1998, p. 98).

Independente da macrorregião geográfica a que pertence, o mais importante a observar é que a criação do Tocantins ocorreu muito menos devido à sua luta secular ou ao desejo da população em conquistar autonomia político-administrativa, mas muito mais pela habilidade política das elites regionais em conquistar maiores espaços de poder, não apenas no campo,

mas também, nas áreas urbanas. As forças dos lobbies e a influência da UDR nas votações foram decisivas na aprovação da criação e emancipação do território do Tocantins.

Essa habilidade foi materializada na arquitetura montada para demonstrar que a divisão de Goiás seria, de fato, vantajosa tanto para o sul quanto para o norte de Goiás, pelo desengargo de uma região pobre. Para o Tocantins, pela possibilidade de fortalecer o feudo político, conquistando maiores espaços de poder, por meio do controle e ordenamento do território. Dessa forma, com arquitetura política montada, pelo Artigo 13, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias criava o estado do Tocantins, pelo desmembramento da porção norte do estado de Goiás, acima do Paralelo 13.

Art.13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da áreas descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com os Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º - O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após à promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988 [...]

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério a assumir os referidos débitos (BRASIL, 2003, p. 146 e 147).

A aprovação apenas do Estado do Tocantins, tendo em vista as outras propostas, sobretudo a do Triângulo Mineiro, quando uma região é excessivamente pobre, há sempre alguém para analisar a sua pobreza e, em função dela, dizer que se deve criar um estado. Como exemplo, a proposta do Tocantins foi de que essa pobreza tem como raiz o abandono. Quando uma região é extremamente rica, faz-se geralmente o ufanismo de sua riqueza, e a conclusão é de que, em função dessa riqueza, deve-se criar um novo estado (BARBOSA,1998).

Assim, pôde-se compreender como seu deu os meandros para a criação do estado do Tocantins, como as elites locais se uniram em defesa de um novo espaço de governança, pois novos investimentos, novos recursos para lá se dirigiam, tão logo que foi criado o Tocantins.

O próximo capítulo teve como objetivo fazer uma análise conjuntural do desenvolvimento regional no Tocantins, após 1989. Para tanto, serão apresentados e discutidos alguns indicadores sociais e econômicos e estimado o Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) entre 1990 e 2010.

6 A CONJUNTURA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2010

Este capítulo apresentou e analisou a conjuntura do desenvolvimento regional no Tocantins após a sua criação e emancipação em 1989. Para tanto, este capítulo divide-se em três partes. Na primeira, fez-se uma análise da evolução das variáveis sociais e econômicas selecionadas para esta pesquisa entre 1990 e 2010. Na segunda, mensurou-se as desigualdades municipais do Tocantins entre 1990 e 2010. Essas desigualdades foram discutidas a partir da elaboração do Indicador Social e Econômico. Na terceira parte fez-se uma classificação dos municípios polos de base econômica, intermediários de base econômica e retardatários de base econômica pelo Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

6.1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

Torna-se necessário uma retomada da discussão como se encontrava a conjuntura social e econômica do recém-criado estado do Tocantins. Como visto anteriormente, o atraso social no norte de Goiás era alarmante. Com elevado índice de pobreza, 70% dos domicílios utilizavam poço ou nascente, 27% dos domicílios utilizavam fossa rudimentar. O atendimento de rede de água encanada atingia apenas 9% das casas e apenas em 15% com energia elétrica. Apresentava uma alta taxa de mortalidade infantil, cerca de 35% para cada mil nascido vivo. 51% de sua população de cinco anos ou mais não sabia ler e nem escrever. A deficitária rede de assistência médico hospitalar, que se apresentava aguda, tanto na zona rural quanto na urbana, apresentando um quadro de subnutrição, doenças endêmicas, como a malária, a hanseníase (IPEADATA, 2010).

Na atividade econômica, predominava a agricultura do cultivo de arroz, milho, mandioca, com pouco valor agregado; a pecuária, por sua vez, constituía a principal atividade no norte de Goiás. O PIB do norte de Goiás, em 1980, correspondia apenas 3,7% da participação em relação do PIB do sul de Goiás, denotando, assim, baixa participação na conjuntura econômica do estado de Goiás.

Ainda, no período de campanha para a criação do estado do Tocantins, o provável governador, Siqueira Campos prometeu para as três principais cidades do norte de Goiás: Araguaína, Porto Nacional e Gurupi a escolha de uma delas como a futura capital definitiva do Tocantins. Essas três cidades tinham melhores condições para sediar o governo local,

mesmo assim, o governador Siqueira Campos, optou por construir uma nova e moderna capital (BARBOSA, 1998).

Palmas, a nova capital, está localizada no centro do estado do Tocantins, na margem esquerda do rio Tocantins. A proposta, segundo o Governador, era construir a capital numa região carente, próxima ao Jalapão, uma região pouco habitada, possuindo baixa densidade demográfica, alta taxa de pobreza e população predominantemente rural. Assim, com a construção da capital no meio do cerrado, possibilitaria a irradiação de crescimento e atração de novos investimentos para a porção pobre do estado (LIRA, 1995).

Segundo Barbosa (1998) e Lira (1995), Palmas reproduz um microcosmos desse poder que, evidentemente, numa região pobre, desprovida de recursos básicos como saneamento (água tratada, redes de esgoto), decide erguer uma capital por meio da qual o novo estado vai se consolidando de uma forma eminentemente exclusivista. A construção de Palmas representou um marco no processo de urbanização do Tocantins. Até a década de 1980, as áreas mais urbanizadas do estado eram aquelas localizadas às margens da rodovia Belém-Brasília.

O estado do Tocantins, quando foi criado, contava apenas com 60 municípios localizados, em sua maioria, à margem esquerda do rio Tocantins. Após a sua criação, pequenos aglomerados espaciais foram promovidos à condição de município, dentro do projeto político de ocupação e ordenamento do território, mesmo que não contassem com uma infraestrutura que os caracterizasse como cidades.

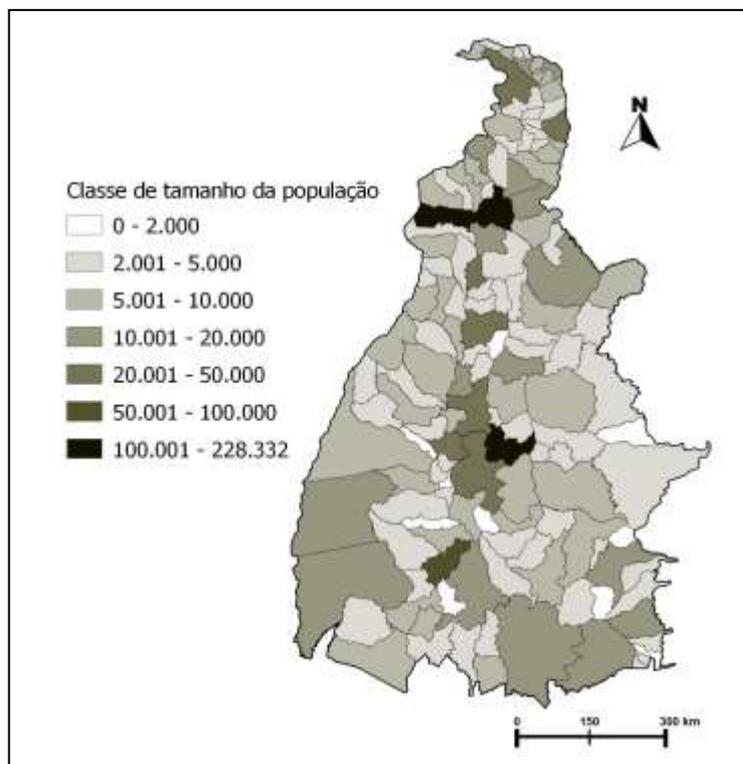
A Tabela 3 apresenta a seguinte distribuição de sua população: em 1991, eram 20 municípios que apresentavam população até 5 mil habitantes, correspondendo a 25% do total de 79; em 2000 e 2010, o número se eleva para 80 municípios, correspondendo a 58% dos 139.

Tabela 3 – Número de municípios do Tocantins, por tamanho populacional – entre 1991 e 2010

Classe de tamanho da população	1991	2000	2010
Até 2.000	-	16	10
De 2001 a 5.000	20	64	64
De 5.001 a 10.000	29	37	39
De 10.001 a 20.000	20	12	16
De 20.001 a 50.000	8	7	7
De 50.001 a 100.000	1	1	1
Mais de 100.000	1	2	2
Total	79	139	139

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (1991 a 2010).

Figura 11 – Distribuição do tamanho populacional dos municípios do território do Estado do Tocantins - 2010



Fonte: adaptado do IBGE (2010).

Observa-se na Figura 11 que a distribuição populacional concentra-se ao longo da rodovia BR-153, são municípios acima de 20 mil habitantes. Apenas Palmas e Araguaína apresentaram população acima de 100 mil habitantes, em 2010. Por outro lado, houve uma generalização de novos municípios, a maioria com menos de 5 mil habitantes espalhados de norte a sul de lestes a oeste do estado, e dependentes do Fundo de Participação dos Municípios, com baixa arrecadação e pouca atividade produtiva

A Tabela 4 apresenta a criação dos novos municípios por microrregiões. As duas microrregiões que tiveram o maior número de municípios criados foram: Jalapão e o Bico do Papagaio - de 7 para 15 municípios e de 12 para 25 municípios, respectivamente. Os municípios dessas duas microrregiões são considerados os mais pobres e possuem os piores indicadores sociais e econômicos, os quais serão apresentados e discutidos nas próximas seções. A microrregião de Araguaína apresentou também elevado número de municípios, passando de 8, em 1991, para 17 em 2000; porém, essa possui uma dinâmica econômica melhor do que as duas anteriores. A Microrregião de Gurupi, com uma dinâmica econômica semelhante à de Araguaína, elevou-se de 7 para 14 municípios.

Tabela 4 – Criação de novos municípios no Tocantins, por Microrregiões: 1991-2000

Microrregião	1991 (a)	2000 (b)	Δ % (b/a)
Araguaína	8	17	112,5
Gurupi	7	14	100
Bico do Papagaio	12	25	108
Dianópolis	14	20	43
Rio Formoso	8	13	63
Miracema	16	24	50
Porto Nacional	7	11	57
Jalapão	7	15	114
Total	79	139	76

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, (1991 e 2000).

O Tocantins passa de 79 municípios, em 1991 para 139, em 2000, um crescimento de 76% (Tabela 4). A Microrregião que criou menos municípios foi Porto Nacional, apenas 4, seguido de Dianópolis, com 6 municípios. Rio Formoso passou de 8 para 13 e Miracema de 16 para 24.

A proliferação desses novos municípios era uma forma de redistribuir poder entre os políticos do Tocantins, mas com pouco ou nenhum benefício para sua população, devido à baixa arrecadação de impostos e à precária infraestrutura nas áreas de saúde, de educação, de segurança e pouca ou nenhuma dinamicidade econômica, de acordo com os indicadores sociais e econômicos (Apêndice A).

Nesse contexto, destaca-se a criação da capital, Palmas, como centro dos poderes executivo, legislativo, judiciário, que foi aos poucos assumindo o comando no processo de integração regional, intensificando o fluxo de pessoas e mercadorias que convergiam para esse município. Palmas passou a funcionar como lócus de articulação dos interesses fundamentais para reprodução capitalista dos empresários e da classe política do Estado. No entanto, ainda existe um distanciamento significativo entre Palmas e algumas cidades do estado, dada a forma difusa de interação. A capital, Palmas, é cercada por municípios pobres, com baixos indicadores sociais e econômicos.

Desde 1980, Araguaína, Gurupi, Paraíso, Colinas e Guaraí são consideradas “cidades dinâmicas” e juntas tiveram um crescimento médio de 6,3% ao ano; entre 1991 e 2010, registraram crescimento médio anual de 1,8% (IBGE, 2010).

Palmas apresentou um grande crescimento populacional, entre 1991 e 2000, a população da capital aumentou de 24.334 para 137.355, ou seja, um crescimento de mais de 464%, com taxas anuais de 21,2%. Em 2010, sua população chegou a 228.332 habitantes, um crescimento absoluto de 66%, com taxas anuais de 5%, mas acima da média estadual de 1,8%

e a nacional de 1,2%, considerada cidade polo de base econômica de desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins (IBGE, 2010).

A Tabela 5 apresenta-se as principais variáveis selecionadas para esta pesquisa. No primeiro momento, fez-se uma análise da evolução ao longo do período de 1990 a 2010, evidenciando os avanços de modo geral do Tocantins. Entre as décadas de 1990 e 2010, a taxa de urbanização do Tocantins passou de 58% para 79%, acompanhando uma tendência nacional, no Brasil a taxa é de 84%, ou seja, indicando que a população se concentra nas áreas urbanas, onde se encontram melhores condições em infraestrutura de saúde e de educação, mas, principalmente, estão procurando aumentar a renda e seu bem-estar, por meio de novos empregos, sejam eles públicos ou privados.

A população rural entre 1990 e 2000 reduziu em taxa anual em média -2,66%, enquanto que a população urbana teve uma taxa de crescimento anual de 4,94%. Entre 2000 e 2010, a população rural apresentou novamente taxa anual negativa de 0,12%, mantendo a taxa positiva na área urbana de 2,39%. No período de 1991 a 2010, a população total do Tocantins cresceu 66%, esse crescimento foi decorrente, em parte, da criação de Palmas e do intenso fluxo de imigrantes para o Estado.

Esse aumento populacional está relacionado à centralidade exercida pela capital, Palmas, atraindo grande contingente de pessoas, não apenas de outros estados, mas também dos municípios tocantinenses. Houve grande saída da população jovem, que foi para a capital em busca de estudo e/ou emprego.

A região central de estado do Tocantins, capitaneada pela capital, Palmas, no sentido geográfico, é composta por aglomerações, ou seja, é uma organização espacial que possui aglomerações humanas em um espaço limitado e que demandam por atividades especializadas. De acordo com Singer (1990), cada aglomeração tem características próprias, com formas de vida diferenciadas, em função do grau de urbanização, da infraestrutura e das atividades ali desenvolvidas, seja ela nos setores primário, secundário ou terciário, isto que se observa na capital Palmas -TO.

Por outro lado, o Tocantins apresentou uma baixa densidade demográfica em 1991, era de 3,3 hab/km², passando em 2010 para 5 hab/km², bem abaixo do índice nacional que é de 22,4 hab/km².

Com o aumento populacional houve também aumento do consumo de energia residencial, entre 1990 e 2000, que passou de 92.239 Mwh para 298.031, em 2000, correspondendo a uma taxa de crescimento de 12,44%, em 2010 chegou a 520.227 Mwh, (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução das variáveis sociais e econômicas do Estado do Tocantins entre 1990 e 2010

Variáveis Sociais do Tocantins	1990	2000	TGC (b/a)	2010	TGC (c/b)
	(a)	(b)	%	(c)	%
População Urbana	530.636	859.961	4,94	1.090.106	2,39
População Rural	389.227	297.137	-2,66	293.339	-0,12
Consumo Energia Residencial (Mwh)	92.239	298.031	12,44	520.227,00	5,72
Média de ano de estudo	2,58	3,8	3,94	5	2,78
Médicos Mil/habitantes	0,42	0,47	1,13	1,28	10,53
% de água encanada	28,97	55,73	6,76	94,33	5,4
% de coleta de lixo	35,58	73,68	7,55	94,35	2,5
Unidade de leito hospitalar	2.918	2.859	-0,2	2.697	-0,58
Despesas com saneamento e saúde	191,25	76.019.033,10	263,02	448.502.550,87	19,42
% de pessoas pobres	60,01	45,18	-2,79	22,15	-6,88
Despesas com Educação e cultura	197.179,00	136.130.948	92,26	590.022.642,00	15,79
Variáveis Econômicas do Tocantins	1990	2000	TGC (b/a)	2010	TGC (c/b)
	(a)	(b)	%	(c)	%
PIB total (mil real)	1.984.436,72	3.671.728,03	6,34	17.240.142,00	16,72
ICMS (real)	191,02	68.985.965,63	259,55	278.374.330,25	14,97
FPM (real)	1.179,25	189.709.595,00	231,62	713.691.321,00	14,16
IPVA (real)	427.765,70	4.419.306	26,3	38.777.474	24,25
Consumo Energia Setorial (Mwh)	104.628,30	425.588,93	15,06	735.119,70	5,61
Emprego Formal total	19.256	106.040	18,6	238.955	8,46

Fonte: IBGE (censo populacional, 1991 a 2010); Ipeadata (1990 a 2010); PNUD (1990 a 2010), Data SUS (1990 a 2010), Seplan - TO (2000 e 2010; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),(1990 a 2010).

TGC: Taxa geométrica de crescimento anual

Nota: os dados foram deflacionados pelo IGP (DI)

O consumo maior de energia nas residências pode ser consequência da maior renda auferida pela população do Tocantins, que aumentou o consumo devido a maior utilização de eletrodomésticos. Isso evidencia um aumento no consumo de energia residencial, que está se dispersando por todo o território tocantinense, indicando o acesso das famílias às comodidades da vida moderna.

A distribuição da energia do Tocantins é feita pelo grupo Energisa sendo a primeira concessionária de energia elétrica privatizada do país. O potencial hidrelétrico das bacias Tocantins-Araguaia, que cortam o estado do Tocantins, possibilitou a instalação de algumas Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

As principais usinas são: UHE Luís Eduardo Magalhães (902,5MW), em Lajeado, UHE Peixe-Angical (452 MW), UHE São Salvador (243 MW), com isso, o estado passou a exportar energia para outras unidades da federação.

A média de anos de estudos no Tocantins vem aumentando, mas está abaixo da média nacional que é de 7,7 anos. O Tocantins passou de 2,58 em 1990 para 5 anos em média de anos de estudos em 2010. Esse aumento em anos de estudos pode estar relacionado ao aumento das despesas com gasto em educação e cultura, conforme a Tabela 5. As despesas com essa rubrica era de apenas 197 mil em 1990, passando para 136 milhões em 2000 e 590 milhões em 2010. Outros dois indicadores sociais que apresentaram melhoras foram a % de água encanada e a coleta de lixo; em 1990, a % de água encanada era 28,97% e da coleta de lixo 35%; em 2010, esse percentual aumentou para 94%, para esses dois indicadores. Esse aumento tende a estar relacionado, também, ao aumento das despesas com saneamento e saúde. No ano 2000, foram gastos cerca de 39 milhões; em 2010, esse aumento passou para 448 milhões, tendo uma taxa de crescimento anual de 19,42%.

Por outro lado, esse aumento em saneamento e saúde não acompanhou os números de leitos hospitalares, muito pelo contrário, houve uma redução de 2.918 em 1990 para 2.697 em 2010. Outra variável crítica encontrada nos estudos foi médicos por mil habitantes: em 1990, era de 0,42, correspondendo em números absolutos de 386 médicos em todo o estado. Em 2010, tem-se 1,28 médicos por mil habitantes, e em números absolutos 1.771 médicos. Na capital, Palmas, tinha registrado 408 médicos. A carência da saúde básica está nos pequenos municípios. Esse retrato não é só do Tocantins, e sim da Região Norte que possui a menor densidade por médicos (0,98), enquanto a média do Brasil é de 1,95 (IPEADATA, 2010).

Uma das alternativas encontradas para equacionar essa carência de médicos no interior do Brasil foi o Programa Mais Médicos³¹, implementado pelo Governo Federal em 2013. No estado, desde 2006, a Universidade Federal do Tocantins – UFT - já oferta o curso de medicina tendo como prioridade a formação profissional com qualidade e que esse possa intervir no processo de desenvolvimento regional, propondo e realizando ações de saúde integral, no contexto da Amazônia Legal. Para 2015, está previsto a implantação de mais um curso de medicina no Campus de Araguaína, norte do estado.

Por fim, a variável % de pessoas pobres no Tocantins era considerada alta, em 1990. Mais de 60% eram considerados pobres no estado, confirmando o legado do abandono e da miséria que o norte de Goiás foi caracterizado, ou seja, um modelo de atraso social e econômico. Esse percentual reduziu-se para 45% em 2000. Em 2010, esse percentual cai para 22,5%, tendo uma redução de mais de 50%. Essa queda tende a estar relacionada aos

³¹ O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura nos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais (DataSUS, 2013).

programas de transferência de renda, via Bolsa Família, auxílio alimentação, benefício social e aposentaria no meio rural.

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído no País em 2004, tem gerado controvérsias na sociedade quanto à sua eficácia. Para alguns, o programa tem impulsionado a economia local no interior do País; outros dizem que o Programa é de cunho eleitoral. Não cabe aqui discutir a validade ou não do Programa. Entre 2004 e 2010, o repasse para o Programa aumentou 181% para o Brasil. Em 2004, o Tocantins recebeu mais de 8,8 milhões do PBF. Em 2010, passou para 12,3 milhões de reais um aumento de 40% para o Tocantins. Na Microrregião do Bico do Papagaio, passou de 931 mil em 2004 para 2,7 milhões em 2010, gerando um aumento de mais 190%. Essa Microrregião foi a que mais recebeu benefícios do PBF no Estado do Tocantins (IPEADATA, 2010).

Em 2012, o governo do estado do Tocantins lançou um plano denominado Tocantins Sem miséria, tendo como objetivo superar a extrema pobreza no estado, reduzindo as desigualdades sociais, afim de garantir e elevar a renda per capita e dar acesso aos serviços públicos de assistência social. Os beneficiados foram as famílias com renda igual ou inferior a R\$70,00 cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) (TOCANTINS, 2012).

As variáveis econômicas são: PIB, ICMS, Fundo de Participação Municipal (FPM), IPVA, o Consumo de Energia Setorial e o emprego formal. Observa-se (Tabela 5) que, em 1990, essas variáveis, em termos monetários, tinham pouca expressividade, se comparadas às das décadas de 2000 e 2010. A análise deu-se, entre o PIB e o emprego que compõe as principais variáveis econômicas. Entretanto, as demais, o ICMS, o IPVA, o FPM e o Consumo de Energia Setorial, estão de certa forma relacionadas ao desempenho do aumento da arrecadação do estado. Verificou-se, então, uma evolução considerável nas variáveis econômicas.

A economia do Tocantins representou a 24^o posição entre os estados brasileiros, em 2010. Sua participação no PIB nacional foi pouco expressiva, com apenas 0,4%. No entanto, quando se compara a evolução do PIB do norte de Goiás, desde 1980, sua participação vem aumentando em relação ao estado de Goiás. Em 1980, o PIB do norte de Goiás correspondia apenas, 3,7% da participação em relação do PIB do sul de Goiás. Em 1990, já constituído o Estado do Tocantins, essa participação sobe para 15,6%, aumentando para 17,66%, em 2010, sua participação em relação ao estado de Goiás. (IPEADATA, 2010). Isso demonstra, assim, um crescimento econômico do Tocantins.

O PIB do Tocantins em 1990 era de 1,9 bilhões de reais; em 2000, passou para 3,6 bilhões em valores correntes, correspondendo a taxa geométrica de crescimento anual de 6,34%. Em 2010, por sua vez, esse montante passa para 17,2 bilhões. (Tabela 5).

De acordo com os dados do IBGE (2010), o Tocantins foi o Estado brasileiro que apresentou maior evolução nos números do PIB. Mesmo com baixa participação na economia nacional, o estado registrou uma taxa de crescimento anual de 14,2% em 2010. Além disso, a taxa do crescimento do PIB acumulado nos últimos oito anos, até 2010, foi o dobro da média nacional. Enquanto o Brasil cresceu 37%, na Região Norte 53%, o Tocantins obteve uma taxa de crescimento de 74%.

Isso demonstra o quanto a economia do Tocantins cresceu, chamando atenção de investidores nacionais e internacionais. O destaque do Tocantins se deve à infraestrutura conquistada, principalmente pela implantação da Ferrovia Norte-Sul e o aumento de rodovias asfaltadas. Com sete mil km, é a 6ª maior malha asfáltica do país. A estruturação de redes de água e energia também contribuiu para esse crescimento.

A Figura 12 apresenta a construção da BR Distribuidora Petrobrás no pátio multimodal em Luzimangues, distrito de Porto Nacional. Além da BR Distribuidora a Raizen, joint venture Shell e Cosan vão ampliar o terminal de distribuição de combustíveis da companhia no município, especificamente no distrito de Luzimangues.

Figura 12 – Construção da Distribuidora Petrobras no pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul em Luzimangues, distrito de Porto Nacional – TO



Foto: Josimar Oliveira (2013).

O crescimento da economia refletiu na criação de novos postos de trabalho, conforme demonstra a Tabela 6. Foi verificada que o grande empregador é a administração pública. Dos 106.040 empregos formais, em 2000, 53.583 pertencia aos serviços públicos, correspondendo mais de 50%. Em 2010, dos 238.955 empregos, a administração continha 112.649, com 47% do total de empregos. Segundo Rodrigues e Diniz (2009), o grande empregador no Estado do Tocantins é o setor público tanto na esfera federal, na estadual quanto na municipal, confirmando, assim, a ideia de que no Tocantins ainda predomina o funcionalismo público.

Todavia, os dados apresentam que a administração pública reduziu sua participação no total de empregos gerados em 2010. Infere-se, a partir disso, que outros setores de atividades econômicas estão em expansão, como é o caso do comércio, dos serviços, da construção civil e da indústria de transformação. O grande desafio do Tocantins é tirar sua dependência da administração pública, tanto estadual como municipal.

O comércio e serviços juntos representam o segundo maior empregador, com 28,6%, em 2000, e 33,8%, em 2010. Contudo, há de se considerar que a indústria de transformação e a construção civil, entre 2000 e 2010, quase triplicaram o número de empregos gerados, passando de 5.196 para 14.607; e 5.350 para 14.684 respectivamente.

Tabela 6 – Evolução do emprego formal por setores de atividades do Tocantins entre 2000 e 2010

Setores de Atividades do Tocantins	2000	Part. %	2010	Part. %
Extrativista Mineral	363	0,34	1.004	0,42
Indústria de Transformação	5.196	4,90	14.607	6,11
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.584	1,49	2.876	1,20
Construção Civil	9.642	9,09	13.741	5,75
Comércio	14.770	13,93	40.246	16,84
Serviços	15.552	14,67	39.148	16,38
Administração Pública	53.583	50,53	112.649	47,14
Agropecuária	5.350	5,05	14.684	6,15
Total	106.040	100,00	238.955	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), (2000 e 2010).

Segundo dados da SEPLAN-TO (2010), o setor da economia que apresentou maior crescimento foi o industrial, com 25,4% do PIB, em 2010, destacando-se a indústria de transformação e construção civil. Esse desempenho acaba sendo influenciado positivamente pela agropecuária, que é a base econômica do Estado e que impulsiona o encadeamento a montante e a jusante. Gerando, assim, mais empregos e aumentando a arrecadação de impostos. A exportação de grãos (soja e milho), em 2010 foi significativa, cerca de 23%. O comércio varejista cresceu entre 2005 a 2010, cerca de 65%, isso indica a forte urbanização da

população do Tocantins, que chegou a quase 80%. O comércio atacadista também tem crescido muito, inclusive em função dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual.

O programa de incentivos fiscais do Tocantins abrange 11 modalidades que disponibilizam entre outros benefícios, reduções tributárias e facilidades para instalação e manutenção de empreendimentos. A proposta é conquistar novos empreendimentos, geração de empregos e arrecadação de impostos, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Os incentivos compreendem o comércio atacadista de medicamentos e o atacadista em geral.

Faz parte do programa, também, o complexo agroindustrial, e-commerce, indústria automotiva, de confecção, de carnes, de produção de frutas e pescado, empresas do ramo de indústria, comércio, extração e produção rural. O Proindústria é voltado para empresas com atividade econômica no setor da indústria, cujos projetos apresentam viabilidade econômico-financeira, com interesse em implantação ou expansão. O Prologística, para empresas de logística e de transporte aéreo e o Prosperar, é direcionado para empresas com projetos de implantação, revitalização ou expansão de unidades industriais, agroindustriais e turísticas (FIETO, 2010)³².

Segundo dados da Federação das Indústrias do Tocantins (Fieto), o estado tem cerca de 100 indústrias de médio e de grande porte. O setor secundário da economia, no qual se encontram as indústrias, representa quase 25% do total do PIB tocantinense, movimentando mais de R\$4 bilhões em 2010. Cerca de 30% das indústrias estão instaladas em Palmas e 14% em Araguaína (FIETO, 2010).

O Estado conta com 11 distritos industriais, sendo que quatro são projetos do Estado nas cidades polos de Palmas, Gurupi, Araguaína, Colinas do Tocantins, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Os distritos industriais são espaços destinados às empresas que buscam localização estratégica para alavancar a produção industrial.

Incentivos fiscais para o agronegócio, mão de obra e o potencial logístico são fatores importantes para a atração de novas empresas para o Tocantins. Na outra ponta, o programa Microempreendedor Individual (MEI) e o empresário individual somaram mais de oito mil formalizações, fator decisivo para o crescimento do setor.

Segundo informações do Diretor Executivo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena empresas (SEBRAE, 2015), as micro e pequenas empresas são as que mais

³² Para maiores detalhes sobre os incentivos fiscais consultar a Cartilha de Incentivos Fiscais do Tocantins elaborada pela FIETO. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/>.

empregam. Há um aumento de emprego e renda. Este é o grande desafio do SEBRAE, tirar da dependência da administração pública do Estado do Tocantins, o que vem acontecendo a partir da década de 2000. O SEBRAE atua junto com as prefeituras, com as associações comerciais e indústrias, e com a FIETO, convergindo forças para trilhar novos rumos para os municípios do Tocantins, impulsionado, qualificando mão de obra, dando assistência comercial e empresarial, dialogando com os pequenos empreendedores, para que possam gerar empregos e renda, contribuindo, dessa forma, para sua inserção no mercado local e regional.

Essa seção teve o objetivo de fazer uma análise da conjuntura social e econômica do estado do Tocantins, entre 1990 a 2010. No entanto, cabe ressaltar que o estado, criado em 1989, não tinha condições de apresentar melhores indicadores sociais e econômicos devido à sua recém-emancipação. Mas a partir da década de 2000, o estado começou a estruturar e a fortalecer economicamente as atividades do setor da base econômica, que, aos poucos, inserem-se no mercado regional, nacional e internacional.

Na próxima seção, foi apresentada a mensuração do indicador social, econômico e do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

6.2 AS DESIGUALDADES MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2010

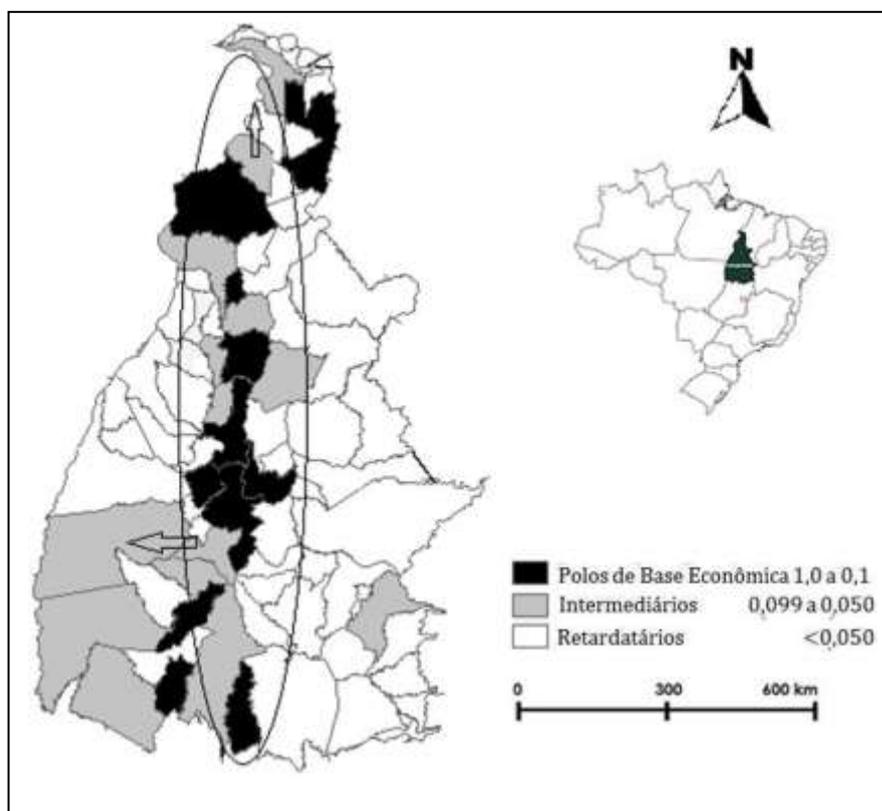
O objetivo desta seção foi apresentar e discutir as desigualdades municipais do Tocantins entre 1990 e 2010, a partir da elaboração dos Indicadores sociais, econômicos e do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). Partindo da metodologia proposta, chega-se a um resultado que permite ordenar e classificar os municípios conforme o seu grau de dinamicidade. Primeiro, analisa-se o Indicador Social, depois o Econômico e, por fim, o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) para os municípios do território do Estado do Tocantins. Lembrando que os municípios polos de base econômica são os que apresentam o Indicador de 1,00 a 0,1; o intermediário de 0,09 a 0,05 e o retardatário abaixo de 0,05.

Os dados da Tabela 7 mostram que nos últimos vinte anos o comportamento do indicador social teve a seguinte distribuição: em 1990, como já dito antes, o Tocantins possuía apenas 79 municípios, desses 11 (onze) eram considerados municípios polos, destacando-se Araguaína (0,266), Gurupi (0,217), Paraíso do Tocantins (0,157), Porto Nacional (0,155), Palmas (0,152), Colinas do Tocantins (0,124), Guaraí (0,123), Palmeirópolis (0,122), Alvorada (0,119), Miracema (0,116) e Tocantinópolis (0,111), que representavam 14% do

total. Os municípios intermediários eram 17 (dezesete), correspondendo a 21,5% do total. A situação era crítica para os municípios retardatários, ou seja, que não possuíam capacidade de autossustentação para implementar projetos de desenvolvimento social; esses representaram ao todo 51, correspondendo mais de 64% do total. A Figura 13 representa a distribuição de acordo com a classificação do indicador social. A localização completa dos municípios encontra-se na Figura 8 e Tabela 2, na parte metodológica.

Os piores municípios com indicador social em 1990 foram: Sampaio (-0,032), Praia Norte (-0,017), Buriti do Tocantins (-0,010) e Santa Rosa do Tocantins (-0,006), o que caracterizou esse índice foi a elevada percentagem de pessoas pobres, em Sampaio esse percentual chegou a mais de 93%. Segundo Myrdal (1968), a pobreza é um dos obstáculos para consolidar o processo de desenvolvimento. Schultz (1973) complementa que a educação é o processo que cria condições do ser humano adquirir conhecimento e potencializar suas forças para sair da condição do estado de pobreza, pois quanto maior é a taxa de pobreza pior é o desenvolvimento social.

Figura 13 – Distribuição do Indicador Social no território do Tocantins – 1990



Fonte: adaptado do IBGE (1990).

Outra característica desses municípios é a baixa urbanização, a parte da população se encontra em áreas rurais, a média de estudos foi de 1,4 anos; esses municípios apresentaram baixa arrecadação de impostos. Os três últimos municípios estão localizados na Microrregião do Bico do Papagaio, uma das pobres do estado, por apresentar, uma luta secular pelos conflitos de terra. A Tabela completa de todos os municípios do Indicador Social encontra-se no Apêndice B.

Tabela 7 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Social – 1990, 2000 e 2010

Indicador Social	Números de Municípios			Participação (%)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010
De 1,00 a 0,1 – Polos	11	6	9	14,00	4,30	6,50
De 0,09 a 0,05 - intermediários	17	33	78	21,50	23,70	56,00
Abaixo de 0,05 - Retardatários	51	100	52	64,50	72,0	37,50
Total de Municípios	79	139	139	100,00	100,00	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na década de 1990, foram criados mais 60 municípios. Como já assinalado, esses municípios tinham baixa capacidade produtiva, pouca dinamicidade, a maioria com menos de 5 mil habitantes.

No ano 2000, há apenas 6 municípios polos (Tabela 7) mantendo os principais municípios, tendo Palmas, a capital, com o melhor indicador social (0,290), seguido de Araguaína (0,205), Gurupi (0,174), Paraíso do Tocantins (0,152), Porto Nacional (0,124) e Miracema (0,11). Os municípios de Colinas, Guaraí e Palmeirópolis passam a figurar como municípios intermediários, juntamente com os demais 33 (trinta e três). O número de municípios retardatários aumentou de 51 em 1990 para 100 em 2000, tendo a seguinte distribuição percentual; 4,3% para os municípios polos, 23,7% para intermediários e 72% para os retardatários.

Os 19 (dezenove) piores municípios retardatários em 2000, que apresentaram indicador social foram: Esperantina (-0,023), Mateiros (-0,022), Juarina (-0,001), Carrasco Bonito (-0,018), Barra do Ouro (-0,016), Praia Norte (-0,015), Palmeirante (-0,015), Lagoa do Tocantins (-0,014), Riachinho (-0,011), Campos Lindos (-0,010), Maurilândia (-0,008), Santa Terezinha do Tocantins (-0,007), Santa Maria do Tocantins (-0,006), São Salvador do Tocantins (-0,004), Cachoeirinha (-0,004), Sampaio (-0,004), Itapiratins (-0,003), Muricilândia (-0,003) e São Bento do Tocantins (-0,002).

Foi constatado que, dos 100 piores municípios, 19 (dezenove) deles possuem nomes com alguma designação de santos católicos: São Felix, São Sebastião, Santa Tereza, Ponte Alta do Bom Jesus, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, dentre outros. Isso pode levar a inferir alguma ligação simbólica com a religiosidade no Tocantins, como um povo resignado e temente a Deus. Porém, com elevados índices de pobreza, precariedade em infraestrutura, pouca atividade econômica, grande parte dos empregos provém do poder público municipal, e a grande maioria dessa população vive com a transferência de renda do governo federal, via bolsa família, aposentadoria rural e benefício social.

Isso remete a uma reflexão sobre o poder simbólico. Nessa perspectiva, Bourdieu (1989) diz que o poder simbólico é um poder invisível, quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. Esse poder constitui uma identidade territorial, conjunto de representações socioespaciais que dão coesão e força simbólica ao grupo social que ali vive e que com ele se identifica.

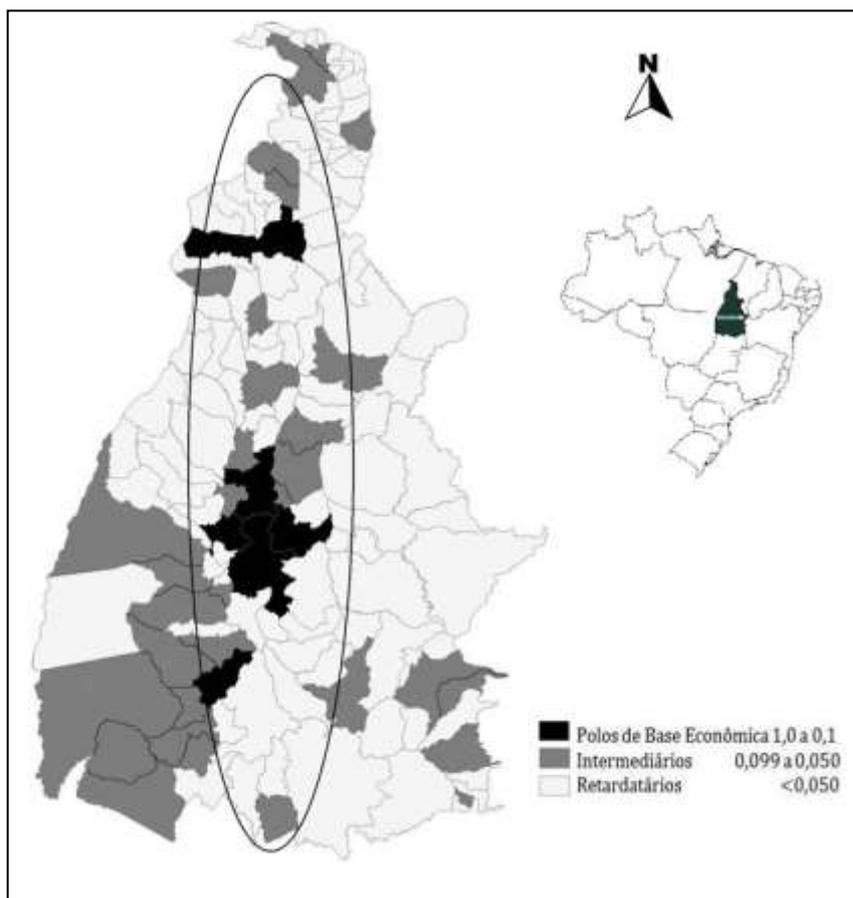
Merleau-Ponty (1984) diz que há uma crise de racionalidade entre as ciências naturais; o mundo está em crise entre o visível e o invisível, e o poder simbólico nesses municípios representa o invisível, mas com poder visível representado pela igreja. A principal matriz institucional desses municípios retardatários é a igreja, porque ela aplica os padrões morais dos bons costumes, mesmo no sofrimento e resignação.

Santos (2009) trabalha com a emancipação do ser humano, que seria os modos de produção do poder, do direito e do senso comum, e constrói uma teoria de emancipação propondo um enquadramento teórico do relacionamento entre direito, poder e conhecimento para a construção de um senso comum. Dessa forma, deve ser instigada a emancipação dessa população que vive nesses municípios retardatários.

A Figura 14 apresenta a distribuição do indicador social nos municípios, em 2000, conforme a classificação adotada para os mesmos. Percebeu-se uma concentração dos melhores indicadores sociais, nos municípios sitiados à margem da rodovia Belém-Brasília. Há uma maior dispersão dos municípios retardatários e uma polarização dos municípios intermediários, próximos aos municípios polos de base econômica.

Dentre os 19 (dezenove) piores municípios em 2000, 9 (nove) estavam localizados na Microrregião do Bico do Papagaio e 5 (cinco) no Jalapão, ou seja, 14 (quatorze) municípios estavam localizados nas duas piores microrregiões, em termos de indicadores sociais.

Figura 14 – Distribuição do Indicador Social no território do Tocantins – 2000

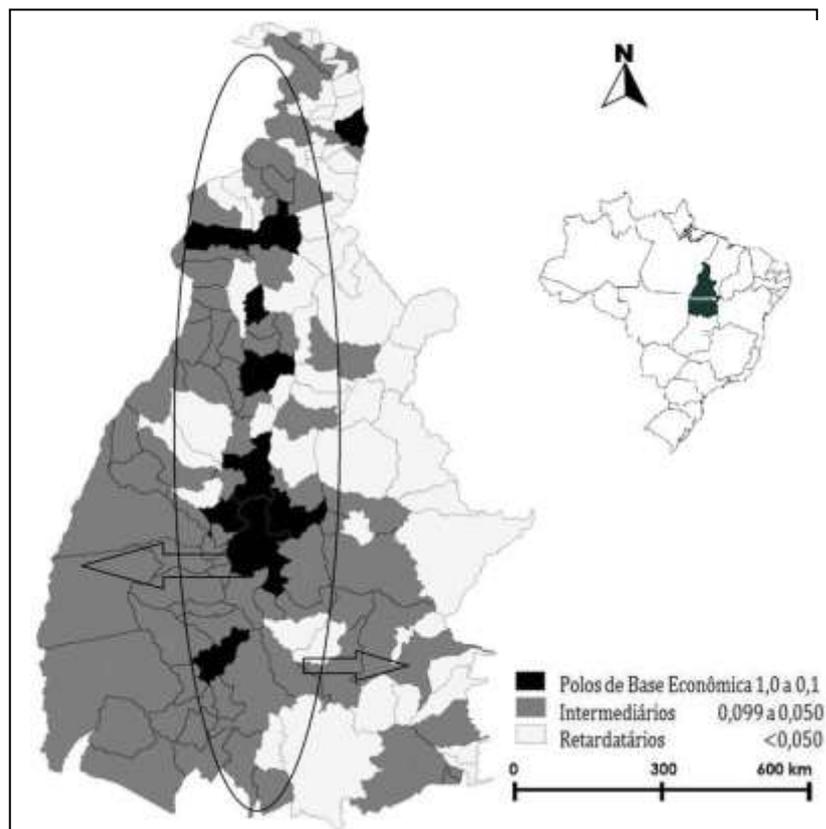


Fonte: adaptado do IBGE (2010).

Não obstante, em 2010, teve uma significativa melhora das variáveis que compõem o indicador social. Os municípios polos passaram de 6 em 2000, para 9 em 2010, com participação de 6,5% do total. Os municípios intermediários passaram de 33 em 2000 para 78 em 2010, correspondendo a 56% do total. Os melhores desempenhos ficaram com os municípios considerados retardatários. Nesse respeito, houve uma queda de 100 municípios em 2000, para 52 em 2010. A melhora desse desempenho se deve, sobretudo, pela queda da taxa de pessoas pobres nesses municípios, aumento com gastos em educação, em cultura, em saneamento e em saúde, além do aumento da taxa de urbanização nesses municípios, melhora na média de anos de estudos, aumento no abastecimento de água encanada e na coleta de lixo.

A classificação dos municípios com o melhor indicador social não se alterou em 2010, conforme a Figura 15. Palmas, a capital do estado, apresentou o melhor indicador (0,340) seguido de Araguaína (0,248), Gurupi (0,155), Paraíso do Tocantins (0,138), Porto Nacional (0,131), Colinas (0,113), Miracema (0,112), Tocantinópolis (0,107), Guaráf (0,106).

Figura 15– Distribuição do Indicador Social no Território do Tocantins – 2010



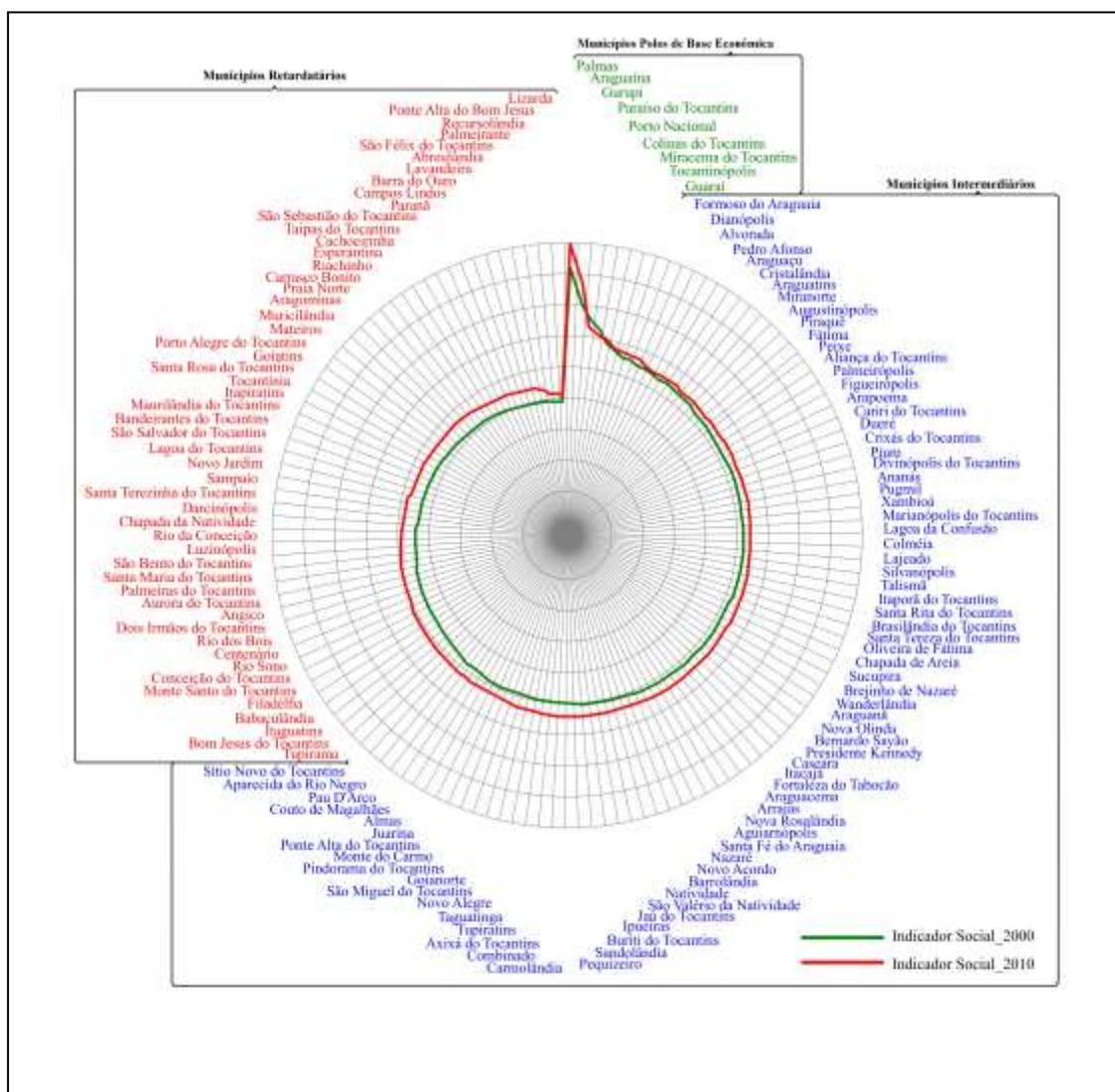
Fonte: adaptado do IBGE (2010).

Apenas 2 (dois) municípios apresentaram indicador social negativo, que foram: Ponte Alta do Bom Jesus (-0,002) e Lizarda (-0,006).

Na Figura 14, assim como nas demais, constatou-se que a dinâmica de crescimento e desenvolvimento se dá ao longo do traçado da rodovia Belém-Brasília, no entanto, não significa que ao longo desse traçado ocorreu desenvolvimento em todos os municípios. Pode se inferir que tanto no aspecto social e econômico a BR-153 apresenta como um corredor de desenvolvimento. Para Perroux (1977), corredor é o espaço que une dois polos de base diversificada ou de manutenção.

A Figura 16 apresenta a evolução do indicador Social dos municípios entre 2000 e 2010. Percebe-se uma melhora significativa das variáveis sociais.

Figura 16 – Distribuição dos municípios do Indicador Social no Tocantins – 2010, conforme sua classificação – municípios polos, intermediários e retardatários



Fonte: Resultados da pesquisa.

Isso se mantém a mesma tendência dos municípios polos com sua localização na margem da rodovia Belém-Brasília. Observou-se, também, que houve uma melhora na parte oeste do estado, nas Microrregiões Formoso do Araguaia, Gurupi, Miracema e Araguaína, aumentando, assim, os municípios intermediários, e reduzindo o número de municípios retardatários, na parte leste, nas microrregiões do Jalapão, Dianópolis, Bico do Papagaio.

Como se pode observar na Figura 16, há um deslocamento do indicador social de 2000 para 2010, a melhora começa a partir dos municípios intermediários, mas a grande diferença foi entre os municípios considerados retardatários. Infere-se, portanto, que as políticas implementadas no Tocantins, como o gasto em educação, saúde, saneamento básico, água tratada, transferência de renda, via programas do Governo Federal e estadual, vem a cada ano

melhorando a qualidade de vida desses municípios tocantinenses. A seguir, fez-se análise do Indicador Econômico.

O Indicador Econômico tem o objetivo de representar a dinamicidade dos municípios. A Tabela 8 representa a distribuição dos municípios segundo o grau do indicador econômico, com sua respectiva participação. Nota-se que, em 1990, o estado possuía apenas 79 municípios. Nessa década, os principais centros dinâmicos do estado eram representados pelos seguintes municípios com seus respectivos indicadores: Araguaína era considerada o principal centro econômico do estado, com indicador de (0,51); em seguida Gurupi (0,341); em terceiro a capital do estado, Palmas (0,193), ainda em processo de construção de sua infraestrutura, como, por exemplo, os centros médicos, hospitais, escolas, universidades, os poderes públicos legislativo, executivo e o judiciário, bancos, comércio, supermercados, restaurantes entre outros estabelecimentos. E, por último, mas não menos importante pelo seu papel histórico na luta pela criação do Tocantins, muitas vezes tida como a capital do norte goiano, pela sua cultura, pela religiosidade, como centro de aviação, encontra-se Porto Nacional (0,127).

Assim, eram 4 (quatro) municípios considerados polos no indicador econômico, representando 5% do total. Os municípios intermediários eram no total de 6 (seis), representando 7,5% e 69 (sessenta e nove) municípios, ou seja, 87,5% eram considerados retardatários.

Tabela 8 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Econômico – 1990, 2000 e 2010

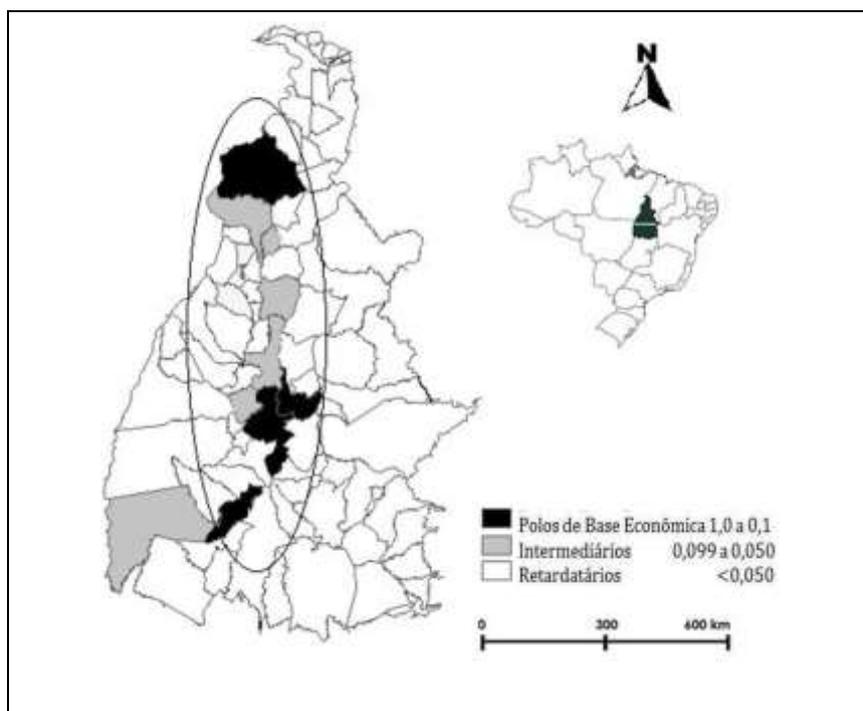
Indicador Econômico	Números de Municípios			Participação (%)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010
De 1,00 a 0,1 - Polos	4	3	3	5,00	2	2
De 0,09 a 0,05 - intermediários	6	5	3	7,5	3,5	2
Abaixo de 0,05 - Retardatários	69	131	133	87,5	94,5	96
Total de Municípios	79	139	139	100,00	100,00	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 17 representa a localização desses municípios polos: Araguaína ao norte do estado, Palmas e Porto Nacional, localizada no centro, e ao sul o município de Gurupi.

Araguaína exerce a centralidade no norte do estado, tendo como municípios de influência, nesse período, Arapoema com indicador econômico intermediário de (0,065), Colinas do Tocantins (0,062) e Guaraí (0,051), há um espraiamento de Araguaína para esses municípios.

Figura 17 – Distribuição do Indicador Econômico no território do Tocantins – 1990



Fonte: adaptado do IBGE, (1990).

No centro do estado, polarizado pelas cidades de Palmas e Porto Nacional, têm-se como municípios intermediários: Miracema do Tocantins (0,097), que foi temporariamente a capital provisória do Tocantins, enquanto era construída a nova capital, e Paraíso do Tocantins (0,086). Ao sul do estado, tem-se Gurupi como cidade polo, que exerce influência no município de Formoso do Araguaia (0,076).

Observou-se que os municípios retardatários se encontram espalhados de norte a sul e de leste a oeste do Tocantins, exceto alguns municípios localizados às margens da rodovia Belém-Brasília. Todavia, os municípios localizados na parte leste não estão interligados nos corredores de transportes, além do impedimento que separa o Rio Tocantins, como meio de locomoção para os municípios pobres, o custo de acessibilidade se torna elevado e tempo de deslocamento torna-se distantes.

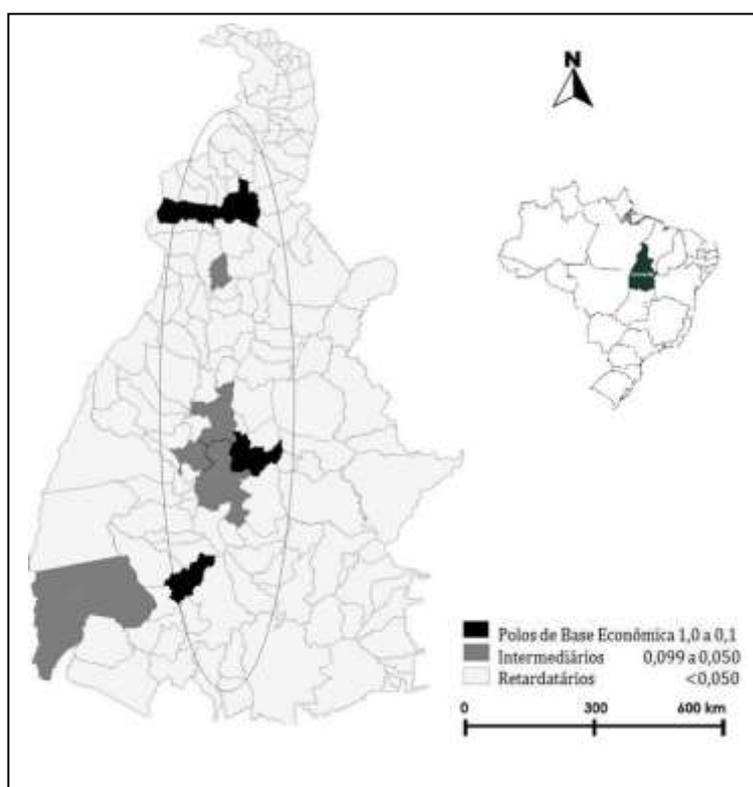
A partir da década de 2000, surgiu uma nova configuração da economia do Tocantins, conforme apresentado e discutido na Tabela 5, na seção anterior. Em 2010, a economia do Tocantins apresentou um dos melhores resultados em termos de crescimento do PIB, entre todos os estados do país.

Analisando os dados da Figura 18, houve alteração nos números de cidades polos permanecendo apenas 3 em 2000 e 2010. Representadas pelas cidades de Palmas, a capital do estado, passando a liderar esse indicador (0,580), Araguaína em segundo, com (0,303) e

Gurupi com (0,246). O município de influência de Araguaína passa a ser apenas Colinas do Tocantins (0,054). No centro do estado os municípios intermediários passaram a ser Porto Nacional (0,098), Paraíso do Tocantins (0,089), Miracema do Tocantins (0,076). No sul, continuou o município Formoso do Araguaia (0,067).

Porto Nacional (0,098), uma vez consolidada a capital, passou a exercer um papel secundário perante Palmas, até mesmo funcionando como cidade dormitório, devido ao elevado preço do aluguel na capital. O que se nota é o aumento da magnitude do indicador econômico de Palmas, passando de (0,193), em 1990 para (0,580) em 2000. Araguaína e Gurupi acabam reduzindo seu indicador para (0,302) e (0,246) respectivamente em 2000. Esse aumento do indicador de Palmas (0,58) fez com que Araguaína e Gurupi, como os demais, reduzissem seu indicador econômico, não significa que houve queda nas atividades econômicas, e sim, redução de sua magnitude.

Figura 18 – Distribuição do Indicador Econômico no território do Tocantins – 2000

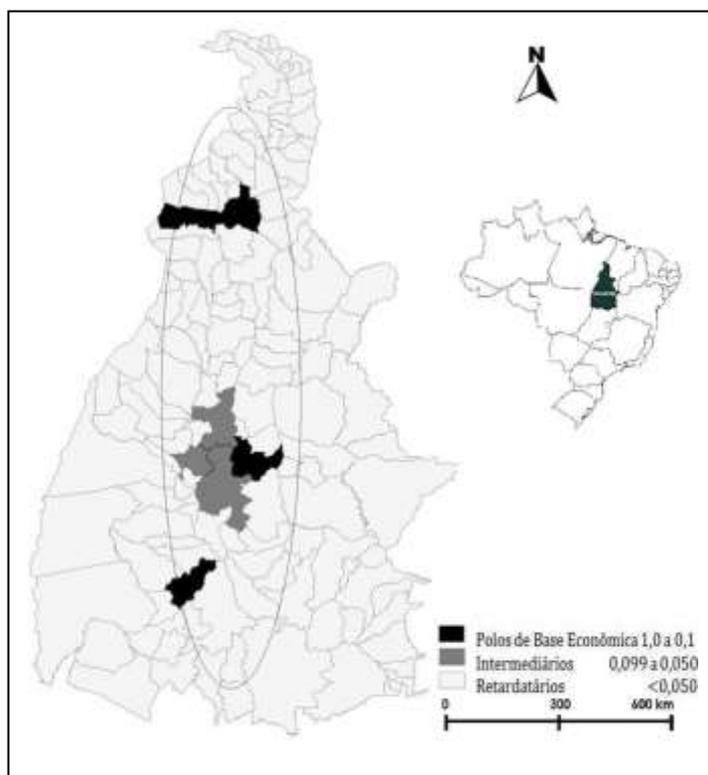


Fonte: adaptado do IBGE (2000).

A relação completa dos municípios e do indicador econômico encontra-se no Apêndice C. Pouco se alterou em 2010; continuaram os 03 (três) municípios polos: Palmas (0,60), indicador máximo, Araguaína (0,231) e Gurupi (0,137). Os municípios intermediários

passaram a ser apenas 3 (três); Paraíso do Tocantins (0,074), Porto Nacional (0,065) e Miracema do Tocantins (0,060). O total de municípios retardatários aumentou para 133, representando 96% do total dos municípios, conforme a Tabela 8 e a Figura 19.

Figura 19 – Distribuição do Indicador Econômico no Território do Tocantins – 2010



Fonte: adaptado do IBGE, (2010).

Comparando as variáveis econômicas entre 2000 e 2010, houve aumentos significativos das mesmas; contudo, ficaram concentradas em apenas três cidades: Palmas, Araguaína e Gurupi. Palmas, em 2010, elevou sua magnitude máxima desse indicador (0,60), havendo uma concentração maior na capital. O PIB municipal de Palmas, em 2000, era cerca de R\$660 milhões de reais, em 2010 chegou a R\$3,9 bilhões de reais. Outra variável significativa foi o número de empregos formais, em 2000, Palmas tinha 51.817, passando em 2010 para 112.915 empregos formais, ou seja, mais que dobrou os números de empregos, um aumento de mais de 120% nesse período.

Analisando o emprego em 2010, constatou-se que 82 (oitenta dois) municípios contavam com o número de empregos formais entre 1 a 400, correspondendo a mais de 59%. Havia, ainda, 35 municípios com capacidade de gerar empregos entre 401 a 990 empregos formais, em 2010, correspondendo a 25%, e apenas 22 (vinte) municípios com capacidade de

gerar mais de mil empregos, correspondendo a 16%. O município que gerou mais empregos em 2010 foi a capital, Palmas, com 112.915. Deste total, 68.115 foram gerados na administração pública; 20.071 no setor de serviços; 13.585 no comércio e, 6.084 na construção civil. O município que gerou menor número de emprego em 2010, foi Lavandeira, com apenas 13 empregos formais.

As participações relativas do PIB do total do estado, em 2010, das três principais cidades eram assim distribuídas: Palmas (18%), Araguaína (11%) e Gurupi (6%), ou seja, essas três cidades somavam cerca de 35% do total dos produtos agregados dos setores primários, secundários e terciários, produzidos no Tocantins em 2010, considerando que o estado possui 139 municípios, e apenas essas três cidades concentram-se mais de 1/3 do PIB do estado.

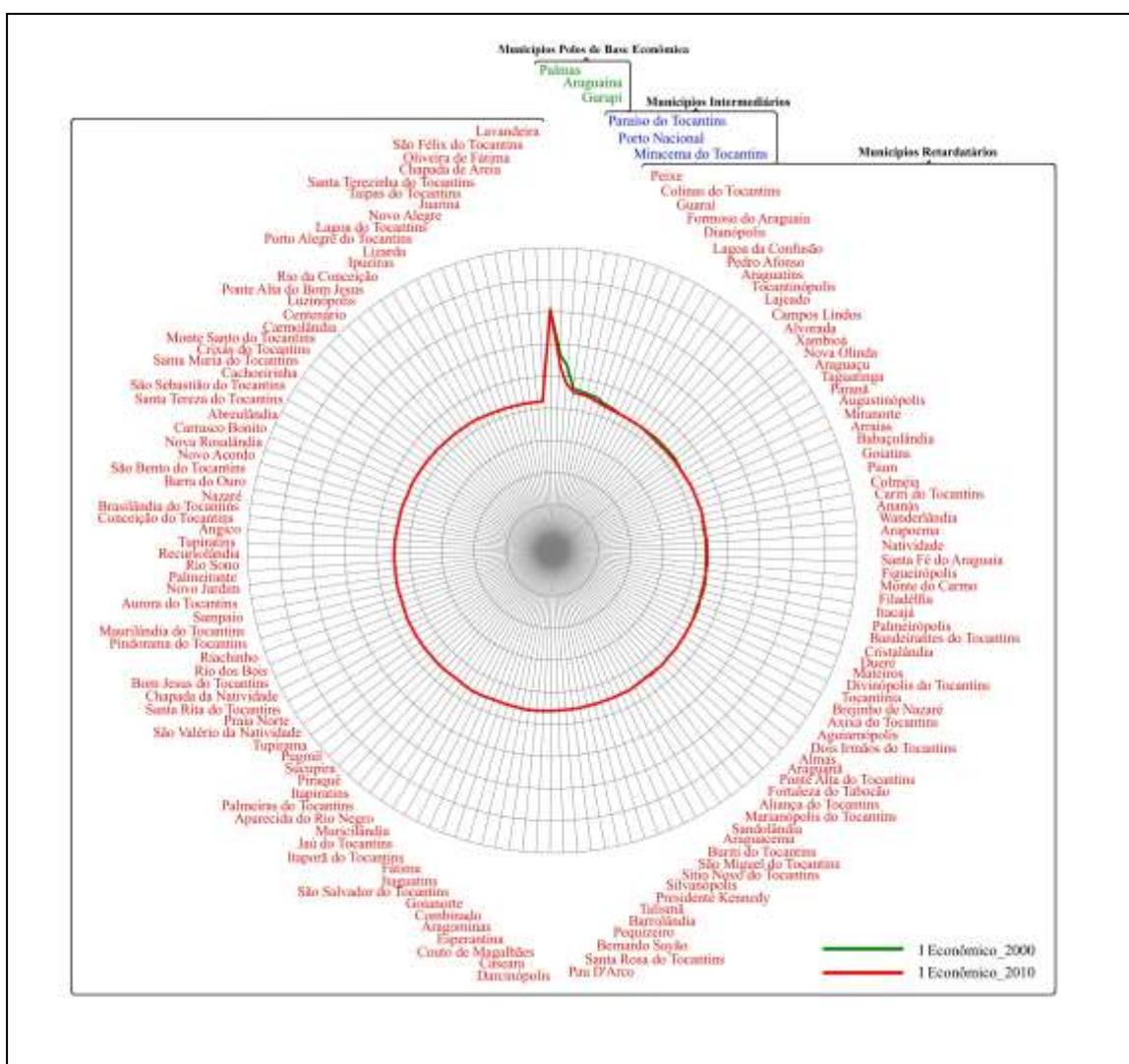
Quanto à geração de emprego formal, Araguaína, em 2010, contabilizava 25.005, Gurupi (15.104) e Palmas (112.915), dos 238.995 do total de empregos gerados, ou seja, esses 03 (três) municípios somavam 153.025, correspondendo a 64% do total do emprego formal no estado. O ICMS arrecadado nesses três municípios, considerados polos, também foi significativo. Araguaína arrecadou cerca de R\$ 26,75 milhões de reais, Gurupi cerca de R\$ 18,56 milhões e Palmas arrecadou cerca de R\$ 50 milhões de reais. O total de ICMS do estado em 2010 foi próximo de R\$ 278,37 milhões. As três juntas somaram R\$ 95,31 milhões, correspondendo a 34%, isto é mais de 1/3 do total. O ICMS é o imposto arrecadado sobre a circulação de mercadorias, como esses três municípios polarizam a economia do estado, há uma certa tendência de fuga de capital para esses lugares. A população tende a consumir produtos, que muitas vezes não são encontrados em seus municípios, devido à quantidade de municípios retardatários e da não disponibilidade de bens, serviços e lazer que são ofertados por Araguaína, Gurupi e Palmas.

A arrecadação do IPVA reflete o número de veículos automotores e a renda disponível para aquisição desses bens. Essa aquisição reflete como forma de bem-estar ou como forma de trabalho que o veículo representa. Araguaína, em 2010, arrecadou de IPVA cerca de R\$ 8,26 milhões, Gurupi, R\$ 3,16 milhões e Palmas R\$ 13,12 milhões de reais. A soma total desses três municípios foi cerca de R\$ 24,54 milhões do total de R\$ 38,77. Isso representa 63% do total de IPVA arrecadado pelo estado, logo, infere-se, novamente, que essas três cidades concentram a maioria da frota de veículos, dos 139 municípios. É evidente que os municípios considerados retardatário, não possuem renda suficiente para aquisição desses bens, haja vista que, com um elevado índice de pobreza, com uma renda per capita de meio

(1/2) salário mínimo, dificilmente eles terão condições de manter um veículo; na realidade, muitos deles mal dão conta de manter sua própria sobrevivência.

A Figura 20 apresenta a relação dos municípios polos de base econômica, intermediários e retardatários. O ano de referência é de 2010. Observou-se uma sobreposição entre 2010 e 2000, indicando que houve uma ligeira queda na magnitude dos municípios de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Miracema do Tocantins.

Figura 20 – Distribuição dos municípios do Indicador Econômico do Tocantins – 2010, conforme sua classificação – municípios polos de base econômica, intermediários e retardatários



Fonte: Resultado da pesquisa.

Em relação aos municípios retardatários, a sobreposição se manteve entre 2000 e 2010, não havendo alterações nesse indicador, representados pelos 133 municípios em 2010,

correspondendo 96% do total, indicando uma fragilidade nas variáveis econômicas, e melhoria nas sociais.

A seguir será apresentado e analisado o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) para os municípios do território do Tocantins, após a sua criação, tendo como base os anos de 1990, 2000 e 2010.

6.2.1 Caracterização do desenvolvimento dos Municípios Polos de Base Econômica, Intermediários e Retardatários do Território do Estado do Tocantins

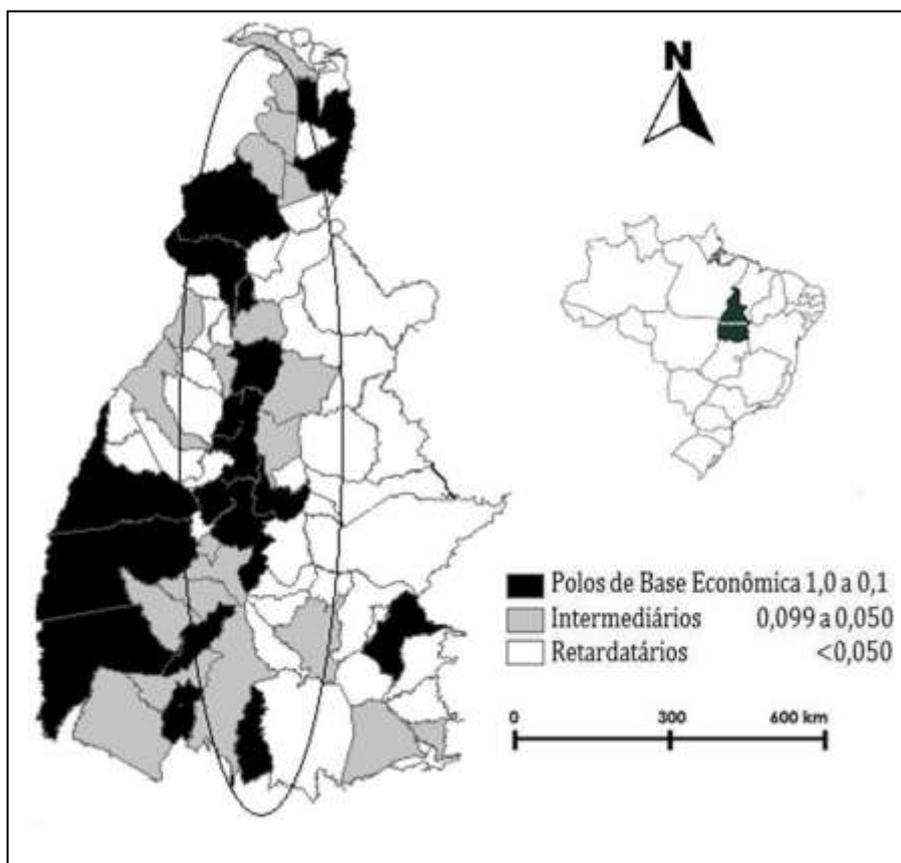
O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi construído a partir dos indicadores sociais e econômicos e representa o grau de desenvolvimento dos municípios tocaninenses. Para a formulação do IDR deu-se peso maior para o indicador econômico, pois o município com melhor situação econômica possui maiores condições para investir em áreas como saneamento (água tratada e tratamento de esgoto), saúde e educação, sem contar com a capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seus indicadores sociais.

Uma vez estimado o IDR para cada município, foi possível ordená-lo segundo o grau de dinamicidade. Os municípios que apresentaram IDR igual ou superior a 0,1 foram classificados como polos de base econômica. Os municípios cujo IDR situa-se no intervalo compreendido entre 0,099 a 0,050 foram considerados como intermediários. Esses municípios conseguem atrair recursos e renda dos municípios retardatários, que muitos deles situam-se distantes dos polos regionais de base econômica diversificada. Os municípios com IDR abaixo de 0,050 foram classificados como retardatários, sem condições de implementar um processo de crescimento e desenvolvimento tanto social como econômico.

A Tabela 9 apresenta a distribuição do IDR para os anos de 1990, 2000 e 2010. Como já mencionado, em 1990, o estado do Tocantins possuía 79 municípios; dentre esses, 16 (dezesseis) configuravam-se como municípios polos, representando 20% do total, municípios intermediários 21 (vinte e um), representando 27% e 42 (quarenta e dois) representavam os municípios retardatários, correspondendo a 53% do total.

A Figura 21 ilustra a localização desses municípios, a uma concentração maior ao longo da rodovia Belém-Brasília e na parte esquerda dessa rodovia.

Figura 21 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins – 1990



Fonte: adaptado do IBGE, (1990).

Araguaína foi considerada como o principal polo regional em 1990, com índice de (0,776), seguida de Gurupi, no sul do estado (0,557), e a capital, Palmas com (0,345). No extremo norte do estado, o principal polo é a cidade de Tocantinópolis (0,150). Ao longo da rodovia BR-153, ainda se encontram os municípios polos de Paraíso do Tocantins (0,243), Colinas do Tocantins (0,186), Guaraí (0,175), Alvorada (0,158). Na região sudeste do Tocantins, tem-se como município principal, Dianópolis (0,102), considerada como o principal centro urbano, seguido das cidades intermediárias Arraias (0,066), Taguatinga (0,064) e Natividade (0,062). Na região do Jalapão não, se verificou nenhum município polo, muito pelo contrário, nessa região está localizado grande parte dos municípios pobres, juntamente com a região do Bico do Papagaio. Esses municípios não conseguem se manter dentro do dinamismo da base de manutenção, ou seja, são caracterizados com base

retardatários, bem como eles estão fora da acessibilidade ao corredor de desenvolvimento a BR-153, e nem ligado aos corredores menores estaduais com infraestrutura adequada. Complementação a ausência de postos de saúde, escolas e professores qualificados.

Os piores IDR atribuídos aos municípios retardatários foram: Buriti do Tocantins (-0,006), Santa Rosa do Tocantins (-0,006), Praia Norte (-0,011), Sampaio (0,026). Desses 4 (quatro) 3 (três) estão localizados na região do Bico do Papagaio, e Santa Rosa do Tocantins, que está localizada na microrregião de Dianópolis. A classificação completa do IDR encontra-se no Apêndice D.

Em 2000 o estado passou a ter 139 municípios, teve um aumento de 60 municípios, com a seguinte distribuição: 15 (quinze) municípios polos, 34 (trinta e quatro) intermediários e 90 (noventa) retardatários. A partir do ano 2000, Palmas, a capital, começa a liderar como o principal polo regional do estado com o IDR de (0,871), seguida de Araguaína com (0,507) e Gurupi (0,421). A ordem não se alterou muito, Dianópolis deixa de ser classificada como polo e passa a ser considerado município intermediário (0,097). A concentração se dá ao longo da BR- 153, conforme ilustra a Figura 22.

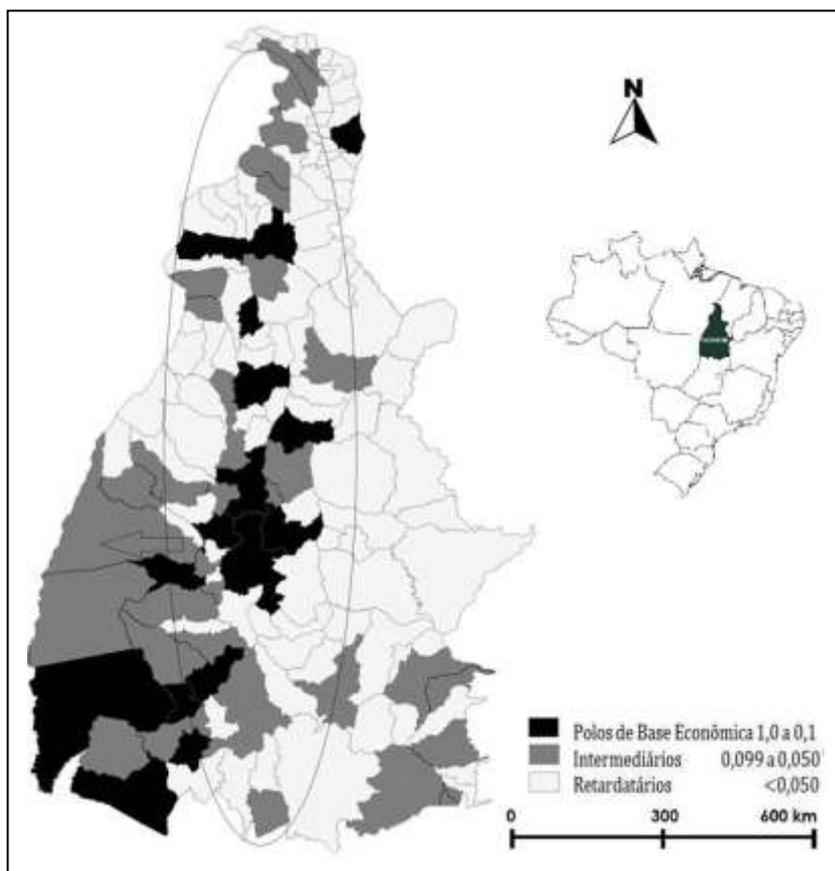
Tabela 9 – Distribuição dos municípios segundo o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) – 1990, 2000 e 2010

Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)	Número de Municípios			Participação (%)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010
De 1,00 a 0,1 – Polos base econômica	16	15	16	20	11	12
De 0,09 a 0,05 - intermediários	21	34	82	27	24	59
Abaixo de 0,05 - Retardatários	42	90	41	53	65	29
Total de Municípios	79	139	139	100,00	100,00	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Entre 1990 e 2000, houve aumento dos municípios intermediários, passando de 21 para 34 municípios. Com a criação dos novos municípios, passando de 79 para 139, houve um aumento dos municípios retardatários, passando de 42 em 1990 para 90 em 2000, ou seja, mais que dobrou a quantidade de municípios sem qualquer capacidade de impulsionar um processo de crescimento econômico e social sustentável.

Figura 22 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins – 2000



Fonte: adaptado do IBGE (2000).

Dentre os 90 (noventa) considerados retardatários, 15 (quinze) municípios apresentaram IDR negativos, muitos deles localizados na região do Bico do Papagaio, Jalapão e região sudeste do estado (Dianópolis). Os 6 (seis) com os piores indicadores são: Lagoa do Tocantins (-0,013), Praia Norte (-0,014), Barra do Ouro (-0,015), Carrasco Bonito (-0,017), Mateiros (-0,021) e Esperantina (-0,021). Esses municípios que possuem o IDR negativo, associação entre as variáveis sociais e econômicas.

Segundo os dados do PNUD (2000), esses municípios não conseguiram superar sua taxa de pobreza, que, ainda, constitui um entrave no processo de desenvolvimento social e econômico.

O município Barra do Ouro possui 74% das pessoas pobres, Carrasco Bonito (85%), Lagoa do Tocantins (80%), Mateiros (72%), Esperantina (81%). Foram consideradas pessoas pobres as que sobrevivem com uma renda per capita de até R\$ meio (1/2) salário mínimo mensal. Essas taxas não são piores devido à transferência de renda via Bolsa Família, pensão, benefícios e aposentaria do meio rural do Governo Federal (PNUD, 2000).

A partir de 2010 verificou-se uma melhora sensível do IDR, os municípios polos passam a ser 16 (dezesesseis), os municípios intermediários passam de 34 (trinta e quatro) em 2000, para 82 (oitenta dois) em 2010, correspondendo a 59% do total do estado. O grande avanço foi nos municípios classificados como retardatários, de 90 em 2000 para 41 municípios em 2010, isto é, 49 municípios passaram a ser considerados intermediários. A participação percentual dos municípios considerados retardatários em 2000 era de 65%, cai para 29%.

Há de se considerar que o Tocantins tem despontado no cenário nacional como um grande produtor de grãos. Fazendo parte da região MATOPIBA (região de interface entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), é responsável pela produção de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas de grãos, sendo a soja a principal cultura, com 2,22 milhões de toneladas produzidas em 2013/2014 (CONAB, 2014). Considerando-se o crescimento da área colhida e da produção de grãos de soja, constatou-se considerável elevação na produção e na área plantada no Tocantins.

Apesar dos prognósticos positivos, ainda existem grandes desafios a serem superados para que este potencial produtivo seja totalmente superado. Um desses desafios é o transporte, isto é, melhorar a infraestrutura de escoamento de grãos; o armazenamento, poucas unidades de armazém no estado; e o grande desafio é processar parte destes grãos, com a indústria de transformação, agregando maior valor adicionado ao produto.

Os municípios que se destacam na produção de soja são: Campos Lindos, Guaraí, Palmas, Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Tupirama, Tupiratins, Porto Nacional, Pedro Afonso, Figueirópolis e Cariri do Tocantins. Segundo informações da SEPLAN-TO (2012), os principais municípios a serem contemplados com investimentos indústrias são Campos Lindos, no norte do estado, Formoso do Araguaia, no sul, e Porto Nacional, na região de Palmas, fundamentalmente no setor de alimentos. Palmas e Miracema do Tocantins devem ser contemplados por investimentos em serviços públicos, especialmente em infraestrutura, que devem, em um futuro próximo, servir de incentivo para a instalação de novas empresas.

Outra característica das indústrias instaladas no Tocantins é o grande número de unidades de pequeno porte (86% do total) e a inexistência de unidades de grande porte (acima de 600 empregados). Para as produtoras de bens de consumo duráveis, o percentual de unidades médias é um pouco maior que para o conjunto da indústria e ocupam mais da metade do total de pessoal desse grupo. No setor de bens intermediários, ao contrário, há uma elevada concentração do pessoal ocupado em unidades de pequeno porte. A indústria extrativa é outro segmento que deve contar com uma expansão a partir dos investimentos em transporte

(com a Ferrovia Norte-Sul), aproveitando a existência de grande número de jazidas minerais (FIETO, 2012).

Esse cenário descrito fez com que o Tocantins melhorasse seu indicador social e econômico, configurando num maior IDR. Em 2010, conforme já assinalado, melhorou-se as condições de grande parte dos municípios intermediários e retardatários.

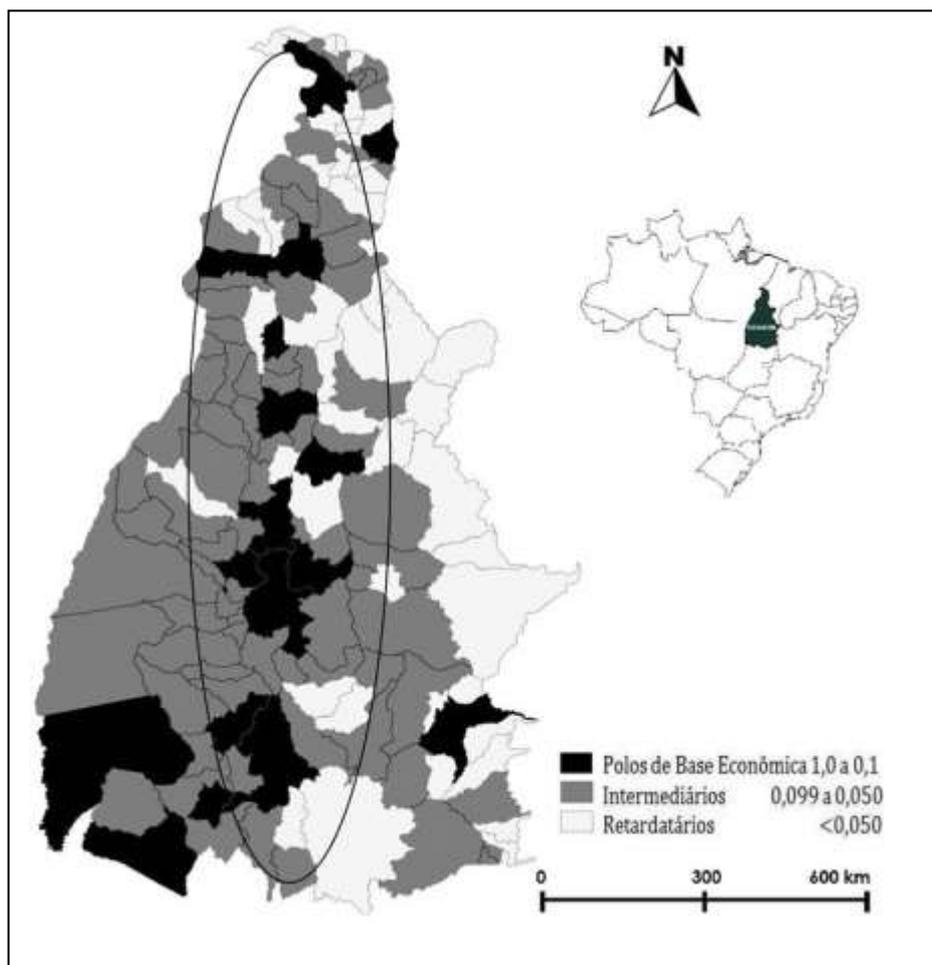
Na Figura 23, percebeu-se, assim como nas demais, uma forte predominância da concentração dos municípios polos ao longo da rodovia BR-153 (Belém-Brasília). Os municípios polos acabam irradiando o processo de desenvolvimento para os municípios intermediários, esses por sua vez, para os retardatários.

Os municípios considerados polos obtiveram mudanças estruturais, em especial na parte econômica, em seguida na social. Esses municípios passaram por diversas transformações, que acabaram por atrair investimentos que proporcionassem um grau de infraestrutura compatível com o crescimento sustentável. Esses municípios se tornaram polos em suas regiões, o que faz com que eles tenham suas forças centrípetas atuando de forma a atrair mais investimentos e também contingente populacional, vindo de municípios menos desenvolvidos.

Os municípios considerados de base retardatária não conseguem atrair investimentos e populações, porque estão abaixo de uma base econômica, eles estão na linha de sobrevivência.

Por outro lado, nos municípios considerados retardatários, constatou-se uma migração da população urbana e rural, para os municípios mais desenvolvidos, e a baixa capacidade produtiva, poucas atividades econômicas capazes de gerar empregos, a não ser no setor de serviços e administração pública.

Figura 23 – Distribuição da localização do IDR dos municípios do Tocantins – 2010

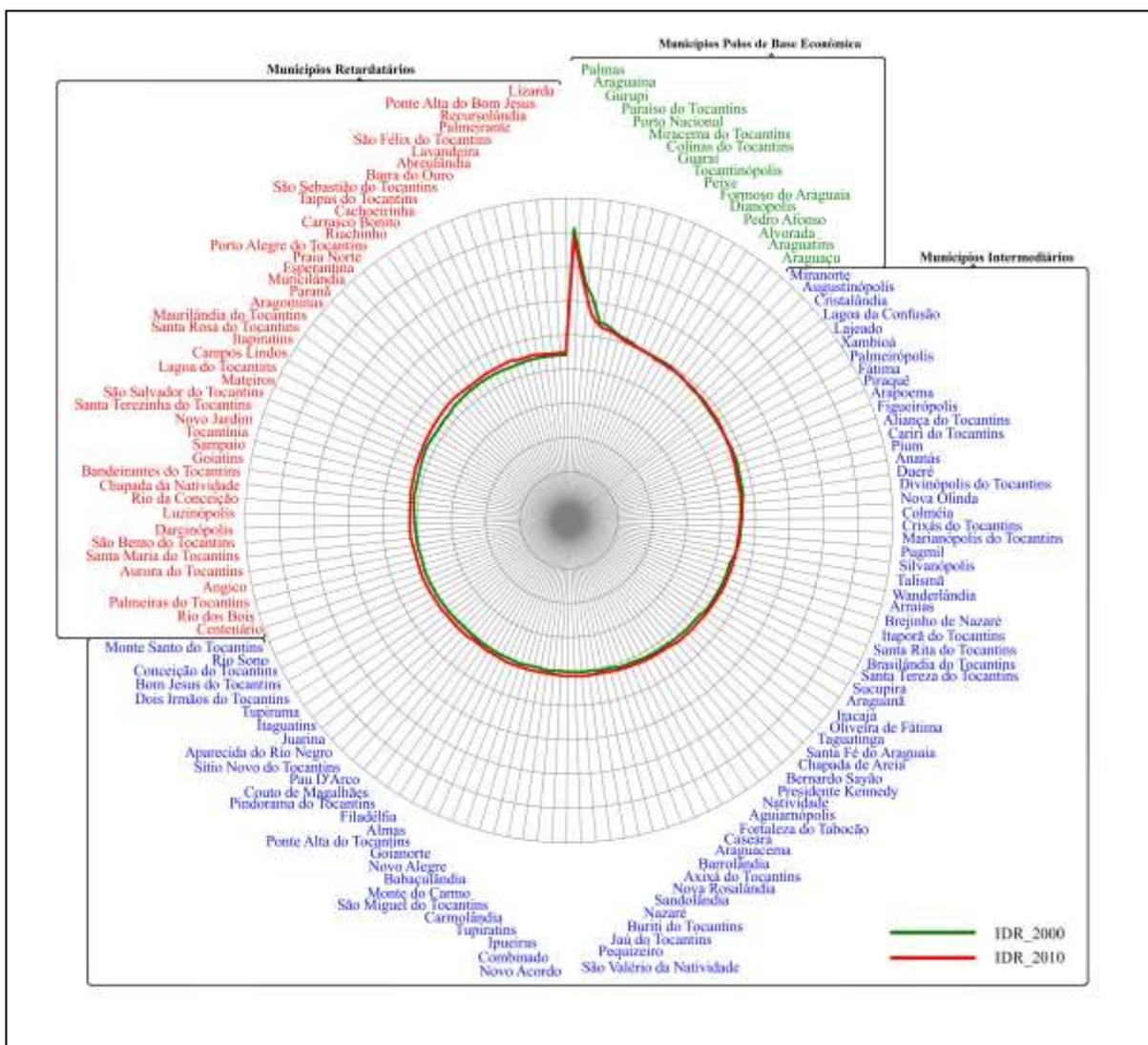


Fonte: adaptado do IBGE (2000).

A Figura 24 representa a distribuição dos municípios conforme sua classificação, polos, intermediários e retardatários, tendo como referência o ano de 2010. Percebe-se, uma sobreposição do ano 2010 sobre o ano de 2000, tendo uma melhora na distribuição do IDR e na quantidade de municípios que se sobressaíram em 2010, se comparado ao ano de 2000. Em termos de participação (Tabela 9), em 2000, os municípios polos correspondiam a 11%; em 2010, passou para 12%. Nos municípios intermediários, em 2000, a participação era de apenas 24%, passando para quase 60% em 2010. O grande avanço foi a redução dos municípios retardatários que em 2000 representavam 65% do total, essa percentagem foi reduzida para 29% em 2010.

Percebeu-se, durante a análise dos dados, que o impulso da melhora do IDR esteve ligado ao indicador social, nem tanto ao indicador econômico, isso se explica pela transferência de renda do poder público federal.

Figura 24 – Distribuição dos municípios do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) - 2010, conforme sua classificação – municípios polos, intermediários e retardatários



Fonte: Resultado da pesquisa.

Grande parte dos municípios intermediários conseguiram tal desempenho por localizarem-se em área de conurbação do polo e absorveram efeitos decorrentes da concentração de aglomeração das atividades produtivas, renda e salários dos trabalhadores, como foi o caso dos municípios localizados na região de Araguaína, Tocantinópolis, Palmas, a

capital do estado, Gurupi no sul do estado. Outros municípios obtiveram tal performance em razão de possuírem alguma atividade econômica e um comércio varejista forte, agroindústrias que operam no sistema de integração de produção. Constatou-se, ainda, que alguns municípios obtiveram IDR acima de 0,050, além do efeito do indicador social, ajudou, também o desempenho das atividades agropecuária, com destaque para a pecuária, o cultivo da soja, milho, mandioca, cana-de-acúcar, e frutas tropicais (melância, abacaxi, coco).

O Quadro 8 sintetiza os fatores de influência das atividades produtivas que os municípios polos de base econômica exercem sobre os municípios intermediários, com seus respectivos IDR, em 2010. O Quadro 8 mostra as atividades bases dos setores econômicos e seus ramos de atividades para cada município do Estado do Tocantins.

Complementam-se algumas informações sobre esses fatores de influência das atividades produtivas. Cabe destacar que o cultivo da soja no Tocantins iniciou com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER³³), que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de tecnologia adequando à produção de grãos (soja, milho e trigo) na região do cerrado. A primeira fase – PRODECER I – ocorreu em 1979, numa área de 70 mil hectares, em Minas Gerais. Em 1985, implementou-se o PRODECER II, incorporando uma área de 200 mil hectares e contemplando os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. A terceira fase do Programa – PRODECER III – teve início em 1995, estendendo-se aos estados do Tocantins e Maranhão, com a incorporação de cerca de 80 mil hectares (BARBOSA, 1998; OSADA, 1999).

³³ O PRODECER teve como agentes financiadores o Governo brasileiro, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a *Overseas Economic Cooperation Found* (OECF) e bancos privados japoneses. Maiores detalhes, consultar Barbosa (1998) e Osada (1999).

Quadro 8 – Fator de influência dos municípios polos de base econômica sobre os municípios intermediários em 2010

Fator de Influência de Atividade Produtiva municípios polos de base econômica	Municípios intermediários
Extremo norte, na Microrregião do Bico do Papagaio, destacam-se os municípios de: Tocantinópolis (0,128) e Araguatins (0,105): Atividades predominantes: comércios, administração pública e serviços representam 72% dos empregos gerados. A indústria teve um crescimento de 28% em 2010. Na Agropecuária destacam-se a criação de aves e bovino; o cultivo de mandioca, milho, arroz sequeiro.	Augustinópolis (0,095), Aguiarnópolis (0,095), Ananás (0,081), Axixá do Tocantins (0,064), Buriti do Tocantins (0,063), São Miguel do Tocantins (0,06) Sítio Novo do Tocantins (0,055) e Itaguatins (0,052).
Microrregião de Araguaína tem-se: Araguaína (0,479) e Colinas do Tocantins (0,147): setores predominantes: Agroindústria, criação de aves e bovinos, Indústria de Transformação: Frigorífico. Construção civil. Araguaína ocupa a 2ª posição do PIB do Tocantins, conhecida como a capital econômica do estado. A BR-153 exercer forte fator de crescimento e desenvolvimento.	Xambioá (0,085), Arapoema (0,083), Nova Olinda (0,078), Piraquê (0,084), Wanderlândia (0,072), Araganã (0,070), Santa Fé do Araguaia (0,069), Babaçulândia (0,058), Carmolândia (0,060), Filadélfia (0,056) e Pau D'Arco (0,055).
No centro do estado tem-se a maior polarização constituída pela Capital, Palmas (0,942), Paraíso do Tocantins (0,212), Porto Nacional (0,196), Miracema do Tocantins (0,172), Guaraí (0,137) e Pedro Afonso (0,114): atividade predominante é a prestação de serviços como; saúde, universidades, hospitais, escolas, comércio varejista e atacadista, agropecuária (destaque: bovino, soja e milho).	Miranorte (0,096), Colméia (0,077), Araguacema (0,066), Divinópolis do Tocantins (0,079), Marinópolis do Tocantins (0,075), Lajeado (0,087), Silvanópolis (0,073), Barrolândia (0,064), Presidente Kennedy (0,068), Fortaleza do Tabocão (0,067), Ipueiras (0,061).
No sul do estado destacam-se: Gurupi (0,292), Peixe (0,126), Araguçu (0,104), Alvorada (0,109): a atividade agrícola é o forte nesta região, liderada por Gurupi, comércio de máquinas e implementos agrícolas, insumos, fertilizantes, cultiva-se a soja, arroz e milho, serviços, comércio construção civil, criação de bovinos, complementam as atividades.	Figueirópolis (0,083), Palmeirópolis (0,084), Aliança do Tocantins (0,083), Cariri do Tocantins (0,082), Talismã (0,073), Crixás do Tocantins (0,075), Brejinho de Nazaré (0,072), Sucupira (0,070) e Jaú do Tocantins (0,063).
Na região do Formoso do Araguaia destaca-se o município de Formoso do Araguaia (0,125), atividade principal: cultivo do arroz irrigado e soja.	Lagoa da confusão (0,092), Cristalândia (0,093), Pium (0,083), Dueré (0,080), Fátima (0,084), Pugmil (0,063), Sandolândia (0,069).
Na região sudeste destaca-se o município de Dianópolis como polo, o único dentre os 20 municípios que compõe essa microrregião. as principais atividades econômicas são: setores de serviços, comércio, construção civil, criação de gado e o cultivo de soja, milho.	Arraias (0,072), Taguatinga (0,069), Natividade (0,067), Almas (0,057), Combinado (0,061), Novo Alegre (0,057), Pindorama do Tocantins (0,055), Conceição do Tocantins (0,051)
Na região do Jalapão não teve em nenhum período analisado um município classificado como polo, mas destaca-se nessa região, o turismo ecológico, o artesanato do capim dourado e o cultivo da soja em Campos Lindos.	Itacajá (0,069), Ponte Alta do Tocantins (0,057), Rio Sono (0,050).

Fonte: Resultados da pesquisa.

No Tocantins, o PRODECER III foi implantando no município de Pedro Afonso, com investimento de US\$70 milhões. O projeto desapropriou uma área de 43,6 mil hectares que foram repassados a 40 produtores de soja. Além disso, o governo federal viabilizou a infraestrutura básica necessária à produção e ao escoamento da safra e o governo do estado avalizou em 50% o risco de sua implantação (BARBOSA, 1998). Como parte do projeto de cooperação, foi instalada no município uma unidade de secagem e armazenagem de grãos.

Impulsionado pelo bom desempenho da soja no município de Pedro Afonso, bem como a proximidade com o porto de Balsas, no sul do Maranhão, o governo do estado passou a incentivar a implementação de um novo projeto de desenvolvimento agrícola voltado para o cultivo da soja, no município de Campos Lindos. Os investimentos em Campos Lindos foram de origem privada, ficando a cargo do governo estadual a infraestrutura viária e energética. A produção teve início em 1994, apresentando crescimento importante, e a partir de 2005 tornou-se o maior produtor estadual de soja. O caso de Campos Lindos é um caso único no Brasil, com um projeto de mais de 105 mil hectares para o cultivo da soja. Trata-se de um modelo hegemônico de produção agrícola imposto pelo agronegócio brasileiro (CIFUENTES, 2013).

A fertilidade das terras de Campos Lindos com produtividade próxima de 3.000 kg de soja por hectare levou grandes empresas de capital transnacional e outras de capital nacional a se instalarem ali. No censo de 2006, constatou-se que as sociedades anônimas e as sociedades por condomínio ou consórcio, controlavam 18 estabelecimentos e quase 38 mil hectares de terra. Campos Lindos continua sendo um caso emblemático no estado, localizado na região mais pobre do estado, com baixos indicadores sociais e econômicos. Esse município é considerado um dos municípios mais pobres do Brasil e, por contraste, o maior produtor de soja no Tocantins, sendo que o PIB municipal em 2010 foi de R\$ 246 milhões, ocupando o 12º no ranking do estado. Por outro lado, Campos Lindos, ocupa a 5.277ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, com 0,544, sendo o penúltimo na classificação estadual, considerado com índice de desenvolvimento humano baixo (PNUD, 2010).

Tanto o governo municipal de Campos Lindos quanto aos demais municípios classificados como retardatários necessitam, urgentemente, implementar políticas públicas que venham tirar sua condição de miserabilidade, investindo mormente, em educação, saúde. Além disso, é necessário gerar novos postos de trabalho, reduzir a taxa de pobreza, aumentar a taxa média de estudo de sua população. Essas políticas, sendo implementadas deverão

refletir na melhora a médio e longo prazo no município, haja vista que Campos Lindos possui o 12º lugar no PIB estadual.

O desenvolvimento de uma agricultura comercial em algumas regiões do Tocantins significou a implantação do sistema de produção intensiva, utilizado principalmente na cultura da soja, milho e arroz. Nos anos 1990, o arroz e o milho eram as principais culturas do Tocantins, respondendo a mais de 80% da área colhida no estado. A partir do ano 2000, a soja foi assumindo a liderança na produção estadual, provocando mudanças na composição dos produtos agrícolas. A produção de arroz irrigado foi impulsionada pelo Projeto Rio Formoso, em Formoso do Araguaia, conforme já discutido anteriormente. Tal projeto abrange os municípios de Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, localizados nas regiões centro oeste e sudoeste do estado.

As principais culturas produzidas na safra 2010/2011 foram: a soja com a produção de 991.326 t. área de plantio de 354.875 ha; o arroz com 447.320 t. com a área de plantio de 137.946 ha; o milho com 282.475 t. área plantada 83.229 ha, produz ainda, a mandioca (337.026 t.); cana de açúcar (664.284 t.), melancia (87.224 t.) e o abacaxi (41.946 t.). O Tocantins é o quinto maior produtor de arroz do país, ficando atrás do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Maranhão (IBGE, 2010). 90% do arroz produzido no Tocantins é exportado para os estados da Região Norte e Nordeste.

A produção agrícola do Tocantins é ainda modesta, quando comparada à produção nacional, exceto o arroz, que ocupou a quinta posição em 2010. A soja representa apenas 1,6% da produção nacional; o milho 0,6 e a cana de açúcar 0,1% (IBGE, 2010), muito embora a expansão da fronteira agrícola da *commodities* da soja venha se intensificando no Tocantins, principalmente nas áreas mais fértil.

Por outro lado, a criação de gado bovino aparece como a principal atividade agropecuária do estado; as principais raças são: gyr, para corte e leite, e nelore, para corte. Em 2013, o Tocantins atingiu mais de 8,2 milhões de cabeças. As regiões do estado que registraram maior montante de exportação foram Araguaína, por meio da empresa Minerva S/A e Gurupi pela Cooperativa dos produtores de Carnes e Derivados – Cooperfrigu.

O crescimento da exportação de carne de 2010 a 2013 foi de 125%, sendo que em 2010 foram comercializadas 22,4 mil toneladas e em 2013 50,3 mil. Em 2010 foram movimentados US\$ 84.915 milhões e em 2013 US\$ 205.697 milhões. Grande parte da exportação de carne do Tocantins tem como destino a Rússia, Venezuela, Egito e Irã (TOCANTINS, 2014).

A indústria da construção civil no Tocantins ganhou expressão com as obras de infraestrutura e edificação da capital. Esse setor, a cada ano, vem aumentando sua participação na geração de empregos, por meio do Programa Aceleração do Crescimento³⁴ (PAC), lançado em 2007. O PAC é um programa do governo federal que engloba um conjunto de políticas econômicas, tendo como objetivo acelerar o crescimento econômico no Brasil na área de infraestrutura, como: saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

O Tocantins é o primeiro estado da região Norte do país a iniciar os trabalhos do PAC, no setor de habitação. Nesse ínterim, foram investidos aproximadamente R\$139 milhões para a construção de cerca de 5,4 mil moradias para Palmas, Bico do Papagaio e a região do Jalapão, além de pavimentação urbana (TOCANTINS, 2008).

Outra informação que confirma a evolução do setor da construção civil no Tocantins foi o estudo realizado pela consultoria Prospecta Inteligência Imobiliária, que apontou Palmas com uma das melhores cidades para se investir em imóveis. Entre as 100 melhores cidades para investimentos imobiliários no país, Palmas, ocupa o 40º lugar. Em comum, as 100 cidades com maior nota possuem características como renda per capita alta, população com boa instrução e de vínculo empregatício, empresas e construtoras atuantes na construção civil e déficit imobiliário (YAZBEK, 2015).

A indústria extrativa mineral do Tocantins vem aumentando sua participação no número de empresas e empregos gerados (vide Tabela 6), que, em 2000, gerou 363 empregos e, em 2010, aumentou para 1.004 empregos formais. Os principais produtos desse setor estavam relacionados aos insumos para a construção civil, como areia e brita, e argila para a produção de cerâmica. A extração de minerais metálicos registrou a presença de uma empresa exploradora de ouro nos garimpos da região sudeste do estado, que outrora fora a maior região produtora de ouro do antigo norte de Goiás.

A indústria de transformação, também sofreu algumas alterações na participação relativa do total de emprego gerado no Tocantins, passando de 4,90% em 2000 para 6,11% em 2010, manteve-se, assim, a predominância da indústria produtora de alimentos e de produtos minerais não metálicos. Houve, também, a implantação de empresas processadoras de grãos (arroz, soja e milho) localizadas em Formoso do Araguaia, Porto Nacional, Gurupi, Campos Lindos e Pedro Afonso, e a instalação de alguns frigoríficos que passaram a realizar o abate e

³⁴ Miores detalhes sobre as obras do PAC no Tocantins encontram-se disponíveis em: <http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/resource/4c99efa1-20cb-41f0-a77e-58e48df81456>

o processamento da carne no próprio estado. Essas ações fizeram, com que o número absoluto de empregos gerados nesse setor saltasse de 5.196 em 2000, para 14.607 em 2010 (Tabela 6), um aumento significativo.

O setor ainda assinalou a presença de indústrias produtoras de óleos vegetais e derivados (velas e sabões), localizadas no extremo norte e aproveitando a matéria prima local, como o babaçu.

De forma geral, quase todos os setores de atividades no Tocantins aumentaram sua participação na economia como todo, no período de 2000 a 2010, refletindo maior urbanização do estado. Porém, há de se mencionar que as atividades estavam concentradas espacial e setorialmente em apenas 3 (três) cidades: Palmas, Araguaína e Gurupi. Em 2010, a administração pública, comércio e serviço representaram 80% do total do emprego gerado no Tocantins. Esses setores juntos somavam quase 75% do PIB do estado, constatando a base que esses setores representam para a economia do estado.

A teoria do lugar central afirma que o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas dependem do tipo de serviço fornecido ao seu entorno. Ou seja, as áreas de mercado de cada aglomeração urbana. A partir das áreas de influência, estabelece-se a hierarquia das aglomerações no espaço regional. Ou seja, quanto maior a centralidade, maior a área de influência e mais aglomerações na “órbita” de um centro (CHRISTALLER, 1966).

A análise do desenvolvimento social e econômico a partir da concepção da teoria do lugar central e da base econômica se cumpre em relação a região central do estado, tendo Palmas como centro regional, formada por aglomerações das atividades produtivas interligando com cidades: Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Miracema do Tocantins, no norte de estado destaca-se Araguaína como polo regional, e no sul a cidade de Gurupi.

A partir das áreas de influência das atividades produtivas (Quadro 8), estabelece-se a hierarquia das aglomerações no espaço regional do Tocantins. No entanto, os efeitos de retardamento (*backwash effects*) previstos por Myrdal (1968) ocorrem na maior parte do estado. O desenvolvimento regional não ocorre em toda parte ao mesmo tempo e de forma homogênea, mas manifesta-se com intensidade diferente, por exemplo, as cidades que estão ao entorno da BR-153, principalmente aquelas cidades que têm centralidades de diversas atividades aglomerativas, pessoas e negócios na base de polo diversificado

Nesse sentido, houve um crescimento desequilibrado e concentrado em apenas 3 (três) municípios, Palmas, Araguaína e Gurupi; todavia, está havendo um transbordamento para cidades mais próximas dos polos regionais de base econômica, redução dos municípios considerados retardatários, conforme demonstrou o IDR de 2000 para 2010.

Ademais, a parte compreendida pela região do Bico do Papagaio, Jalapão e a região sudeste do Tocantins estão excluídas desse processo de desenvolvimento. Ainda, não encontraram força motriz (política, capacidade institucional, governança, mão de obra qualificada) para atrair indústrias tradicionais e não tradicionais, pois não conseguem aumentar sua participação na geração de valor adicionado, empregos e tributos. Como consequência, ocorre um processo de esvaziamento dessas localidades, marcado pela forte mobilidade dos fatores de produção em direção à região central do estado (Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Miracema do Tocantins), para as regiões de Araguaína e Gurupi, e nos demais municípios localizados às margens da rodovia Belém-Brasília.

Na concepção de Perroux (1997), a BR-153, Belém-Brasília corresponde a um corredor, o qual une dois polos: ligação entre o polo de Araguaína e Colinas – Paraíso do Tocantins – Gurupi; todos esses polos estão conectados à capital, Palmas.

O processo de esvaziamento de alguns municípios do Tocantins decorreu do crescimento centrado nos municípios polos, e isso agrava o problema de pobreza nessas localidades. Os municípios que apresentaram maiores populações rurais são aqueles de menor dinamicidade e de baixo desenvolvimento social. São incapazes de implementar políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, gerar emprego e renda, estimulando, assim, o fluxo migratório de jovens e adultos. Grande parte da população rural no Tocantins sobrevive de uma economia de subsistência, com pouco valor agregado.

Esse fluxo migratório de jovens e adultos vai constituir parte expressiva da mão de obra nos municípios polos, que irão procurar emprego e renda. Esse processo favorece os polos regionais de base econômica diversificada ou de manutenção que conseguem atrair recursos produtivos dos pequenos municípios à sua volta, bem como difundir renda, inviabilizando qualquer esforço de implementar um plano de desenvolvimento integrado e sustentável no Tocantins.

O processo de desenvolvimento regional do Tocantins *a la* Hirschman (1958) sobre a dinâmica desse desenvolvimento pressupõe um estado de desequilíbrio, movimento e mudança que faz com que a economia que está em processo de transformação e formação, como é o caso da economia tocantinense, cresça ao longo do tempo. Essa transformação pode ser impulsionada pelo progresso e avanço de um setor ou ramo de atividades por meio de sua capacidade de influenciar os outros. Isso pressupõe que o processo de desenvolvimento regional se faz numa implicação de desequilíbrios entre a montante e a jusante.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos com a aplicação da metodologia de análise regional, por meio das medidas de localização. Foram estimados o Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Associação Geográfica e o Multiplicador de Emprego.

6.3 PERFIL LOCACIONAL DOS RAMOS BÁSICOS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS NA GEOECONOMIA TOCANTINENSE

Esta seção descreveu e analisou o perfil dos ramos de atividades dos 139 municípios do Estado do Tocantins. Dentre os 139 municípios destacaram-se na análise 22 (vinte dois) - (Figura 9) - municípios que apresentaram mais de mil empregos formais em seus respectivos Quociente Locacional (QL) significativos, enquanto os restantes (117 municípios) apresentaram menos de mil empregos formais e com QL quase insignificante para alguns ramos de atividades, representando um percentual de 81,2%. A relação completa dos 139 municípios com a estimativa do QL encontra-se no Apêndice F.

Não se deixou de estimar o QL pelo fato de ser menos importante, ou insignificante, mas eles foram tratados na análise como prioridade para apontamentos de interferência de matriz institucional e governança para impulsionar suas atividades no desenvolvimento local com ligação com o restante da economia tocantinense e com o resto do mundo.

Observou-se que não houve uma difusão dessa base para outros ramos de atividades, sendo que, dos 139 municípios, apenas 3 deles (Palmas, Araguaína e Gurupi) conseguiram maior diversificação, ou seja, difusão, enquanto que a grande maioria não conseguiu se manter no dinamismo da manutenção da base.

O Multiplicador de emprego e Coeficiente de Associação Geográfica foi estimado para todos os ramos de atividades do estado do Tocantins para complementar a análise.

Na Tabela 10, consta a distribuição percentual da mão de obra (emprego) entre os 22 municípios do Estado do Tocantins. O ramo de atividade que tem a maior concentração é Administração pública (7), em alguns municípios essa participação passa dos 60%, em 2000, como foi o caso dos municípios: Augustinópolis (6), com 67,6%; Palmas (15) com 68,5%; Porto Nacional (19), com 67,1% e Taguatinga (20) com 66,%. Em 2010, Palmas tem a participação de 60% de emprego na Administração Pública.

Em 2010, a distribuição desse setor de atividade ainda é o maior em todos os municípios analisados. Esses dados corroboram com as estimativas dos IDR para os municípios do Tocantins, em que a atividade Administração Pública se constitui a principal

empregadora no interior do estado. Nesse sentido, o setor público é o maior gerador de renda e riqueza no Estado do Tocantins.

Tabela 10 – Distribuição percentual dos ramos de atividades de emprego dos 22 municípios selecionados do Estado do Tocantins: 2000 e 2010

R.A. Muni cípios	1		2		3		4		5		6		7		8	
	2000 %	2010 %														
1	0,00	0,00	0,80	37,1	1,61	0,11	3,01	18,5	19,5	9,11	12,4	10,4	36,0	16,0	26,7	8,64
2	0,00	0,00	7,08	0,40	0,94	0,20	0,00	0,10	17,0	11,2	7,08	26,4	31,2	38,7	36,8	23,0
3	0,00	0,26	1,48	1,30	1,11	0,35	0,37	7,30	21,9	11,0	12,2	5,40	0,00	45,0	63,0	29,5
4	0,00	0,08	11,5	13,4	0,33	0,42	4,32	5,27	30,5	34,1	33,0	28,0	12,8	15,0	7,6	4,0
5	0,00	0,00	4,80	2,46	3,85	1,16	8,41	2,46	23,5	21,1	20,0	8,0	38,4	39,0	1,10	26,2
6	0,00	0,00	0,34	13,7	1,40	0,65	2,07	1,40	10,0	28,9	19,0	14,7	67,6	36,0	0,00	4,49
7	0,00	0,00	8,70	8,51	0,94	0,32	1,25	6,41	26,8	30,5	17,7	13,0	40,4	35,0	4,15	6,58
8	3,29	1,31	2,06	4,20	5,56	2,02	3,50	3,50	26,8	29,4	24,0	16,0	23,0	34,0	11,9	9,93
9	1,79	1,40	3,84	4,90	0,26	0,09	0,51	0,42	9,31	11,6	24,5	17,3	33,0	35,3	26,9	28,9
10	1,91	0,04	9,90	6,85	0,45	0,69	4,00	4,87	33,9	36,1	18,0	19,7	29,0	27,0	3,09	4,87
11	0,10	0,00	16,0	9,81	1,43	0,50	4,47	13,5	38,1	31,0	19,3	24,3	17,0	18,3	3,87	2,58
12	0,07	0,60	0,34	2,36	0,12	3,07	83,3	19,5	4,17	13,7	5,33	8,40	3,7	44,5	3,04	7,77
13	0,00	0,00	26,2	5,83	1,29	0,00	0,81	2,56	14,8	24,1	4,35	8,67	37,0	44,0	15,65	15,0
14	0,00	0,00	10,2	33,2	0,93	0,17	12,5	0,26	18,0	22,0	7,87	6,52	41,7	29,0	8,80	8,83
15	0,24	0,11	2,03	2,17	2,19	1,99	5,20	5,40	8,15	12,0	13,50	17,8	68,5	60,3	0,19	0,22
16	0,00	0,00	15,0	21,7	0,84	0,52	6,00	7,58	32,7	32,1	17,8	16,4	23,6	19,0	4,50	2,66
17	0,00	0,00	0,00	41,7	0,50	0,09	5,50	2,31	10,0	17,0	14,2	9,06	26,6	20,4	43,3	9,32
18	0,00	1,21	0,00	3,11	0,34	2,60	0,00	3,02	5,50	6,4	3,44	3,45	49,8	59,1	41,0	21,1
19	0,01	0,06	4,00	9,90	0,50	0,34	5,77	23,7	10,5	22,0	8,88	20,1	67,1	17,0	3,23	7,01
20	7,09	3,13	0,00	7,12	2,03	0,95	8,61	2,56	10,6	19,2	3,04	5,50	66,0	54,4	2,53	7,02
21	0,00	0,17	16,0	17,3	1,66	0,29	0,00	1,33	33,2	27,4	20,0	11,7	24,0	37,2	5,39	4,47
22	5,95	0,59	0,46	14,0	0,91	0,17	0,00	6,44	22,0	10,7	40,6	17,4	0,00	30,8	30,14	20,0

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca;

O setor de Comércio no Tocantins se constitui o segundo maior empregador, seguido pelo setor de Serviços. Percebe-se, também, uma boa distribuição percentual do setor de atividade da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

O Setor da construção civil em 2000 teve pouca distribuição percentual localizada em alguns municípios. Miracema do Tocantins com a maior participação, com 83,3%. Essa expressiva participação deve-se à construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (Luís Eduardo Magalhães); em 2010 sua participação nesse setor cai para 19,5%.

Destacaram-se, em 2010, a construção civil nos municípios: (a coluna descreve os 22 municípios) Porto Nacional (19) com 23,7%; Alvorada (1) com 18,5%; Gurupi (11) com 13,55%; Araguaína (4) com 5,27%; Palmas (15) com (5,40%).

O setor de atividade serviços industriais de utilidade pública não tem expressividade nos municípios do Tocantins, destaque em 2010 para Miracema do Tocantins (12) com

3,07%. A relação completa do percentual de emprego dos 139 municípios encontra-se no Apêndice E.

Em 2010, destacaram-se os municípios de Alvorada (1) com 37,1%; Pedro Afonso (17) com 41,7%, devido às instalações de esmagadora de soja instalada nesse município e mais a nova usina do setor sucroenergético, consolidação da *joint-venture* entre a Bunge e a Itochu, uma das principais *tradings* globais do Japão; Paraíso do Tocantins (16) com 21,7% nos ramos atividades de alimentos, vestuários, processamento de grãos.

Nova Olinda (14) com 33,2%, a atividade industrial em Nova Olinda se destaca a fabricação de artefatos de cerâmica, barro cozido para a construção civil; Araguaína (4) com 13,4% é o polo da região norte com forte indústria do setor de frigoríficos, alimentícios, couros, cerâmica entre outros; Gurupi (11) com 9,81% destaca as indústrias de transformação em laticínio, alimentício, frigorífico e cerâmico.

Na Tabela 11 e Figura 25 e 25 A, apresentam os QL dos 22 (vinte e dois) municípios selecionados do Tocantins e pelos oito ramos de atividade econômica. Nas colunas e linhas totais, os setores/municípios que têm o quociente locacional maior que a unidade está demonstrando que as atividades com especialização significativa são atividades base, ou seja, motoras na economia local em termos de emprego da força de trabalho.

Tabela 11 – Quociente Locacional dos 22 município do Tocantins: 2000 e 2010

R.A. Muni- cípios	1		2		3		4		5		6		7		8	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
1	0,00	0,00	0,16	6,08	1,08	0,09	0,33	3,23	1,40	0,54	0,85	0,64	0,71	0,34	5,29	1,41
2	0,00	0,00	1,44	0,07	0,63	0,17	0,00	0,02	1,22	0,66	0,48	1,61	0,62	0,82	7,29	3,75
3	0,00	0,62	0,30	0,21	0,74	0,29	0,04	1,27	1,57	0,65	0,83	0,33	0,00	0,96	12,48	4,80
4	0,00	0,19	2,34	2,19	0,22	0,35	0,48	0,92	2,19	2,03	2,25	1,71	0,25	0,31	1,50	0,65
5	0,00	0,00	0,97	0,40	2,57	0,96	0,92	0,43	1,69	1,25	1,36	0,48	0,76	0,82	0,22	4,28
6	0,00	0,00	0,07	2,25	0,92	0,54	0,23	0,24	0,69	1,71	1,29	0,90	1,34	0,77	0,00	0,73
7	0,00	0,00	1,78	1,39	0,63	0,27	0,14	1,11	1,92	1,81	1,21	0,79	0,80	0,74	0,82	1,07
8	9,62	3,12	0,42	0,69	3,72	1,68	0,38	0,61	1,92	1,75	1,63	0,97	0,46	0,71	2,37	1,62
9	5,24	3,33	0,78	0,80	0,17	0,08	0,06	0,07	0,67	0,69	1,67	1,06	0,65	0,75	5,33	4,71
10	5,57	0,09	2,02	1,12	0,30	0,57	0,44	0,85	2,43	2,14	1,23	1,20	0,57	0,57	0,61	0,79
11	0,30	0,00	3,23	1,61	0,96	0,41	0,49	2,34	2,74	1,84	1,32	1,49	0,33	0,39	0,77	0,42
12	0,21	1,43	0,07	0,39	0,08	2,55	9,16	3,39	0,30	0,82	0,36	0,51	0,07	0,94	0,60	1,26
13	0,00	0,00	5,33	0,95	0,86	0,00	0,09	0,45	1,07	1,43	0,30	0,53	0,73	0,93	3,10	2,46
14	0,00	0,00	2,08	5,44	0,62	0,14	1,37	0,04	1,30	1,31	0,54	0,40	0,82	0,61	1,74	1,44
15	0,70	0,25	0,41	0,36	1,47	1,65	0,57	0,94	0,59	0,71	0,92	1,08	1,36	1,28	0,04	0,04
16	0,00	0,00	3,00	3,55	0,56	0,43	0,65	1,32	2,35	1,91	1,21	1,00	0,47	0,40	0,89	0,43
17	0,00	0,00	0,00	6,82	0,33	0,07	0,60	0,40	0,71	1,01	0,97	0,55	0,53	0,43	8,58	1,52
18	0,00	2,87	0,00	0,51	0,23	2,15	0,00	0,53	0,39	0,38	0,23	0,21	0,99	1,25	8,11	3,44
19	0,04	0,15	0,81	1,62	0,33	0,28	0,63	4,13	0,76	1,29	0,61	1,23	1,33	0,36	0,64	1,14
20	20,71	7,45	0,00	1,16	1,36	0,79	0,95	0,45	0,76	1,14	0,21	0,34	1,31	1,16	0,50	1,14
21	0,00	0,41	3,26	2,84	1,11	0,24	0,00	0,23	2,38	1,63	1,36	0,72	0,47	0,79	1,07	0,73
22	17,34	1,41	0,09	2,27	0,61	0,14	0,00	1,12	1,57	0,64	2,77	1,06	0,00	0,65	5,97	3,25

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca;

Figura 25 – Quociente Locacional dos ramos de atividades dos 22 municípios selecionados do território do Estado do Tocantins: 2000 e 2010

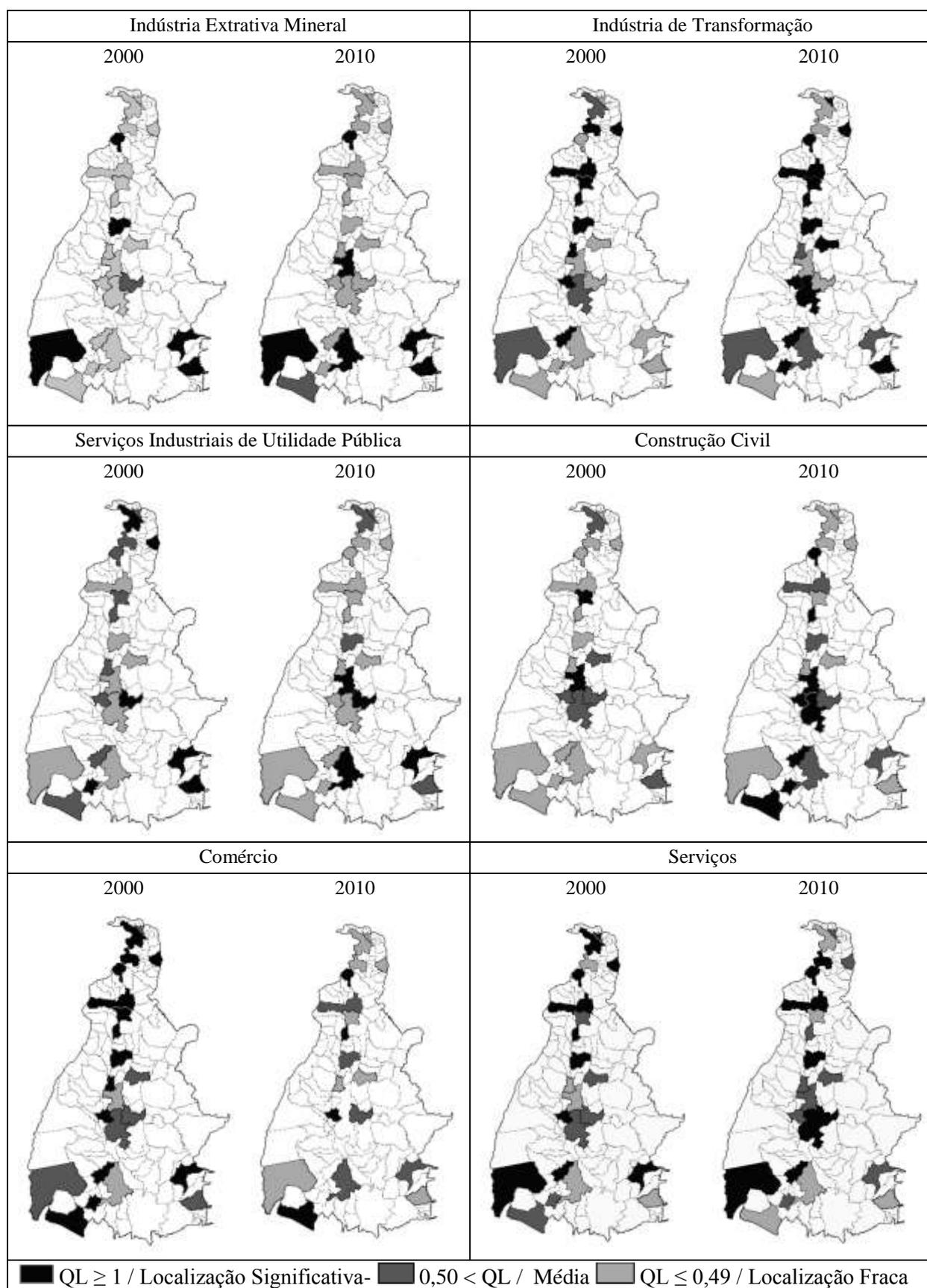
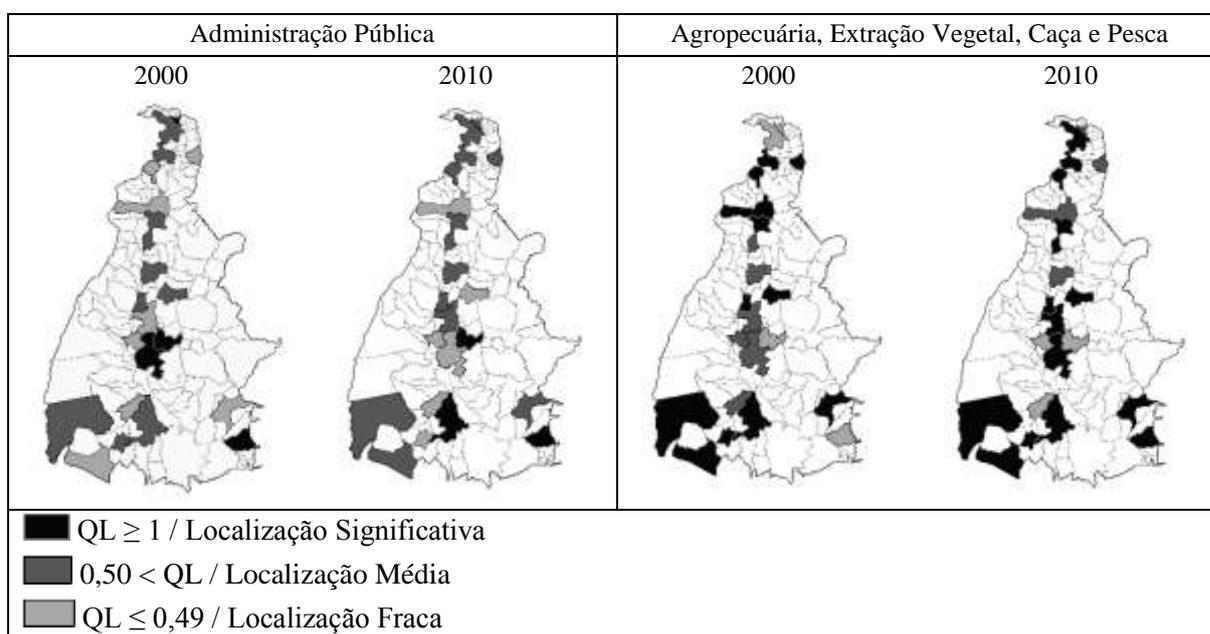


Figura 25 A – Quociente Locacional dos ramos de atividades dos 22 municípios selecionados do Estado do Tocantins: 2000 e 2010



Fonte: Resultados da pesquisa

No ano de 2000, o ramo de atividade Extrativa Mineral (1), os municípios que apresentaram $QL \geq 1$ foram: Dianópolis (8), Formoso do Araguaia (9), Guaraí (10), Taguatinga (20) e Xambioá (22). Em 2010, os municípios continuam os mesmos, exceto Guaraí. Miracema do Tocantins e Peixe passam a ter $QL \geq 1$ nesse ramo de atividade. Esse setor tem contribuído para o setor da construção civil e para a indústria de transformação no fornecimento de insumo de areia, argila, cascalho, seixos e calcário. Em Taguatinga que apresentou o QL, em 2010, acima de 7, está instalada a empresa de Calcário Taguatinga Ltda e a empresa Nativo Mineradora Ltda, que fabricam corretivo agrícola para o estado e para as demais regiões do país.

A Indústria de Transformação (2) apresentou em 2000 nove municípios com $QL \geq 1$, a saber: Ananás (2), Araguaína (4), Colinas (7), Guaraí (10), Gurupi (11), Miranorte (13), Nova Olinda (14), Paraíso do Tocantins (16), Tocantinópolis. Em 2010, além desses municípios, outros apresentaram $QL \geq 1$. Os que se destacaram em 2010 foram para os municípios de Alvorada (1) e Pedro Afonso (17), que apresentaram QL acima de 6. Pedro Afonso, como já mencionado, cabe destaque na produção da soja, via projeto de cooperação com o PODECER e o Japão. A Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso (COAPA) coordena todo processo de recebimento, armazenagem e escoamento da soja. Além da soja, está instalada a mais nova usina de sucroenergético no município. No município de Nova Olinda (14), o destaque foi para a indústria de cerâmica.

O ramo de atividade de Serviços Indústrias de Utilidade Pública que apresentaram $QL \geq 1$ em 2000 forma 6 municípios, com destaque para Dianópolis. Em 2010, foram apenas 4 municípios, com destaque para Miracema do Tocantins (Tabela 11).

No ramo da construção civil, em 2000, o maior $QL \geq 1$ foi encontrado no município de Miracema do Tocantins (12), devido à construção da usina Hidrelétrica de Lajeado. Em 2010, percebeu-se uma maior distribuição desse setor nos municípios selecionados, são 08 (oitos) municípios que apresentarão $QL \geq 1$.

O setor do comércio e serviço são ramos de atividades bem significativos, setores base na economia do Tocantins. Foram consideradas atividades motoras e apresentaram o $QL \geq 1$ na maior parte dos municípios selecionados, tanto em 2000 como em 2010.

Observou-se que o setor da Administração Pública (7) apresentou $QL \geq 1$ em alguns municípios, implicando que não constitui atividade básica no estado, no entanto, quando se analisa a participação percentual (Tabela 10), esse setor é bem significativo na distribuição do emprego.

Quando se analisa o setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, tanto para o ano 2000, quanto para 2010, esse setor mostrou significativo como atividade básica nesses municípios selecionados como no Estado do Tocantins como um todo. O $QL \geq 1$ em 2000 e 2010, foram 12 municípios, significa que o estado tem por base produção primária de exportação, como a soja, o milho, a pecuária, os minérios, entre outros.

Após a estimativa do quociente locacional para os municípios selecionados do estado do Tocantins, foi estimado o multiplicador de emprego de cada município com base nos valores do emprego básico e do emprego não básico em relação ao Estado, para o ano de 2000 e 2010 (Tabela 12). A relação completa da estimativa do multiplicador de emprego para os 139 municípios encontra-se no Apêndice G.

Os valores do multiplicador de emprego apontaram a seguinte conjuntura: em 2000, o município que apresentou o maior multiplicador de emprego foi Nova Olinda (14) com 6,05, que mostra as condições que as atividades motoras têm para alavancar as condições de emprego e renda no local. Ou seja, cada emprego básico no município estimula a geração de 6 empregos no setor não básico.

Tabela 12 – Multiplicador de emprego dos 22 municípios selecionados e do Estado do Tocantins: 2000 e 2010

Número	Municípios	2000	2010
1	Alvorada	3,66	2,16
2	Ananás	2,70	3,66
3	Araguaçu	1,49	3,78
4	Araguaína	2,27	2,50
5	Araguatins	4,31	3,72
6	Augustinópolis	4,60	4,13
7	Colinas do Tocantins	4,18	5,82
8	Dianópolis	2,63	4,49
9	Formoso do Araguaia	2,70	3,38
10	Guaraí	3,02	3,55
11	Gurupi	2,29	2,77
12	Miracema do Tocantins	1,29	5,05
13	Miranorte	3,04	4,53
14	Nova Olinda	6,05	2,83
15	Palmas	4,73	5,60
16	Paraíso do Tocantins	2,77	2,83
17	Pedro Afonso	2,61	2,56
18	Peixe	2,79	3,10
19	Porto Nacional	4,21	3,19
20	Taguatinga	3,94	6,98
21	Tocantinópolis	2,77	3,77
22	Xambioá	1,54	4,24
-	Estado do Tocantins	4,76	5,11

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Isso significa que os empregos básicos correspondem a 6,0% dos empregos totais, e que os empregos não básicos correspondem a 94% do total. Isso também caracteriza o efeito empuxo que o crescimento dos empregos básico fomenta na economia urbana do município e da região.

Com destaque, observou-se, em 2000, os seguintes municípios que tiveram o multiplicador acima de 4 unidades foram: Araguaatins (5), com 4,31; Augustinópolis (6), com 4,60, Colinas do Tocantins (7), com 4,18; Nova Olinda (14), com 6,05; Palmas (15) com 4,73; Porto Nacional (19) com 4, 21.

Em 2010, o maior multiplicador de emprego foi encontrado no município de Taguatinga (20), com 6,98, a seguir Colinas do Tocantins (7) com 5, 82; Palmas (15) com 5,60; Miracema do Tocantins (12) com 5, 05. Estimando o multiplicador de emprego para o Estado do Tocantins, passou de 4, 76 em 2000, para 5, 11 em 2010, ou seja, o estado vem aumento sua capacidade de gerar emprego no setor básico para o setor não básico da economia do Tocantins.

A capacidade de multiplicar empregos é um dos fortes atrativos de população, pois quanto maior a capacidade de multiplicar empregos, maior a capacidade de ampliar a

disponibilidade de postos de trabalho, bem como diversificar ramos de atividades e atrair mão de obra. Isso reforça a área de mercado do município. Além do efeito polarizador, Palmas tem o potencial de criação de postos de trabalho mais significativo. A Figura 9 apresentou que esses 22 municípios se concentram à margem da Rodovia Belém-Brasília, ou próximo a ela, exceção de Dianópolis e Taguatinga. Além de números de postos de trabalhos nesses 22 municípios se concentram os maiores números de populações.

O coeficiente da Associação Geográfica dos ramos de atividades no Tocantins, apresentada na Tabela 13, teve a seguinte distribuição: o setor de extrativismo mineral, em 2000, teve associação geográfica significativa com os setores do comércio e serviço; associação média com a indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil, administração pública e agropecuária. Em 2010, o setor de extrativismo mineral teve uma associação geográfica média com os demais setores, exceto o setor de serviços industriais de utilidade pública que a associação foi fraca.

O setor de indústria de transformação apresentou associação significativa, em 2000, com o comércio, serviço e agropecuária. Em 2010, com a construção civil, o comércio, o serviço e a agropecuária, ou seja, quando o setor de indústria de transformação cresce, os setores da agropecuária, comércio e serviços crescem concomitante. O setor de serviços industriais de utilidade pública teve forte associação geográfica com os setores de serviços e com a administração pública. Em 2010, passa a ter, também, com a construção civil.

Tabela 13 – Coeficiente de associação geográfica dos municípios do Estado do Tocantins: 2000 e 2010

Ramos de Atividade	Ext.Mineral		Ind. Transf.		Ser.Ind. Publ.		Const. Civil		Comércio		Serviços		Adm. Pública		Agrope-Cuária	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	00	10
Ext. Min.	*	*														
Ind.Transf	0,44	0,45	*	*												
Serv.Ind.	0,40	0,70	0,54	0,53	*	*										
Const.civi	0,45	0,61	0,48	0,30	0,51	0,26	*	*								
Comércio	0,35	0,46	0,09	0,12	0,44	0,41	0,45	0,22	*	*						
Serviço	0,34	0,54	0,27	0,27	0,28	0,27	0,47	0,10	0,16	0,16	*	*				
Adm. Pub.	0,39	0,63	0,52	0,42	0,04	0,16	0,48	0,18	0,42	0,30	0,27	0,19	*	*		
Agropec.	0,55	0,43	0,20	0,25	0,64	0,71	0,56	0,53	0,26	0,31	0,35	0,47	0,64	0,55	*	*

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Legenda: $0,35 \leq Cag \leq 0,00$ = Associação Significativa; $0,69 \leq Cag \leq 0,34$ = Associação Média; $1,04 \leq Cag \leq 0,68$ = Fraca Associação - (*) : Associação Total;

A construção civil, em 2000, apresentou associação média com os setores do comércio, serviço, administração pública e agropecuária. Em 2010, passou a ter forte associação geográfica com os setores do comércio, serviços e administração pública.

O comércio, em 2010, apresentou associação significativa com os ramos de serviços, administração pública e agropecuária. Notou-se a importância desse setor com a economia tocantinense. O setor de serviço foi significativo com a administração pública e agropecuária, em 2000. Em 2010, teve associação média com a agropecuária.

Observou-se que o setor terciário contribui para a integração espacial do estado do Tocantins; em seguida o setor de transformação, esses setores de certa forma drenam, atraem ou dispersam as atividades produtivas no estado.

Apesar das disparidades geoeconômicas verificada nos municípios do Tocantins, a estrutura produtiva está em processo de consolidação no estado. Porém, o traçado da Rodovia Belém-Brasília estimula cada vez mais o corredor de desenvolvimento econômico, além da capital do Tocantins, Palmas. A grande maioria dos municípios está fora do corredor da BR-153 e tem grande dificuldade em se manter na base de crescimento e desenvolvimento, isso implica, obviamente, em baixos multiplicadores de emprego que não conseguem por falta de uma base de manutenção dinâmica, enquanto os que estão no corredor, que é o caso dos 22, com exceção de Dianópolis e Taguatinga, (vinte e dois) municípios têm uma dinâmica econômica que implica na geração de postos de trabalho, renda, além de uma grande diversificação de ramos de atividades próximos os centros dinâmicos.

Dessa forma, pode-se compreender como se encontra o processo de desenvolvimento regional no Tocantins e as desigualdades encontradas na maioria de seus municípios.

No capítulo seguinte, serão discutidas as perspectivas dos atores-chaves (*Stakeholders*) sobre o processo de divisão territorial do estado Goiás e suas implicações e alternativas no processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

7 AS VOZES DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTEXTO E DESAFIOS

Este capítulo apresentou e analisou as percepções dos atores-chaves (*Stakeholders*) sobre o processo de criação e emancipação do território do estado do Tocantins e suas implicações, alternativas e desafios na construção do processo de desenvolvimento regional do mais novo ente federativo. A análise foi feita pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As vozes do discurso do sujeito coletivo (DSC) têm como característica os representantes das instituições e organizações social, econômica e política do Tocantins.

7.1 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO PRIMEIRO MOMENTO

No primeiro momento se fez duas indagações: 1) Como o (a) senhor (a) avalia o processo de divisão territorial do antigo norte goiano dando a criação do estado do Tocantins? 2) Na sua opinião: qual foi o envolvimento dos grupos políticos e da comunidade para emancipar o antigo norte goiano (Tocantins)?

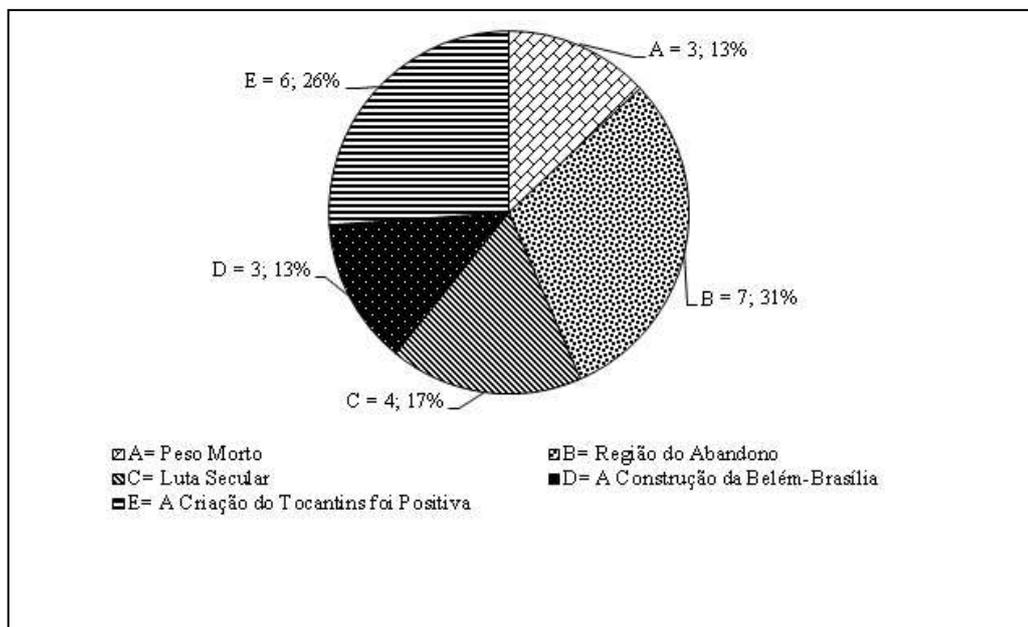
Na análise das respostas do primeiro momento, questão 1, chegou-se a 5 (cinco) categorias, numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas conforme a Figura 26. Dos 23 entrevistados 3, (13%) disseram que o antigo norte de Goiás era um peso morto para o sul de Goiás. 7 (31%) consideraram com uma região de abandono. 4 (17%) disseram que o processo de criação do estado do Tocantins era uma luta secular³⁵. Em relação aos discursos da categoria D, 3 entrevistados (13%) enfatizaram que a construção da rodovia Belém-Brasília, BR-153, impulsionou o surgimento de novas cidades à sua margem, e consequentemente, a criação do estado do Tocantins. Por fim, na categoria E, 6 entrevistados (26%) disseram que a criação do estado do Tocantins foi positiva.

A seguir, apresenta-se e discute-se o DSC da Categoria A – Peso Morto.

“O norte de Goiás era um peso morto para o sul de Goiás, aqui era muito atrasado, tinha muitos analfabetos, saúde precária. Naquele tempo, era considerado um peso morto essa região, porque não dava nenhum retorno político, só dava trabalho, tinha indicadores sociais precários, violência e era considerado um curral eleitoral”.

³⁵ Luta secular se refere à luta há mais de 200 anos pela divisão e emancipação do território (Tocantins).

Figura 26 – Percepção dos atores sobre o processo de divisão territorial do antigo norte goiano



Fonte: Resultados da pesquisa.

Observou-se na fala dos entrevistados que o norte de Goiás, antes da divisão, era considerado um peso morto para sul de Goiás, com atraso social, econômico e com baixos indicadores na área de educação e saúde. Além disso, devido à decadência do ouro, essa região foi levada a uma profunda estagnação econômica, tendo a pecuária e a economia de subsistência como principal atividade. Além do mais, essa região não dava nenhum retorno econômico, por isso a categorização de “peso morto”.

Outra característica, neste discurso, foi o fato de que norte tinha muita violência, predominava-se o coronelismo e era considerado um curral eleitoral, ou seja, os políticos só apareciam em época de eleições.

Myrdal (1968) e North (1990, 1991) enfatizam que a estrutura institucional pode aprofundar os problemas sociais já existentes. A estratificação social e desigual priva a população de sair da pobreza. O analfabetismo presente nessa região dificulta a mobilidade social e econômica. Segundo Myrdal (1968), a alfabetização é necessária para que se adquira maior conhecimento em todas as ocupações, inclusive na agricultura. Qualquer tentativa de criar uma nação integrada com a população supõe uma maior alfabetização.

Palacín e Moraes (1989) ressaltam que em decorrência da agropecuária extensiva formaram-se os latifúndios, com suas implicações econômicas e sociais, reinou-se, então, no norte de Goiás, certa instabilidade, motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos

coronéis. Os vícios eleitorais e o coronelismo deram origem às oligarquias que se sucederam até 1930. Essas oligarquias tinham com característica a sobreposição nos poderes legislativo e judiciário, em que as relações de vassalagem pelo voto definiam a política da época, devido ao famoso “voto de cabresto”.

Fica evidente a presença da oligarquia política na estrutura social e econômica da época. Assim, compreende-se que Moraes (2005) argumenta que na formação de poder territorial articula-se uma dialética entre a construção material e simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território é, concomitantemente, uma construção militar, política, econômica, jurídica, e, ainda, uma construção ideológica que fundamenta uma identidade social e cultural. Isso se caracterizou na vivência social no antigo norte de Goiás.

No DSC da categoria B – Região de abandono extraiu-se a seguinte fala:

“Havia uma sensação de abandono, aqui no norte de Goiás, porque nós éramos a parte pobre do estado, as reivindicações não chegavam até aqui, as decisões políticas tinham um atraso, estávamos muito longe do centro de decisões. Havia uma pobreza infinita, apenas 3% do orçamento do estado era aplicado aqui, uma região que tinha quase a metade do estado todo. Quando o governador chegava era uma festa, uma grande comitiva, a cidade até parava. A população do norte de Goiás tinha esse sentimento de exclusão. Os benefícios do Goiás aqui eram muito poucos, hospitais nós não tínhamos. O norte do Goiás era chamado de corredor da miséria. O governo de Goiás não tinha o menor olhar para esse lado, que é a margem direita do Rio Tocantins”.

Pode-se perceber, analisando a narrativa acima, a sensação que sentiam os habitantes do norte de Goiás, o abandono, está foi a palavra muito presente na fala dos entrevistados.

Nas palavras de Estevam (1997), o norte de Goiás era considerado uma região árida, pouco habitada, esparsa, de difícil acesso, longe da sede administrativa, localizada na porção sul do estado. Assim, o sentimento que iniciou a se instalar na mente dos moradores era o de desprezo tanto político quanto administrativo. O abandono se caracterizava pelas precariedades em infraestruturas básicas.

Em 1980, o norte de Goiás apresentava 51% de um total de 609 mil habitantes com cinco anos ou mais, que não sabiam ler e escrever. Na zona rural, o número era apenas 40% da população alfabetizada. No centro urbano, esse percentual sobe 62%. Para Ajarra et al. (1991), esse era retrato social e econômico do território nortense, os indicadores de pobreza em que vivia essa população, reconsidera até mesmo o sentido da pobreza vista não mais como legado de forças tradicionais, mas, ao contrário, como resultado de uma dinâmica associada a um novo padrão agrário, em escala nacional e internacional.

O norte era chamado de corredor da miséria,³⁶ havia uma pobreza infinita, esta fala vai ao encontro dos dados sobre o percentual de pessoas pobres no Tocantins, em 1990 mais de 60% da população era considerada pobre no estado, confirmando o legado, do abandono, da miséria, que o norte foi cunhado. Em 2000 esse percentual era de 45% e em 2010 caiu para 22,5% de pessoas pobres (PNUD, 2010).

Observou-se uma queda nesse corredor de miséria, houve melhorias sociais e uma distribuição de renda mais equitativa por parte do governo federal e estadual, neste caso decorrente de transferência de renda.

O próximo discurso, representado pela Categoria C – Luta Secular, mostra que a luta pelo desmembramento de Goiás é antiga, remonta ao século XIX. Com a marcha para o oeste e a construção de Goiânia em 1933 e Brasília em 1960, o sul de Goiás desenvolveu-se rapidamente. A região norte era a parte esquecida da história, fato esse que alavancou os movimentos separatistas (PALACÍN, 1990).

Assim, tem-se o discurso dessa categoria C – Luta Secular:

“O discurso de separação do antigo norte de Goiás é antigo. Esse movimento de separação começou há mais de 200 anos. É uma luta secular. Desde a época de Teotônio, já existia grupos separatista no norte de Goiás. O governo via o antigo norte goiano como uma área de arrecadação, porém não uma área de investimentos dos recursos que eram captados aqui. A Conorte foi muito importante na criação do Tocantins. Na década de 1970 reacende, novamente, o processo de autonomismo, até chegar a constituinte de 1988. O projeto de criação do Tocantins foi aprovado contemplando interesses dos políticos regionais. O Siqueira Campos foi o Deputado federal que levou para frente na constituinte a proposta de divisão. O Tocantins é o único estado da história brasileira que foi criado por uma constituinte”.

Parte da população acreditava que a criação da Comarca do Norte retiraria a região do atraso e do abandono. Entendiam que para o norte se desenvolver era preciso desligar-se do sul e administrar seus próprios recursos financeiros arrecadados nessa porção do estado.

Outro movimento que deu força no processo de político de separatismo do sul de Goiás foi a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), no período de 1959 a 1968. Com o passar do tempo, a Cenog terminou incorporando e liderando a causa separatista. O lema do grupo era: “Tudo pela redenção do Norte Goiano”, e um dos seus objetivos era emancipar a porção setentrional do Estado de Goiás (SANTOS, 2002).

Em 1981, foi criada, em Brasília, a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás (Conorte), tendo como objetivo conscientizar a população norte goiana sobre: as potencialidades econômicas da região; o descaso governamental; os desequilíbrios inter-

³⁶ Sobre o corredor de miséria, ver Valente (2015).

regionais; e as possibilidades que se abririam com a criação do estado do Tocantins (OLIVEIRA, 1998).

Observou-se que essa discussão se arrastou por décadas de repressão do Governo de Goiás e do Governo Federal aos movimentos separatistas. Somente após o fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição da República do Brasil, em 1988, com A Assembleia Constituinte, que o Estado do Tocantins, de fato, fora criado.

A seguir, é apresentado do DSC da Categoria D - Construção da Rodovia Belém-Brasília.

Nesse discurso, os entrevistados relataram os benefícios com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília dizendo:

“Mas o norte melhorou muito depois da construção da Belém-Brasília, agora nós estamos no paraíso. Quem deu uma alavancada pra melhorar a região foi quando construiu essa BR-153, então aqui melhorou muito, criaram-se muitas cidades a margem da estrada. Gurupi, hoje é uma potência”.

“Com a Belém-Brasília as cidades que estavam situadas à sua margem cresceram e se prosperam, houve uma migração acentuada para a região central do Brasil. A criação do estado do Tocantins foi favorável para o desenvolvimento do estado, com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília”.

“A melhor coisa que aconteceu, foi criar a Belém-Brasília que foi o desenvolvimento, a ligação. Porque a ligação antes era o Tocantins e o Araguaia, hoje é a Belém-Brasília”.

Percebeu-se, pelos discursos apresentados, que a implantação dessa rodovia levaria à integração regional e nacional, cortando os estados de Goiás e Tocantins, no sentido longitudinal, em direção ao Pará. Isso modificou a configuração da economia do norte de Goiás e tirou de vez do isolamento. Esse investimento em infraestrutura foi feito pelo governo federal, pelo Plano de Metas (1956-1960), durante o governo Juscelino Kubitschek, que proporcionou as regiões longínquas de esparsas ocupação, uma ligação à dinâmica produtiva nacional.

Nesse sentido, Raffestin (1993) tem colaborado para este estudo quando diz que o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações, como, por exemplo, a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas. Apreende-se, assim, que a construção da BR-153 foi construída

com a expansão e ocupação de novas fronteiras agrícolas na reprodução e ampliação do capital.

O IBGE (2008) considera que a ocupação territorial do Tocantins se deu ao longo dos corredores rodoviários, principalmente na Belém-Brasília, e a dinâmica do povoamento e das atividades econômicas aconteceu no corredor dessa rodovia.

Os depoentes atribuem que a Belém-Brasília funcionou como fator de urbanização regional, bem como na implementação de infraestrutura econômica. Isso impulsionou o desenvolvimento de forças capitalistas funcionando como pontos de irradiação para o avanço e a incorporação de novas áreas agrícolas, vinculando-se diretamente ao centro dinâmico da região e do país (São Paulo).

Na sequência apresenta-se o DSC da Categoria E - A criação do estado do Tocantins foi positiva.

Na discussão desta categoria sobre a criação do estado do Tocantins, os entrevistados evidenciaram que a emancipação do norte de Goiás foi positiva. Na primeira fala, o depoente disse que a divisão foi benéfica para o povo tocantinense, mas destaca a continuidade da classe política, considerada atrasada e concentradora:

“A divisão foi benéfica para o povo tocantinense do ponto de vista de que o governo está mais próximo do povo. O lado ruim foi a continuidade dos políticos que eram atrasados, eles migraram e vieram para o Tocantins”.

Os fatores geopolíticos estão vinculados à questão de soberania nacional, e disputa pelo poder local. No que diz respeito à disputa pelo poder, a criação de novos municípios está vinculada a interesses de determinados grupos em conquistar espaço e poder por meio do controle territorial (OLIVEIRA, 2004; FOUCAULT, 1985, 1987).

Na segunda fala, o depoente diz que, antes da criação do Tocantins, era preciso ir até Goiânia para fazer tratamento de saúde, dificultando isso para a população. Agora, pelo contrário, é possível cuidar da saúde sem viajar longas distâncias.

Assim diz o terceiro discurso:

“A divisão do estado foi muito positiva, antes da emancipação o governo de Goiás era muito ausente na região norte. A gente aqui sofria muito. A melhor coisa foi ter dividido o estado. Porque só daqui pra Goiânia levava 24 horas de ônibus até chegar lá, porque aqui não tinha telefone, nada, nada”.

Outro depoente comenta a mesma dificuldade que sentia a população antes da divisão:

“Na época do inverno era só lama. Agora com 6 horas de viagem você está em Palmas. A criação do estado do Tocantins foi bastante positiva, temos escolas, energia e asfalto, é tudo mais fácil do que nos tempos de Goiás, se a gente for comparar o esquecimento que tinha essa região, sim, melhorou muitas coisas. Criar o nosso estado foi a melhor coisa que aconteceu. Melhorou muito com a divisão do estado de Goiás. O PIB do norte de Goiás era 3,0% do PIB de sul Goiás quando na divisão”.

Percebeu-se um grande alívio na fala dos depoentes, pois, após a criação do Tocantins, possibilitou-se a construção de estradas, asfalto, escola e, principalmente, acesso à energia e à água. Quanto ao Produto Interno Bruto, em 1980, o PIB do norte de Goiás era apenas 3,7% da participação em relação do PIB do sul de Goiás. Em 1990, já constituído o Estado do Tocantins, essa participação sobe para 15,6%, e aumentando para 17,66%, em 2010, sua participação em relação ao estado de Goiás. (IPEADATA, 2010). Isso comprova que, de fato, com a criação do estado, a riqueza produzida no Tocantins aumentou.

Tem-se, agora, o último discurso dessa categoria dizendo:

“Nasce Tocantins com esse sentimento de liberdade, o povo com um sonho libertário. O norte de Goiás não era considerado uma região rica, mas com a divisão foi um grande acerto, o combate às desigualdades sociais, os esforços regionais no Brasil, passam por uma redivisão territorial, e passa também por um novo pacto administrativo republicano”.

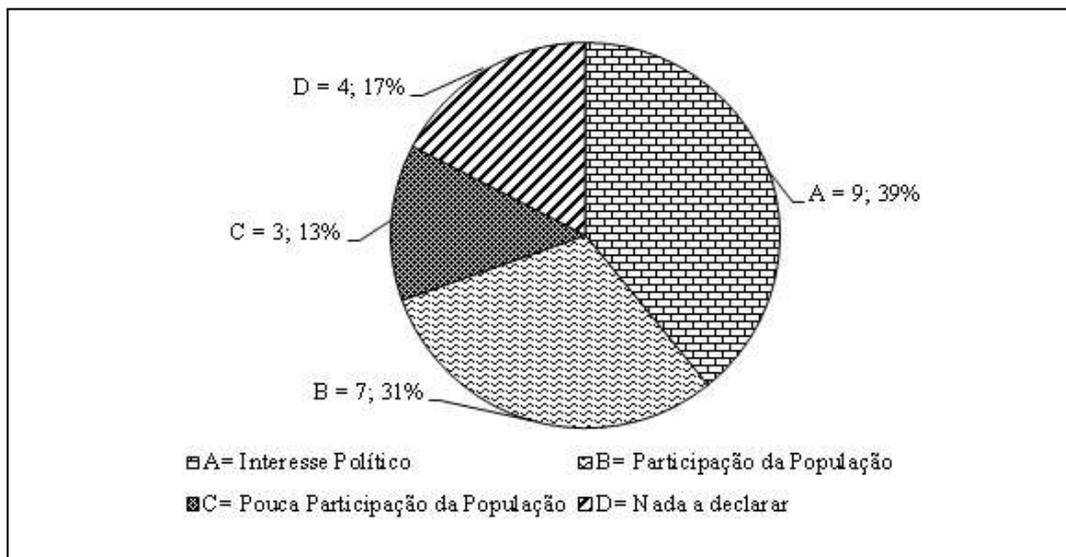
Percebeu-se pela narrativa acima que o Tocantins nasce com sentimento de liberdade, com um sonho antigo de toda população nortense. Foi preciso unificar o discurso de liberdade e de autonomia, liderado pelo Deputado Federal Siqueira Campos, tomando como referências os ideais de Teotônio Segurado, no combate às desigualdades sociais, o território do Tocantins seria transformado para atender aos interesses do povo nortense e libertá-lo. A liberdade é o fim primordial de toda sociedade democrática, principalmente a liberdade política, no entanto o Estado de oferecer melhores alternativas de escolhas.

7.2 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO DO PRIMEIRO MOMENTO – SEGUNDA QUESTÃO

A segunda questão foi verificar se houve ou não envolvimento dos grupos políticos e da comunidade para emancipar o antigo norte goiano. No conjunto do material analisado das respostas do primeiro momento, da segunda questão, chegou-se a 4 categorias. A Figura 27 apresenta a seguinte distribuição: categoria A, 9 entrevistados (39%) disseram que houve

interesse político; categoria B, 7 (31%) houve participação da população; a categoria C, 3 (13%) houve pouca participação da população e na categoria D, 4 entrevistados (17%) nada declaram sobre essa questão.

Figura 27 – Participação no envolvimento dos políticos e da população na emancipação do norte de Goiás



Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa, junto aos *Stakeholders*, apontaram que houve interesse político na criação do Tocantins, na distribuição de poder entre os novos municípios recém-criados. Antes da divisão, o norte de Goiás tinha 79 municípios e logo o estado passou a ter 139. Houve uma grande acomodação política, no sentido de empregar e contratar as pessoas que estavam naquele distrito que virou município.

Essa informação converge com os dados da Tabela 3 e 4 houve uma generalização em todas as microrregiões de novos municípios, a maioria com menos de 5 mil habitantes e dependentes do Fundo de participação dos Municípios, com baixa arrecadação e sem grande atividade econômica. Isso infere num grave problema gestão pública, como administrar essas novas prefeituras de receita própria. Dessa forma, a proliferação desses novos municípios era uma maneira de redistribuir poder entre os políticos do Tocantins, mas com pouco ou nenhum benefício para população.

Assim, apresenta-se o DSC da categoria A: Interesse Político

“Depois da criação do Tocantins os municípios se multiplicaram do meu ponto de vista, muito irresponsável, para o senhor ter uma ideia, o município de Oliveira de Fátima, tinha 836 habitantes, então não tem cabimento um agrupamento de pessoas se tornar município com essa quantidade de habitante, não tem sustentação nenhuma, do ponto de vista político, foi uma irresponsabilidade”.

“Então você estabilizou as demandas sociais, tá tudo muito confortável, para um lugar que não tinha nada, você passou a ter vereador, prefeito, primeira dama, secretário, virou tudo uma coisa muito boa, uma disputa política muito grande, e pouca preocupação com desenvolvimento econômico e social”.

“eu particularmente tenho uma interpretação, que esse movimento de separação se deu, porque a elite política do antigo norte de Goiás tinha pouca participação dentro da estrutura política do estado de Goiás, assim se precisava consolidar uma estrutura política mais independente. Então a leitura de que eu faço é que a separação do estado do Tocantins obedeceu fortemente ao interesse para constituir uma hegemonia política territorialmente com maior poder: ‘construção de novos currais eleitorais’”.

Nota-se no discurso da categoria A que a divisão ocorreu na construção de um novo espaço de referência para implantar a hegemonia política nesse novo território.

Os depoentes, em suas falas disseram que o Deputado Federal Siqueira Campos fez greve de fome, que andou pelo estado de norte a sul, clamando o povo para participar desse processo histórico e político. Houve influência de velhos políticos na porção norte do Tocantins, no processo de emancipação.

A organização e a dominação de um território dependem das forças políticas existentes e da circulação de informações que ocorre num campo de poder, e todo poder é desempenhado no campo da comunicação, na dominação desse novo espaço, Tocantins. Para que o poder exerça seu controle e dominação sobre os homens, são necessários três trunfos: 1) população - componente dinâmico de onde resulta a ação; 2) território – é o espaço político por excelência, o campo da ação do poder; 3) os recursos que definem os horizontes realizáveis da ação condicionam e atingem a ação (RAFFESTIN, 1993).

O pensamento de Foucault (1985, 1987) auxilia para o entendimento de como se forma o poder e suas relações no território, que são sujeitos chaves, que ordenam o território pelos seus discursos e pelos processos jurídicos e religiosos, entre outros.

Na sequência, será apresentado o DSC da categoria B – participação da população.

A fala dos atores-chaves ressaltou que houve sim a mobilização para a criação do estado do Tocantins. A Conorte, por exemplo, fez um movimento de instalar bancas nas

principais cidades. Para tanto, pegava o nome da pessoa, a identidade, o título de eleitor e a posição, favor ou contra. Foram ouvidos mais de 90% dos eleitores.

A Conorte, criada em 1981, foi responsável de levar o debate para toda população do Tocantins, sobre as potencialidades econômicas que a região tinha, bem como apontou descaso do governo por essa porção norte (OLIVEIRA, 1998).

Para alguns entrevistados, o Siqueira Campos usou de oportunismo para se promover junto à população na causa separatista, para outros, o mesmo, foi o grande idealizador dessa campanha e reconhece Siqueira Campos como mentor da criação do estado e da capital do Tocantins.

Pela fala dos depoentes, houve uma mobilização da sociedade que levou à re colocação do projeto na Constituinte de 1988. Foi por meio de uma medida popular, que se iniciou a coletas das assinaturas para dividir o estado de Goiás.

A própria coleta de assinaturas, de certa forma, foi social porque envolveu a sociedade como um todo. Nesse sentido, o que foi essa coleta de dados? Mais ou menos assim, se colocava uma mesa em algum lugar estratégico, nos aeroportos, nas rodoviárias, nos logradouros públicos, e as pessoas passavam lá: “Ah, o CPF seu, coloca seu CPF, sua identidade e assine aí”. “Mas o que é isso?” “É pra dividir o estado de Goiás, que vai melhorar demais para sul, o sul vai ganhar com isso”.

Então, a partir do momento que Goiás abrir mão do norte, o sul vai ficar melhor, e o norte pode reorganizar sua base de estrutura produtiva e de poder, e dar uma condição melhor para o norte, mas a divisão é muito melhor para o sul.

A seguir, apresenta-se o DSC da categoria B da participação da população:

“Houve, isso foi uma luta de muitos anos, houve mobilização política e também da sociedade, inclusive das sociedades religiosas, a igreja católica foi muito interessante nesse processo, teve uma participação muito ativa, a justiça também teve o pessoal de Porto Nacional e o Siqueira, porque o Siqueira teve grande parte nisso, ele era parlamentar em Goiânia, ele já era um político que só aparecia aqui para pedir voto, e nós criamos o Sindicato, a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura. Construímos a pastoral do lado de cá, do Tocantins, organizamos essas coisas todas, aí veio o plebiscito, e quando veio todo mundo votou para que fosse dividido”.

Nota-se que houve, pelo discurso dos depoentes, um plebiscito no estado para saber a opinião pública, se a maioria queria ou não a criação do estado do Tocantins. Então, a resposta foi afirmativa. A consulta popular no movimento da criação do estado foi muito forte e todo tocaninense fez parte dessa luta.

No entanto, para a categoria C, o discurso produzido foi que houve pouca participação da população. Não houve um grande debate, houve uma precipitação na separação do estado, a Assembleia Constituinte naquele momento precipitou-se, foi mais ou menos isso que aconteceu: você dorme em Goiás e acorda no Tocantins. A preocupação era que o norte de Goiás não tinha uma infraestrutura adequada para criar um novo estado. Recebeu-se primeiro a ideia e depois a sociedade foi se preparar para montar toda infraestrutura.

Para os pequenos agricultores familiares, essa discussão não chegou, por uma série de fatores: localização remota e esparsa desses agricultores, os meios de comunicação eram precários, como estradas, rodovias. Eles ficavam sabendo quando iam ao centro da cidade e ouviam as conversas nas ruas sobre o processo de divisão do Goiás, essas informações não chegavam a tempo nas comunidades rurais.

Na opinião de alguns depoentes, a discussão que houve foi distorcida, mas o processo de separação teve seu mérito, foi correta, deu oportunidade do norte de Goiás de se emancipar política, administrativa e socialmente justa. Todavia, para eles, a forma de administrar politicamente que foi um grande erro, cometeram-se muitos equívocos, e a sociedade precisava aprender a votar. Segundo eles, a cada eleição piora e não se pode só colocar a culpa no político, é preciso que o cidadão assuma a sua culpa porque ele é quem escolhe os maus políticos, deve haver um amplo debate na construção de novas formas de gestão, que melhore a governança, e só teremos isso pelo processo educacional, agora, havia a necessidade de criar o estado do Tocantins, sem sombra de dúvida.

Observa-se que houve uma melhora na gestão tanto na esfera estadual, como na municipal. Fica evidente o início de uma governança; porém, é carente nos restantes dos municípios no interior do Tocantins. Nesse sentido, Williamson (1996) e Dallabrida (2011) reforçam o papel das organizações no controle ao dizer que governança é um conjunto de instituições inter-relacionadas, com a capacidade de garantir a integridade de uma gestão. Dessa forma, a governança trata da justiça, da transparência e da responsabilidade dos gestores no trato de questões que envolvem os interesses da sociedade e de seus cidadãos.

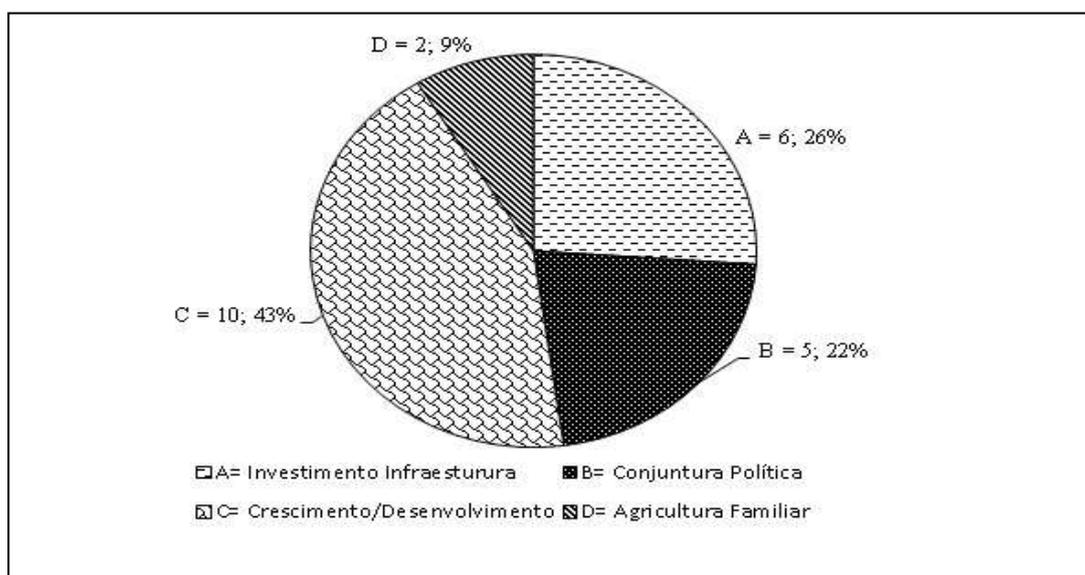
7.3 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO SEGUNDO MOMENTO

No segundo momento, analisou-se o desenvolvimento regional após 1989. Para tanto, abordou-se as seguintes questões: 1) na sua opinião: o(a) senhor(a) acha que após a criação do estado do Tocantins houve desenvolvimento social e econômico para a população do

Tocantins? 2) Houve investimentos em infraestrutura básica no Tocantins? 3) o(a) senhor (a) acha que houve avanços na área da educação, saúde e segurança para a população do estado?

No conjunto do material analisado das respostas do segundo momento, chegou-se a 4 categorias numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas ficou assim definida, como pode ser observado na Figura 28. Dos 23 entrevistados, 6 (26%) disseram que houve investimento em infraestrutura. Na categoria B, 5 (22%) diz que houve desenvolvimento a partir da conjuntura política. Na categoria C, 10 (43%) disseram que houve tanto crescimento quanto desenvolvimento. Na categoria D, 2 (9%) entenderam que o desenvolvimento regional do Tocantins deveria priorizar a agricultura familiar.

Figura 28 – Percepção dos atores-chaves sobre o desenvolvimento regional no Tocantins após 1989



Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa, junto aos *Stakeholders*, sobre a categoria A – Investimento em infraestrutura ressaltou que, após a criação do Tocantins em 1989, não havia um planejamento definido, tinha apenas planos de governo. No governo de Avelino, fez-se um planejamento estratégico. Nesse período, houve uma ampla discussão do que se pretendia para o Tocantins nos próximos vinte anos. Tudo que foi discutido naquela época acabou acontecendo ao longo do tempo, mesmo com mudanças de governo, começando pela infraestrutura viária, rodovias, energia, ferrovia e hidrovias pela posição estratégica de localização que tem o estado.

Os entrevistados destacaram que o SEBRAE tem prestado relevante papel no processo de indução do desenvolvimento social e econômico no Tocantins, com foco nos pequenos negócios, passando a ser interlocutor nesse processo. Além disso, há várias parceiras de diversos segmentos no governo federal, estadual e municipal.

Outros comentaram sobre o acesso que o estado teve com as transferências regulares via projetos dos diversos ministérios, a partir da Constituição de 1988, que foi a montagem dos fundos constitucionais do norte. Também, o Tocantins se beneficiou das normas estabelecidas pelo Congresso Nacional para a partilha dos recursos do fundo de participação dos estados e do fundo de participação dos municípios. Isso possibilitou que o estado implementasse investimentos em infraestrutura básica.

Os incentivos fiscais via Sudam foram importantes na construção de vários projetos; entre eles, se destacam: projetos de mineração, frigorífico, usina de álcool e laticínios. Os entrevistados ressaltaram que 70% dos recursos totais dos fundos de participação dos estados seriam transferidos para a região norte, e o estado do Tocantins foi beneficiado, porque ele ficou com uma alíquota de 4.37% de todo o valor total do fundo de participação dos estados.

Percebeu-se a importância da transferência dos recursos federais, quando o entrevistado afirma que a transferência constitucional do fundo de participação dos estados representa um pouco acima da metade da receita do estado do Tocantins. Esses recursos têm permitido alavancar uma série de projetos de infraestrutura econômica, tanto na parte de estradas, na parte de geração de energia elétrica, como na implantação de infraestrutura de atendimento à saúde.

No extremo norte, os *Stakeholders* disseram que a região está muito bem servida por uma malha rodoviária em boas condições, superior a cinco mil quilômetros lineares, isso, certamente, é significativo. A única estrada que tinha asfalto, em 1989, era a Belém-Brasília. O Tocantins, agora, está bem servido em infraestrutura, principalmente, na geração de energia elétrica, o que falta, na realidade, é uma atividade econômica para os pequenos municípios.

Esse é o grande desafio para os prefeitos dos pequenos municípios, revitalizar as atividades econômicas que geram emprego, renda e riqueza, para o dinamismo da base econômica (manutenção ou de difusão). De acordo com a estimativa do Indicador econômico em 2010, 133 municípios foram classificados como retardatários, ou seja, possui baixa arrecadação, pouca dinamicidade (Apêndice A). O grande empregador acaba sendo poder público (Tabela 10) e sobrevive com a transferência de renda do governo federal. Há de se viabilizar, junto aos poderes locais e as organizações, alternativas para se pensar novas atividades econômicas, prestação de serviços e pequena produção artesanal, como forma de

superar essa pobreza, fomentar parcerias com o SEBRAE, associação comercial, forma de capacitação e orientação de novos estabelecimentos comerciais, nessas localidades.

Para um conjunto de entrevistados, a construção da capital, Palmas, no centro geográfico da região foi a coisa mais certa que aconteceu. Para os depoentes o Siqueira adotou essa ideia de construir a capital aqui, no epicentro geográfico. Então aí, se for considerar tudo o que aconteceu em termos de infraestrutura, houve investimentos em rodovias estaduais e até mesmo na Ferrovia Norte-Sul (FNS), que está nessa lentidão aí, mas sem dúvida houve investimento em infraestrutura.

O projeto inicial da FNS totalizava 1.550 km de extensão, com início no entroncamento da Ferrovia Carajás na altura de Açailândia – MA, e indo até a cidade de Senador Canedo – GO, onde ligaria com a Ferrovia Centro-Atlântico. Entretanto, por meio da Lei nº 11.297, de 09 de maio de 2006, o trecho da ferrovia foi alterado para mais 430 km na porção norte, chegando até a cidade de Belém-PA, totalizando um percurso de 1.980 km de extensão (BRITO, 2009).

A conclusão da Ferrovia Norte-Sul (FNS) trará uma dinâmica econômica, para os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, impulsionará a criação de parques agroindustriais e também uma integração com as demais regiões do país. O estado do Tocantins nasceu sustentado pelo discurso e viabilidade da FNS para o desenvolvimento regional, mas os trilhos só chegaram no território tocantinense no início do século XXI. Quando a FNS entrar em total funcionamento, acredita-se, que o custo de transporte irá reduzir.

Neste sentido, Palmas, passa a ser o polo de base diversificada de atividade produtiva, bem como seu entorno. Essa base está associada ao corredor da BR-153 e aos seus corredores menores (rodovias estaduais) que impulsionam a mobilidade do capital e das pessoas. Essa visão já é chamada atenção por Douglas North (1977a, 1994): quando a base econômica passa ter diversificação ou manutenção, ela necessita de transporte de uma base econômica primária que a mesma se difunde para formação de novas bases de atividades econômicas no mesmo local, ou em outro local, formado intercâmbio entre as bases.

Os *Stakeholders* destacaram o papel da Ferrovia Norte-Sul no processo de desenvolvimento regional que será excelente aporte para o escoamento da produção, com isso irá impulsionar ainda mais a economia da Região Norte. A Hidrovia é outro modal que pode trazer mais competitividade para o setor agropecuário do Tocantins. “Hoje nós estamos produzindo mais de 500 mil hectares de soja, somos o maior produtor de grãos e o terceiro produtor pecuário da região norte. A produção de gado tem aumentado na região de Araguaína e no sudeste do estado”.

A Figura 29 apresenta a Ferrovia Norte-Sul (FNS) na altura do Rio Tocantins, na divisa entre o município de Estreito - MA com o município de Aguiarnópolis – TO.

Figura 29 – Ferrovia Norte-Sul na divisa entre o município de Estreito - MA com o município de Aguiarnópolis – TO



Foto do autor da pesquisa (2015)

Por outro lado, observou-se na fala dos *Stakeholders* que Araguaína tinha recebido uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), mas não foi para frente, por isso, essa seria uma excelente oportunidade para fortalecer e ampliar novos postos de trabalho na região.

A seguir, é apresentado do DSC da categoria A: Investimento em infraestrutura:

“Araguaína tinha recebido uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), não foi para frente, o negócio travou, seria uma excelente oportunidade para alavancar a economia. Faltou uma discussão maior para dar continuidade na construção da ZPE, às vezes o município consegue um grande benefício, mas os gestores não se conseguem dar sequência. Dar continuidade na administração, na governança, na assistência técnica é fundamental para atrair novos investimentos para cidade. Eu acho que é por questão política que essas atividades não vão para frente. Economicamente Araguaína se sustenta, ela gera emprego, gera renda e atrai pessoas”.

Também, nas vozes dos entrevistados ficou evidente o papel que Araguaína representa para o estado, considerada uma cidade polo de base difusora e de aglomeração da região norte, inclusive, de compras para revender nos pequenos municípios, isto é, os pequenos lojistas usam Araguaína como base. Trata-se, então, é uma cidade que se comunica diretamente com outras cidades em volta, não só do Tocantins, mas também com o sul do

Maranhão e do Pará, o que implica no movimento de bens e pessoas a montante e a jusante, *a la* Hirschman (1958).

Essa informação converge quando se analisa as principais variáveis econômicas: o PIB de Araguaína em 2010 correspondia a 11% da economia tocantinense; é a segunda cidade que gerou o maior número de emprego formal 25.0005 em 2010, e 14% das indústrias de transformação estão instaladas nesta cidade.

Araguaína foi considerada o principal polo regional em 1990, quando se estimou o IDR, com índice de 0,776, a partir de 2010, a capital Palmas supera Araguaína com IDR 0,94 e 0,479 respectivamente.

Com relação às áreas de saúde e educação, os resultados dos discursos dos atores-chaves disseram que houve melhoria, houve avanços. Foram destacados, nesse sentido, a criação: do centro cardíaco em Palmas e, clínicas especializadas. A criação da UFT, juntamente com a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, e a Universidade Católica do Tocantins. Essas conquistas melhoraram o acesso à universidade. Cidades como Pindorama e Lagoa da Confusão passaram a ter acessibilidade e inclusive acesso à educação superior, além dos sete *campi* da UFT e os *campi* da UNITINS, mais o Instituto Federal do Tocantins (IFTO); isso tudo atesta a evolução do ensino superior após a criação do estado em 1989. Essa base de estrutura do saber e do conhecimento, bem como da saúde, da segurança tende, a promover o desenvolvimento social e econômico dos municípios, implicando numa melhora da qualidade de vida e bem-estar.

Na questão da segurança pública, os entrevistados consideram um estado tranquilo, sem grande violência, como se assiste nos noticiários. Segundo eles, tinha-se muito conflito agrário no Bico do Papagaio, mas hoje não se fala tanto como antigamente.

A seguir, apresentou-se o DSC da categoria B – Conjuntura Política.

Os resultados da pesquisa, junto aos *Stakeholders*, com relação a conjuntura política do estado após a sua criação em 1989, os entrevistados destacaram que todas as ações do estado se voltaram para Palmas, capital, e pouco para os demais municípios. Começaram a vir para Palmas todos os ex-prefeitos, vereadores e o estado ficou largado por um bom tempo. Houve uma disputa política muito grande e pouca preocupação com desenvolvimento econômico e social.

Segundo os entrevistados, mostraram-se preocupados com a qualificação dos políticos que concorreriam à cargos de prefeitos, de vereadores e de deputados, mas disseram que o político tocantinense tem pouca competitividade na gestão pública.

Outros, no entanto, ressaltaram que a ascensão política foi feita pelos políticos tradicionais de Goiás. A visão dos políticos era a troca do poder político pelo dinheiro, pelo voto e pelo emprego.

Observou-se nessa discussão que o Tocantins tem um grande problema do clientelismo e do assistencialismo. Esse é, portanto, outro grande desafio a ser enfrentado pela sociedade, pois ainda existe a visão da assistência da pobreza como forma de mantê-los presos a uma oligarquia política. Além disso, a cultura do medo ainda predomina em grande parte do estado.

A seguir, é apresentado o DSC – B conjuntura política:

“A ideia é aquela preocupação que o pobre é muito pobre, aí quando você dá assistência é como se ali tivesse resolvido o problema dele, e não resolveu. Nós precisamos dar condições para essas pessoas saírem da pobreza, dessa dependência do poder público. A classe política tem que sair do idealismo. A justiça também do Tocantins ainda tem essa visão clientelista”.

Nesse DSC, percebeu-se a conjuntura política no interior dos municípios do Tocantins. O poder público municipal tem pouca disponibilidade financeira, poucas pessoas qualificadas para fazer projetos para captar recursos via projetos na agência de fomento do estado e da federação, implicando, conseqüentemente, no baixo investimento em instalações de empresas privadas nesses municípios.

A Figura 30 apresenta as condições da falta de infraestrutura em uma estrada de chão batido que liga o município de Paranã à Arraias. Nessa localidade encontram-se comunidades remanescentes dos Quilombos, e utilizam essa via como meio de transporte para vender os produtos cultivados na roça: farinha, milho, legumes entres outros.

Outra questão assinalada pelos depoentes foi que as prefeituras do interior estão sem custeios para sua manutenção, que é o “dinheiro do dia a dia”, custeio para manter as escolas em bom funcionamento, a saúde, a limpeza urbana, a manutenção das estradas e pontes.

Figura 30 – Ponte de madeira, estrada de chão entre o município de Paranã e Arraias



Foto: autor da pesquisa.

Cabe salientar que nem todos os municípios do Tocantins estão nesta precariedade de estradas. Como já foi pontuado o estado tem uma boa malha rodoviária com asfalto. Todavia, nos locais em que os municípios são considerados retardatários pelo IDR estimado, uma boa parte apresenta precariedade em infraestrutura, o que certamente, prejudica o acesso aos bens e serviços e a pessoas para se deslocarem para fazer o intercâmbio de mercadoria (compra e venda).

No DSC abaixo, apresenta-se a preocupação do depoente em relação às prefeituras dos municípios do estado.

“Os municípios pobres não crescem, não tem empresa para gerar emprego, o comércio não vende, fica tudo parado, isso acaba chegando às prefeituras pedindo ajuda, passagem e emprego, o que acontece as prefeituras não tem custeio para atender essas solicitações. “Hoje todas as prefeituras do estado estão inchadas de gente que não cabe mais”. Temos municípios com boas escolas e unidades de saúde, mas sem condição de bancar. Por quê? Falta dinheiro em caixa, o custeio”.

Ficou evidente que o grande empregador no interior do estado é o poder público municipal. Pelo Indicador Econômico estimado em 2010, mais de 96% dos municípios foram considerados retardatários apresentando dificuldade em manter o funcionamento da máquina administrativa.

Na região do Bico do Papagaio, as percepções dos entrevistados foi que a região teve um grande avanço. Segundo eles, depois que o presidente Lula ganhou as condições para a população melhoraram muito, via programa “Luz para todos”, possibilitando a

implementação de assentamentos rurais, construíram e asfaltaram estradas. Outros programas que eles comentaram referem-se ao Bolsa Família, às políticas públicas para as mulheres, sem contar os ônibus para levar as crianças à escola. Hoje, a população tem, inclusive, acesso à internet; tudo isso aconteceu, segundo eles, depois que o Lula entrou na presidência.

Segundo os entrevistados, em Tocantinópolis têm-se 2.800 famílias que dependem do Programa Bolsa Família (PBF), o que tem impulsionado, bastante, o comércio local. Quando é dia de pagamento a cidade toda fica movimentada, circula quase 700 mil reais de bolsa-família por mês, e 1 milhão e 300 mil reais do benefício de prestação continuada aqui dentro da cidade, então é dinheiro demais, chama-se esse beneficiários de “encosto”, isto, nas afirmações desta fala, quer dizer que o “encosto”, é pessoa que sobrevive à custa do benefício do Estado, e não produz nada. No entanto, quem recebe o Bolsa Família tem a obrigatoriedade de manter a frequência escolar e a carteira de vacinação dos desentendidos em dias.

Esse discurso vai ao encontro com dos dados do Ipeadata (2010). Por exemplo, em 2004, o Tocantins recebeu mais de 8,8 milhões do PBF; em 2010, passou para 12,3 milhões de reais, um aumento de 40%. Na Microrregião do Bico do Papagaio, passou de 931 mil em 2004 para 2,7 milhões em 2010, um aumento de mais 190%. Essa Microrregião foi a que mais recebeu benefícios do PBF no Estado do Tocantins.

A seguir, é apresentado o DSC sobre a questão de gestão de uma cooperativa no Bico do Papagaio:

“Nós temos aqui na cooperativa uma prensa, essa prensa aí tá prontinha, tá cheia de máquina para tirar óleo do babaçu, ela tem máquina para fazer sabão, sabonete, tá aí parada há mais de dois anos. Por falta de um engenheiro que viria acertar a máquina e ensinar o povo a trabalhar. Já tentamos fazer funcionar duas vezes, mas vai e para de novo. Tá faltando incentivo e briga com “os cabras” para vir acertar isso, acho o que ta faltando aqui é apoio, governança e organização, porque isso aqui fosse no sul não ficaria parado, não”.

Nesse DSC, o depoente ressalta o problema de gestão do desenvolvimento. Ele diz que falta vontade política e apoio para poder continuar a funcionar essa cooperativa. Segundo ele, o que a população precisa é de um governo que possa dar valor a todas as potencialidades locais que os municípios apresentam; isto é, um governo que pense e raciocine de uma forma honesta, transparente e sincera com a sociedade que é promotora do desenvolvimento.

A seguir, é apresentado o DSC da categoria C sobre o crescimento e desenvolvimento do Tocantins

Nesse DSC, os depoentes salientaram sobre as condições do crescimento da economia do Tocantins e do desenvolvimento social e econômico após sua criação em 1989. Ressaltaram a crescente participação das indústrias de transformação que estão se instalando com o advento da infraestrutura e posição logística que o estado possui. No entanto, segundo o depoente sugere, a riqueza gerada pelos setores agroindustriais deve girar em prol do desenvolvimento social para a população.

Alguns depoentes consideraram que a economia do Tocantins, uma economia em maturação, que precisa ser revitalizada. Os grandes mercados nacionais, que estão no Sudeste, estão distantes. Por isso, é preciso que se viabilizem os modais. O estado possui a hidrovia, a ferrovia, a rodovia, mas é necessário que os coloquem em contato, permitindo que recebam os insumos daqui, processando-os, agregando valor e exportando os produtos para mercados nacional e internacional. O estado tem potencial na produção da soja, do minério, do calcário, no processamento e na industrialização da carne bovina e frangos. Isso certamente poderá trazer novos rumos para o a economia do Tocantins.

Ressalta-se a importância da Federação da Indústria do Tocantins (FIETO) no processo de crescimento e desenvolvimento do estado, pois essa federação subsidia as decisões políticas no sentido de criar um ambiente favorável para a indústria, sobretudo, um ambiente regulatório e um ambiente social. A economia mundial hoje exige competitividade. E os índices socioeconômicos que o estado tem não são dos melhores, por isso é necessário avançar mais, melhorar a competitividade dos setores agroindustriais.

A seguir, é apresentado o DSC sobre desenvolvimento, quando se perguntou se houve desenvolvimento no Tocantins:

“Desenvolvimento para nós aqui é a nossa felicidade, viver na nossa casa tranquilo, trabalhando e tendo o que comer, tendo uma vida com saúde, escola para nossos filhos. Em vez de buscar desenvolvimento lá na cidade, buscar desenvolvimento aqui. Eu tenho fé nessa juventude que tá aí, se tiver alguém que incentivem eles a estudar, eu tenho”.

Quando se trata do termo desenvolvimento, é de difícil chegar a um consenso. Para uns é a felicidade, para outros é o bem-estar social, e ainda para outros é ter acesso aos bens materiais. Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sustentam a ideia de

que desenvolvimento deve ser visto de forma holística, e não apenas na forma de crescimento econômico, ou seja, apenas na quantidade do PIB.

Na questão do desenvolvimento, os entrevistados destacaram o papel das universidades na qualificação e na formação tanto na mão de obra para o mercado, quanto na formação de sua cidadania. Na da educação, o estado avançou muito e ainda possui várias escolas de tempo integral.

Em relação ao crescimento do agronegócio no estado, extraiu-se o seguinte DSC:

“Agora se você for pegar a riqueza local, que é bovinocultura em Gurupi, em Araguaína, em Paraíso, agricultura em Guarái e a bovinocultura em Colinas. Por quê? São riquezas locais, aí elas se potencializaram em função do corredor da Belém-Brasília. Criamos o segundo polo do agronegócio, levamos a Biodiesel, a Granol e a Multigrain, depois conseguimos trazer a Petrobrás para o polo de distribuição de combustíveis, então você criou arranjos produtivos, é preciso que o estado desenvolva competência, capacidade de gerar riqueza e distribuí-la em benefício da população”.

Está presente nesse discurso que o estado e as organizações devem juntos potencializar e criar novos arranjos produtivos em função do agronegócio no estado, papel das organizações e instituições, principalmente nos municípios que estão localizados à margem da Belém-Brasília e, conseqüentemente, a ferrovia norte-sul irá impulsionar ainda mais as atividades econômicas. Na área produtiva, além da expansão da soja no estado, tem-se plantação de eucalipto, melancia, abacaxi, a produção de arroz e milho. Potencializando a economia local com atividades seja no setor de comércio, agropecuária e serviços, o poder público poderá investir melhor na qualidade de vida dessa população.

A seguir apresenta-se o último DSC extraído do segundo momento da entrevista, a categoria D – sobre a agricultura familiar.

O resultado das entrevistas, junto aos *Stakeholders*, ressaltou que falta apoio para o pequeno produtor, para a agricultura familiar. No entanto, disseram que o governo federal tem políticas de desenvolvimento para os estados e municípios, mas as organizações são frágeis, a população não sabe dessas políticas, por exemplo, o depoente ressaltou que existem vários maquinários do PAC 2, o Terra Forte do estado do Tocantins, que é o programa que entrega um trator para cada município. Em alguns municípios não existe um planejamento para dar suporte ao pequeno agricultor para ter acesso a esse trator, porque precisa de diesel, de

combustível e isso o pequeno produtor não tem; por outro lado, o grande produtor tem condições de comprar o óleo diesel.

Para esse grupo de entrevistados, as políticas governamentais nunca favoreceram a agricultura familiar. Principalmente no sudeste do Tocantins e em toda a região norte do país, a agricultura familiar não é vista como uma categoria que o governo enxerga como potencial, apesar de ser responsável pela produção de 70% da alimentação no Brasil.

No entanto Hoffmann (2014) contesta essa afirmação de que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos do País. Não foi possível localizar um documento mostrando como foi estimada essa porcentagem (70%). Segundo o autor o valor monetário de toda a produção da agricultura familiar corresponde a menos de 25%, em 2009, do total das despesas das famílias brasileiras com alimentos. O autor reconhece a importância da agricultura familiar no Brasil, não concorda com o mito dos 70%.

A seguir, apresenta-se o DSC sobre a agricultura familiar:

“houve desenvolvimento para o grande produtor de soja, de milho, para a pecuária de corte, e não houve políticas públicas direcionadas para o pequeno produtor, e falta assistência técnica nos assentamentos, a maioria não consegue dar continuidade nos assentamentos por falta de assistência técnica. Para o projeto da soja aí tem incentivo fiscal, desde o processo de desapropriação do camponês para beneficiar o grande produtor de soja”.

Segundo esse ator-chave o grande produtor tem acesso ao crédito com maior facilidade, tendo em vista que produzem *commodities* para exportação; para o pequeno produtor, apenas, poucos recursos. Nesse sentido, North (1977a) traz a contribuição para este estudo quando argumenta que o dinamismo da base de manutenção é super especialização, pois não consegue fazer a diversificação ou difusão para outros ramos de atividades.

Ressaltou-se, ainda, com esse discurso que o estado tem incentivo fiscal para a plantação do eucalipto. Outra preocupação levantada foi a questão da regularização fundiária no Tocantins. Há uma sobreposição de título de terra. Essa é uma questão problemática que os poderes judiciários, legislativos e executivo ainda não resolveram. A sobreposição de títulos fundiários é um entrave para atrair e instalar novas empresas no estado do Tocantins.

A seguir, foi apresentado e discutido o terceiro momento da entrevista.

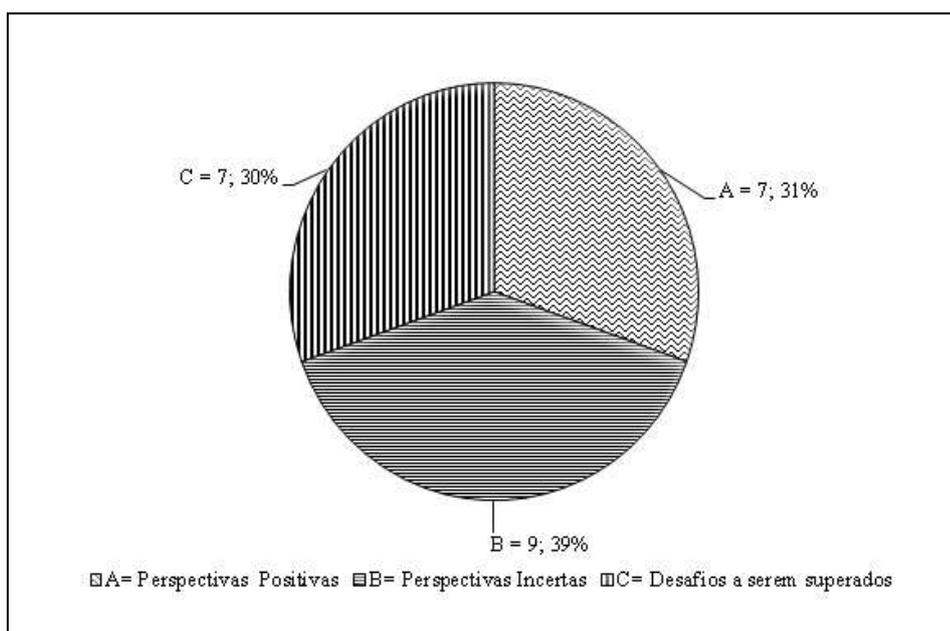
7.4 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DO TERCEIRO MOMENTO

No terceiro momento, analisou-se a perspectiva futura para o estado do Tocantins. Para tanto, definiu-se a seguinte questão: 1) Na sua opinião: Quais são as perspectivas para o Tocantins daqui a 10 anos?

No conjunto do material analisado chegou-se à 3 categorias, numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas, que ficaram assim distribuídas (Figura 31): dos 23 entrevistados, na categoria A 7 (31%) têm perspectivas positivas; na categoria B, 9 (39%) têm perspectivas incertas e na categoria C, 7 (30%) disseram que o estado tem desafios a serem superados. Unindo as categorias B e C, têm-se um percentual de 69% com perspectivas incertas, mesmo no tempo em que o questionário foi aplicado entre janeiro e fevereiro de 2015, começo de mandato de governo federal e estadual. Esse percentual é elevado para o pensamento desses atores-chaves; isso implica em preocupações na questão do desenvolvimento socioeconômico do território do Tocantins.

Os resultados da pesquisa, junto aos *Stakeholders*, sobre a categoria A – têm boas perspectivas futuras para o Tocantins. Acredita-se que os próximos governantes possam ser políticos mais qualificados. Por questões políticas, atrasa-se o desenvolvimento do estado e do país. Na visão deles, é preciso uma reforma profunda na política partidária eleitoral.

Figura 31 – Perspectivas futuras para o território do Estado do Tocantins na opinião dos atores-chaves



Fonte: Resultados da pesquisa.

A seguir, apresenta-se o DSC da categoria A – Perspectiva positiva:

“Eu vejo que o Tocantins nos próximos dez anos ele dobra. Nós somos a bola da vez, eu acredito que o sudeste, o sul, é rico, é forte, quem somos nós pra comparar. Nós representamos 0,6% do PIB, nós podemos ser 1,2%. Então nós vamos crescer dessa forma. O que nós crescermos, o que nós dobrarmos não chega perto do que eles são. Mas nós temos condição, então eu vejo que o Tocantins tem condição de dobrar a sua produção”.

Percebeu-se o otimismo desse depoente: o estado representa apenas, 0,6% do PIB nacional e 8,3% da Região Norte. Ele ressalta que melhorou muito o apoio e os incentivos ao empresariado do Tocantins, por parte das organizações do SEBRAE e da Federação da Indústria do Estado do Tocantins (FIETO). Há boas perspectivas em relação à nova gestão estadual. Ele acredita muito na expansão do agronegócio no estado, principalmente na produção de soja e na logística que o estado possui. Segundo ele, o processo de desenvolvimento daqui para frente vai ser irreversível.

O discurso sobre a expansão do agronegócio no Tocantins vai ao encontro dos dados apresentados pela Conab (2014) em que a região do MATOPIBA (região de interface entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) produziu cerca de 3,5 milhões de toneladas de grãos, sendo a soja com 2,2 milhões de toneladas produzidas na safra de 2013/2014.

Os *Stakeholders* ressaltaram que o estado é rico em recursos naturais, minério, água, fertilidade do solo e está localizado no centro do Brasil, posição estratégica no escoamento e recebimento da produção para o mercado interno e externo. Há dez anos um alqueire de terra no Tocantins custava R\$ 5.000,00 reais; atualmente (2015), custa uns R\$ 40 mil reais, ou seja, uma valorização de 8 vezes o alqueire. O Tocantins é o entroncamento da região sul, sudeste, norte e nordeste, tudo e todos precisam se convergir para cá, assim como antes se convergiam para o triângulo mineiro.

Os *Stakeholders* destacaram que o Tocantins está em grande progresso e tem apenas 26 anos, consideram-no um estado novo que tem muito a crescer e se desenvolver.

Acredita-se que a criação da Universidade Federal do Tocantins - UFT e de outras instituições de ensino superior no estado, trouxe outro cenário para a educação regional. Com isso, possibilitou a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho. As instituições, o poder executivo, o poder legislativo, o poder judiciário, o Tribunal de Conta do Estado (TCE), se institucionalizaram, o que foi certamente, um aspecto extremamente positivo.

A seguir, será apresentado o DSC da categoria B – Perspectiva Incerta.

Nessa categoria, os entrevistados tiveram uma perspectiva incerta quanto ao futuro do estado, isto é, não tão boa quanto a primeira categoria. Mostraram-se insatisfeitos com a condução da gestão pública tanto estadual quanto municipal, pois, segundo eles, há grande dificuldade de haver uma transformação, haja vista que a questão política permanece conservadora.

Segundo a visão dos entrevistados, é preciso que os gestores tenham perfil ético, social, conhecimento em legislação e capacidade em captar recursos para promover o desenvolvimento. Destacaram que o clientelismo deve ser enfrentado com coragem, com bons projetos para substituir o “cabide de emprego”. Alguns servidores públicos ganham altos salários, num estado pobre como o Tocantins. Tem-se uma crise financeira no estado; há distorções que pressionam o orçamento do estado, dificultando a implementação de um programa com recursos próprios na promoção do desenvolvimento nos próximos 10 anos.

Eles não acreditam que o setor industrial vai se expandir; contudo pode haver pequena agregação de valor na produção agropecuária, na extração de minério e calcário, industrialização de frutas e indústria de couro, ou seja, indústria básica.

Nesse grupo de entrevistados, a visão deles sobre a agricultura familiar não foi das melhores. Disseram que o governo federal não tem prioridade na reforma agrária, não valoriza as comunidades tradicionais; porém, tem-se grande incentivo para soja, eucalipto e a pecuária de corte. Nessas vozes, evidenciou-se que a economia do território do Tocantins está vinculada a uma base da agropecuária, todavia, isso não se reflete em todo território, pois muitos dos municípios estão abaixo dessa base de polo de manutenção a qual esses municípios são considerados pobres e de corredores da miséria seu consumo é de produto primário da agricultura de subsistência.

Por fim, apresenta-se o discurso da categoria C sobre os desafios a serem superados pelo estado do Tocantins.

Nesta categoria, os entrevistados destacaram alguns desafios a serem superados pela sociedade tocaninense. Disseram que a máquina pública absorve grande parte dos recursos financeiros da economia do Tocantins. Há uma grande dependência do poder público estadual e municipal na geração de emprego e renda. Nesse sentido na estimativa do IDR e do QL, se associam, a essas vozes, a geração de renda e riqueza que dependem do poder público na geração de postos de trabalho.

A seguir, é apresentado o DSC – C sobre os desafios a serem superados sobre a gestão pública.

“Nós precisamos na realidade, encontrar uma forma de gestão pública mais séria. O grande gargalo que nós temos com a criação do Tocantins, infelizmente é um mal nacional, é a falta de seriedade dos gestores públicos”.

Na fala desse discurso, nota-se a insatisfação da gestão pública não só no Tocantins, mas no Brasil. Para esse entrevistado, o grande desafio passa pela reformulação e seriedade dos políticos na administração dos bens públicos.

Alguns desafios na área da indústria de transformação são destacados na fala dos *Stakeholders*, como, por exemplo: a elevada carga tributária no estado como no Brasil; dificuldade de se contratar mão de obra qualificada; competição acirrada de mercado, reflexo dos produtos importados de baixo nível de competitividade; baixa agregação de valor nos produtos do Tocantins; inadimplência das famílias consumidoras, preço elevado das matérias primas e financiamento de longo prazo.

Outro desafio destacado pelos *Stakeholders* foi a questão da pobreza no estado, dizendo que quase a metade da população sobrevive com até um salário mínimo de renda, isso significa que o estado tem uma economia fraca no poder de consumo.

Nesse caso, o Estado deve nortear dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios, principalmente nas camadas mais pobres da população, isso é, projetos produtivos de pequenas escalas que incorporam essa camada mais pobre nas atividades econômicas e que as insiram na economia formal e no consumo.

Essa posição dos atores-chaves fica evidenciada algumas respostas no sentido de elaborar algumas políticas públicas: como diagnósticos das potencialidades locais, das atividades atrativas e como condições de expandir a economia localmente, via cursos profissionalizantes, incentivar a participação da população junto às decisões dos gestores locais, fomentar o microcrédito para pequenos negócios, gerar emprego para uma grande massa de pessoas não qualificadas.

O Tocantins tem uma grande população; porém, predominam baixos salários e pouca qualificação profissional. Uma das atividades que pode ser estimuladas, segundo os entrevistados é a consolidação da cadeia produtiva da piscicultura no Tocantins, que poderia absorver parte dessa população com baixa qualificação, nos municípios banhando pelo Lago da Usina Hidrelétrica de Lajeado e pelo Rio Tocantins. Além disso, poder-se-ia apoiar o

desenvolvimento de uma infraestrutura básica no setor do turismo, aquecer a economia local na época de festival de praia, fortalecer a infraestrutura no distrito de Taquaruçu, no Parque Nacional do Jalapão, em que as demandas vão desde caixa eletrônicos, restaurantes, pousadas e hotéis, entres outros

No pensamento dos atores-chaves, os desafios a serem superados, passam pela questão do planejamento estratégico do território tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, com participação da sociedade, das organizações das governanças. Desse modo, é possível construir e desenvolver um projeto sustentável, mas equitativo a médio e a longo prazo para população dos municípios tocantinense, principalmente para os municípios de base retardatária, que estão afastados dos corredores e que precisam muito da matriz institucional, da governança para o empoderamento e liberdade de escolha locais.

8 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a transição do antigo norte de Goiás à criação do Estado do Tocantins e a sua conjuntura do desenvolvimento regional entre 1990 e 2010. Partiu-se do aporte teórico de Raffestin sobre o conceito de Território e em seguida sobre a problemática do desenvolvimento regional o aporte teórico partiu das concepções de Boisier, Lopes, Douglass North, complementando a discussão sobre econômica regional autores como Christaller, Myrdal, Perroux e Hirschman foram indispensáveis na construção dos pressupostos teóricos.

Esta pesquisa se caracteriza por contemplar análise de dados quantitativos e qualitativos. Na parte quantitativa o instrumental utilizado foi a estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) e o método de análise regional a partir dos indicadores de localização permeados por dados secundários do Ipeadata, RAIS, IBGE e PNUD. Na parte qualitativa utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a análise de discursos possibilitou o aprofundamento e a compreensão da realidade do contexto em que se encontra a construção do desenvolvimento regional do Tocantins.

Os principais resultados da pesquisa sugerem que o desenvolvimento regional do território do Tocantins não se deu de forma homogênea no tempo e no espaço. A divisão do território mais antigo (Goiás) para a criação e emancipação do território do Tocantins (região norte de Goiás) mostrou profundos desequilíbrios econômicos e sociais, em todos os municípios tocantinenses, resalvando os territórios dos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi.

Esse processo de emancipação do território do Tocantins levou mais de 200 anos para emancipação consolidada. Desde a sua ocupação, a base econômica esteve vinculada à extração de metais preciosos, não se sustentando para a formação de uma base de polo difusora, ou seja, diversificada que permitia exportar produtos (ouro) e gerar poupança para geração de um efeito multiplicador de renda, do capital e da riqueza, para outro ramo de atividade no local. Simultaneamente, havia a base econômica agropecuária, que se estendeu até o século XXI, e que neste século essa base passou a produzir *commodities* de exportação de alta tecnologia, como é o caso da soja.

Com os dados quantitativos analisados sobre a realidade social e econômica dos municípios ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, não foi possível identificar todas as causas, ou problemas, devido à sua peculiaridade e à particularidade de cada município, que

envolvem valores sociais, comportamentos, hábitos e costumes que estão cristalizados na vivência territorial dessa comunidade.

Compreender esse território significa passar pela história e geografia para dar sentido e sentimento àqueles que moram naquele território municipal. O início da ocupação e povoamento do norte de Goiás se deu pela descoberta de minas de ouro. Devido a essa exploração, a região foi aos poucos inserida no contexto da economia colonial brasileira. Devido ao grande vazio territorial, dificuldade de abastecimento e a grande mobilidade de mão de obra na extração do ouro logo essa atividade foi entrando em decadência. Concomitantemente, desenvolvia-se a lavoura de subsistência e a pecuária extensiva.

A posição geográfica do norte de Goiás, nesse período, não favorecia um intercâmbio mais próximo com o sul do estado; o norte era considerado uma região árida e de difícil acesso, com povoamento rarefeito e esparso.

O nascimento e a emancipação se deram de cima para baixo, quando a população foi convidada a votar plebiscito da criação do território do Tocantins, e não na construção social dele. Nesse sentido, o Estado está sempre organizando o território por intermédio de recortes, e subrecortes de novas implantações e de novas ligações políticas territoriais, para garantir o poder nos locais.

Em relação à produção e a reprodução de um espaço, o território do Tocantins foi, modificado transformado pelas redes políticas e econômicas que aí se instalaram: vias rodovias federais e estaduais, Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia – Tocantins, comércio, serviços, indústrias tradicionais, aeroportos, agroindústrias e redes bancárias. A construção da BR-153, fez os elos com as cidades do seu corredor e com seus corredores menores, destacando as cidades que estão instaladas ao longo dessa rodovia. Isso implicou na expansão, na ocupação de novas fronteiras agrícolas, na reprodução e na ampliação do capital.

Em 1990, a classificação dos municípios do Tocantins estava distribuída segundo o Índice de Desenvolvimento Regional: 16 eram considerados municípios polos de base econômica, representando 20% do total. 21 eram considerados municípios intermediários de base econômica e 42 municípios eram considerados base econômica retardatários, que estão bem abaixo da base econômica de manutenção, considerada de sobrevivência. Foi constatado que Araguaína era considerada o principal polo de base econômica diversificada, ou seja, difusão considerada a capital regional do norte, seu IDR era de 0,76, em seguida, Gurupi com 0,55. Palmas, a capital do estado, apresentou um IDR de 0,34. Ao longo da BR-153, encontram-se, ainda, os polos além de Araguaína e Gurupi. Paraíso do Tocantins (0,24), Colinas do Tocantins (0,18), Guará (0,175), Alvorada (0,15).

Em 1990, o estado ainda estava em formação. O município de Palmas, a capital, estava em construção todo seu aparelho institucional, principalmente, a estrutura jurídica, executivo e legislativo. Essa estrutura institucional permitiu a criação e emancipação de mais 60 municípios, totalizando 139 municípios, estruturas particulares dessa matriz em cada território municipal do Tocantins.

Essa situação foi verificada quando foram analisados os discursos dos atores-chaves (*Stakeholders*). Eles, disseram que a criação dos municípios foi de interesse político na distribuição matricial dos poderes a montante e a jusante, bem como os interesses econômicos, políticos dos ordenadores do território.

Na região do Jalapão não se verificou nenhum município polo de base econômica, muito pelo contrário nessa região está localizada grande parte dos municípios considerados retardatários de base, juntamente na região do Bico do Papagaio e na microrregião de Dianópolis, sudeste do estado, como ela é conhecida. Devido ao elevado grau de pobreza nos municípios tocantinenses, alguns Índices de Desenvolvimento Regional apresentaram-se negativos, entre os quais se citam: Buriti do Tocantins (-0,006), Santa Rosa do Tocantins (-0,006), Praia Norte (-0,011), Sampaio (0,026). Desses 4 (quatro) 3 (três) estão localizados na região do Bico do Papagaio, e Santa Rosa do Tocantins, que está localizada na microrregião de Dianópolis.

Em 2000 apresentou-se uma configuração geoeconômica e social modificada; 15 (quinze) municípios polos de base econômica diversificada, 34 (trinta e quatro) intermediários e 90 (noventa) retardatários, que foram denominados de base econômica de sobrevivência porque estavam abaixo da base de manutenção. A partir do ano 2000, Palmas, a capital, começou a liderar como o principal polo regional do estado com o IDR de (0,871), seguida de Araguaína com (0,507) e Gurupi (0,421). A ordem não se alterou muito, Dianópolis deixa de ser classificada como polo e passa a ser considerado município intermediário (0,097).

A BR-153, ao ser criada pelo estado federal, gerou um corredor de desenvolvimento econômico no estado do Tocantins, cortando longitudinalmente de Norte a Sul. Esse fato, vinculou um engate econômico e social ao longo dessa rodovia, que estimulou uma estrutura produtiva diversificada de investimento, negócios e agroindústrias de transformação, beneficiando apenas em três municípios: Palmas, Araguaína e Gurupi. Isso implicou, por outro lado, num isolamento de muitos municípios que estão fora desse corredor ou de corredores menores (estradas estaduais), dado que não conseguem inserir-se nessa matriz de transporte, pelo seu abandono, apresentando muita pobreza e miséria, sendo denominado, conseqüentemente, como o “corredor da miséria”.

A quantidade dos municípios retardatários, em 2000 mais que dobrou: de 42, em 1990, passando para 90, em 2000, sem qualquer capacidade de impulsionar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social sustentável.

Dentre os 90 (noventa) considerados retardatários, 15 (quinze) municípios apresentaram IDR negativos, muitos deles localizados na região do Bico do Papagaio, Jalapão e região sudeste do estado (Dianópolis). Os 6 (seis) com os piores indicadores são: Lagoa do Tocantins (-0,013), Praia Norte (-0,014), Barra do Ouro (-0,015), Carrasco Bonito (-0,017), Mateiros (-0,021) e Esperantina (-0,021). Esses municípios que possuem o IDR negativo não conseguiram superar sua pobreza, constituindo-se apenas municípios de consumo de subsistência que, ainda, constitui-se um entrave no processo de desenvolvimento social e econômico.

Em 2000, a taxa de pobreza estava assim distribuída: município Barra do Ouro possui 74% das pessoas pobres, Carrasco Bonito (85%), Lagoa do Tocantins (80%), Mateiros (72%), Esperantina (81%). Foram consideradas pessoas pobres, as que sobrevivem com uma renda per capita de até R\$ meio (1/2) salário mínimo mensal. Essas taxas, não são piores devido à transferência de renda via Bolsa Família, pensão, benefícios e aposentaria do meio rural do Governo Federal.

Constatou-se, nesta pesquisa, que dos 100 piores municípios, 19 (dezenoves) deles possuem nomes com alguma designação de santos católicos: São Felix, São Sebastião, Santa Tereza, Ponte Alta do Bom Jesus, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins dentre outros. Pode-se inferir uma ligação simbólica com a religiosidade no Tocantins, como um povo resignado e temente a Deus. Porém, com elevados índices de pobreza, precariedade em infraestrutura, pouca atividade econômica, grande parte dos empregos provem do poder público municipal, e a grande maioria dessa população sobrevive com a transferência de renda do governo federal.

Na percepção dos entrevistados, a região do Bico do Papagaio teve um grande avanço depois que o Presidente Lula ganhou, dizendo que as condições para a população melhoraram muito. O programa mais comentado foi o Bolsa Família. Eles destacaram que a população tem acesso à internet, e tudo isso aconteceu depois que o Lula entrou na presidência. Em Tocantinópolis tem-se 2.800 famílias que dependem do Programa Bolsa Família (PBF), isso tem impulsionado, bastante, o comércio local, pois quando é dia de pagamento, a cidade fica toda movimentada, gerando uma circulação de moeda em torno de 700 mil reais de bolsa-família por mês, e 1 milhão e 300 mil reais do benefício de prestação continuada.

A partir de 2010, constatou-se uma melhora sensível do IDR. Os municípios polos passaram a ser 16 (dezesesseis), os municípios intermediários 82 e retardatários apenas 41 municípios. A constatação da melhora do IDR em 2010 se deve, sobretudo, na melhoria do indicador social, como por exemplo, a queda da taxa de pobreza, o aumento dos gastos em saúde, em saneamento e em educação. Em relação aos indicadores econômicos, um dos principais fatores foi a criação de novos postos de trabalhos na área de serviços, de comércios, e de, administração pública. Outros setores que obtiveram bom desempenho foram o da construção civil e o de transformação.

Verificou-se, também, a medida de localização (Quociente Locacional e Coeficiente de Associação Geográfica) e o multiplicador de emprego dos ramos de atividades produtivas no espaço tocantinense. Com isso, percebeu-se, que pela distribuição percentual, entre os 22 municípios com maiores números de empregos e população, o ramo de atividade que mais emprega é a administração pública. Em alguns municípios, essa participação passa de 60% de geração de emprego. Em 2010, a distribuição desse ramo de atividade ainda é o maior em todos dos municípios analisados. Esses dados corroboram com as estimativas dos IDR para os municípios do Tocantins, em que a atividade Administração Pública se constitui a principal empregadora, geradora de renda e de riqueza no interior do estado.

O setor de Comércio no território do Tocantins se constitui o segundo maior empregador, seguido pelo setor de Serviços. Percebeu-se, também, uma boa distribuição percentual do ramo de atividade do setor da agropecuária.

A indústria de transformação tem recebido grande incentivo por parte dos programas do Estado do Tocantins. Em 2010, destacaram-se os municípios de Alvorada, na indústria de cerâmica, e Pedro Afonso, devido às instalações de esmagadora de soja e mais a nova usina do setor sucroenergético, consolidação da *joint-venture* entre a Bunge e a Itochu, uma das principais *tradings* globais do Japão. Araguaína, Colinas, Guaraí, Gurupi e Paraíso do Tocantins se destacam na atração de instalações de indústria dos ramos de alimentos, vestuários, processamento de grãos. E Palmas, como capital do estado, possui grande parte de indústrias de transformação, grande parte dessas agroindústrias de transformação estão localizadas na BR-153, ou próximo ao seu acesso.

O quociente locacional para os 22 municípios do Tocantins nos oito ramos de atividades econômicas, possui atividades de base econômicas diversificadas. Assim, essas atividades são dinâmicas tanto em função do mercado local, do mercado regional e do mercado externo. No ramo de atividade extrativa mineral, destacaram-se 08 municípios, sendo que Taguatinga apresentou melhor resultado, pois ali estão instaladas as empresas de

Calcário Taguatinga Ltda e a Nativo Mineradora Ltda, que fabricam corretivo agrícola para o estado e para o restante do país.

Na indústria de transformação destacaram-se os municípios de Araguaína, Ananás, Guaraí, Gurupi, Miranorte, Nova Olinda, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso. Os principais ramos industriais são de origem da pecuária, carne bovina, e do processamento da soja, cerâmica, laticínio, alimentos, vestuários.

O setor da construção civil se mostrou bastante promissor para o estado, com a criação de novos postos de trabalho. Palmas, a capital, atrai grande contingente de mão de obra para esse setor, como também para os municípios de Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Miracema do Tocantins.

O setor do comércio e serviço são ramos de atividades bem significativos, setores base na economia do Tocantins, e foram considerados atividades motoras e apresentaram o $QL \geq 1$ na maior partes dos municípios selecionados, tanto em 2000 como em 2010. A administração pública não constitui atividade básica no estado, no entanto, quando se analisa a distribuição de emprego, esse setor torna-se o grande empregador no interior do Tocantins. O setor da agropecuária se mostrou significativo como atividade básica no estado.

Na estimativa do multiplicador de emprego com base nos valores do emprego básico e não básico nos municípios do Tocantins, o multiplicador variou em 1,29 a 6,69. Esse multiplicador mostra as condições que as atividades motoras têm para alavancar as condições de emprego, renda e riqueza no local. O multiplicador de emprego para o Estado do Tocantins; passou de 4,76 em 2000, para 5,11 em 2010, ou seja, o estado vem aumentando sua capacidade de gerar emprego no setor básico para o setor não básico da economia do Tocantins, significando ao gerar um emprego de base, implica 5 vezes geração de atividade doméstica local para os municípios de todo o estado.

A Associação Geográfica dos ramos de atividades do Tocantins, isto é, o setor de extrativo mineral, teve forte associação com os setores do comércio e serviço, ou seja, quando o setor extrativo mineral cresce, fomenta ou multiplica a economia nos setores do comércio e serviço. O setor de indústria de transformação teve associação dinâmica com o comércio, o serviço e a agropecuária. A construção civil teve associação com os setores de comércio, de serviço e de administração pública. Constatou-se que o setor terciário contribuiu para a integração espacial do estado do Tocantins; em seguida o setor de transformação. Esses setores de certa forma drenam e atraem as atividades produtivas do estado.

Em relação aos municípios de base econômica diversificada e as de manutenção, dentre os 22 municípios, apenas, Palmas, Araguaína e Gurupi se destacaram nessa

aglomeração de proximidade de bens, de serviços e de pessoas, diferente dos 117 municípios que estão distantes dos núcleos de centralidade dos negócios.

Apesar das disparidades geoeconômicas verificadas entre os municípios do Tocantins, a estrutura produtiva está em processo de consolidação no estado. Porém, o traçado da Rodovia Belém-Brasília estimula cada vez mais o corredor de desenvolvimento econômico, além da capital, do Tocantins, Palmas, o que facilita a entrada de bens e serviços de pessoas dentro e fora do território do Tocantins, o que implica acessibilidade do movimento do capital e de pessoas com os grandes centros urbanos do Brasil, principalmente o núcleo de São Paulo.

Constatou-se grande potencialidade no aumento da produção de grãos (soja, milho), produção de carne bovina, minério, principalmente na nova fronteira agrícola na região do MATOPIBA (acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Além, disso, com a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul, possibilitar-se-á uma infraestrutura necessária ao escoamento e à exportação dos produtos agropecuários tocaninenses pelo corredor norte do Brasil.

Cabe salientar que as mudanças processadas nos setores de atividades da economia do Tocantins deram-se não somente, à criação do Tocantins, mas ao movimento de expansão e acumulação do capital no tempo e no espaço que passou a incorporar nesse território brasileiro. O Estado foi o grande parceiro nessa nova ordem territorial, fornecendo incentivos às instalações de agroindústrias, viabilizando toda infraestrutura básica para expandir novas atividades no mais novo ente federativo.

Quanto aos questionamentos levantados nesta pesquisa, têm-se as seguintes respostas: o processo de divisão territorial teve uma luta secular na criação e emancipação do território Estado do Tocantins. Durante a percepção dos atores-chaves, percebeu-se que eles estavam satisfeitos com a divisão, pois o poder público municipal com sua instalação de matriz política local, bem como da capital, ficou próxima aos cidadãos. Por outro lado, o que se nota essa aproximação é que as reivindicações e a melhoria de qualidade de vida dos municípios mais pobres tenham alcançado suas necessidades econômicas. Nesse olhar, caráter econômico e social é mais importante do que pensar numa psicologia apenas de estar próximo ao poder, pois a necessidade da maioria dos municípios apontados e analisados pelos dados quantitativos mostrou-se bastante deficitária, uma baixa qualidade de vida, ou seja, uma econômica de subsistência.

A criação de novos municípios não se mostrou viável socioeconomicamente sustentável, porque muitos deles estão fora do corredor da BR-153 e também dos corredores menores. Todos os municípios criados, após a divisão do Tocantins (1988), foram uma forma

de manutenção ou espraiamento do poder e das relações de poder, das quais implicam daqueles que ordenam o território tocantinense, ou seja, com as elites da capital com as elites do interior.

Evidenciou-se desigualdade entre os municípios do Tocantins, pois 117 estão abaixo da base de polo de manutenção, quando analisados pela medida de localização, dos 22 municípios, 19 têm base polo de manutenção, de especialização, e apenas 3 (Palmas, Araguaína e Gurupi) apresentam polo de base de diversificação, ou seja, possuem mais base de diversificação e difusão.

Diante dessa conjuntura aqui tratada, fez-se necessário trilhar alguns caminhos, algumas alternativas na promoção do desenvolvimento regional mais equitativo para a população do Tocantins, algumas ações em conjuntos são necessárias e precisas:

Por exemplo, os municípios classificados como retardatários, precisam, urgentemente, buscar estratégias para promover o desenvolvimento local. É necessário construir com toda sociedade local um conjunto de estratégias, identificando suas potencialidades e fragilidades para a saída dessa situação. Para tanto, precisa-se buscar apoio junto ao governo estadual e municipal e construir planos de médio e longo prazos, que possam consolidar o comércio varejista local, promover o turismo na região do Jalapão, onde se constatou os piores indicadores, divulgar e ampliar o artesanato do “Capim Dourado”; melhorar a eficiência e efetividade dos gastos públicos; fortalecer o consórcio na área da saúde, educação e econômica, principalmente a economia solidaria, ou de consórcio de cooperação, entre os municípios vizinhos. São ações que a médio e longo prazo podem traduzir em melhor qualidade de vida para a população.

É necessário que se reveja o papel dos atores locais, dos grupos empresariais, dos trabalhadores e dos políticos na união de forças para atrair novos investimentos para região e que a governança, pautada na confiança e na transparência, se fortaleça o empoderamento local.

É preciso levar essa discussão aos gestores municipais, participar das decisões, a grande maioria dos pequenos produtores não tem acesso a essas informações. O desafio é fazer com que os municípios façam uma gestão mais participativa.

Nesse sentido, Palmas passa a ser polo de base diversificada de atividade produtiva, bem como seu entorno. Essa base está associada ao corredor da BR-153 e a seus corredores menores (rodovias estaduais) que impulsionam a mobilidade do capital e das pessoas.

Quando a base econômica passa a ter diversificação ou manutenção, ela necessita de ter uma logística de transporte de uma base econômica primária que passa a se difundir para

formação de novas bases ramos de atividades econômicas no mesmo local, ou em outro local, formando o intercâmbio entre as bases.

A economia do território do Tocantins está vinculada a uma base da agropecuária, porém, isto não reflete em todo território, pois muitos dos municípios estão abaixo dessa base de polo de manutenção a qual esses municípios são considerados pobres e de corredores da miséria, seu consumo é de produto primário da agricultura de subsistência.

Nesse caso, o Estado deve nortear dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios, principalmente nas camadas mais pobre da população, isto é, projetos produtivos de pequenas escalas que incorporam essa camada mais pobre nas atividades econômicas e que as insiram na econômica formal e no consumo.

Os desafios, no entanto, a serem superados, passam pela questão do planejamento estratégico pelos atores-chaves da sociedade tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, com participação da sociedade, das organizações das governanças e da matriz institucional. Assim, é possível construir e desenvolver um projeto sustentável, mais equitativo a médio e a longo prazo para população dos municípios tocantinense, principalmente para os municípios de base retardatária que estão afastados dos corredores e que precisam muito da matriz institucional, da governança para o empoderamento e liberdade de escolha locais.

Deve-se construir e fortalecer o debate que cerca as questões sobre a infraestrutura local, identificando suas potencialidades e fragilidades. Fazer um debate mais ampliado com a participação de toda a comunidade.

Além disso, é mister fortalecer a agricultura familiar, apoiar os pequenos produtores locais, por meio de crédito, de financiamento e de assistência técnica.

O poder público municipal tem um papel indutor no processo de fomentar o setor produtivo, o comércio e os setores de serviços. É necessário que as instituições e as organizações atuem em conjunto na elaboração de planos estratégicos para os municípios, profissionalizando os agentes públicos, investindo em qualificação, em educação e em combate aos vícios oportunistas da corrupção que drenam os recursos monetários que poderiam ser canalizados na construção de uma comunidade mais desenvolvida.

Também, compreende-se que é preciso: melhorar a eficiência e a efetividade dos gastos públicos; fortalecer o consórcio na área da saúde e educação entre os municípios vizinhos e/ou a cooperação entre os mesmo; consolidar e dispor de infraestrutura básica o turismo na região do Jalapão, nesta região foi constato os piores indicadores sociais e

econômicos, outras localidades merecem destaques para o turismo como o Parque estadual do Cantão, a Ilha do Bananal, e outras belezas naturais do estado.

A escolarização dos agentes públicos e da população é imprescindível, isso fortalece a relação do capital social, e conseqüentemente, melhora o sistema de governança. Criar um conselho municipal melhora a distribuição de poderes entre os gestores, podendo estabelecer arranjos territoriais, consórcio entre os municípios que é uma forma de fortalecer o capital social.

Para tanto, é necessário buscar apoio junto ao governo federal, estadual e municipal, instituições e organizações, afim de que se construa um planejamento de desenvolvimento regional a médio e de longo prazo, que possa reverberar em melhores condições e qualidade de vida para a população.

Há algumas limitações que podem ser destacadas nesta pesquisa, a partir das quais novos estudos podem ser formulados. Esta pesquisa não teve a pretensão de sobrepor ou questionar a validade de outros estudos sobre o Estado do Tocantins, e sim complementar e ampliar as discussões aqui tratadas.

Na estimação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), sugere para pesquisa futura a inclusão de outros indicadores como o Ambiental, o Institucional, Qualidade de vida, entre os outros indicadores. Nesta pesquisa, devido à limitação de dados referente ao ano de 1990, optou-se em estimar os indicadores econômicos e sociais.

Outra limitação é sobre a indução da análise. Não foi possível visitar os 139 municípios do Tocantins, devido à limitação de tempo e orçamento. Contudo foi possível realizar as entrevistas em diferentes localidades do Tocantins; ao todo foram visitados dez municípios, a saber: região do Bico do Papagaio, região central do estado, na parte norte e sul do estado e na região sudeste. Esta pesquisa indicou que há possibilidade de trilhar novos caminhos alternativos na conjuntura social, econômica e política do Tocantins. Não há aqui a pretensão nem condições de solucionar os problemas de cada município, uma vez que cada localidade possui uma singularidade específica de governança, atividade produtiva, cultural e capital social.

Explorou-se, nesta pesquisa, apenas uma parcela de autores que tratam sobre o conceito de Território em diferentes abordagens e referente às teorias que tratam da problemática da definição de desenvolvimento regional, social, econômico, endógeno e institucional. Acredita-se que o levantamento teórico dá sustentação ao tema da pesquisa seria quase impossível explorar todos os autores que tratam sobre o conceito de território e desenvolvimento.

Numa pesquisa futura, pode-se abordar e analisar os municípios individualmente por microrregião, dessa forma a composição de entrevistados pode ser mais restrita; porém, com mais profundidade, inclusive abordando as Ancoragens da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a qual pode ser um importante instrumento na análise institucional.

A partir dessa lacuna de análise, pode-se despertar o interesse de pesquisadores para aprofundar estudos que busquem identificar com maior proximidade a dinâmica dos problemas sociais, econômicos e políticos por municípios ou por microrregião, sem, no entanto, descuidar de sua particular e singularidades locais, que contemplam desde variáveis econômicas, até as de natureza social, ambiental, cultural, crenças e valores, pois estas se distinguem no tempo e no território tocantinense.

Esta pesquisa foi útil porque atendeu aos questionamentos levantados compreendendo quem ordena o território do Tocantins. Constituiu-se de uma interpretação de como foi e de como está sendo a construção do o processo o desenvolvimento regional, bem como contribuiu para subsidiar proposta de elaboração de políticas de desenvolvimento regional no território do Estado do Tocantins.

No entanto, este estudo se propôs a responder aos questionamentos, aos problemas de pesquisa, bem como aos seus objetivos de análise do território do Tocantins, sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos. Assim, pode-se compreender como se encontra o processo de desenvolvimento regional no Tocantins e as desigualdades encontradas na maioria de seus municípios. Esta pesquisa não teve a pretensão de solucionar os problemas das possíveis causas de deficiências ou de sucessos em alguns municípios do Tocantins, mas sim apontar algumas alternativas para os municípios do Estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

- AJARRA, C. et al. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 5-48, out./dez, 1991.
- ALMEIDA, C. C. de. **O campo da ciência da informação: suas representações no discurso**. São Paulo: ISECENSA, 2007.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (orgs.). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec; Recife, IPESP, 1995.
- AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. 220f. Dissertação (Mestrado em História) UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglass North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, p. 63-94, maio, 2005.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 350p.
- ASSIS, W. R. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2005.
- AYDALOT, P. *Économie régionale et urbaine*. Paris: Econômica, 1985.
- BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: Projeto Rio Formoso**. São Paulo: Papirus, Goiânia; Elegê, 1996.
- _____. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1998. 180f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BATISTA FILHO, J. A. **A Infraestrutura de transporte e impactos dos investimentos da construção da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins: uma abordagem insumo-produto**. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), UFT. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2009.
- BAUER, M. W., GASKELL, G., ALLUN, N. C., Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões, In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.
- BERCOVICI, G. **Desigualdades regionais, Estado e constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BECKER, D.F. Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local. In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

_____. A Economia Política do (Des) envolvimento Regional Contemporâneo. In: BECKER, D.F.; WITTMANN, M. L. (Orgs) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz: Edunisc, 2010.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BOISIER, S., Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-143, jun. 1996.

_____. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69.

_____. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Classificação Orçamentária Programática. **Relatório de Análise Projeto Rio Formoso**. Rio de Janeiro. 1980.

BRANDÃO. C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 20. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 382 p.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Levantamentos de safras, 2013/2014**. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=/>>. Acesso em: 18 mai. de 2015.

BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 260f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Universidade Grande Dourados. Dourados, 2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para Agricultura, 1999. 104p.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2008.

CÁRDENAS, E.; OJEDA, J. La nueva economía institucional y la teoría de la implementación. **Revista de economía institucional**, v. 4, n. 6, 2002.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO, J. O. **Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-oeste: relatório final da coordenação**. Projeto de cooperação técnica para o planejamento do desenvolvimento regional brasileiro. MPO/SEPRE/IICA. Brasília, 1998, mimeo.

CARVALHO, L. A. **Utilização de software na construção do discurso social coletivo em pesquisa “qualiquantitativa” sobre formações de professoras**. Formação de professores, n. 08. São Paulo: ISECENSA, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás – 1821-1998**. São Paulo: A. Garibaldi: Ed. UCG, 1999.

_____. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 49-88.

CIFUENTES, J. E. M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos – Tocantins**. 2013.283f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília /UNB, Brasília, 2013.

COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*. **New Series**, v. 4, n. 16 (nov., 1937, p. 386-405. Disponível: <http://www.colorado.edu/ibs/eb/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2014.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge; Massachusetts; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990. P.300-321. Disponível em: <http://sisphd.wikispaces.com/file/view/Coleman-Foundations+of+Social+Theory-ch+12.PDF>. Acesso em: 24 de ago. 2014

_____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, p. 95-120, 1998. Supplement. <<http://www.econ.msu.ru/cmt2/lib/c/477/File/Social%20Capital%20in%20the%20Creation%20of%20Human%20Capital.pdf>> Acesso em 20 de ago. 2014.

CORAGGIO, J. L. **Territórios em Transición. Crítica a la planificación regional en America Latina**. Quito: Ciudad, 1987. Disponível em<<http://portal.manizales.unal.edu.co/opp/images/PublicacionesObservatorio/territorios%20en%20transicin.pdf>> Acesso em 22 de ago de 2014.

COSTA, C. **A economia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Popular, 1987.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989.

- COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**, Belém – PA UFPA/NAEA, 2000. 350p.
- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, Ijuí, jul./dez./2003, p. 73-98.
- DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, n. 245, 2007.
- _____. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educative**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 120 p.
- DIAS, S. R.. **Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins fontes. 2007 (Coleção Trópicos).
- EBERHARDT, P.H.C.; FERERRA DE LIMA, J. Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das regiões do Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**. Universidade do Contestado, Canoinhas - SC. a. 2. n. 1, jul-dez, 2012, p. 189-203.
- ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. 180f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1997.
- ESTÊVÃO, J. Desenvolvimento econômico e mudança institucional: o papel do Estado. In: Conferência Internacional Economic Policies in the New Millennium, 2004, Coimbra. **Anais...**Coimbra, Portugal: FEUC, abr. 2004.
- FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação**. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.
- FERRERA DE LIMA, J.; DESBIENS, Y. *L'approche quantitative et qualitative dans les études du développement regional*. **Informe Gepec**, v. 13, n.1, jan./jun, 2009.
- FERRERA DE LIMA, J. A concepção do espaço econômico polarizado. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 4, n. 7, p. 7-14, Set. 2003.
- _____. *La Diffusion Spatiale du Développement Économique Regional : L'analyse des composantes du changement spatial dans la région Sud du Brésil*. Sarrebruck: Éditions universitaires européennes, 2010. v. 01. 179p .

_____. et al. Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. In: ETGES, V.E.; AREND, S. C. (Org.) CEPAL: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano. Santa Cruz: Edunisc, 2012, p. 270-290.

FIETO – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO TOCANTINS. **Incentivos Fiscais do Tocantins 2010**. Palmas: FIETO, 2010. 40p. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/>. Acesso em 27 de abril de 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1985, p. 145.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, 288p.

_____. **A História da sexualidade: a vontade de saber**. v. 1, ed. 2. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro Graal, 1988.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 295p. (Coleção tópicos).

FREITAS, N. M. S. **Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Estado de Roraima**. 296f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA, UFPA, Pará, 2008.

FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

FUKUYAMA, F. “Capital Social”. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

_____. **O mito do desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 96p.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009, 234p.

GALA, P. A Teoria institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, v. 23, n. 2, abr./jun., 2003

GALVÃO, A. R. G.; FRANÇA, F.M. BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 144p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995

GIRALDIN, O. A. **(trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, 446p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUALDA, N.L. IDR – Proposta Metodológica. Maringá. **Texto para Discussão nº 15**. Programa de Mestrado em Economia. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

GUALDA, N.L. O Índice de Desenvolvimento Regional como fator de identificação de polos de crescimento regionais – uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: II Encontro de Economia Paranaense, 2003, Maringá. **Anais...Maringá: TAC – Multimídia**, p. 566-583,2003.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1993.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S., SAQUET, M. A. (Orgs.), **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade**, 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

_____. **Territórios Alternativos**, 2. ed, 2. impressão, São Paulo: Contexto, 2009. 186p.

HAIR, J. F.; WALFNGARGER, M.; BUSH, R. P.; ORTINAU. D. J. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/Etiene, 1989.

HIRSCHMAN, A. O. *Interregional and International transmission of economic growth*. In: **The strategy of economic development**. Tradução Rui Cesar dos Santos. New Haven, Yale University Press, 1958, p. 183-201

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.21, n. 1, pp. 417-421, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos, Econômicos e Agropecuários**. Anos: 1970, 1975, 1980, 1990 e 2001. Biblioteca digital. Rio de Janeiro. Disponível em: < www.ibge.gov.br.> acesso em: 20 fev 2014.

_____. **Regiões de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008

_____. **Censo Demográfico 1980 a 2010 (Metodologia)**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Contas Regionais do Brasil**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/> > Acesso em: 25 abr. 2014.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. **Produto Interno Bruto Municipal e PIB per municipal entre 1980 e 2010**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2014.

JICK, T. D. *Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action*. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 602-611, 1979.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (coleção os economistas)

KLEINSCHMITT, S. C.; FERRERA DE LIMA, J. Polarização e Dispersão Industrial nas Microrregiões do Sul do Brasil. **Revista Geografar** (UFPR), v. 06, p. 55-75, 2011.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 97p.

_____. O sujeito coletivo que fala. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Faculdade de saúde pública da USP. São Paulo. jul/dez 2006. v. 10, n. 20, Disponível em: http://www.fsp.usp.br/quali-saude/Discurso_o_que_e.htm,> Acesso em : 24 dez. 2014.

_____. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2012, 249 p.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C.; CARDOSO, M. R. L.; MAZZA, M. M. P. R. Assistência pública à saúde no Brasil: estudo de seis ancoragens. **Saúde e Sociedade**. v. 11, n. 02, 10f. ago-dez/2002. Disponível em: http://www.fsp.usp.br/quali-saude/Discurso_o_que_e.htm> Acesso em 24 de dez. 2014.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. da C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto organização. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2007.

LAKATOS, I. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid; Alianza, 1989.

LIRA, E. R. **A Gênese de Palmas - Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Presidente Prudente, UNESP, 1995.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984, p. 2-35.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa Qualitativa**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M., **Metodologia científica**, 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARSHALL, A. *Principles of Economics*, 8. ed. Londres, 1961.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, I. C. M. **Avaliação qualitativa de impactos ambientais decorrentes de gricultura Irrigada em Regiões de Ipucas no Estado do Tocantins**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2005.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. v. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).
- MATTOS, A. de J. F.de. **Ordenamento territorial e desenvolvimento regional**. 2000. 408p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAXWELL, J. A. *Qualitative Research Design: an interactive approach*. Thousand Oaks: Sage. 1996.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 10. ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998. (30 Anos de Economia).
- McGUIGAN, F. **Psicologia experimental: uma abordagem metodológica**. São Paulo: EPU, 1976.
- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. 1096p.
- MEYER, B. **Probabilidades, aplicações e estatística**. Rio de Janeiro: Livros técnicos, 1984.
- MORAES, A. C. R., **Território e história no Brasil**, 2. ed., São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. R.; HERSCOVICI, A. Path-dependence, expectativas e regulação econômica: elementos de análise a partir de uma perspectiva pós-keynesiana. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 10. n. 3. Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482006000300004>.
- MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.
- _____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 6. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre; Sulina, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MYRDAL, G. *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*. New York: Harper & Brother, 1944.

_____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NASH, J. *Equilibrium points in n-person games*. *Proceedings of the National Academy of the USA* 36(1): 1950, p. 48-49.

NETO, P. A. **Território e desenvolvimento econômico**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

NORTH, D.C. *Location theory and regional economic growth*. **Journal of Political Economy**, v. 63, june 1955

_____. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 333-343, 1977a

_____. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE –MINTER, p. 291-314, 1977b.

_____. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: University Press, 1990.

_____. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*. v. 5. n. 1. p. 97-112, 1991.

_____. *Desempeño económico en el transcurso de los años*. Estocolmo: [s.n.], 1993. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. São Paulo: Instituto Liberal, 1994

OLIVEIRA, R. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)**. 1998. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1998.

OLIVEIRA, R. A “invenção” do Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia, Ed. UFG, 2002, p. 13-48.

OLIVEIRA, L. C. **Economia, instituições e royalties**: o caso dos municípios lindeiros ao lago de Itaipú Binacional no Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo, PR, 2008.

OLIVEIRA, J. M. M. As mudanças no perfil do eleitorado brasileiro. In. PEREIRA, Z. (Org.) **Ensaio contemporâneos sobre o Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2009.

_____. **Estratégias separatistas e ordenamento territorial: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins**. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, N. M.; FERREIRA DE LIMA, J. STRASSBURG, U. Crescimento da economia urbana em uma região periférica da Amazônia: Tocantins. In: CARVALHO, M. L. da; HENRIQUE, P. D. de S.; NARCISO, V. (Coord.) **Alimentar mentalidade, vencer a crise global: atlas do ESADR 2013**, Évora: Universidade de Évora, 2013, p.4691-4710. Engloba o VII Congresso da APDEA, o V Congresso da SPER e o I Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

OSADA, N. M. PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas. **Carta Asiática**. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) de la Universidad de San Pablo, 1999. Disponível em <<http://www.asiayargentina.com/usp-05.htm>>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 1987.

PALACIN, L.; MORAES, M.A.S. **História de Goiás**, 5. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1989.

PALACÍN, L. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822 - estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PARADA, J. J. *Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias*. **Revista de economia institucional**, v. 5, n. 8, 2003.

PARENTE, T.G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: ed. UFG, 2003.

PEREIRA, D. C., CARRIERI, A. P., Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **Revista ERA – Eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 13, jan/jul, 2005.

PERROUX, F. - O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

_____. *Note sur la notion de pôle de croissance*. **Tradução com permissão da Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Economie appliquée, 1955.

PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. UFV. 2009.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 167f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

_____. Indicadores de base econômica. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 51-62.

PIFFER, M. et al. **Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social**. [s.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvimentoregional/Grupo%203/14.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

PIMES. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, 1984. 4. v.

PINTO, V. N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Nacional, 1979.

PLATÃO. **Diálogos: III: A República** /. Rio de Janeiro: edições de Ouro, 1970. 415 p. (Clássicos de Ouro).

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**, 2011. Disponível em <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>> . Acesso em: 27 jan. 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo; Brasiliense, 1986.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem: (antropogeografia). In: MORAES, A. C. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

REIGADO, F. M. **Desenvolvimento e planejamento regional – Uma Abordagem Sistêmica**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).

RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RICHARDSON, R. J., e Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Maria. O desenvolvimento social nos estados brasileiros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, FGV, v. 48, n. 3, 1994.

RODRIGUES, W; DINIZ, B. C. Perspectivas de Crescimento Econômico no Cenário Amazônico: o caso do Estado do Tocantins. **Revista de Estudos Sociais**. Ano 11, n. 22, v. 2, 2009.

ROSSI, C. A. V, & SLONGO, L. A. Pesquisa de Satisfação de Clientes: o Estado-de-Arte e Proposição de um Método Brasileiro. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**. v. 2. n. 1. Jan./ Abr., p. 101-125. São Paulo, 1997.

SAES, M. S. M. Organizações e Instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000, Cap. 8, p. 165-186.

SALES & PASCHOAL INFORMÁTICA. **Software QualiQuantisoft**, versão 1.3c, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.spi-net.com.br/html/software.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, J. S. A Cenog no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 89-105.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, A.J.; SOUZA, E.B. C. MAGNOMI, L. (Orgs.). **Território, paisagem, região** – em busca da identidade. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre – RS: EST Edições, 2003.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. de M. A. deM. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.

SCHWARTZMAN, J. A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. O Pequeno Empreendedor. 2015. Palmas: Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/to?codUf=24> Acesso em 27 de abril de 2015.

SEN, A. **Relatório sobre o desenvolvimento humano**. Nova York, Nações Unidas (PNUD), 1990.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses, 2. ed. – 2. Reimpor. – São Paulo: Atlas, 2008.

SINGER, P. I., **Economia política de urbanização**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SMITH, A. **A Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).

SORMAN, G. **O Estado mínimo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

SOUZA, S. M. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 351-394.

SPOSITO, E.S. **Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 (Tese de Livre Docência).

SPOSITO, E. S., Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens, Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

STÖHR, W.B. Development from below: the bottom-up and periphery – inward development paradigm. In: STÖHR, W.B; FRASER, T, D. R. (Org). **Development from above or below?** The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries. J. Wiley & Sons, Ltd, Chischester, 1981.

TOCANTINS. Secretaria de Trabalho e Assistência Social – SETAS. **Plano Tocantins Sem Miséria**, 2012. Disponível em: <http://setas.to.gov.br/plano-tocantins-sem-miseria/>. Acesso em 25 de abril de 2015.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação- SECON. **Exportação de carne bovina 2014**. Disponível em: <http://secom.to.gov.br/noticia/190988/>. Acesso em 04 de maio de 2015.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In. LAUREL, Asa Cristina (org.), **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, L. F. C. A Formação de Palmas. **Revista UFG**. Junho 2009/Ano XI. n. 6, p. 91-99.

VALENTE, A. L. E. F. O “Corredor da miséria” e a Reforma Agrária: o nordeste goiano e seus viventes. In: 53º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento Local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p. 222-241, 1995.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

VILLAS BÔAS, O; VILLAS BÔAS, C **A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VON THÜNEN, J. H. *The isolated state*. Oxford: Pergamom Press, 1966.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: editora Vicentina, 1987.

WEBER, A. *Theory of the location of industries*. Chicago: University of Chicago, 1969.

WILLIAMSON, O. *The mechanism of governance*. New York: Oxford University Press, 1996 429p.

YAZBEK, P. As 100 melhores cidades do Brasil para investir em imóveis. **Revista Exame**, São Paulo, 06 de fev. de 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/as-100-melhores-cidades-do-brasil-para-investir-em-imoveis>. Acesso em 27 de abril de 2015.

ZAPATA, T. Desenvolvimento econômico local: desafios, limites e possibilidades. In: **Desenvolvimento: trajetórias e desafios**. Recife: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2005. p. 15-28.

APÊNDICE A

TABELA 1 A
TABELA 1 B
TABELA 1 C

APÊNDICE B**Tabela 1 B**

APÊNDICE C**Tabela 1 C**

APÊNDICE D**Tabela 1 D**

APÊNDICE E**Tabela 1E**

APÊNDICE F**Tabela 1F**

APÊNDICE G**Tabela 1G**

APÊNDICE H

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APÊNDICE I

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Tabela 1A– Variáveis sociais e econômicas utilizada na elaboração do Indicador Social, Econômico e no Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) – 1990

Municípios/1990	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Aliança do Tocantins	3.935	2.948	698,56	2,9	1,06	29,74	59,39	22	0,54	57,49	1.475,4	5047,43	0,00	0,00	205,2	0,00	0
Almas	3.511	4.141	715,98	1,9	0,75	9,84	0	24	0,00	82,09	1.640,3	7557,84	0,00	0,00	0,0	207,80	6
Alvorada	5.615	4.253	1026,05	3,8	0,82	54,06	44,43	31	2,43	33,11	2.115,3	21664,30	7,87	20,88	2.764,6	2649,48	185
Ananás	5.981	5.870	1137,27	1,9	0,59	14,54	5,73	38	0,00	71,4	2.540,3	12717,88	6,60	18,37	0,0	571,46	68
Aparecida do Rio Negro	2.031	1.235	305,46	2,6	0,60	9,89	3,79	10	1,34	73,58	700,1	2218,08	0,00	15,13	0,0	0,00	0
Araguacema	2.955	3.439	630,90	2,6	0,00	23,04	46,57	20	1,74	64,97	1.370,6	14508,15	0,00	15,13	76,0	363,65	44
Araguaçu	5.430	7.282	1435,55	2,9	0,00	32,67	7,88	40	0,00	51,34	2.724,9	24603,31	0,00	0,00	1.091,4	935,11	234
Araguaína	84.614	18.701	10626,96	4,0	1,00	43,72	37,74	328	7,69	43,36	22.146,3	244002,94	61,48	80,69	143.398,0	27637,66	5138
Araguatins	12.687	15.174	2713,76	2,1	0,19	7,05	35,11	88	7,19	76,86	5.972,2	20367,45	3,26	34,34	0,0	1246,81	125
Arapoema	5.024	8.940	1414,54	2,4	0,00	21,28	42,67	44	0,81	56,58	2.993,3	39074,15	24,41	34,14	0,0	831,21	39
Arraias	5.518	7.366	1305,37	2,2	0,00	20,46	33,62	41	0,00	60,52	2.761,8	22536,73	0,00	30,26	1.804,0	207,80	103
Augustinópolis	8.422	1.891	985,56	1,8	0,00	14,5	20,86	33	1,22	71,21	2.210,7	12904,29	1,20	20,17	92,3	311,70	31
Aurora do Tocantins	1.911	2.752	447,94	2,2	0,00	19,15	0	15	1,67	73,75	999,5	5198,99	0,48	15,13	0,0	155,85	57
Axixá do Tocantins	6.467	3.514	971,72	1,6	0,00	7,23	12,76	32	2,27	83,37	2.139,5	8295,76	1,20	0,02	42,5	51,95	7
Babaçulândia	3.237	5.836	896,90	1,9	0,00	5,71	1,12	29	1,27	81,56	1.944,9	13013,29	1,66	15,04	2,0	363,65	162
Barrolândia	4.015	2.510	699,07	2,1	0,86	22,5	0	21	0,82	66,81	1.398,7	4007,14	1,42	15,13	0,0	259,75	19
Bernardo Sayão	1.397	2.918	449,99	2,5	0,00	2,04	0	14	0,67	67,66	925,0	7313,53	0,87	15,13	64,4	0,00	0
Brejinho de Nazaré	3.333	3.495	651,40	2,6	2,50	7,18	3,23	22	2,93	71,08	1.463,6	9983,05	0,00	15,45	229,1	207,80	82
Buriti do Tocantins	5.263	2.775	758,01	1,4	0,00	3,1	0	25	2,59	83,09	1.723,0	2188,10	0,00	10,63	2,4	51,95	3
Caseara	2.033	742	259,84	2,7	0,00	21,68	45,86	9	0,00	60,85	594,8	3020,80	0,00	0,00	105,6	51,95	3
Colinas do Tocantins	19.061	1.957	2284,78	3,5	1,23	37,16	36,08	67	7,50	45,98	4.505,4	34066,96	8,34	0,00	15.609,3	4104,09	634
Colméia	5.678	3.054	938,41	2,6	0,00	24,6	65,26	15	0,00	51,29	1.871,8	25402,56	0,00	0,00	3.221,5	259,75	42
Combinado	3.390	1.480	475,10	2,4	0,00	19,86	22,29	19	3,91	71,56	1.043,9	3924,42	0,00	14,27	0,0	0,00	0
Conceição do Tocantins	2.493	3.437	470,49	2,2	0,00	11,24	0	22	1,66	75,74	1.271,1	3509,72	0,00	8,59	0,0	207,80	4
Couto de Magalhães	1.594	5.220	696,51	2,4	1,14	29,93	3,63	35	0,00	64,39	1.460,6	6851,82	0,00	0,00	0,0	311,70	22
Cristalândia	5.450	5.523	1155,72	3,0	0,00	48,47	51,08	44	6,59	50,64	2.352,1	22133,85	0,00	0,00	1.611,6	1298,76	74
Dianópolis	8.408	5.614	1365,33	3,0	0,00	43,91	26,84	20	3,04	49,48	3.005,7	13097,08	0,00	13,87	2.732,2	2026,07	232
Divinópolis do Tocantins	3.217	3.177	683,69	2,4	0,00	18,87	43,32	25	1,01	66,83	1.370,6	4466,73	1,43	15,13	155,3	0,00	0
Dois Irmãos do Tocantins	1.918	6.031	789,27	2,4	0,00	1,82	0,57	15	1,22	76,29	1.703,9	13174,96	0,46	20,17	0,0	155,85	125
Dueré	2.021	2.552	489,96	2,8	0,00	25,44	10,82	15	1,34	63,86	980,3	17486,16	0,00	15,17	0,0	467,55	149
Fátima	2.787	1.965	484,32	3,5	0,00	17,25	54,34	23	0,00	61,15	1.018,6	5566,93	0,00	0,00	33.878,9	155,85	12
Figueirópolis	4.288	3.077	790,81	3,0	0,00	24,21	7,25	35	3,19	59,76	1.578,7	18167,64	0,00	14,84	0,0	1194,86	187
Filadélfia	2.780	8.249	1060,39	2,0	0,00	13,17	0	54	1,10	76,82	2.364,1	15613,30	1,46	25,20	192,7	103,90	12

Municípios/1990	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Formoso do Araguaia	7.810	9.277	1672,84	3,0	0,61	20,05	21,42	16	5,32	56,26	3.662,7	75704,72	0,00	0,00	1.177,0	1454,61	1008
Goianorte	1.573	3.578	521,74	2,8	0,00	2,89	0	58	0,37	68,3	1.104,2	7697,19	0,00	14,74	7,7	0,00	0
Goiatins	3.183	14.981	1641,58	1,9	0,00	5,85	6,22	66	1,34	81,14	3.893,6	13768,26	0,41	25,22	0,0	103,90	181
Guaraí	14.573	6.249	2216,62	3,5	0,00	43,27	77,1	180	4,17	44,75	4.463,3	31331,93	0,00	28,14	9.977,6	3948,24	499
Gurupi	52.523	4.229	6163,99	5,1	1,29	54,51	64,7	44	4,55	30,55	12.165,2	142933,35	33,48	55,47	106.645,7	21091,90	3711
Itacajá	3.178	10.755	1391,47	2,1	0,00	12,5	33,08	35	0,19	77,17	2.986,6	10582,31	0,00	30,26	0,0	155,85	16
Itaguatins	1.579	9.501	1054,75	1,6	0,00	7,28	23,54	12	4,30	79,34	2.375,1	9131,19	0,14	9,96	0,0	207,80	12
Itaporã do Tocantins	1.310	2.342	372,60	2,5	0,00	4,65	2,81	13	0,35	63,69	782,8	9832,40	0,00	15,13	61,0	207,80	17
Lizarda	983	3.183	387,97	2,7	0,00	6,97	0	7	0,56	73,62	893,0	4803,11	0,09	15,13	0,0	0,00	0
Marianópolis do Tocantins	1.396	937	252,67	2,9	0,00	11,34	0	66	0,77	73,73	500,1	3615,86	0,00	15,13	584,8	103,90	5
Miracema do Tocantins	15.723	5.092	2112,07	4,1	0,00	42,37	53,61	35	3,58	41,28	4.461,8	51331,71	0,00	30,26	11.698,3	3896,29	1297
Miranorte	8.351	2.557	1174,17	3,5	0,42	38,9	34,12	21	2,94	50,82	2.338,2	15406,52	0,00	25,22	0,0	1870,22	239
Monte do Carmo	2.204	4.338	601,69	2,5	0,00	11,07	18,96	33	0,00	66,37	1.402,3	6789,55	0,00	0,00	0,0	103,90	5
Natividade	4.595	5.735	1002,48	2,3	0,00	20,83	21,8	29	4,15	66,93	2.214,3	26199,33	0,00	25,22	0,0	467,55	66
Nazaré	1.616	7.404	873,83	1,9	1,02	6,79	1,46	24	3,01	82,01	1.933,5	6816,12	0,00	7,56	0,0	155,85	14
Nova Olinda	5.303	2.366	776,97	2,3	0,00	15,24	42,11	10	0,71	65,32	1.643,9	7147,90	0,00	15,45	0,0	363,65	87
Nova Rosalândia	1.982	1.096	330,06	2,9	0,00	11,64	14,02	12	1,47	55,22	659,8	2374,38	1,71	0,31	110,5	51,95	1
Novo Acordo	1.082	2.775	388,48	1,8	0,00	14,4	80,47	38	0,51	79,72	826,8	5037,33	0,14	15,14	0,0	51,95	100
Palmas	19.246	5.088	2235,07	4,8	0,00	27,94	37,01	91	19,15	38,23	5.216,2	488862,78	0,00	0,00	60.569,7	0,00	0
Palmeirópolis	5.995	5.920	1192,62	3,2	1,96	48,92	61,59	35	0,84	45,23	2.554,1	17664,78	5,69	25,22	294,6	519,50	224
Paraíso do Tocantins	24.282	4.543	3122,23	4,4	0,73	55,98	65,68	43	0,00	25,21	6.178,8	58434,11	0,00	0,00	0,0	8000,38	1199
Paraná	1.928	9.038	1047,06	1,9	0,88	8,01	0	41	2,30	73,87	2.350,6	15940,28	0,76	10,22	14,0	207,80	14
Pedro Afonso	6.919	6.513	1241,31	3,1	0,38	28	2,86	10	3,07	72,41	2.879,2	13980,09	0,00	8,32	0,0	779,26	100
Peixe	2.490	10.381	1343,30	2,4	0,00	17,7	15,92	28	9,30	72,41	2.759,0	29481,94	9,82	30,26	36,8	571,46	66
Pequizeiro	1.744	1.545	350,05	2,3	0,00	11,22	7,62	16	0,48	60,77	705,0	9801,01	0,00	14,24	44,4	675,36	132
Pindorama do Tocantins	1.853	3.096	447,42	2,5	0,00	6,78	2,8	28	0,66	69,88	1.060,9	4288,12	0,00	15,13	0,0	311,70	0
Pium	2.649	6.218	806,70	2,6	0,00	19,58	56,4	21	2,12	58,65	1.900,7	14450,61	2,29	9,65	158,5	0,00	157
Ponte Alta do Bom Jesus	1.720	4.817	639,62	1,8	0,00	12,54	0	24	2,83	81,95	1.401,3	6002,30	0,00	15,13	0,0	103,90	13
Ponte Alta do Tocantins	2.331	5.155	677,54	2,3	0,00	12,27	1,65	7	0,00	78,87	1.604,7	8603,08	0,00	0,00	0,0	207,80	9
Porto Alegre do Tocantins	909	1.194	200,39	2,5	0,00	4,73	43,65	137	0,88	69,35	450,8	1444,10	0,00	10,33	0,0	0,00	0
Porto Nacional	34.654	8.570	4264,62	4,3	1,17	34,76	45,19	19	2,95	43,94	9.265,4	73808,84	11,52	45,39	27.490,4	8000,38	1118
Praia Norte	2.413	3.655	599,64	1,1	0,00	0,7	0	21	0,81	75,06	1.300,7	2279,66	0,00	15,13	0,0	0,00	0
Presidente Kennedy	2.807	3.691	665,75	2,8	0,00	22,5	49,6	22	2,74	58,33	1.392,9	7105,72	0,00	0,62	224,5	363,65	30
Rio Sono	1.610	5.384	666,27	2,3	0,00	2,96	0	14	5,19	65,26	1.499,2	6412,05	0,00	14,72	0,0	0,00	0
Sampaio	1.903	2.476	427,44	1,0	0,00	0	0	12	1,81	93,63	938,7	921,84	0,00	15,13	0,0	0,00	0
Santa Rosa do Tocantins	875	2.947	380,28	1,4	0,00	0,84	0	10	1,22	59,06	819,3	2361,36	0,00	0,00	0,0	0,00	0
Santa Tereza do Tocantins	897	2.221	283,93	2,4	0,00	4,9	0	14	1,14	70,79	668,4	2028,32	0,00	15,13	6,2	0,00	0
São Sebastião do TO	2.287	2.007	413,60	1,5	0,52	3,12	0	12	6,99	75,13	920,4	9992,15	1,16	15,03	12,4	155,85	9

Municípios/1990	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
São Valério da Natividade	1.336	2.314	352,61	2,2	0,00	12,9	0	19	0,00	65,76	782,4	7112,53	0,00	0,00	6,9	0,00	0
Silvanópolis	2.747	3.131	526,86	2,5	0,55	9,25	0	25	1,59	72,3	1.260,0	5292,17	0,00	15,13	14,8	103,90	3
Sítio Novo do Tocantins	4.237	3.633	748,78	1,6	0,00	3,35	0	36	4,50	79	1.687,0	7798,67	1,06	7,57	0,0	311,70	168
Taguatinga	5.312	6.087	1140,85	2,3	0,58	22,17	17,74	77	4,53	74,44	2.443,5	12743,00	0,60	20,17	1.009,3	155,85	32
Tocantínia	3.031	3.332	632,95	3,1	0,00	20,44	38,31	20	0,82	62,68	1.364,0	9225,73	0,00	0,00	341,6	207,80	112
Tocantinópolis	14.740	16.035	3062,78	2,7	0,85	24,82	27,74	98	8,42	65,92	6.596,8	30573,86	0,00	20,17	0,0	1402,66	415
Wanderlândia	5.123	4.137	873,32	2,2	0,00	20,66	19,16	29	1,36	62,32	1.984,9	10211,98	0,00	20,17	0,0	727,31	202
Xambioá	9.170	2.586	1144,44	3,0	0,00	18,38	51,58	37	1,51	53,38	2.520,0	33427,10	0,00	25,22	0,0	1194,86	196
TOTAL	530.636	389.227	92239,00	202,9	21,69	1471,3	1762,2	2918,00	191,25	5124,5	197.179,0	1984436,72	191,02	1.179,25	427.765,7	104628,30	19256

Fonte: IBGE (censo populacional, 1991 a 2010); Ipea (1990 a 2010); PNUD (1990 a 2010), Data SUS (1990 a 2010), Seplan TO (2000 e 2010)

Tabela 1B – Variáveis sociais e econômicas utilizada na elaboração do Indicador Social, Econômico e no Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) - 2000

Municípios/2000	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Abreulândia	1.073	1.116	595,43	3,5	0,00	27,32	78,04	5	166.277,00	48,55	477.801,00	5.483,84	91.600,25	854.994	7.856	265,94	9
Aguiarnópolis	2.304	841	741,10	3,4	0,80	34	60,66	8	184.887,40	66,09	371.642	8.955,38	144.829,62	122.393	17.815	753,49	405
Aliança do Tocantins	5.120	1.057	1.713,98	4,2	0,00	65,14	69,10	15	588.329,16	48,21	780.090	21.794,05	379.613,55	1.266.694	9.193	2349,12	325
Almas	5.577	2.897	2.009,57	3,6	0,00	37,3	33,22	21	0,00	56,75	0	15.771,15	210.161,32	0	0	1196,72	225
Alvorada	7.842	666	2.416,80	4,8	0,00	79,37	64,76	21	700.244,00	24,22	687.589	26.907,84	715.805,49	1.136.049	23.513	7091,67	498
Ananás	8.396	2.116	2.441,26	3,7	0,57	32,8	53,38	26	988.889,82	49,68	719.434	21.738,09	752.398,28	1.337.870	10.943	2171,82	212
Angico	1.639	1.250	687,93	3,6	0,00	20,25	21,41	7	176.696,00	52,55	298.846	4.461,88	87.688,00	846.446	2.110	132,97	48
Aparecida do Rio Negro	2.589	928	878,26	3,5	0,00	42,74	27,64	9	237.294,00	47,17	505.537	6.579,95	142.912,85	1.002.186	1.227	576,20	36
Aragominas	2.383	3.797	1.552,37	2,9	0,00	25,41	76,35	15	0,00	64,23	0	11.893,53	580.599,90	0	0	975,10	130
Araguacema	3.032	2.382	1.390,75	3,8	0,00	43,27	61,71	13	524.247,00	55,6	759.322	12.351,68	313.418,97	852.892	2.282	1196,72	177
Araguaçu	6.257	3.089	2.763,43	4,4	0,72	63,83	68,41	23	381.937,13	31,78	1.040.603	34.065,95	728.988,99	1.893.415	15.079	4875,52	270
Araguaína	105.874	7.269	29.284,45	5,7	0,59	72,95	86,16	280	5.770.357,26	31,26	7.115.403	443.060,05	7.800.019,49	5.364.675	1.060.678	64179,63	10152
Araguanã	2.609	1.584	985,65	3,3	0,00	21,79	46,06	10	0,00	59,76	0	11.198,84	738.203,16	0	0	664,84	55
Araguatins	15.788	10.222	6.099,95	3,8	0,45	27,96	77,39	64	0,00	62,6	0	45.305,15	610.638,16	0	0	4033,39	547
Arapoema	5.503	1.522	1.806,49	3,9	0,54	57,56	82,97	17	438.789,58	45,37	1.061.844	20.582,96	1.163.531,03	1.704.074	8.207	3013,96	283
Arraias	6.136	4.848	2.913,35	3,2	0,92	44,93	61,23	27	461.934,00	56,73	900.932	26.132,68	360.024,72	1.893.415	5.700	1152,40	233
Augustinópolis	10.227	2.737	3.106,86	3,7	1,91	36,55	78,36	32	0,00	65,97	0	18.835,29	277.917,96	0	0	1241,04	290
Aurora do Tocantins	1.960	1.141	869,75	3,3	0,00	59,17	66,84	8	134.190,11	61,69	214.611	7.560,10	233.861,67	1.003.403	508	88,65	2
Axixá do Tocantins	7.560	1.267	2.112,71	3,4	0,00	20,73	45,84	22	691.147,10	67,34	1.198.370	13.393,13	190.644,98	1.126.583	28.676	487,55	319
Babaçulândia	4.235	6.094	2.351,94	3,2	0,00	30,47	31,08	26	0,00	66,06	0	15.244,66	176.027,68	0	0	975,10	191
Bandeirantes do Tocantins	1.203	1.405	661,35	3,4	0,00	29,42	74,01	6	142.184,72	50,19	450.679	12.983,26	465.381,32	852.893	2.116	443,23	121
Barra do Ouro	1.398	2.181	780,44	2,7	0,00	11,72	14,03	9	0,00	73,47	0	4.471,50	63.996,06	0	0	44,32	10
Barrolândia	4.188	894	1.379,05	4,0	0,00	72,47	66,72	13	509.502,48	44,7	536.358	12.941,93	359.155,41	852.892	5.862	1462,66	167
Bernardo Sayão	1.994	2.557	1.275,92	3,7	0,69	39,92	89,17	11	602.463,58	51,22	840.469	15.837,11	700.801,39	1.003.403	6.593	930,78	172
Bom Jesus do Tocantins	1.130	1.193	552,90	2,9	0,00	35,58	60,64	6	85.555,07	69,71	242.071	5.728,99	98.382,28	1.003.403	1.189	221,61	2
Brasilândia do Tocantins	1.212	711	534,82	3,6	0,00	56,46	93,40	5	171.100,59	52,6	406.452	5.056,99	104.040,42	852.893	2.327	265,94	77
Brejinho de Nazaré	3.827	1.050	1.283,36	3,8	0,85	39,93	49,26	12	270.332,92	58,19	426.349	11.908,13	279.591,29	852.893	2.099	1728,59	215

Municípios/2000	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Buriti do Tocantins	6.116	1.726	1.800,11	3,4	0,00	37,45	5,45	19	0,00	68,25	0	8.917,23	119.842,02	0	0	177,29	42
Cachoeirinha	1.765	258	433,81	3,5	0,00	31,62	0,00	5	0,00	73,37	0	2.484,88	62.141,92	0	0	88,65	39
Campos Lindos	2.209	3.429	1.116,43	2,4	0,00	13,43	0,00	14	259.034,02	62,43	564.816	21.665,17	84.220,54	988.788	346	310,26	85
Cariri do Tocantins	1.942	1.048	831,47	4,0	1,05	69,44	95,81	7	309.757,95	31,48	1.008.021	23.977,05	2.482.147,67	852.893	26.784	1196,72	212
Carmolândia	1.550	458	518,87	3,4	0,00	38,93	92,92	5	127.987,57	55,06	465.429	6.266,43	214.685,79	852.893	3.241	620,52	42
Carrasco Bonito	1.573	1.645	732,59	2,5	0,00	32,66	4,78	8	0,00	84,9	0	4.846,56	59.806,08	0	0	88,65	56
Caseara	2.650	1.010	965,44	3,6	0,00	35,46	35,23	9	267.027,00	56,22	385.758	10.187,52	207.367,21	852.892	1.490	930,78	95
Centenário	761	1.402	533,76	3,0	0,00	26,89	83,36	5	167.440,69	72,48	274.884	3.354,81	69.922,39	852.893	531	177,29	39
Chapada da Natividade	1.241	2.033	691,12	2,8	0,00	18,31	81,64	8	228.549,98	56,19	423.595	5.606,62	84.570,78	1.003.403	298	177,29	6
Chapada de Areia	549	721	355,13	3,8	0,00	37,13	88,43	3	98.897,70	60,63	313.470	4.043,31	84.222,33	852.893	0	265,94	50
Colinas do Tocantins	24.114	1.187	6.758,11	4,6	0,78	60,4	93,95	63	2.545.739,16	39,2	2.167.151	83.779,96	1.743.125,10	1.990.111	121.353	10726,15	1276
Colméia	6.358	2.994	2.687,93	3,8	0,00	43,83	71,06	23	472.502,00	46,81	938.355	20.668,93	510.720,61	1.322.122	37.985	2083,18	349
Combinado	3.740	784	1.161,09	3,5	1,64	66,85	35,13	11	383.572,82	50,66	423.358	10.608,26	151.015,72	1.003.403	1.474	310,26	65
Conceição do Tocantins	2.335	2.042	1.046,25	3,1	0,91	34,15	27,92	11	215.204,03	61,84	356.554	8.279,47	140.109,73	1.003.403	124.300	310,26	11
Couto de Magalhães	1.835	2.500	1.148,33	3,1	0,00	28,7	38,76	11	401.158,87	52,45	439.471	8.197,29	195.836,11	1.003.765	1.761	576,20	30
Cristalândia	6.713	605	2.029,77	4,6	0,62	76,48	91,20	18	748.199,00	38,45	715.660	23.810,14	669.604,42	1.262.277	12.641	3457,19	449
Crixás do Tocantins	776	608	365,76	4,0	0,00	39,24	81,90	3	116.827,84	44,08	258.540	4.923,61	177.229,30	693.558	54	177,29	22
Darcinópolis	2.372	1.901	1.051,57	2,9	0,00	30,74	72,25	11	170.837,53	65,1	411.964	7.235,83	162.624,01	904.016	2.120	310,26	5
Dianópolis	12.447	2.981	3.672,52	4,3	0,00	72,5	70,80	38	707.872,85	45,68	808.484	43.138,91	638.400,13	1.672.338	21.702	4742,56	486
Divinópolis do Tocantins	3.987	1.789	1.601,28	3,7	0,00	50,8	51,25	14	385.093,32	47,25	479.121	13.726,49	382.233,92	658.074	3.779	2349,12	364
Dois Irmãos do Tocantins	2.388	4.881	1.962,79	3,3	0,00	26,06	65,75	18	524.310,32	54,33	794.614	18.749,22	293.962,50	1.075.932	3.770	1418,33	138
Dueré	2.964	1.601	1.248,27	4,3	0,00	62,35	68,89	11	401.351,57	46,61	422.825	21.999,04	551.911,04	852.893	3.253	2570,73	238
Esperantina	3.552	4.071	1.707,60	2,2	0,00	9,03	3,79	19	0,00	80,71	0	8.889,69	73.182,23	0	0	88,65	22
Fátima	3.295	553	1.028,18	4,6	0,00	68,67	76,72	10	59.196,00	51,13	6.298	10.781,33	170.437,63	1.005.298	5.738	886,46	163
Figueirópolis	4.318	1.244	1.633,18	4,5	0,00	68,75	73,46	14	431.974,15	40,71	459.874	29.661,59	986.102,84	965.642	8.511	3191,25	300
Filadélfia	4.043	4.175	1.898,99	3,4	0,00	34,49	43,98	20	322.091,15	55,56	528.955	13.989,24	228.310,30	1.362.358	6.643	709,17	165
Formoso do Araguaia	13.258	5.559	4.923,98	4,7	0,39	50,46	79,65	46	3.299.179,07	45,01	2.009.889	125.797,06	2.328.655,83	1.704.544	33.776	6648,44	1171
Fortaleza do Taboão	1.606	636	614,57	3,6	0,00	56,23	79,37	6	167.217,00	56,55	325.643	9.284,48	95.385,17	847.342	1.719	354,58	108
Goianorte	2.257	2.582	1.298,25	3,0	0,00	20,56	48,92	12	197.177,97	56,08	551.054	11.080,68	137.984,75	852.895	3.818	354,58	37

Municípios/2000	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Goiatins	4.241	6.795	2.410,42	2,6	0,00	22,81	34,17	27	681.362,33	76,7	1.596.276	13.612,68	184.586,99	1.771.204	0	576,20	250
Guaraí	17.587	2.431	5.539,61	4,8	0,43	68,94	92,70	49	1.117.608,59	34,71	1.717.490	52.128,72	1.125.707,68	1.770.344	73.005	10504,54	1101
Gurupi	63.486	1.548	18.089,33	6,2	0,41	81,85	90,88	161	6.326.539,30	26,22	4.759.534	341.234,96	8.303.445,88	4.013.611	554.902	49109,83	6907
Ipueiras	586	580	288,14	3,1	0,00	34,32	68,65	3	149.498,00	67,28	430.422	3.026,09	82.733,28	1.003.584	0	132,97	5
Itacajá	3.627	3.188	1.671,45	3,3	1,19	48,54	85,52	17	713.538,01	55,54	583.966	11.709,45	255.301,19	1.514.732	6.033	576,20	120
Itaguatins	3.270	3.116	1.564,06	3,0	0,00	27,12	33,40	16	517.777,21	64,23	1.120.938	9.211,81	138.585,57	1.325.391	3.548	265,94	46
Itapiratins	1.162	2.115	822,97	2,9	0,00	18,35	54,71	8	142.394,06	75,82	498.843	5.726,32	79.848,28	734.814	498	221,61	10
Itaporã do Tocantins	1.552	970	676,24	3,5	0,00	36,64	67,10	6	164.472,00	36,54	267.296	9.944,21	192.750,39	852.892	1.741	620,52	156
Jaú do Tocantins	997	2.124	894,21	3,3	0,00	41,38	82,93	8	232.288,31	44,96	858.908	9.721,29	174.238,33	852.913	747	620,52	88
Juarina	1.142	1.191	606,06	3,5	0,00	22,11	25,96	6	0,00	72,47	0	4.941,37	69.514,96	0	0	44,32	1
Lagoa da Confusão	3.396	2.772	1.500,27	4,0	0,00	27,99	88,94	15	839.193,81	48,46	771.320	41.578,14	1.227.192,18	852.893	6.562	2570,73	436
Lagoa do Tocantins	1.631	899	591,18	3,0	0,00	17,45	22,30	6	236.855,00	79,37	309.962	4.559,19	74.764,36	852.892	648	221,61	33
Lajeado	1.583	761	597,55	4,1	0,00	50,36	69,93	6	214.102,20	33,23	532.855	5.741,45	75.730,03	816.715	2.861	842,14	148
Lavandeira	629	580	309,41	3,0	0,00	44,67	51,59	3	107.236,53	72,31	322.897	2.871,49	67.627,27	1.003.403	267	44,32	0
Lizarda	1.448	2.339	864,43	2,7	0,00	16,11	79,84	9	159.398,00	70,1	908.088	5.051,85	105.325,16	1.003.223	454	354,58	17
Luzinópolis	1.327	694	471,03	3,5	0,00	29,35	65,30	5	122.798,26	69,3	282.624	3.005,18	71.409,10	150.510	10.741	44,32	43
Marianópolis do Tocantins	1.968	1.364	978,20	3,7	0,00	42,93	74,59	8	660.144,51	39,98	585.634	12.871,29	364.556,68	1.003.403	1.711	1462,66	223
Mateiros	640	1.006	362,57	2,2	0,00	19,94	0,00	4	97.138,68	71,18	459.515	2.820,63	98.763,26	1.003.403	0	132,97	0
Maurilândia do Tocantins	1.579	1.275	654,97	3,1	0,00	20,13	7,97	7	135.924,36	71,86	365.823	3.926,91	82.251,63	904.016	370	88,65	2
Miracema do Tocantins	20.435	4.009	6.259,44	5,0	0,38	67,1	77,59	60	950.154,71	19,62	1.295.534	128.563,17	905.872,93	1.502.109	80.006	10593,18	5661
Miranorte	10.702	1.100	3.227,01	4,1	0,00	64,22	72,08	29	0,00	36,82	0	24.835,93	482.436,93	0	0	4786,88	620
Monte do Carmo	2.326	2.867	1.291,87	3,4	0,00	33,17	40,03	13	234.289,00	54,06	464.928	21.597,40	257.722,88	1.003.403	2.782	2083,18	87
Monte Santo do Tocantins	381	1.488	524,19	3,2	0,00	27,59	77,57	5	24.643,86	46,04	58.473	5.971,02	112.705,62	441.964	449	443,23	68
Muricilândia	1.725	955	683,68	3,0	0,00	29,7	0,85	7	105.174,46	65,49	363.051	8.101,67	394.628,90	768.413	6.143	531,88	80
Natividade	6.399	2.468	2.224,35	3,6	1,06	47,56	46,62	22	779.320,00	47,52	374.001	18.305,43	355.278,62	1.577.846	9.204	2038,86	138
Nazaré	2.003	3.147	1.231,26	3,6	0,78	34,46	41,63	13	492.998,66	59,52	483.445	7.198,61	94.493,88	1.083.473	3.030	443,23	47
Nova Olinda	6.128	3.257	2.384,90	3,5	0,00	41,69	77,46	23	267.681,82	51,19	471.995	19.278,42	268.642,12	1.136.050	15.171	975,10	216
Nova Rosalândia	2.435	755	869,75	4,4	0,00	51,1	76,53	8	253.778,16	49,69	346.018	9.013,54	183.273,78	852.893	1.643	664,84	139
Novo Acordo	1.968	1.089	706,01	4,0	0,00	41,11	52,99	8	470.329,16	68,4	644.392	4.324,94	96.972,31	852.892	2.104	132,97	54

Municípios/2000	Pop. Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Rio da Conceição	998	191	257,31	3,6	0,00	38,84	81,70	3	143.122,84	56,35	348.077	2.074,83	67.795,46	1.003.403	146	88,65	52
Rio dos Bois	1.150	1.119	611,38	3,5	0,00	40,87	72,39	6	143.340,00	49,51	378.908	6.433,88	93.130,08	852.893	1.494	709,17	56
Rio Sono	1.871	4.218	1.438,60	3,1	0,00	22,99	69,27	15	541.877,28	74,11	634.610	9.333,93	176.160,61	1.003.403	1.772	354,58	20
Sampaio	2.289	512	654,97	3,7	0,00	15,58	34,00	7	241.516,87	76,65	366.232	3.707,19	60.999,41	853.295	9.097	88,65	34
Sandolândia	1.415	1.917	953,75	3,5	1,16	50,17	89,24	8	211.556,00	37,88	664.391	13.172,65	354.472,65	852.893	4.142	753,49	163
Santa Fé do Araguaia	3.368	2.139	1.287,61	3,3	0,00	32,37	56,61	14	0,00	54,58	0	16.678,38	902.219,29	0	0	1639,95	199
Santa Maria do Tocantins	1.034	1.192	533,76	3,1	0,00	21,12	18,03	6	78.553,50	69,88	170.039	3.937,97	76.324,55	1.003.403	401	177,29	6
Santa Rita do Tocantins	729	1.123	552,90	3,5	1,29	45	92,49	5	107.217,00	45,87	408.355	12.284,70	140.905,79	861.927	1.448	132,97	22
Santa Rosa do Tocantins	2.322	1.994	979,27	3,1	0,00	16,61	60,50	11	0,00	65,51	0	7.760,97	90.925,46	0	0	487,55	69
Santa Tereza do Tocantins	1.340	774	489,10	4,1	0,00	31,52	0,00	5	32.280,10	67,65	55.212	4.139,58	93.965,87	513.710	584	354,58	42
Santa Terezinha do Tocantins	1.387	1.068	584,80	3,4	0,00	21,09	0,33	6	135.924,36	71,43	365.823	3.527,32	62.045,77	904.016	370	177,29	76
São Bento do Tocantins	1.952	1.786	841,04	3,0	0,80	11,5	5,56	9	260.282,13	66,18	331.632	4.850,77	172.979,49	852.893	899	132,97	5
São Félix do Tocantins	531	738	256,25	3,1	0,00	27,8	62,25	3	149.401,00	71,11	503.120	1.774,64	64.188,33	1.002.903	0	132,97	0
São Miguel do Tocantins	1.910	6.576	2.034,03	2,9	0,00	11,03	38,63	21	0,00	73,24	0	9.233,29	122.034,30	0	0	310,26	115
São Salvador do Tocantins	1.084	1.656	690,06	2,9	0,00	21,57	23,55	7	180.003,00	68,31	521.384	4.857,50	95.931,48	1.004.810	98	310,26	131
São Sebastião do Tocantins	2.811	858	813,40	3,7	0,00	23,79	20,40	9	55.342,88	65,79	101.153	4.634,26	68.145,16	146.094	523	132,97	36
São Valério da Natividade	2.238	2.816	1.358,85	3,2	0,00	37,09	78,81	12	464.908,29	54,41	783.391	10.247,91	194.841,61	847.645	2.706	842,14	187
Silvanópolis	3.349	1.376	1.212,12	3,5	0,72	33,51	36,36	12	538.492,18	55,23	975.701	9.602,54	187.521,05	1.004.402	2.095	576,20	27
Sítio Novo do Tocantins	4.756	4.732	2.250,93	3,4	0,00	17,71	21,77	23	0,00	72,46	0	12.569,05	166.504,03	0	0	310,26	105
Sucupira	864	612	387,03	3,9	0,00	14,56	38,54	4	155.850,56	37,62	278.197	6.770,76	284.459,48	559.363	534	531,88	28
Taguatinga	8.160	5.009	3.493,89	3,7	0,00	53,32	75,18	33	1.124.090,67	53,76	1.217.348	31.961,82	552.316,75	1.421.488	7.838	1684,27	395
Taipas do Tocantins	1.103	610	414,67	2,8	0,00	51,54	0,00	4	236.259,93	49,59	326.767	4.111,69	81.069,41	1.003.403	766	177,29	10
Talismã	980	1.326	639,02	3,4	0,00	36,77	100,00	6	126.013,44	43,49	637.900	10.681,39	216.263,68	1.002.802	403	886,46	111
Tocantínia	2.980	2.808	1.406,70	3,8	1,18	44,14	53,95	14	517.057,07	50,29	536.032	9.100,52	143.957,84	1.088.872	24.102	620,52	156
Tocantinópolis	18.878	3.899	5.713,99	5,0	0,00	59,94	60,86	56	1.051.301,15	52,9	989.629	35.795,39	574.108,71	2.840.122	239.731	5806,31	482
Tupirama	433	746	326,42	3,2	0,00	19,22	50,92	3	164.479,43	61,88	354.942	3.032,08	62.875,39	852.894	605	132,97	66

Municípios/2000	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Tupiratins	729	636	361,51	3,1	0,00	21,18	1,27	3	125.624,22	45,12	364.259	2.786,29	66.563,73	853.199	574	177,29	72
Wanderlândia	5.273	5.000	2.618,82	3,5	0,00	36,09	20,39	25	493.814,95	51,54	881.604	19.981,76	273.131,79	1.185.955	7.239	1595,63	270
Xambioá	9.677	2.460	2.994,15	3,9	0,54	51,95	67,37	30	425.214,90	48,86	886.687	24.885,29	697.007,16	1.727.072	18.579	2304,79	219
Total	859.961	297.137	298013,0	499,83	34,71	5481,43	7666,37	2859,00	76.019.033,10	7737,71	136.130.948	3.671.728,03	68.985.965,63	189.709,595	4.419.306	425588,93	106040

Fonte: IBGE (censo populacional, 1991 a 2010); Ipea (1990 a 2010); PNUD (1990 a 2010), Data SUS (1990 a 2010), Seplan TO (2000 e 2010)

Tabela 1C – Variáveis sociais e econômicas utilizada na elaboração do Indicador Social, Econômico e no Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) - 2010

Municípios/2010	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Abreulândia	1.476	915	992,5	4,14	0,00	60,53	121,06	0	1.072.955	26,79	1.674.737,7	19.130	598.079,49	3.663.839	18.696	1079,13	212
Aguiarnópolis	4.142	1.020	1726,4	4,50	0,00	93,34	186,68	0	521.863	22,35	2.650.637,8	64.614	953.009,88	3.663.839	90.713	1183,56	489
Aliança do Tocantins	4.756	915	2251,4	5,30	0,00	98,72	197,44	0	2.574.605	20,82	3.113.359,1	52.479	794.909,86	3.663.879	75.197	3202,57	476
Almas	6.009	1.577	2715,0	4,60	0,00	93,17	186,34	0	2.156.002	34,89	2.774.979,0	47.410	913.918,96	3.663.839	53.285	2227,88	648
Alvorada	7.765	609	3377,1	5,80	0,30	97,22	194,14	16	2.546.944	11,18	5.353.962,5	148.171	2.100.897,53	3.663.839	190.325	7484,27	1898
Ananás	8.144	1.721	3447,6	4,70	0,57	95,42	190,27	24	3.383.404	22,42	2.561.350,6	67.676	1.252.108,54	3.663.839	106.801	4107,64	1003
Angico	1.938	1.237	1099,6	4,20	0,00	88,95	177,90	0	754.929	29,18	1.220.816,1	23.883	535.068,73	3.763.850	18.917	731,02	265
Aparecida do Rio Negro	3.313	900	1632,4	4,00	0,00	92,8	185,60	0	1.272.971	29,85	1.850.263,3	39.516	559.818,32	3.663.942	41.864	1566,47	264
Aragominas	2.230	3.652	2208,3	3,20	0,00	79,42	158,84	0	1.784.029	33,63	2.750.603,7	45.103	640.501,62	2.961.633	70.747	2088,63	334
Araguacema	2.925	3.392	2387,2	4,30	0,60	93,49	186,38	20	2.261.593	36,69	3.545.293,6	43.507	966.040,85	3.663.839	30.465	1914,58	452
Araguaçu	5.882	2.904	3823,7	5,20	0,72	99,66	198,60	26	2.851.095	18,59	3.939.970,7	117.701	2.083.119,87	3.663.839	149.212	8598,21	1150
Araguaína	142.925	7.559	57261,1	7,00	4,20	97,76	191,32	638	46.080.745	11,18	44.298.215,6	1.922.899	26.757.764,02	23.839.110	8.269.583	103317,71	25005
Araguanã	3.386	1.644	1819,1	4,30	0,00	97,27	194,54	0	2.551.231	25,5	3.195.603,2	44.136	944.787,43	3.663.839	270.222	1740,53	491
Araguatins	20.135	11.194	10652,2	4,60	0,45	88,75	177,05	40	9.395.249	36,03	12.892.216,4	199.145	2.056.500,63	8.548.959	503.472	7588,70	2077
Arapoema	5.455	1.287	2555,6	4,90	0,30	97,45	194,60	24	1.697.704	20,89	2.646.787,2	66.170	1.270.933,47	3.663.840	97.015	5117,15	821
Arraias	7.371	3.274	4125,3	5,20	0,92	80,34	159,76	46	2.046.189	35,31	3.986.557,9	146.467	1.049.349,55	4.885.119	102.771	3202,57	679
Augustinópolis	13.176	2.774	5623,2	4,50	1,91	94,03	186,15	197	3.426.096	28,83	3.970.306,1	101.769	1.334.116,21	6.106.399	267.996	5360,82	1070
Aurora do Tocantins	2.482	964	1443,0	4,10	0,30	89,32	178,34	9	1.480.744	32,91	1.078.946,0	28.273	584.108,45	3.516.786	22.363	626,59	232
Axixá do Tocantins	7.621	1.654	3202,1	4,20	0,00	97,96	195,92	0	4.799.394	32,65	5.858.910,9	54.211	1.146.541,29	3.663.839	84.961	2123,44	686
Babaçulândia	4.929	5.495	3296,1	4,10	0,00	81,18	162,36	0	2.879.244	31,33	4.933.837,8	92.169	595.417,98	4.885.119	478.884	3655,11	848
Bandeirantes do Tocantins	1.685	1.437	1194,9	4,30	0,00	83,72	167,44	0	1.459.631	40,26	2.075.518,4	54.434	1.756.756,09	3.663.839	30.346	2993,71	459
Barra do Ouro	2.186	1.937	1324,2	3,40	0,00	87,18	174,36	0	1.424.369	45,73	1.722.144,0	32.490,00	367.475,47	3.663.839	13.163	487,35	205
Barrolândia	4.479	870	2052,9	4,80	0,00	91,73	183,46	0	1.968.195	29,67	3.044.732,3	42.266,00	736.130,37	3.663.839	62.055	2401,93	420
Bernardo Sayão	2.187	2.269	1755,1	4,20	0,00	96,73	193,46	0	0	21,61	0,0	52.770,00	987.096,63	0	0	1879,77	344
Bom Jesus do Tocantins	2.826	942	1371,2	3,40	0,00	93,14	186,28	0	1.353.505	21,3	2.756.799,0	35.782,00	509.835,75	3.664.253	11.319	487,35	217

Municípios/2010	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Brasilândia do Tocantins	1.436	628	796,6	4,50	0,00	98,69	197,38	0	1.296.831	21,03	1.640.483,6	23.627,00	481.967,44	3.663.839	23.893	939,88	286
Brejinho de Nazaré	4.195	990	1982,4	4,60	0,85	89,66	178,47	12	1.932.717	23,44	2.879.330,0	58.607,00	764.669,88	3.663.839	41.389	3202,57	875
Buriti do Tocantins	7.454	2.314	2980,1	4,50	0,60	98,33	196,06	16	2.336.428	40,34	3.231.139,2	49.747,00	729.301,93	3.663.839	66.637	1427,23	482
Cachoeirinha	1.731	417	731,3	4,60	0,00	90,54	181,08	0	1.720.360	41,05	1.553.307,6	13.622,00	808.779,37	3.663.839	10.590	243,67	163
Campos Lindos	4.819	3.320	2457,7	2,90	0,00	89,53	179,06	0	2.106.466	51,98	4.543.098,3	246.225,00	1.951.304,70	3.623.182	69.525	2715,22	559
Cariri do Tocantins	2.093	1.663	1402,5	4,80	0,00	97,67	195,34	0	1.772.001	17,69	3.382.856,2	69.643,00	2.065.623,26	3.663.839	40.075	3132,95	509
Carmolândia	1.824	492	867,1	3,90	0,00	98,19	196,38	0	0	23,69	0,0	26.237,00	587.742,83	0	0	835,45	283
Carrasco Bonito	1.967	1.721	1224,9	3,80	0,00	92,75	185,50	0	1.724.674	49,48	2.059.693,7	21.086,00	699.114,05	3.663.839	10.953	278,48	172
Caseara	2.737	1.864	1751,2	4,60	0,00	95,45	190,90	0	1.966.361	29,28	1.917.250,9	35.796,00	865.768,28	3.663.839	47.640	1705,72	352
Centenário	1.504	1.062	916,7	4,50	0,00	98,43	196,86	0	1.132.728	48,34	2.733.601,0	18.481,00	436.771,89	3.663.839	8.095	487,35	238
Chapada da Natividade	1.656	1.621	1210,6	3,50	0,00	95,15	190,30	0	1.307.240	42,26	2.216.639,1	35.636,00	523.366,95	3.663.839	21.145	905,07	209
Chapada de Areia	749	586	592,9	4,90	0,00	94,71	189,42	0	967.749	20,8	2.006.399,3	13.271,00	398.730,26	3.663.839	10.059	591,78	154
Colinas do Tocantins	29.607	1.231	11935,9	5,80	1,20	98,48	195,76	70	8.680.367	17,38	16.113.142,2	285.908,00	4.250.053,48	9.770.238	831.295	17300,84	3433
Colméia	6.370	2.241	3650,0	4,50	0,01	93,95	187,89	6	2.431.572	20,86	1.880.287,7	78.156,00	1.117.438,79	3.663.839	168.892	3933,59	956
Combinado	4.000	669	1876,6	4,20	0,60	93,18	185,76	27	1.725.881	23,2	1.379.391,7	37.779,00	644.146,96	4.823.354	12.000	1322,80	268
Conceição do Tocantins	2.911	1.271	1512,2	4,30	0,00	91,62	183,24	0	1.638.670	33,53	1.476.316,9	27.066,00	469.353,20	3.663.839	19.735	905,07	244
Couto de Magalhães	1.884	3.125	1855,7	4,50	0,00	90,22	180,44	0	1.564.043	40,34	3.489.169,7	42.721,00	839.372,95	3.663.839	32.985	1566,47	277
Cristalândia	5.924	1.310	2957,9	5,70	0,50	98,76	197,02	18	1.633.254	22,33	1.927.953,7	62.541,00	1.038.695,89	3.664.569	112.035	4734,23	633
Crixás do Tocantins	872	692	639,9	5,30	0,00	98,98	197,96	0	1.266.411	25,73	2.358.337,8	23.659,00	489.795,55	3.663.839	20.233	661,40	116
Darcinópolis	3.489	1.784	1939,3	3,60	0,00	85,12	170,24	0	1.477.875	30,07	2.793.868,8	52.791,00	462.565,53	3.663.839	86.449	1601,29	341
Dianópolis	16.444	2.668	6730,6	5,60	0,80	93,95	187,10	60	5.797.377	22,52	7.043.999,0	219.460,00	3.171.593,58	7.364.265	323.202	10756,46	1832
Divinópolis do Tocantins	4.466	1.897	2538,7	4,50	0,60	98,92	197,24	12	2.303.167	26,67	2.924.964,4	56.153,00	1.061.677,11	3.663.839	94.155	4212,08	647
Dois Irmãos do Tocantins	2.777	4.384	2970,9	4,50	0,00	83,69	167,38	0	2.077.809	43,13	2.856.199,3	61.530,00	1.074.543,58	3.663.839	56.393	2610,79	330
Dueré	3.055	1.537	1888,3	4,50	0,50	98,34	196,18	13	2.339.952	22,25	1.592.443,1	68.748,00	992.098,49	3.663.839	46.243	4664,61	508
Esperantina	4.614	4.862	2940,9	3,70	0,00	94,89	189,78	0	2.145.797	58,86	7.440.576,5	49.150,00	513.685,61	3.663.839	34.820	452,54	474
Fátima	3.135	670	1486,1	5,80	0,00	99,03	198,06	0	1.558.434	22,14	2.363.228,7	36.453,00	520.344,92	3.662.749	45.434	1427,23	388
Figueirópolis	4.054	1.286	2264,4	4,50	0,57	99,31	198,05	14	2.072.626	20,27	2.293.984,0	76.520,00	1.133.193,76	3.663.839	94.094	4107,64	593
Filadélfia	5.538	2.967	2980,1	4,60	0,45	86,11	171,77	12	2.154.105	38,81	3.885.618,9	70.512,00	1.219.190,99	3.663.839	67.955	3237,38	717
Formoso do Araguaia	13.333	5.094	6991,8	4,90	1,30	97,72	194,14	24	7.263.379	22,09	8.383.833,0	300.677,00	3.842.045,19	7.327.679	294.665	10965,32	2144
Fortaleza do Taboão	1.968	451	898,5	4,70	0,00	93,17	186,34	0	1.249.850	24,34	1.546.168,3	55.611,00	947.420,75	3.663.839	32.710	1914,58	450

Municípios/2010	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Goianorte	2.760	2.196	1992,8	4,30	0,00	93,32	186,64	0	1.959.066	33,53	1.649.689,1	45.201,00	623.769,76	3.854.540	44.389	870,26	197
Goiatins	4.949	7.115	3904,6	3,50	0,70	82,78	164,86	20	2.414.696	53,72	5.609.733,9	104.919,00	1.132.099,02	4.885.119	113.475	1705,72	633
Guaraí	21.128	2.072	9112,6	5,80	1,10	95,4	189,70	59	6.921.748	15,09	9.572.445,2	302.667,00	3.276.661,28	7.327.679	611.956	16883,12	2626
Gurupi	75.000	1.755	30351,7	6,90	1,20	99,18	197,16	228	4.327.859	7,14	22.328.336,9	1.102.557,00	18.569.024,68	15.876.637	3.163.658	63285,58	15104
Ipueiras	958	681	676,5	4,60	0,00	96,72	193,44	0	1.015.842	28,66	2.364.955,4	18.772,00	398.813,39	3.663.839	8.098	696,21	170
Itacajá	4.273	2.831	2455,1	4,50	1,19	89,95	178,71	20	2.774.902	40,07	2.522.139,5	57.132,00	1.897.350,88	3.663.839	59.573	1949,39	450
Itaguatins	3.396	2.633	2115,6	4,50	0,76	88,27	175,78	15	1.716.065	43,77	4.086.038,1	37.838,00	534.634,13	3.663.839	54.362	974,70	381
Itapiratins	1.914	1.618	1380,3	3,90	0,00	80,98	161,96	0	1.345.898	30,78	1.948.488,9	36.663,00	575.390,90	3.663.839	25.655	1253,18	269
Itaporã do Tocantins	1.563	882	974,2	4,60	0,00	97,05	194,10	0	1.235.581	19,48	1.359.164,9	30.798,00	728.218,94	3.663.839	27.257	1601,29	334
Jaú do Tocantins	1.310	2.197	1490,0	4,60	0,00	90,1	180,20	0	1.528.630	26,97	2.829.266,3	33.346,00	709.909,62	3.663.839	24.462	1496,85	305
Juarina	1.033	1.198	885,4	4,70	0,00	92,77	185,54	0	973.073	39,81	1.812.732,3	18.432,00	411.017,94	3.663.840	15.087	278,48	146
Lagoa da Confusão	6.332	3.878	3451,5	4,70	0,30	89,25	178,20	11	3.256.384	24,83	4.598.832,9	303.102,00	3.363.552,63	3.663.839	117.472	4664,61	941
Lagoa do Tocantins	2.538	987	1174,0	4,30	0,00	94,44	188,88	0	1.375.621	52,69	3.029.381,1	20.432,00	386.902,68	3.665.046	16.010	417,73	143
Lajeado	2.166	607	1046,0	5,30	0,00	91,89	183,78	0	2.682.236	21,81	3.306.778,8	26.767,00	9.355.620,33	3.663.839	27.280	2471,55	426
Lavandeira	1.023	582	639,9	3,60	0,00	75,92	151,84	0	0	35,15	0,0	12.851,00	435.345,45	0	0	243,67	13
Lizarda	2.583	1.142	1324,2	3,50	0,00	79,68	159,36	0	1.409.007	59,39	1.784.098,3	20.409,00	472.837,04	3.686.282	10.263	174,05	99
Luzinópolis	1.675	947	949,4	4,20	0,00	83,63	167,26	0	1.139.182	29,21	1.780.904,0	18.615,00	408.196,55	3.663.839	19.208	626,59	207
Marianópolis do Tocantins	2.383	1.969	1748,6	4,70	0,20	98,58	196,96	9	1.456.869	26,53	2.362.059,0	43.295,00	1.061.970,14	3.663.839	52.816	2332,31	477
Mateiros	1.417	806	726,1	3,60	0,00	83,63	167,26	0	1.380.168	34,71	1.247.889,0	70.490,00	1.614.107,54	3.663.839	25.482	765,83	286
Maurilândia do Tocantins	2.017	1.137	1110,0	4,50	0,00	88,71	177,42	0	1.274.296	43,96	2.293.288,0	19.204,00	915.587,07	3.663.839	11.189	313,29	199
Miracema do Tocantins	17.937	2.747	7757,0	6,60	0,70	96,09	191,48	65	12.670.020	18,53	7.301.387,6	594.372,00	12.937.166,02	7.364.265	444.202	10895,70	2833
Miranorte	11.036	1.587	4949,4	5,20	0,40	97,1	193,80	26	3.534.288	20,53	4.073.306,1	105.646,00	1.376.953,52	4.885.119	226.427	5848,17	1014
Monte do Carmo	2.881	3.835	2461,6	4,30	0,03	88,65	177,27	10	1.728.463	37,4	3.245.388,7	99.085,00	883.483,85	3.663.839	41.959	3167,76	450
Monte Santo do Tocantins	450	1.635	895,8	4,30	0,00	90,96	181,92	0	969.900	35,39	1.675.409,8	20.318,00	435.060,07	3.663.885	32.289	1079,13	160
Muricilândia	1.800	1.352	1142,7	4,10	0,00	88,57	177,14	0	1.176.432	47,03	1.735.605,4	32.719,00	641.123,44	3.663.839	23.931	1462,04	374
Natividade	7.195	1.805	3401,9	4,50	0,50	88,87	177,24	16	3.255.758	30,66	2.864.591,9	69.569,00	1.269.135,19	3.663.839	125.351	4490,56	728
Nazaré	1.991	2.395	1597,1	4,30	0,78	92,64	184,50	28	1.843.148	32,26	1.339.047,6	26.222,00	428.259,71	3.663.839	29.861	870,26	244
Nova Olinda	7.465	3.221	3907,2	4,30	0,00	95,05	190,10	0	2.862.264	27,41	4.976.439,1	149.058,00	1.932.875,28	4.885.119	120.635	3898,78	1166
Nova Rosalândia	2.468	1.302	1487,4	4,50	0,00	98,77	197,54	0	1.653.618	33,45	1.855.652,8	24.702,00	446.718,93	3.663.839	23.286	1183,56	223
Novo Acordo	3.083	679	1384,3	4,80	0,00	93,58	187,16	0	1.507.959	28,73	2.348.579,0	24.381,00	473.419,68	3.663.839	21.460	974,70	235

Municípios/2010	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Novo Alegre	1.699	587	899,8	5,00	0,00	84,62	169,24	0	1.394.864	24,37	1.400.246,6	16.835,00	446.532,33	3.664.876	16.829	591,78	151
Novo Jardim	1.776	681	854,1	3,80	0,00	88,38	176,76	0	1.093.251	36,07	1.002.365,8	26.018,00	555.196,57	3.663.839	16.890	661,40	292
Oliveira de Fátima	817	220	416,6	5,30	0,00	98,75	197,50	0	1.117.844	30,68	1.288.861,4	12.527,00	353.303,51	3.663.839	9.488	382,92	156
Palmas	221.742	6.590	89687,8	8,79	5,30	99,16	193,02	364	92.788.767	6,91	109.131.476,4	3.923.401,00	49.995.208,89	147.551.114	13.124.264	169805,87	112915
Palmeirante	1.926	3.028	1770,8	3,80	0,00	77,58	155,16	0	0	44,49	0,0	45.270,00	577.298,33	0	0	1879,77	119
Palmeiras do Tocantins	3.232	2.508	1961,5	4,60	0,00	84,09	168,18	0	3.018.565	33,99	3.598.438,1	45.798,00	445.321,83	3.663.839	69.114	870,26	240
Palmeirópolis	5.981	1.358	3084,5	5,20	0,40	93,52	186,64	4	1.687.382	19,11	2.448.777,4	68.328,00	1.070.984,98	3.663.839	112.572	4525,37	588
Paraíso do Tocantins	42.473	1.944	17512,1	6,60	1,50	99,43	197,36	72	9.870.931	6,41	12.350.135,0	583.422,00	10.991.917,03	11.083.200	1.667.854	35228,28	7518
Paraná	4.720	5.618	3753,2	3,50	0,50	66,91	133,32	27	3.766.803	47,35	5.396.616,0	180.246,00	1.055.788,90	4.885.119	19.504	2854,47	675
Pau D'Arco	2.900	1.688	1708,1	4,30	0,00	92,35	184,70	0	1.402.697	30,36	2.664.069,0	42.175,00	757.918,15	3.663.839	26.861	1670,91	389
Pedro Afonso	10.016	1.523	4319,9	5,20	0,80	96,98	193,16	35	3.777.201	12,59	5.324.327,0	220.939,00	2.932.453,97	4.885.119	278.406	7170,97	2295
Peixe	5.235	5.149	4295,1	4,30	0,50	95,74	190,98	33	5.100.569	25,15	7.889.239,8	333.991,00	15.363.955,53	3.663.839	113.127	6822,87	1159
Pequizeiro	2.390	2.664	1977,1	4,40	0,00	89,43	178,86	0	2.306.251	27,04	3.463.755,2	43.855,00	835.146,63	3.663.839	50.909	1636,10	296
Pindorama do Tocantins	2.947	1.559	1598,4	4,50	0,20	94,69	189,18	10	1.587.335	41,73	2.241.036,3	34.320,00	450.969,71	3.633.839	36.836	835,45	216
Piraquê	1.122	1.798	1127,0	4,30	4,05	88,53	173,01	0	0	29,65	0,0	35.135,00	771.274,92	0	0	1357,61	473
Pium	3.779	2.915	2588,3	5,20	0,12	92,79	185,46	8	2.485.512	24,21	3.239.067,7	76.712,00	1.935.833,21	3.663.839	47.853	3968,40	488
Ponte Alta do Bom Jesus	2.501	2.043	1721,2	3,50	0,00	62,29	124,58	0	0	47,55	0,0	29.288,00	539.568,87	0	0	905,07	185
Ponte Alta do Tocantins	4.527	2.653	2648,4	4,10	0,34	89,5	178,66	14	2.146.822	38,4	3.786.072,5	50.322,00	1.294.185,41	3.663.839	63.140	1705,72	266
Porto Alegre do Tocantins	1.919	877	962,4	3,50	0,00	85,75	171,50	0	1.373.976	36,12	1.410.505,3	18.028,00	366.995,96	3.663.839	15.770	556,97	201
Porto Nacional	42.435	6.711	17953,5	6,20	0,90	94,22	187,54	115	13.583.139	13,79	13.806.271,2	669.889,00	6.296.762,49	12.212.798	1.173.139	31399,12	6516
Praia Norte	4.468	3.191	2396,3	3,40	0,00	96,19	192,38	0	2.009.284	47,44	4.422.745,8	37.707,00	483.305,15	3.663.840	21.797	452,54	247
Presidente Kennedy	3.227	454	1405,1	4,80	0,20	91,73	183,26	20	1.804.792	23,96	1.461.531,0	53.343,00	607.829,01	3.663.839	48.291	2645,60	394
Pugmil	2.004	365	938,9	4,70	0,00	98,61	197,22	0	1.263.330	19,01	2.103.160,0	37.022,00	529.855,96	3.663.840	22.824	939,88	244
Recursolândia	1.990	1.778	1179,2	3,60	0,00	70,76	141,52	0	1.278.374	65,2	3.223.712,6	24.685,00	588.780,68	3.681.150	15.849	522,16	254
Riachinho	1.812	2.379	1501,8	3,80	0,00	91,3	182,60	0	836.440	50,83	2.587.839,8	27.424,00	512.332,74	3.663.859	107.921	487,35	282
Rio da Conceição	1.574	140	591,6	4,60	0,00	88,08	176,16	0	1.185.636	40,3	1.058.069,1	13.377,00	614.683,51	3.663.839	5.037	278,48	157
Rio dos Bois	1.029	1.541	1027,7	4,50	0,00	82,34	164,68	0	1.479.752	28,6	2.010.007,4	32.964,00	470.092,15	3.663.839	17.522	1079,13	253
Rio Sono	2.407	3.847	2193,9	4,50	0,21	88,04	175,87	9	0	45,36	0,0	36.603,00	647.335,62	0	0	1287,99	273
Sampaio	3.516	348	1302,0	4,60	0,00	95,59	191,18	0	1.194.334	47,28	1.629.712,4	25.462,00	606.790,07	3.663.839	72.214	313,29	234
Sandolândia	1.764	1.562	1466,5	4,70	1,16	75,69	150,22	0	1.707.985	18,46	2.096.350,9	42.709,00	1.207.158,31	3.663.839	25.119	1740,53	356

Municípios/2010	População Urbana	População Rural	Consumo Energia Residencial	Média Ano Estudo	Médicos Mil/habitantes	% Água encanada	% Coleta de Lixo	Leito unidade	Despesas Saneamento Saúde (R\$)	% Pessoas Pobres	Despesa Educação e cultura (R\$)	PIB Municipal (Mil R\$)	ICMS (R\$)	FPM (R\$)	IPVA (R\$)	Consumo Energia Setorial	Emprego
Santa Fé do Araguaia	4.374	2.225	2379,3	4,60	0,00	93,85	187,70	0	2.802.736	31,68	3.326.220,6	68.331,00	1.542.494,36	2.961.633	100.288	3028,52	655
Santa Maria do Tocantins	1.725	1.169	1065,6	4,60	0,00	84,31	168,62	0	1.101.385	35,51	1.943.788,9	23.049,00	481.847,37	3.663.839	23.377	696,21	170
Santa Rita do Tocantins	918	1.210	869,7	4,50	1,29	90,24	179,19	0	1.400.457	24,57	3.091.558,2	33.578,00	556.093,06	3.663.839	17.788	1287,99	205
Santa Rosa do Tocantins	2.947	1.621	1748,6	3,90	0,00	89,4	178,80	0	984.046	39,15	2.179.363,6	50.773,00	647.082,91	3.663.839	31.166	1566,47	305
Santa Tereza do Tocantins	1.616	907	863,2	4,90	0,00	93,95	187,90	0	1.363.838	19,51	1.302.232,2	20.105,00	606.020,62	3.663.840	15.709	556,97	198
Santa Terezinha do Tocantins	1.594	880	891,9	4,10	0,00	87,26	174,52	0	1.282.507	36,14	1.195.037,6	16.471,00	316.188,26	3.663.839	17.929	522,16	192
São Bento do Tocantins	2.716	1.892	1522,7	3,90	0,80	84,56	168,32	0	1.444.117	32,66	2.061.916,7	25.302,00	511.982,27	3.663.839	23.647	974,70	184
São Félix do Tocantins	931	506	450,5	3,90	0,00	82,32	164,64	0	870.708	56,99	703.184,0	8.990,00	488.705,71	3.663.840	5.689	243,67	118
São Miguel do Tocantins	2.547	7.934	3562,5	3,70	0,00	89,63	179,26	0	2.084.022	37,04	4.734.792,4	48.957,00	578.037,59	4.885.119	104.799	835,45	519
São Salvador do Tocantins	1.588	1.322	1078,7	3,60	0,00	92,01	184,02	0	1.386.569	44,6	1.871.425,8	41.588,00	628.832,88	3.663.839	29.448	1148,75	272
São Sebastião do Tocantins	3.283	1.000	1409,1	4,80	0,00	82,67	165,34	0	1.491.801	53,58	2.121.926,7	24.087,00	380.942,96	3.663.839	17.502	382,92	305
São Valério da Natividade	2.723	1.660	1756,4	4,60	0,50	93,9	187,30	18	0	34,58	0,0	47.173,00	567.365,96	0	0	1566,47	285
Silvanópolis	4.061	1.007	2012,4	4,70	0,72	96,04	191,36	18	1.858.889	25,87	2.528.867,6	58.390,00	566.040,03	3.663.839	55.449	1949,39	373
Sítio Novo do Tocantins	4.875	4.273	3155,1	4,60	0,00	94,91	189,82	0	2.774.019	45,62	2.827.929,3	48.186,00	684.728,16	3.668.839	130.137	905,07	520
Sucupira	1.106	636	719,6	4,80	0,00	97,64	195,28	0	986.341	22,02	1.131.507,1	29.265,00	702.700,07	3.663.839	12.587	1392,42	288
Taguatinga	10.627	4.424	5667,6	4,70	0,60	80,05	159,50	45	5.916.413	38,45	5.810.772,4	126.194,00	1.811.945,78	6.106.399	144.688	4908,29	1054
Taipas do Tocantins	1.557	388	690,8	3,70	0,00	80,91	161,82	0	1.101.946	38,64	1.116.389,7	13.862,00	394.271,48	3.675.589	6.087	487,35	232
Talismã	1.363	1.199	1044,7	3,90	0,00	99,5	199,00	0	1.800.013	14,6	4.142.744,7	42.771,00	905.910,80	3.663.839	18.340	2750,03	392
Tocantínia	2.955	3.781	2169,1	4,50	0,00	81,04	162,08	0	2.625.160	49,36	2.230.049,9	32.188,00	2.249.065,79	3.664.810	36.402	1113,94	411
Tocantinópolis	18.318	4.301	8092,7	6,50	1,20	93,82	186,44	40	8.653.753	24,43	6.692.209,7	146.308,00	2.860.721,47	7.327.679	1.267.549	7519,08	1723
Tupirama	930	644	624,2	4,30	0,00	83,89	167,78	0	1.049.807	21,85	974.750,3	32.494,00	766.806,84	3.663.838	15.972	626,59	161
Tupiratins	1.065	1.032	843,6	4,50	0,00	97,21	194,42	0	1.028.350	34,91	1.865.115,7	28.938,00	447.052,62	3.663.839	11.962	1009,51	236
Wanderlândia	5.868	5.113	3804,1	4,60	0,00	92,38	184,76	0	0	27,35	0,0	80.974,00	1.505.110,24	0	0	3794,35	933
Xambioá	9.738	1.746	4160,6	4,60	0,78	94,85	188,92	34	2.458.060	30,18	3.425.008,8	175.227,00	1.579.752,78	4.885.054	211.063	5395,64	1181
Total	1.090.106	293.339	520227,0	632,23	48,17	12636	25223,29	2697	448.502.550,87	4383,9	590.022.642	17.240.142,00	278.374.330,25	713.691.321	38.777.474	734119,70	238955

Fonte: IBGE (censo populacional, 1991 a 2010); Ipea (1990 a 2010); PNUD (1990 a 2010), Data SUS (1990 a 2010), Seplan TO (2000 e 2010)

Tabela 1B – Elaboração do Indicador Social dos Municípios do Estado do Tocantins 1990, 2000 e 2010

Indicador Social						
Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Araguaína	0,266	Palmas	0,290	1º	Palmas	0,342
Gurupi	0,217	Araguaína	0,205	2º	Araguaína	0,248
Paraíso do Tocantins	0,157	Gurupi	0,174	3º	Gurupi	0,155
Porto Nacional	0,155	Paraíso do Tocantins	0,152	4º	Paraíso do Tocantins	0,138
Palmas	0,152	Porto Nacional	0,124	5º	Porto Nacional	0,131
Colinas do Tocantins	0,124	Miracema do Tocantins	0,110	6º	Colinas do Tocantins	0,113
Guaraí	0,123	Guaraí	0,099	7º	Miracema do Tocantins	0,112
Palmeirópolis	0,122	Colinas do Tocantins	0,098	8º	Tocantinópolis	0,107
Alvorada	0,119	Pedro Afonso	0,089	9º	Guaraí	0,106
Miracema do Tocantins	0,116	Formoso do Araguaia	0,088	10º	Formoso do Araguaia	0,097
Tocantinópolis	0,111	Alvorada	0,086	11º	Dianópolis	0,093
Cristalândia	0,093	Cristalândia	0,084	12º	Alvorada	0,093
Miranorte	0,085	Araguaçu	0,082	13º	Pedro Afonso	0,092
Dianópolis	0,079	Cariri do Tocantins	0,081	14º	Araguaçu	0,091
Formoso do Araguaia	0,078	Tocantinópolis	0,077	15º	Cristalândia	0,086
Aliança do Tocantins	0,072	Palmeirópolis	0,076	16º	Araguatins	0,085
Araguatins	0,066	Dianópolis	0,074	17º	Miranorte	0,085
Araguaçu	0,060	Figueirópolis	0,067	18º	Augustinópolis	0,083
Brejinho de Nazaré	0,058	Novo Jardim	0,066	19º	Piraquê	0,081
Xambioá	0,057	Miranorte	0,065	20º	Fátima	0,081
Pedro Afonso	0,055	Sandolândia	0,062	21º	Peixe	0,079
Arapoema	0,054	Arapoema	0,061	22º	Aliança do Tocantins	0,077
Colméia	0,053	Fátima	0,059	23º	Palmeirópolis	0,077
Peixe	0,052	Barrolândia	0,058	24º	Figueirópolis	0,076
Presidente Kennedy	0,050	Araguatins	0,058	25º	Arapoema	0,075
Pium	0,050	Taguatinga	0,058	26º	Cariri do Tocantins	0,074
Couto de Magalhães	0,050	Xambioá	0,058	27º	Dueré	0,073
Taguatinga	0,050	Aliança do Tocantins	0,057	28º	Crixás do Tocantins	0,073
Fátima	0,047	Dueré	0,057	29º	Pium	0,073
Figueirópolis	0,045	Combinado	0,056	30º	Divinópolis do Tocantins	0,073
Tocantínia	0,043	Piraquê	0,054	31º	Ananás	0,073
Arraias	0,041	Lajeado	0,054	32º	Pugmil	0,071
Araguacema	0,040	Santa Rita do Tocantins	0,054	33º	Xambioá	0,071
Natividade	0,039	Itacajá	0,053	34º	Marianópolis do Tocantins	0,070
Dueré	0,033	Natividade	0,053	35º	Lagoa da Confusão	0,069
Caseara	0,032	Augustinópolis	0,052	36º	Colméia	0,069
Barrolândia	0,032	Pium	0,052	37º	Lajeado	0,068
Divinópolis do Tocantins	0,031	Tocantínia	0,051	38º	Silvanópolis	0,068
Wanderlândia	0,031	Bernardo Sayão	0,050	39º	Talismã	0,068
Paraná	0,029	Novo Alegre	0,049	40º	Itaporã do Tocantins	0,068
Itacajá	0,028	Nova Rosalândia	0,049	41º	Santa Rita do Tocantins	0,068
Nova Rosalândia	0,027	Colméia	0,049	42º	Brasilândia do Tocantins	0,068
Nova Olinda	0,027	Arraias	0,048	43º	Santa Tereza do Tocantins	0,068
Combinado	0,026	Marianópolis do Tocantins	0,045	44º	Oliveira de Fátima	0,067
Ananás	0,026	Peixe	0,044	45º	Chapada de Areia	0,067
Goiatins	0,024	Brasilândia do Tocantins	0,043	46º	Sucupira	0,066
Nazaré	0,023	Ponte Alta do Tocantins	0,043	47º	Brejinho de Nazaré	0,066
Porto Alegre do Tocantins	0,021	Lagoa da Confusão	0,043	48º	Wanderlândia	0,064
Silvanópolis	0,021	Nova Olinda	0,042	49º	Araguanã	0,064
Monte do Carmo	0,021	Ananás	0,042	50º	Nova Olinda	0,064
Rio Sono	0,019	Divinópolis do Tocantins	0,042	51º	Bernardo Sayão	0,064
Aparecida do Rio Negro	0,018	Crixás do Tocantins	0,041	52º	Presidente Kennedy	0,063
Novo Acordo	0,017	Talismã	0,039	53º	Caseara	0,062
Filadélfia	0,016	Pindorama do Tocantins	0,038	54º	Itacajá	0,062

Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Itaguatins	0,016	Jaú do Tocantins	0,038	55°	Fortaleza do Tabocão	0,062
Augustinópolis	0,015	Fortaleza do Tabocão	0,038	56°	Araguacema	0,062
Marianópolis do Tocantins	0,014	Oliveira de Fátima	0,037	57°	Arraias	0,061
Goianorte	0,014	Araguacema	0,037	58°	Nova Rosalândia	0,061
Pequizeiro	0,012	Presidente Kennedy	0,037	59°	Aguiarnópolis	0,061
Aurora do Tocantins	0,012	Itaporã do Tocantins	0,037	60°	Santa Fé do Araguaia	0,061
Almas	0,010	Brejinho de Nazaré	0,036	61°	Nazaré	0,061
Pindorama do Tocantins	0,010	Wanderlândia	0,033	62°	Novo Acordo	0,060
Itaporã do Tocantins	0,008	Rio dos Bois	0,032	63°	Barrolândia	0,060
São Sebastião do Tocantins	0,007	Nazaré	0,032	64°	Natividade	0,059
Lizarda	0,007	Aurora do Tocantins	0,032	65°	São Valério da Natividade	0,059
São Valério da Natividade	0,007	São Valério da Natividade	0,032	66°	Jaú do Tocantins	0,059
Ponte Alta do Tocantins	0,007	Dois Irmãos do Tocantins	0,030	67°	Ipueiras	0,059
Dois Irmãos do Tocantins	0,007	Carmolândia	0,030	68°	Buriti do Tocantins	0,058
Conceição do Tocantins	0,007	Pugmil	0,029	69°	Sandolândia	0,058
Bernardo Sayão	0,005	Silvanópolis	0,029	70°	Pequizeiro	0,058
Ponte Alta do Bom Jesus	0,003	Chapada de Areia	0,029	71°	Carmolândia	0,058
Santa Tereza do Tocantins	0,003	Pequizeiro	0,029	72°	Axixá do Tocantins	0,058
Babaçulândia	0,002	Filadélfia	0,028	73°	Combinado	0,058
Axixá do Tocantins	0,001	Abreulândia	0,027	74°	Tupiratins	0,057
Sítio Novo do Tocantins	0,000	Rio da Conceição	0,027	75°	Taguatinga	0,056
Santa Rosa do Tocantins	-0,006	Aparecida do Rio Negro	0,027	76°	Novo Alegre	0,056
Buriti do Tocantins	-0,010	Almas	0,026	77°	São Miguel do Tocantins	0,055
Praia Norte	-0,017	Bandeirantes do Tocantins	0,026	78°	Goianorte	0,054
Sampaio	-0,032	Monte Santo do Tocantins	0,025	79°	Pindorama do Tocantins	0,053
-	-	Monte do Carmo	0,024	80°	Monte do Carmo	0,052
-	-	Novo Acordo	0,024	81°	Ponte Alta do Tocantins	0,051
-	-	Aguiarnópolis	0,023	82°	Juarina	0,051
-	-	Santa Fé do Araguaia	0,023	83°	Almas	0,051
-	-	Sucupira	0,023	84°	Couto de Magalhães	0,051
-	-	Caseara	0,021	85°	Pau D'Arco	0,051
-	-	Conceição do Tocantins	0,021	86°	Aparecida do Rio Negro	0,051
-	-	Babaçulândia	0,019	87°	Sítio Novo do Tocantins	0,050
-	-	Couto de Magalhães	0,018	88°	Tupirama	0,049
-	-	Aragominas	0,016	89°	Bom Jesus do Tocantins	0,049
-	-	Taipas do Tocantins	0,014	90°	Itaguatins	0,049
-	-	Chapada da Natividade	0,013	91°	Babaçulândia	0,049
-	-	Darcinópolis	0,013	92°	Filadélfia	0,049
-	-	Goianorte	0,013	93°	Monte Santo do Tocantins	0,048
-	-	Paraná	0,013	94°	Conceição do Tocantins	0,048
-	-	Pau D'Arco	0,013	95°	Rio Sono	0,048
-	-	Porto Alegre do Tocantins	0,012	96°	Centenário	0,048
-	-	Rio Sono	0,012	97°	Rio dos Bois	0,047
-	-	Luzinópolis	0,012	98°	Dois Irmãos do Tocantins	0,046
-	-	Axixá do Tocantins	0,011	99°	Angico	0,046
-	-	Angico	0,011	100°	Aurora do Tocantins	0,046
-	-	Itaguatins	0,011	101°	Palmeiras do Tocantins	0,046
-	-	Ipueiras	0,011	102°	Santa Maria do Tocantins	0,045
-	-	Araguanã	0,010	103°	São Bento do Tocantins	0,045
-	-	Ponte Alta do Bom Jesus	0,009	104°	Luzinópolis	0,043
-	-	Lavandeira	0,009	105°	Rio da Conceição	0,043
-	-	Buriti do Tocantins	0,008	106°	Chapada da Natividade	0,042
-	-	Centenário	0,008	107°	Darcinópolis	0,041
-	-	Bom Jesus do Tocantins	0,008	108°	Santa Terezinha do Tocantins	0,040
-	-	Santa Tereza do Tocantins	0,007	109°	Sampaio	0,039
-	-	Goiatins	0,007	110°	Novo Jardim	0,039
-	-	Sítio Novo do Tocantins	0,006	111°	Lagoa do Tocantins	0,038
-	-	São Sebastião do Tocantins	0,006	112°	São Salvador do Tocantins	0,037

-	-	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
-	-	Santa Rosa do Tocantins	0,005	113º	Bandeirantes do Tocantins	0,036
-	-	São Félix do Tocantins	0,004	114º	Maurilândia do Tocantins	0,036
-	-	Tupiratins	0,004	115º	Itapiratins	0,036
-	-	Tupirama	0,004	116º	Tocantínia	0,035
-	-	Lizarda	0,003	117º	Santa Rosa do Tocantins	0,035
-	-	São Miguel do Tocantins	0,003	118º	Goiatins	0,034
-	-	Palmeiras do Tocantins	0,001	119º	Porto Alegre do Tocantins	0,034
-	-	Recursolândia	0,000	120º	Mateiros	0,034
-	-	Juarina	-0,001	121º	Muricilândia	0,034
-	-	São Bento do Tocantins	-0,002	122º	Aragominas	0,033
-	-	Muricilândia	-0,003	123º	Praia Norte	0,033
-	-	Itapiratins	-0,003	124º	Carrasco Bonito	0,033
-	-	Sampaio	-0,004	125º	Riachinho	0,033
-	-	Cachoeirinha	-0,004	126º	Esperantina	0,032
-	-	São Salvador do Tocantins	-0,004	127º	Cachoeirinha	0,028
-	-	Santa Maria do Tocantins	-0,006	128º	Taipas do Tocantins	0,026
-	-	Santa Terezinha do Tocantins	-0,007	129º	São Sebastião do Tocantins	0,025
-	-	Maurilândia do Tocantins	-0,008	130º	Paraná	0,025
-	-	Campos Lindos	-0,010	131º	Campos Lindos	0,024
-	-	Riachinho	-0,011	132º	Barra do Ouro	0,022
-	-	Lagoa do Tocantins	-0,014	133º	Lavandeira	0,022
-	-	Palmeirante	-0,015	134º	Abreulândia	0,020
-	-	Praia Norte	-0,015	135º	São Félix do Tocantins	0,019
-	-	Barra do Ouro	-0,016	136º	Palmeirante	0,011
-	-	Carrasco Bonito	-0,018	137º	Recursolândia	0,001
-	-	Mateiros	-0,022	138º	Ponte Alta do Bom Jesus	-0,002
-	-	Esperantina	-0,023	139º	Lizarda	-0,006

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 1C – Elaboração do Indicador Econômico dos Municípios do Estado do Tocantins 1990, 2000 e 2010

Indicador Econômico						
Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Araguaína	0,510	Palmas	0,5806	1º	Palmas	0,6000
Gurupi	0,341	Araguaína	0,3023	2º	Araguaína	0,2310
Palmas	0,193	Gurupi	0,2464	3º	Gurupi	0,1371
Porto Nacional	0,127	Porto Nacional	0,0988	4º	Paraíso do Tocantins	0,0740
Miracema do Tocantins	0,097	Paraíso do Tocantins	0,0899	5º	Porto Nacional	0,0657
Paraíso do Tocantins	0,086	Miracema do Tocantins	0,0762	6º	Miracema do Tocantins	0,0602
Formoso do Araguaia	0,076	Formoso do Araguaia	0,0679	7º	Peixe	0,0468
Arapoema	0,065	Colinas do Tocantins	0,0542	8º	Colinas do Tocantins	0,0340
Colinas do Tocantins	0,062	Guaraí	0,0365	9º	Guaraí	0,0303
Guaraí	0,051	Cariri do Tocantins	0,0350	10º	Formoso do Araguaia	0,0284
Peixe	0,040	Lagoa da Confusão	0,0270	11º	Dianópolis	0,0228
Tocantinópolis	0,039	Tocantinópolis	0,0266	12º	Lagoa da Confusão	0,0228
Alvorada	0,039	Pedro Afonso	0,0245	13º	Pedro Afonso	0,0222
Palmeirópolis	0,035	Dianópolis	0,0227	14º	Araguatins	0,0205
Araguatins	0,032	Araguatins	0,0217	15º	Tocantinópolis	0,0202
Xambioá	0,032	Figueirópolis	0,0208	16º	Lajeado	0,0193
Miranorte	0,028	Arapoema	0,0205	17º	Campos Lindos	0,0164
Arraias	0,025	Araguaçu	0,0202	18º	Alvorada	0,0161
Ananás	0,025	Alvorada	0,0197	19º	Xambioá	0,0148
Goiatins	0,023	Taguatinga	0,0169	20º	Nova Olinda	0,0137
Dianópolis	0,023	Cristalândia	0,0168	21º	Araguaçu	0,0132
Natividade	0,022	Xambioá	0,0163	22º	Taguatinga	0,0127
Figueirópolis	0,022	Peixe	0,0157	23º	Paraná	0,0121
Wanderlândia	0,021	Ananás	0,0156	24º	Augustinópolis	0,0111
Araguaçu	0,021	Miranorte	0,0153	25º	Miranorte	0,0110
Babaçulândia	0,020	Pium	0,0149	26º	Arraias	0,0108
Pium	0,019	Santa Fé do Araguaia	0,0147	27º	Babaçulândia	0,0088
Dueré	0,019	Colméia	0,0140	28º	Goiatins	0,0087
Dois Irmãos do Tocantins	0,019	Dueré	0,0133	29º	Pium	0,0086
Filadélfia	0,018	Bernardo Sayão	0,0126	30º	Colméia	0,0084
Itacajá	0,016	Arraias	0,0124	31º	Cariri do Tocantins	0,0084
Augustinópolis	0,015	Aliança do Tocantins	0,0121	32º	Ananás	0,0082
Pequizeiro	0,015	Palmeirópolis	0,0107	33º	Wanderlândia	0,0081
Sítio Novo do Tocantins	0,015	Araguanã	0,0104	34º	Arapoema	0,0079
Taguatinga	0,015	Natividade	0,0100	35º	Natividade	0,0078
Pedro Afonso	0,013	Wanderlândia	0,0098	36º	Santa Fé do Araguaia	0,0077
Brejinho de Nazaré	0,013	Divinópolis do Tocantins	0,0096	37º	Figueirópolis	0,0075
Araguacema	0,013	Aragominas	0,0093	38º	Monte do Carmo	0,0075
Cristalândia	0,013	Nova Olinda	0,0093	39º	Filadélfia	0,0074
Nova Olinda	0,012	Monte do Carmo	0,0092	40º	Itacajá	0,0072
Novo Acordo	0,012	Dois Irmãos do Tocantins	0,0089	41º	Palmeirópolis	0,0071
Colméia	0,012	Augustinópolis	0,0088	42º	Bandeirantes do Tocantins	0,0070
Paraná	0,011	Bandeirantes do Tocantins	0,0087	43º	Cristalândia	0,0069
São Sebastião do Tocantins	0,011	Marianópolis do Tocantins	0,0084	44º	Dueré	0,0067
Aurora do Tocantins	0,011	Paraná	0,0083	45º	Mateiros	0,0067
Barrolândia	0,010	Barrolândia	0,0081	46º	Divinópolis do Tocantins	0,0065
Itaporã do Tocantins	0,010	Piraquê	0,0080	47º	Tocantínia	0,0064
Fátima	0,010	Sandolândia	0,0078	48º	Brejinho de Nazaré	0,0063
Bernardo Sayão	0,009	Axixá do Tocantins	0,0075	49º	Axixá do Tocantins	0,0063
Divinópolis do Tocantins	0,009	Araguacema	0,0073	50º	Aguiarnópolis	0,0059
Tocantínia	0,009	Brejinho de Nazaré	0,0072	51º	Dois Irmãos do Tocantins	0,0058
Ponte Alta do Bom Jesus	0,008	Pequizeiro	0,0071	52º	Almas	0,0054
Goianorte	0,008	Filadélfia	0,0070	53º	Araguanã	0,0054

Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Itaguatins	0,008	Almas	0,0069	54°	Ponte Alta do Tocantins	0,0054
Rio Sono	0,007	Goiatins	0,0068	55°	Fortaleza do Taboão	0,0053
Silvanópolis	0,007	Campos Lindos	0,0067	56°	Aliança do Tocantins	0,0053
Pindorama do Tocantins	0,007	Conceição do Tocantins	0,0065	57°	Marianópolis do Tocantins	0,0052
Lizarda	0,007	Itacajá	0,0065	58°	Sandolândia	0,0050
Marianópolis do Tocantins	0,007	Muricilândia	0,0064	59°	Araguacema	0,0048
Combinado	0,006	Ponte Alta do Tocantins	0,0062	60°	Buriti do Tocantins	0,0047
Praia Norte	0,006	Babaçulândia	0,0061	61°	São Miguel do Tocantins	0,0047
Aparecida do Rio Negro	0,006	Pau D'Arco	0,0060	62°	Sítio Novo do Tocantins	0,0047
Santa Tereza do Tocantins	0,006	Aguiarnópolis	0,0055	63°	Silvanópolis	0,0047
Nazaré	0,006	Talismã	0,0054	64°	Presidente Kennedy	0,0047
Sampaio	0,006	São Valério da Natividade	0,0054	65°	Talismã	0,0047
Axixá do Tocantins	0,005	Fátima	0,0053	66°	Barrolândia	0,0044
Buriti do Tocantins	0,005	Presidente Kennedy	0,0053	67°	Pequizeiro	0,0043
Conceição do Tocantins	0,005	Caseara	0,0051	68°	Bernardo Sayão	0,0042
Presidente Kennedy	0,004	Itaporã do Tocantins	0,0051	69°	Santa Rosa do Tocantins	0,0042
Porto Alegre do Tocantins	0,004	Tocantínia	0,0050	70°	Pau D'Arco	0,0042
Couto de Magalhães	0,004	Pindorama do Tocantins	0,0048	71°	Darcinópolis	0,0042
Ponte Alta do Tocantins	0,003	Sítio Novo do Tocantins	0,0047	72°	Couto de Magalhães	0,0041
Nova Rosalândia	0,003	Nova Rosalândia	0,0046	73°	Caseara	0,0041
Almas	0,003	Jaú do Tocantins	0,0044	74°	Esperantina	0,0041
Monte do Carmo	0,003	Sucupira	0,0044	75°	Aragominas	0,0040
São Valério da Natividade	0,002	Silvanópolis	0,0044	76°	Combinado	0,0037
Aliança do Tocantins	0,002	Santa Rita do Tocantins	0,0044	77°	Goianorte	0,0036
Caseara	0,001	Combinado	0,0043	78°	São Salvador do Tocantins	0,0036
Santa Rosa do Tocantins	0,001	Goianorte	0,0042	79°	Itaguatins	0,0035
-	-	Couto de Magalhães	0,0041	80°	Fátima	0,0035
-	-	Rio Sono	0,0041	81°	Itaporã do Tocantins	0,0035
-	-	Aurora do Tocantins	0,0040	82°	Jaú do Tocantins	0,0035
-	-	Itaguatins	0,0039	83°	Muricilândia	0,0035
-	-	Carmolândia	0,0038	84°	Aparecida do Rio Negro	0,0035
-	-	Novo Jardim	0,0038	85°	Palmeiras do Tocantins	0,0034
-	-	Fortaleza do Taboão	0,0035	86°	Itapiratins	0,0033
-	-	São Miguel do Tocantins	0,0033	87°	Piraquê	0,0032
-	-	Darcinópolis	0,0032	88°	Sucupira	0,0032
-	-	Riachinho	0,0031	89°	Pugmil	0,0031
-	-	Aparecida do Rio Negro	0,0031	90°	Tupirama	0,0031
-	-	Buriti do Tocantins	0,0028	91°	São Valério da Natividade	0,0030
-	-	Nazaré	0,0028	92°	Praia Norte	0,0030
-	-	Pugmil	0,0028	93°	Santa Rita do Tocantins	0,0030
-	-	Lajeado	0,0027	94°	Chapada da Natividade	0,0029
-	-	Palmeiras do Tocantins	0,0027	95°	Bom Jesus do Tocantins	0,0028
-	-	Crixás do Tocantins	0,0026	96°	Rio dos Bois	0,0028
-	-	São Bento do Tocantins	0,0026	97°	Riachinho	0,0028
-	-	Palmeirante	0,0026	98°	Pindorama do Tocantins	0,0028
-	-	Rio dos Bois	0,0026	99°	Maurilândia do Tocantins	0,0027
-	-	Ponte Alta do Bom Jesus	0,0025	100°	Sampaio	0,0027
-	-	Santa Rosa do Tocantins	0,0024	101°	Aurora do Tocantins	0,0027
-	-	São Salvador do Tocantins	0,0024	102°	Novo Jardim	0,0027
-	-	Monte Santo do Tocantins	0,0024	103°	Palmeirante	0,0027
-	-	Brasilândia do Tocantins	0,0023	104°	Rio Sono	0,0026
-	-	Esperantina	0,0022	105°	Recursolândia	0,0026
-	-	Abreulândia	0,002	106°	Tupiratins	0,0025
-	-	Bom Jesus do Tocantins	0,0021	107°	Angico	0,0025
-	-	Lizarda	0,0021	108°	Conceição do Tocantins	0,0025
-	-	Novo Alegre	0,0020	109°	Brasilândia do Tocantins	0,0025
-	-	Chapada da Natividade	0,0019	110°	Nazaré	0,0024
-	-	Novo Acordo	0,0019	111°	Barra do Ouro	0,0024

		Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
-	-	Itapiratins	0,0018	112º	São Bento do Tocantins	0,0024
-	-	Angico	0,0018	113º	Novo Acordo	0,0024
-	-	Chapada de Areia	0,0016	114º	Nova Rosalândia	0,0024
-	-	Santa Tereza do Tocantins	0,0016	115º	Carrasco Bonito	0,0024
-	-	Lagoa do Tocantins	0,0016	116º	Abreulândia	0,0023
-	-	Recursolândia	0,0015	117º	Santa Tereza do Tocantins	0,0023
-	-	Praia Norte	0,0015	118º	São Sebastião do Tocantins	0,0023
-	-	Taipas do Tocantins	0,0015	119º	Cachoeirinha	0,0022
-	-	Porto Alegre do Tocantins	0,0015	120º	Santa Maria do Tocantins	0,0022
-	-	Sampaio	0,0014	121º	Crixás do Tocantins	0,0021
-	-	Santa Terezinha do Tocantins	0,0014	122º	Monte Santo do Tocantins	0,0020
-	-	Santa Maria do Tocantins	0,0013	123º	Carmolândia	0,0020
-	-	Oliveira de Fátima	0,0013	124º	Centenário	0,0020
-	-	Maurilândia do Tocantins	0,0013	125º	Luzinópolis	0,0019
-	-	Mateiros	0,0012	126º	Ponte Alta do Bom Jesus	0,0018
-	-	Centenário	0,0012	127º	Rio da Conceição	0,0018
-	-	Tupiratins	0,0012	128º	Ipueiras	0,0018
-	-	São Sebastião do Tocantins	0,0012	129º	Lizarda	0,0018
-	-	Tupirama	0,0011	130º	Porto Alegre do Tocantins	0,0018
-	-	Ipueiras	0,0011	131º	Lagoa do Tocantins	0,0018
-	-	Carrasco Bonito	0,0011	132º	Novo Alegre	0,0017
-	-	Luzinópolis	0,0010	133º	Juarina	0,0017
-	-	Juarina	0,0010	134º	Taipas do Tocantins	0,0016
-	-	Rio da Conceição	0,0009	135º	Santa Terezinha do Tocantins	0,0016
-	-	Lavandeira	0,0009	136º	Chapada de Areia	0,0015
-	-	Barra do Ouro	0,0008	137º	Oliveira de Fátima	0,0013
-	-	São Félix do Tocantins	0,0006	138º	São Félix do Tocantins	0,0013
-	-	Cachoeirinha	0,0004	139º	Lavandeira	0,0004

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 1D – Elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) dos Municípios do Estado do Tocantins 1990, 2000 e 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IDR)						
Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Araguaína	0,776	Palmas	0,871	1º	Palmas	0,942
Gurupi	0,557	Araguaína	0,507	2º	Araguaína	0,479
Palmas	0,345	Gurupi	0,421	3º	Gurupi	0,292
Porto Nacional	0,283	Paraíso do Tocantins	0,242	4º	Paraíso do Tocantins	0,212
Paraíso do Tocantins	0,243	Porto Nacional	0,223	5º	Porto Nacional	0,196
Miracema do Tocantins	0,213	Miracema do Tocantins	0,186	6º	Miracema do Tocantins	0,172
Colinas do Tocantins	0,186	Formoso do Araguaia	0,156	7º	Colinas do Tocantins	0,147
Guaraí	0,175	Colinas do Tocantins	0,152	8º	Guaraí	0,137
Alvorada	0,158	Guaraí	0,135	9º	Tocantinópolis	0,128
Palmeirópolis	0,157	Cariri do Tocantins	0,116	10º	Peixe	0,126
Formoso do Araguaia	0,154	Pedro Afonso	0,113	11º	Formoso do Araguaia	0,125
Tocantinópolis	0,150	Alvorada	0,106	12º	Dianópolis	0,116
Arapoema	0,119	Tocantinópolis	0,104	13º	Pedro Afonso	0,114
Miranorte	0,112	Araguaçu	0,102	14º	Alvorada	0,109
Cristalândia	0,106	Cristalândia	0,101	15º	Araguatins	0,105
Dianópolis	0,102	Dianópolis	0,097	16º	Araguaçu	0,104
Araguatins	0,098	Figueirópolis	0,088	17º	Miranorte	0,096
Peixe	0,092	Palmeirópolis	0,087	18º	Augustinópolis	0,095
Xambioá	0,089	Arapoema	0,082	19º	Cristalândia	0,093
Araguaçu	0,081	Miranorte	0,080	20º	Lagoa da Confusão	0,092
Aliança do Tocantins	0,074	Araguatins	0,080	21º	Lajeado	0,087
Brejinho de Nazaré	0,071	Taguatinga	0,075	22º	Xambioá	0,085
Pium	0,069	Xambioá	0,074	23º	Palmeirópolis	0,084
Pedro Afonso	0,068	Dueré	0,070	24º	Fátima	0,084
Figueirópolis	0,067	Sandolândia	0,070	25º	Piraquê	0,084
Arraias	0,066	Novo Jardim	0,070	26º	Arapoema	0,083
Colméia	0,065	Lagoa da Confusão	0,070	27º	Figueirópolis	0,083
Taguatinga	0,064	Aliança do Tocantins	0,070	28º	Aliança do Tocantins	0,083
Natividade	0,062	Pium	0,067	29º	Cariri do Tocantins	0,082
Fátima	0,056	Barrolândia	0,066	30º	Pium	0,082
Presidente Kennedy	0,055	Fátima	0,064	31º	Ananás	0,081
Araguacema	0,053	Colméia	0,063	32º	Dueré	0,080
Couto de Magalhães	0,053	Natividade	0,063	33º	Divinópolis do Tocantins	0,079
Wanderlândia	0,052	Bernardo Sayão	0,062	34º	Nova Olinda	0,078
Dueré	0,052	Piraquê	0,062	35º	Colméia	0,077
Tocantínia	0,052	Augustinópolis	0,061	36º	Crixás do Tocantins	0,075
Ananás	0,050	Arraias	0,061	37º	Marianópolis do Tocantins	0,075
Goiatins	0,047	Combinado	0,060	38º	Pugmil	0,074
Itacajá	0,044	Itacajá	0,060	39º	Silvanópolis	0,073
Barrolândia	0,042	Peixe	0,059	40º	Talismã	0,073
Paraná	0,041	Santa Rita do Tocantins	0,058	41º	Wanderlândia	0,072
Divinópolis do Tocantins	0,040	Ananás	0,057	42º	Arraias	0,072
Nova Olinda	0,039	Lajeado	0,056	43º	Brejinho de Nazaré	0,072
Filadélfia	0,034	Tocantínia	0,056	44º	Itaporã do Tocantins	0,071
Caseara	0,033	Nova Rosalândia	0,054	45º	Santa Rita do Tocantins	0,071
Combinado	0,033	Marianópolis do Tocantins	0,053	46º	Brasilândia do Tocantins	0,070
Augustinópolis	0,031	Divinópolis do Tocantins	0,051	47º	Santa Tereza do Tocantins	0,070
Nova Rosalândia	0,031	Novo Alegre	0,051	48º	Sucupira	0,070
Novo Acordo	0,029	Nova Olinda	0,051	49º	Araguanã	0,070
Nazaré	0,029	Ponte Alta do Tocantins	0,049	50º	Itacajá	0,069
Silvanópolis	0,028	Brasilândia do Tocantins	0,045	51º	Oliveira de Fátima	0,069

Municípios	1990	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
Pequizeiro	0,028	Araguacema	0,045	52°	Taguatinga	0,069
Rio Sono	0,026	Talismã	0,044	53°	Santa Fé do Araguaia	0,069
Dois Irmãos do Tocantins	0,026	Crixás do Tocantins	0,043	54°	Chapada de Areia	0,068
Porto Alegre do Tocantins	0,025	Pindorama do Tocantins	0,043	55°	Bernardo Sayão	0,068
Aparecida do Rio Negro	0,024	Brejinho de Nazaré	0,043	56°	Presidente Kennedy	0,068
Itaguatins	0,024	Jaú do Tocantins	0,043	57°	Natividade	0,067
Monte do Carmo	0,023	Wanderlândia	0,043	58°	Aguiarnópolis	0,067
Aurora do Tocantins	0,023	Presidente Kennedy	0,042	59°	Fortaleza do Tabocão	0,067
Babaçulândia	0,022	Itaporã do Tocantins	0,042	60°	Caseara	0,066
Goianorte	0,022	Fortaleza do Tabocão	0,041	61°	Araguacema	0,066
Marianópolis do Tocantins	0,021	Dois Irmãos do Tocantins	0,039	62°	Barrolândia	0,064
São Sebastião do Tocantins	0,019	Oliveira de Fátima	0,039	63°	Axixá do Tocantins	0,064
Itaporã do Tocantins	0,018	Santa Fé do Araguaia	0,038	64°	Nova Rosalândia	0,064
Pindorama do Tocantins	0,017	São Valério da Natividade	0,037	65°	Sandalândia	0,063
Sítio Novo do Tocantins	0,016	Aurora do Tocantins	0,036	66°	Nazaré	0,063
Lizarda	0,015	Pequizeiro	0,036	67°	Buriti do Tocantins	0,063
Bernardo Sayão	0,015	Filadélfia	0,035	68°	Jaú do Tocantins	0,063
Almas	0,013	Rio dos Bois	0,035	69°	Pequizeiro	0,062
Ponte Alta do Bom Jesus	0,012	Nazaré	0,035	70°	São Valério da Natividade	0,062
Conceição do Tocantins	0,011	Bandeirantes do Tocantins	0,034	71°	Novo Acordo	0,062
Ponte Alta do Tocantins	0,010	Carmolândia	0,033	72°	Combinado	0,061
São Valério da Natividade	0,009	Silvanópolis	0,033	73°	Ipueiras	0,061
Santa Tereza do Tocantins	0,009	Monte do Carmo	0,033	74°	Tupiratins	0,060
Axixá do Tocantins	0,006	Almas	0,033	75°	Carmolândia	0,060
Buriti do Tocantins	-0,006	Pugmil	0,032	76°	São Miguel do Tocantins	0,060
Santa Rosa do Tocantins	-0,006	Chapada de Areia	0,030	77°	Monte do Carmo	0,059
Praia Norte	-0,011	Aparecida do Rio Negro	0,030	78°	Babaçulândia	0,058
Sampaio	-0,026	Abreulândia	0,029	79°	Novo Alegre	0,057
-	-	Aguiarnópolis	0,029	80°	Goianorte	0,057
-	-	Rio da Conceição	0,028	81°	Ponte Alta do Tocantins	0,057
-	-	Monte Santo do Tocantins	0,028	82°	Almas	0,057
-	-	Conceição do Tocantins	0,027	83°	Filadélfia	0,056
-	-	Sucupira	0,027	84°	Pindorama do Tocantins	0,055
-	-	Caseara	0,026	85°	Couto de Magalhães	0,055
-	-	Novo Acordo	0,026	86°	Pau D'Arco	0,055
-	-	Aragominas	0,025	87°	Sítio Novo do Tocantins	0,055
-	-	Babaçulândia	0,025	88°	Aparecida do Rio Negro	0,054
-	-	Couto de Magalhães	0,022	89°	Juarina	0,053
-	-	Paraná	0,021	90°	Itaguatins	0,052
-	-	Araguanã	0,020	91°	Tupirama	0,052
-	-	Axixá do Tocantins	0,019	92°	Dois Irmãos do Tocantins	0,052
-	-	Pau D'Arco	0,019	93°	Bom Jesus do Tocantins	0,052
-	-	Goianorte	0,017	94°	Conceição do Tocantins	0,051
-	-	Darcinópolis	0,017	95°	Rio Sono	0,050
-	-	Rio Sono	0,016	96°	Monte Santo do Tocantins	0,050
-	-	Taipas do Tocantins	0,016	97°	Centenário	0,050
-	-	Chapada da Natividade	0,015	98°	Rio dos Bois	0,050
-	-	Itaguatins	0,015	99°	Palmeiras do Tocantins	0,049
-	-	Porto Alegre do Tocantins	0,014	100°	Angico	0,049
-	-	Goiatins	0,014	101°	Aurora do Tocantins	0,049
-	-	Luzinópolis	0,013	102°	Santa Maria do Tocantins	0,048
-	-	Angico	0,013	103°	São Bento do Tocantins	0,047
-	-	Ponte Alta do Bom Jesus	0,012	104°	Darcinópolis	0,045
-	-	Ipueiras	0,012	105°	Luzinópolis	0,045
-	-	Buriti do Tocantins	0,011	106°	Rio da Conceição	0,045
-	-	Sítio Novo do Tocantins	0,011	107°	Chapada da Natividade	0,045
-	-	Lavandeira	0,010	108°	Bandeirantes do Tocantins	0,043
-	-	Bom Jesus do Tocantins	0,010	109°	Goiatins	0,043

-	-	Municípios	2000	Classificação	Municípios	2010
-	-	Centenário	0,009	110°	Sampaio	0,042
-	-	Santa Tereza do Tocantins	0,009	111°	Tocantínia	0,042
-	-	Santa Rosa do Tocantins	0,008	112°	Novo Jardim	0,042
-	-	São Sebastião do Tocantins	0,007	113°	Santa Terezinha do Tocantins	0,041
-	-	São Miguel do Tocantins	0,006	114°	São Salvador do Tocantins	0,040
-	-	Lizarda	0,005	115°	Mateiros	0,040
-	-	Tupiratins	0,005	116°	Lagoa do Tocantins	0,040
-	-	Tupirama	0,005	117°	Campos Lindos	0,040
-	-	São Félix do Tocantins	0,005	118°	Itapiratins	0,039
-	-	Palmeiras do Tocantins	0,003	119°	Santa Rosa do Tocantins	0,039
-	-	Muricilândia	0,003	120°	Maurilândia do Tocantins	0,039
-	-	Recursolândia	0,002	121°	Aragominas	0,037
-	-	São Bento do Tocantins	0,001	122°	Paraná	0,037
-	-	Juarina	0,000	123°	Muricilândia	0,037
-	-	Itapiratins	-0,001	124°	Esperantina	0,036
-	-	São Salvador do Tocantins	-0,002	125°	Praia Norte	0,036
-	-	Sampaio	-0,002	126°	Porto Alegre do Tocantins	0,036
-	-	Campos Lindos	-0,003	127°	Riachinho	0,035
-	-	Cachoeirinha	-0,004	128°	Carrasco Bonito	0,035
-	-	Santa Maria do Tocantins	-0,005	129°	Cachoeirinha	0,031
-	-	Santa Terezinha do Tocantins	-0,006	130°	Taipas do Tocantins	0,028
-	-	Maurilândia do Tocantins	-0,007	131°	São Sebastião do Tocantins	0,028
-	-	Riachinho	-0,008	132°	Barra do Ouro	0,025
-	-	Palmeirante	-0,012	133°	Abreulândia	0,022
-	-	Lagoa do Tocantins	-0,013	134°	Lavandeira	0,022
-	-	Praia Norte	-0,014	135°	São Félix do Tocantins	0,020
-	-	Barra do Ouro	-0,015	136°	Palmeirante	0,014
-	-	Carrasco Bonito	-0,017	137°	Recursolândia	0,003
-	-	Mateiros	-0,021	138°	Ponte Alta do Bom Jesus	0,000
-	-	Esperantina	-0,021	139°	Lizarda	-0,005

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 1E– Distribuição percentual do emprego dos 139 municípios do Tocantins: 2000 e 2010

R.A. Muni- cípios	1		2		3		4		5		6		7		8	
	2000 %	2010 %														
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,72	11,0	1,42	0,00	70,75	89,0	23,1
2	1,23	0,00	0,00	15,3	0,00	0,00	74,0	3,27	3,95	10,8	2,22	7,36	18,0	48,8	0,49	14,3
3	0,00	0,00	0,92	1,26	0,62	0,00	0,00	0,84	40,9	13,2	4,92	9,87	28,9	53,1	23,6	21,6
4	3,11	5,86	1,33	2,78	0,89	0,31	1,01	0,15	5,00	8,80	3,40	5,40	55,0	50,3	24,4	26,4
5	0,00	0,00	0,80	37,1	1,61	0,11	3,01	18,5	19,5	9,11	12,4	10,4	36,0	16,0	26,7	8,64
6	0,00	0,00	7,08	0,40	0,94	0,20	0,00	0,10	17,0	11,2	7,08	26,4	31,2	38,7	36,8	23,0
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,3	0,00	1,89	2,00	0,75	90,0	67,1	8,00	12,8
8	44,0	0,00	0,00	10,9	0,00	1,52	0,00	0,00	0,00	10,6	17,00	2,27	0,00	54,92	39,0	19,70
9	0,00	0,00	1,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,62	8,08	1,54	2,69	66,9	45,8	25,3	43,4
10	0,00	0,00	0,56	0,22	0,56	0,44	0,00	0,00	1,69	5,31	5,65	2,21	46,8	70,3	44,6	21,4
11	0,00	0,26	1,48	1,30	1,11	0,35	0,37	7,30	21,9	11,0	12,2	5,40	0,00	45,0	63,0	29,5
12	0,00	0,08	11,5	13,4	0,33	0,42	4,32	5,27	30,5	34,1	33,0	28,0	12,8	15,0	7,6	4,0
13	0,00	0,81	0,00	0,61	0,00	0,00	0,00	0,41	1,82	4,28	32,7	6,92	0,00	45,0	65,4	41,9
14	0,00	0,00	4,80	2,46	3,85	1,16	8,41	2,46	23,5	21,1	20,0	8,0	38,4	39,0	1,10	26,2
15	0,00	0,00	3,00	1,71	1,00	0,24	0,00	0,00	6,00	9,26	5,00	2,80	51,0	41,1	34,0	44,5
16	0,00	17,5	7,73	2,80	0,86	0,44	0,00	0,00	9,87	10,9	11,1	6,19	42,9	46,1	27,4	16,0
17	0,00	0,00	0,34	13,7	1,40	0,65	2,07	1,40	10,0	28,9	19,0	14,7	67,6	36,0	0,00	4,49
18	0,00	0,00	0,00	1,29	50,0	0,00	0,00	0,00	0,00	2,16	50,0	1,72	0,00	85,7	0,00	9,05
19	0,00	0,00	0,00	0,87	0,63	0,00	2,82	0,00	1,57	12,5	7,84	3,64	84,9	70,5	2,19	12,3
20	0,52	1,30	0,00	0,94	0,52	0,00	0,52	5,66	0,00	2,48	1,05	2,00	83,7	45,4	13,6	42,2
21	4,13	18,5	0,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,83	0,00	1,96	75,2	32,0	19,2	44,6
22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95	100	31,7	0,00	53,1	0,00	13,1
23	0,00	0,00	19,1	6,67	0,06	0,48	0,00	3,10	9,58	15,7	15,5	4,76	35,9	57,8	19,1	11,4
24	0,00	0,00	0,00	16,2	0,00	0,58	0,00	0,00	7,56	7,27	1,16	0,87	59,8	48,8	31,4	26,1
25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,38	0,00	0,92	0,00	94,4	100	3,23
26	0,00	0,00	19,4	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,45	79,2	0,70	0,00	76,2	1,30	19,9
27	0,00	0,11	5,12	0,69	0,47	0,23	0,00	0,91	0,04	6,51	2,79	34,9	53,0	33,0	38,1	23,5
28	0,00	0,00	0,00	2,90	4,76	0,41	0,00	0,62	2,38	17,2	2,38	1,04	94,4	74,0	0,00	3,73
29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,84	3,00	0,61	97,0	91,4	0,00	6,13
30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36	0,00	0,00	1,18	11,2	1,18	1,43	89,4	48,4	8,24	38,4
31	0,00	0,00	0,00	2,95	0,00	0,00	0,00	0,59	21,2	25,7	8,49	9,43	58,9	37,1	11,3	24,1
32	0,00	0,00	7,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,18	2,38	1,06	0,00	54,0	90,4	41,7
33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	2,00	0,58	98,0	96,5	0,00	2,33
34	0,00	0,00	0,00	0,00	2,11	0,57	0,00	0,00	16,8	5,40	25,2	8,81	1,05	58,5	54,7	26,7
35	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	2,10	0,00	0,42	95,0	92,8	0,00	4,62
36	0,00	0,00	0,00	4,78	0,00	0,00	0,00	0,00	50,0	11,4	0,00	4,31	0,00	52,1	50,0	27,2
37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,25	0,00	1,30	0,00	0,00	92,0	83,7	8,00	11,6
38	0,00	0,00	8,70	8,51	0,94	0,32	1,25	6,41	26,8	30,5	17,7	13,0	40,4	35,0	4,15	6,58
39	0,00	0,00	58,1	54,1	1,15	0,21	0,00	0,73	12,0	13,1	6,59	4,5	18,6	21,7	3,04	5,44
40	0,00	0,00	0,00	1,49	3,00	1,49	0,00	0,00	5,00	21,6	5,00	5,60	88,0	66,4	0,00	3,36
41	0,00	0,41	0,00	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	82,0	10,6	9,00	0,82	0,00	68,44	9,00	19,2
42	10,0	1,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,3	4,33	16,6	4,33	0,00	5,95	60,0	30,6
43	0,00	0,32	13,3	19,1	0,45	0,32	0,00	0,00	17,1	14,0	10,9	7,42	50,1	40,6	8,02	18,1
44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,0	10,3	0,00	0,86	0,00	70,6	5,00	18,1
45	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	20,0	61,6	20,0	10,5	0,00	65,9	60,0	16,4
46	3,29	1,31	2,06	4,20	5,56	2,02	3,50	3,50	26,8	29,4	24,0	16,0	23,0	34,0	11,9	9,93
47	0,00	0,00	1,65	4,79	0,27	0,00	15,3	0,00	3,57	11,7	0,82	2,94	50,0	53,0	28,3	27,5
48	0,00	0,00	4,35	3,03	0,72	0,61	0,00	5,15	4,35	9,70	0,72	2,12	57,9	57,8	31,8	21,5
49	0,00	1,57	4,20	8,46	0,42	0,20	0,00	0,00	2,94	10,0	1,68	1,18	55,8	38,9	3,48	39,5
50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,4	0,00	0,00	1,69	0,00	2,74	0,00	93,8	0,00	1,69
51	0,00	0,00	1,23	0,77	1,23	0,00	0,00	0,00	20,8	14,1	7,98	13,9	66,2	66,2	2,45	4,90
52	0,00	0,00	1,00	3,20	0,67	0,00	3,00	0,00	23,0	19,9	8,3	10,1	32,6	42,8	31,3	23,9

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

R.A.	1		2		3		4		5		6		7		8	
Muni- cípios	2000 %	2010 %														
53	0,61	11,5	1,82	0,28	1,21	0,28	1,21	0,14	0,61	5,72	7,27	2,23	83,6	65,8	3,64	13,9
54	1,79	1,40	3,84	4,90	0,26	0,09	0,51	0,42	9,31	11,6	24,5	17,3	33,0	35,3	26,9	28,9
55	0,00	0,00	0,00	2,22	0,00	0,00	0,93	1,56	24,0	32,6	2,78	17,7	71,3	33,7	0,93	12,0
56	0,00	0,00	0,00	2,54	0,00	0,00	65,0	0,00	8,00	6,09	19,0	4,57	0,00	75,1	8,00	11,6
57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,80	5,85	0,40	1,11	90,4	76,4	4,40	16,5
58	1,91	0,04	9,90	6,85	0,45	0,69	4,00	4,87	33,9	36,1	18,0	19,7	29,0	27,0	3,09	4,87
59	0,10	0,00	16,0	9,81	1,43	0,50	4,47	13,5	38,1	31,0	19,3	24,3	17,0	18,3	3,87	2,58
60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,76	0,00	5,28	0,00	77,0	100	15,8
61	0,00	0,00	0,00	4,44	5,83	3,33	0,00	0,89	2,50	12,6	7,50	6,22	82,5	64,6	1,67	7,78
62	0,00	0,26	0,00	4,46	2,17	0,00	0,00	0,52	4,35	0,26	2,17	2,62	78,2	82,9	13,4	8,92
63	0,00	0,00	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,46	0,00	10,0	100	64,6	0,00	20,5
64	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,64	1,80	0,64	0,60	81,4	49,7	17,3	46,7
65	20,4	5,57	0,00	0,00	1,14	0,66	0,00	0,00	2,27	6,23	1,14	0,66	64,7	74,7	10,2	12,1
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100	0,68	0,00	0,68	0,00	97,2	0,00	1,37
67	0,69	2,44	0,46	3,19	0,23	0,21	0,46	1,17	0,36	12,4	2,98	6,27	61,9	32,9	28,9	41,3
68	0,00	0,00	0,00	4,20	3,00	0,00	0,00	1,40	0,00	1,40	3,00	1,40	94,0	88,8	0,00	3,50
69	0,00	0,00	0,00	2,35	4,73	0,94	13,5	7,04	1,35	3,76	53,3	19,7	20,9	61,7	6,08	4,46
70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,3	0,00	7,69	0,00	0,00	0,00	76,9
71	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	2,02	0,00	0,00	59,0	0,00	18,0	2,02	0,00	95,6	18,0	0,00
72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,5	0,00	0,97	100	73,9	0,00	12,5
73	0,00	0,00	0,00	0,63	0,45	0,42	0,00	0,00	3,59	7,76	1,35	0,84	75,3	57,6	19,2	32,7
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,70	0,00	4,55	0,00	55,2	0,00	39,1
75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,02	50,0	0,50	0,00	90,5	50,0	5,53
76	0,07	0,60	0,34	2,36	0,12	3,07	83,3	19,5	4,17	13,7	5,33	8,40	3,7	44,5	3,04	7,77
77	0,00	0,00	26,1	5,82	1,29	0,00	0,81	2,56	14,8	24,1	4,35	8,68	36,9	43,6	15,6	15,0
78	0,00	0,00	0,00	0,00	27,5	2,44	1,15	0,00	3,45	2,67	5,75	2,44	2,30	64,6	59,7	27,7
79	0,00	0,63	0,00	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,88	0,00	0,63	87,0	79,3	13,0	16,2
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	5,08	1,25	0,53	88,7	51,0	8,75	43,3
81	0,00	13,7	1,45	0,69	2,90	0,41	8,70	0,14	34,0	17,1	18,8	8,53	26,0	44,3	7,97	15,1
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	7,79	9,00	2,05	68,0	81,5	17,0	8,61
83	0,00	0,00	10,2	33,2	0,93	0,17	12,5	0,26	18,0	22,0	7,87	6,52	41,7	29,0	8,80	8,83
84	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,90	0,00	0,00	12,0	12,5	4,00	3,59	76,0	72,2	5,00	10,7
85	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,55	0,00	3,40	2,00	1,28	96,0	83,4	0,00	9,36
86	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	24,0	0,00	0,00	5,96	2,00	1,32	72,0	85,4	0,00	7,28
87	65,0	54,5	0,00	0,00	0,00	1,03	0,00	2,05	0,00	1,03	0,97	0,68	31,0	66,8	2,91	22,6
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,21	0,00	0,64	95,0	93,5	5,00	2,56
89	0,24	0,11	2,03	2,17	2,19	1,99	5,20	5,40	8,15	12,0	13,50	17,8	68,5	60,3	0,19	0,22
90	0,00	4,20	0,00	0,00	0,00	0,00	96,0	0,00	0,00	0,00	1,00	36,1	0,00	4,20	2,00	55,4
91	3,00	0,42	52,0	2,08	0,00	0,00	0,00	4,17	3,00	6,67	3,00	0,83	0,00	77,0	0,00	8,75
92	0,00	0,00	3,02	3,23	0,75	0,68	0,00	1,70	7,55	16,5	5,28	9,35	74,3	51,1	9,06	17,3
93	0,00	0,00	15,0	21,7	0,84	0,52	6,00	7,58	32,7	32,1	17,8	16,4	23,6	19,0	4,50	2,66
94	0,00	0,00	0,00	0,89	0,81	1,93	21,1	0,00	4,07	5,19	0,81	1,19	60,1	78,6	13,0	12,1
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,54	0,00	5,40	30,8	9,51	64,2	54,7	4,94	28,7
96	0,00	0,00	0,00	41,7	0,50	0,09	5,50	2,31	10,0	17,0	14,2	9,06	26,6	20,4	43,3	9,32
97	0,00	1,21	0,00	3,11	0,34	2,60	0,00	3,02	5,50	6,4	3,44	3,45	49,8	59,1	41,0	21,1
98	0,00	0,00	8,77	1,01	0,00	0,00	0,00	0,00	7,02	7,77	7,02	1,69	19,3	66,8	57,8	22,6
99	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,93	6,00	0,00	3,00	5,09	72,00	1,39	0,00	84,7	16,0	7,87
100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,00	0,00	0,85	0,65	0,42	30,5	47,3	68,8	55,0
101	0,00	0,00	0,50	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	8,73	8,81	7,48	2,25	42,8	33,4	40,1	55,5
102	0,00	0,00	0,00	0,00	50,0	0,54	0,00	0,00	25,0	8,11	25,0	1,08	0,00	83,7	0,00	6,49
103	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	1,13	4,00	1,88	4,00	8,27	4,00	2,63	0,00	77,4	85,0	8,65
104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,99	2,00	3,98	2,00	0,50	96,0	89,5	0,00	3,98

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

R.A.	1		2		3		4		5		6		7		8	
Muni- cípios	2000 %	2010 %														
105	0,01	0,06	4,00	9,90	0,50	0,34	5,77	23,7	10,5	22,0	8,88	20,1	67,1	17,0	3,23	7,01
106	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21	100	2,02	0,00	94,7	0,00	2,02
107	0,00	0,00	0,00	0,76	1,23	0,51	1,23	8,38	5,56	10,9	1,85	12,1	7,34	53,5	16,6	13,7
108	0,00	16,3	16,0	24,1	0,00	0,00	0,00	7,38	0,00	36,4	0,00	3,69	81,0	0,82	3,00	11,0
109	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,15	4,00	0,39	91,0	91,34	0,00	5,12
110	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,61	2,13	1,06	97,8	81,9	0,00	12,4
111	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	1,27	98,0	97,4	0,00	1,27
112	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,0	57,0	6,32	5,00	5,53	2,00	58,8	36,0	14,2
113	0,00	0,00	0,00	0,00	45,0	1,47	0,00	0,00	15,0	5,13	40,0	6,23	0,00	78,0	0,00	9,16
114	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,8	0,00	2,14	3,00	0,85	97,0	82,9	0,00	1,28
115	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,46	0,00	3,09	44,1	52,5	55,8	3,79
116	0,00	0,31	4,52	3,51	0,00	2,29	2,01	0,92	9,55	8,24	9,05	6,41	36,1	36,9	38,6	41,3
117	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,29	17,0	5,29	0,00	84,7	83,0	4,71
118	0,00	0,00	5,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,46	0,00	0,49	95,0	71,2	0,00	26,8
119	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,95	1,45	9,51	1,45	0,98	75,3	68,8	21,7	17,7
120	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	69,0	2,53	2,00	6,57	0,00	83,8	26,0	7,07
121	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,56	0,00	1,04	92,0	78,1	8,00	19,2
122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,61	20,0	1,63	0,00	73,7	80,0	17,4
123	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,69	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,85	0,00	96,1	0,00	0,00
124	0,00	0,00	0,00	0,19	0,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	1,74	0,39	95,6	75,1	1,74	23,7
125	0,00	0,00	0,00	2,57	0,00	0,00	0,00	7,72	0,00	4,78	18,0	19,1	78,0	61,7	4,00	4,04
126	0,00	0,00	0,00	9,18	0,00	0,00	91,6	0,00	0,00	0,00	2,78	4,26	5,56	77,7	0,00	8,85
127	0,00	0,00	1,07	1,05	0,00	0,70	0,00	0,00	5,88	15,7	0,53	1,05	85,0	6,84	7,49	12,9
128	0,00	0,00	0,00	7,24	3,70	0,54	0,00	0,80	44,4	12,6	11,1	5,63	0,00	5,95	40,7	13,6
129	0,00	0,00	0,00	0,00	1,90	0,38	3,81	0,00	1,90	9,23	0,95	1,73	91,4	85,7	0,00	2,88
130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	7,14	0,69	0,00	79,5	92,8	19,4
131	7,09	3,13	0,00	7,12	2,03	0,95	8,61	2,56	10,6	19,2	3,04	5,50	66,0	54,4	2,53	7,02
132	0,00	0,00	0,00	0,00	10,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86	10,0	0,43	80,0	54,3	0,00	44,4
133	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,77	0,00	0,00	9,01	7,91	0,00	1,02	62,1	61,7	28,8	28,5
134	0,00	0,00	14,1	2,43	0,64	0,49	0,00	0,00	3,85	6,81	14,7	3,65	51,2	8,44	15,3	2,19
135	0,00	0,17	16,0	17,3	1,66	0,29	0,00	1,33	33,2	27,4	20,0	11,7	24,0	37,2	5,39	4,47
136	2,00	7,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,86	0,00	0,62	95,0	84,4	3,00	5,59
137	0,00	5,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,66	0,00	0,00	97,0	75,8	3,00	13,9
138	0,00	0,00	18,5	5,57	3,33	0,00	0,00	3,97	11,4	12,8	11,4	22,8	50,7	40,4	4,44	14,3
139	5,95	0,59	0,46	14,0	0,91	0,17	0,00	6,44	22,0	10,7	40,6	17,4	0,00	30,8	30,14	20,0

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Tabela 1F– Quociente Locacional dos 139 municípios do Tocantins: 2000 e 2010

R.A.	1		2		3		4		5		6		7		8	
Muni- cípios	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,76	0,08	0,00	1,50	17,62	3,76
2	3,61	0,00	0,00	2,50	0,00	0,00	8,15	0,55	0,28	0,64	0,16	0,44	0,36	1,03	0,10	2,32
3	0,00	0,00	0,19	0,20	0,41	0,00	0,00	0,14	2,94	0,78	0,34	0,60	0,57	1,12	4,70	3,52
4	0,00	13,9	0,19	0,45	0,41	0,25	0,00	0,02	2,94	0,52	0,34	0,33	0,57	1,06	4,70	4,29
5	0,00	0,00	0,16	6,08	1,08	0,09	0,33	3,23	1,40	0,54	0,85	0,64	0,71	0,34	5,29	1,41
6	0,00	0,00	1,44	0,07	0,63	0,17	0,00	0,02	1,22	0,66	0,48	1,61	0,62	0,82	7,29	3,75
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,01	0,00	0,11	0,14	0,04	1,73	1,42	1,65	2,08
8	129	0,00	0,00	1,79	0,00	1,25	0,00	0,00	0,00	0,63	1,13	0,13	0,00	1,16	7,70	3,20
9	0,00	0,00	0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,48	0,10	0,16	1,32	0,97	5,03	7,06
10	0,00	0,00	0,15	0,03	0,37	0,36	0,00	0,00	0,12	0,31	0,38	0,13	0,92	1,49	8,84	3,49
11	0,00	0,62	0,30	0,21	0,74	0,29	0,04	1,27	1,57	0,65	0,83	0,33	0,00	0,96	12,48	4,80
12	0,00	0,19	2,34	2,19	0,22	0,35	0,48	0,92	2,19	2,03	2,25	1,71	0,25	0,31	1,50	0,65
13	0,00	1,93	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,07	0,13	0,25	2,23	0,42	0,00	0,95	12,9	6,82
14	0,00	0,00	0,97	0,40	2,57	0,96	0,92	0,43	1,69	1,25	1,36	0,48	0,76	0,82	0,22	4,28
15	0,00	0,00	0,57	0,27	0,71	0,20	0,00	0,00	0,40	0,55	0,33	0,17	1,01	0,87	6,79	7,25
16	0,00	41,7	1,57	0,45	0,57	0,36	0,00	0,00	0,70	0,64	0,76	0,37	0,85	0,97	5,44	2,61
17	0,00	0,00	0,07	2,25	0,92	0,54	0,23	0,24	0,69	1,71	1,29	0,90	1,34	0,77	0,00	0,73
18	0,00	0,00	0,00	0,21	33,7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	3,40	0,10	0,00	1,82	0,00	1,47
19	0,00	0,00	0,00	0,14	0,42	0,00	0,31	0,00	0,11	0,74	0,53	0,22	1,68	1,49	0,43	2,01
20	1,52	3,08	0,00	0,15	0,35	0,00	0,05	0,98	0,00	0,14	0,07	0,12	1,65	0,96	2,68	6,87
21	12,0	44,0	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	0,12	1,48	0,67	3,93	7,26
22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	6,81	1,93	0,00	1,12	0,00	2,14
23	0,00	0,00	3,91	1,09	0,40	0,39	0,00	0,53	0,68	0,93	1,06	0,29	0,71	1,22	3,79	1,86
24	0,00	0,00	0,00	2,66	0,00	0,48	0,00	0,00	0,54	0,43	0,07	0,05	1,18	1,03	6,22	4,25
25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,05	0,00	2,00	19,8	0,52
26	0,00	0,00	3,97	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	5,40	0,04	0,00	1,61	0,25	3,24
27	0,00	0,27	1,04	0,11	0,31	0,19	0,00	0,15	0,03	0,38	0,19	2,13	1,04	0,70	7,55	3,83
28	0,00	0,00	0,00	0,47	3,18	0,34	0,00	0,10	0,17	1,02	0,16	0,06	1,79	1,57	0,00	0,60
29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,17	0,03	1,92	1,93	0,00	0,99
30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,08	0,66	0,08	0,08	1,76	1,02	1,63	6,25
31	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	0,00	0,10	1,52	1,52	0,57	0,57	1,16	0,78	2,24	3,93
32	0,00	0,00	1,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,16	0,06	0,00	1,14	17,9	6,78
33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,12	0,03	1,94	2,04	0,00	0,37
34	0,00	0,00	0,00	0,00	1,40	0,47	0,00	0,00	1,20	0,32	1,72	0,53	0,02	1,24	10,8	4,34
35	0,00	0,00	0,00	0,00	1,71	0,00	0,28	0,00	0,00	0,12	0,00	0,02	1,87	1,97	0,00	0,75
36	0,00	0,00	0,00	0,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3,59	0,68	0,00	0,26	0,00	1,10	9,91	4,43
37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56	0,00	0,07	0,00	0,00	1,82	1,77	1,58	1,90
38	0,00	0,00	1,78	1,39	0,63	0,27	0,14	1,11	1,92	1,81	1,21	0,79	0,80	0,74	0,82	1,07
39	0,00	0,00	11,8	8,86	0,76	0,17	0,00	0,12	0,86	0,78	0,44	0,27	0,36	0,46	0,68	0,88
40	0,00	0,00	0,00	0,24	2,06	1,24	0,00	0,00	0,33	1,28	0,31	0,34	1,73	1,40	0,00	0,54
41	0,00	0,97	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	5,87	0,63	0,62	0,05	0,00	1,45	1,82	3,13
42	29,1	2,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,95	0,25	1,13	0,26	0,00	1,26	11,8	4,99
43	0,00	0,75	2,72	3,12	0,29	0,26	0,00	0,00	1,23	0,83	0,74	0,45	0,99	0,86	1,58	2,95
44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,85	0,61	0,00	0,05	0,00	1,49	0,90	2,94
45	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1,43	0,36	1,36	0,64	0,00	1,40	11,8	2,67
46	9,62	3,12	0,42	0,69	3,72	1,68	0,38	0,61	1,92	1,75	1,63	0,97	0,46	0,71	2,37	1,62
47	0,00	0,00	0,33	0,78	0,18	0,00	1,69	0,00	0,25	0,69	0,05	0,17	0,98	1,12	5,60	4,47
48	0,00	0,00	0,88	0,49	0,48	0,50	0,00	0,89	0,31	0,57	0,04	0,12	1,14	1,22	6,32	3,50
49	0,00	3,74	0,85	1,38	0,28	0,16	0,00	0,00	0,21	0,59	0,11	0,07	1,10	0,82	6,91	6,43
50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,4	0,00	0,00	0,10	0,31	0,16	0,00	1,99	0,00	0,27
51	0,00	0,00	0,25	0,12	0,82	0,00	0,00	0,00	1,48	0,84	0,54	0,85	1,31	1,40	0,48	0,79
52	0,00	0,00	0,20	0,52	0,44	0,00	0,33	0,00	1,65	1,18	0,56	0,61	0,64	0,90	6,21	3,89

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

R.A.	1		2		3		4		5		6		7		8	
Muni- cípios	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
53	1,77	27,5	0,37	0,04	0,81	0,23	0,13	0,02	0,04	0,34	0,49	0,13	1,65	1,39	0,72	2,27
54	5,24	3,33	0,78	0,80	0,17	0,08	0,06	0,07	0,67	0,69	1,67	1,06	0,65	0,75	5,33	4,71
55	0,00	0,00	0,00	0,36	0,00	0,00	0,10	0,27	1,72	1,94	0,18	1,08	1,41	0,71	0,18	1,95
56	0,00	0,00	0,00	0,41	0,00	0,00	7,13	0,00	0,58	0,36	1,29	0,27	0,00	1,59	1,60	1,90
57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,34	0,02	0,06	1,78	1,62	0,87	2,69
58	5,57	0,09	2,02	1,12	0,30	0,57	0,44	0,85	2,43	2,14	1,23	1,20	0,57	0,57	0,61	0,79
59	0,30	0,00	3,23	1,61	0,96	0,41	0,49	2,34	2,74	1,84	1,32	1,49	0,33	0,39	0,77	0,42
60	0,00	0,00	0,00	0,72	0,00	2,77	0,00	0,15	0,00	0,75	0,00	0,38	0,00	1,37	19,8	1,26
61	0,00	0,00	0,00	0,72	3,90	2,77	0,00	0,15	0,17	0,75	0,51	0,38	1,63	1,37	0,33	1,26
62	0,00	0,62	0,00	0,73	1,45	0,00	0,00	0,09	0,31	0,01	0,14	0,16	1,54	1,75	2,58	1,45
63	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	6,81	0,61	0,00	1,37	0,00	3,32
64	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,10	0,04	0,03	1,61	1,05	3,43	7,60
65	59,7	13,2	0,00	0,00	0,76	0,54	0,00	0,00	0,16	0,37	0,07	0,40	1,28	1,58	2,02	1,97
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,17	0,04	0,00	0,04	0,00	2,06	0,00	0,22
67	2,01	5,81	0,09	0,52	0,15	0,17	0,05	0,20	0,31	0,73	0,20	0,38	1,22	0,69	5,72	6,72
68	0,00	0,00	0,00	0,68	2,02	0,00	0,00	0,12	0,00	0,08	0,20	0,08	1,85	1,88	0,00	0,56
69	0,00	0,00	0,00	0,38	3,16	0,78	1,48	1,22	0,09	0,22	3,64	1,20	0,41	1,31	1,20	0,72
70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00	0,47	0,00	0,00	0,00	12,5
71	0,00	0,00	0,00	0,00	3,98	1,67	0,00	0,00	4,22	0,00	1,20	0,12	0,00	2,03	3,49	0,00
72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,00	0,05	1,97	1,56	0,00	2,04
73	0,00	0,00	0,00	0,10	0,30	0,34	0,00	0,00	0,25	0,46	0,09	0,05	1,49	1,22	3,82	5,32
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,27	0,00	1,17	0,00	6,37
75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	3,40	0,03	0,00	1,92	9,91	0,90
76	0,21	1,43	0,07	0,39	0,08	2,55	9,16	3,39	0,30	0,82	0,36	0,51	0,07	0,94	0,60	1,26
77	0,00	0,00	5,33	0,95	0,86	0,00	0,09	0,45	1,07	1,43	0,30	0,53	0,73	0,93	3,10	2,46
78	0,00	0,00	0,00	0,00	18,5	2,03	0,12	0,00	0,24	0,15	0,39	0,14	0,04	1,37	11,8	4,52
79	0,00	1,48	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,03	1,71	1,68	2,62	2,64
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,30	0,08	0,03	1,75	1,08	1,73	7,04
81	0,00	32,6	0,29	0,11	1,94	0,34	0,95	0,02	2,44	1,01	1,28	0,52	0,51	0,93	1,58	2,45
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,46	0,58	0,12	1,34	1,73	3,37	1,40
83	0,00	0,00	2,08	5,44	0,62	0,14	1,37	0,04	1,30	1,31	0,54	0,40	0,82	0,61	1,74	1,44
84	0,00	0,00	0,00	0,00	2,40	0,74	0,00	0,00	0,87	0,74	0,24	0,21	1,49	1,53	0,99	1,75
85	0,00	0,00	0,00	0,00	1,24	0,00	0,00	0,44	0,00	0,20	0,12	0,07	1,90	1,76	0,00	1,52
86	0,00	0,00	0,00	0,00	1,24	0,00	2,68	0,00	0,00	0,35	0,12	0,08	1,42	1,81	0,00	1,18
87	190	129	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	0,35	0,00	0,06	0,06	0,04	0,61	0,79	0,57	0,50
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	0,03	1,87	1,98	1,03	0,41
89	0,70	0,25	0,41	0,36	1,47	1,65	0,57	0,94	0,59	0,71	0,92	1,08	1,36	1,28	0,04	0,04
90	0,00	10,0	0,00	0,00	0,00	0,00	10,6	0,00	0,00	0,00	0,08	2,20	0,00	0,08	0,46	9,02
91	10,0	0,99	10,5	0,34	0,00	0,00	0,00	0,72	0,24	0,39	0,23	0,05	0,00	1,63	7,51	1,42
92	0,00	0,00	0,61	0,52	0,50	0,56	0,00	0,28	0,54	0,97	0,36	0,57	1,47	1,08	1,79	2,82
93	0,00	0,00	3,00	3,55	0,56	0,43	0,65	1,32	2,35	1,91	1,21	1,00	0,47	0,40	0,89	0,43
94	0,00	0,00	0,00	0,14	0,54	1,60	2,32	0,00	0,29	0,30	0,05	0,07	1,19	1,66	2,57	1,97
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,32	2,10	0,58	1,27	1,16	0,97	4,68
96	0,00	0,00	0,00	6,82	0,33	0,07	0,60	0,40	0,71	1,01	0,97	0,55	0,53	0,43	8,58	1,52
97	0,00	2,87	0,00	0,51	0,23	2,15	0,00	0,53	0,39	0,38	0,23	0,21	0,99	1,25	8,11	3,44
98	0,00	0,00	1,79	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,46	0,47	0,10	0,38	1,41	11,4	3,68
99	0,00	0,00	0,00	0,00	2,09	0,76	0,68	0,00	0,22	0,30	4,90	0,08	0,00	1,79	3,09	1,28
100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,70	0,00	0,00	0,00	0,05	0,04	0,02	0,60	1,00	13,6	8,22
101	0,00	0,00	0,10	0,00	0,16	0,00	0,00	0,00	0,62	0,52	0,51	0,13	0,84	0,70	7,95	9,03
102	0,00	0,00	0,00	0,00	33,4	0,44	0,00	0,00	1,79	0,48	1,70	0,06	0,00	1,77	0,00	1,05
103	0,00	0,00	0,00	0,00	2,47	0,93	0,40	0,32	0,26	0,49	0,25	0,16	0,00	1,64	16,8	1,40
104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,14	0,23	0,13	0,03	1,90	1,90	0,00	0,64

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

R.A.	1		2		3		4		5		6		7		8	
Muni- cípios	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
105	0,04	0,15	0,81	1,62	0,33	0,28	0,63	4,13	0,76	1,29	0,61	1,23	1,33	0,36	0,64	1,14
106	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	6,81	0,12	0,00	2,01	0,00	0,32
107	0,00	0,00	0,00	0,12	0,82	0,42	0,13	1,45	0,39	0,64	0,12	0,74	1,45	1,13	3,30	2,23
108	0,00	39,0	3,18	3,95	0,00	0,00	0,00	1,28	0,00	2,16	0,00	0,22	1,60	0,01	0,61	1,80
109	0,00	0,00	0,00	0,00	2,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,29	0,02	1,80	1,93	0,00	0,83
110	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,14	0,06	1,93	1,73	0,00	2,02
111	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,07	1,94	2,06	0,00	0,20
112	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,61	4,10	0,37	0,36	0,33	0,03	1,24	7,07	2,31
113	0,00	0,00	0,00	0,00	30,1	1,21	0,00	0,00	1,07	0,30	2,72	0,38	0,00	1,65	0,00	1,49
114	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,22	0,00	0,12	0,20	0,05	1,92	1,75	0,00	0,20
115	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00	0,18	0,87	1,11	11,0	6,17
116	0,00	0,72	0,92	0,57	0,00	1,90	0,22	0,15	0,68	0,48	0,61	0,39	0,71	0,78	7,66	6,73
117	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	1,13	0,32	0,00	1,79	16,5	0,76
118	0,00	0,00	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,03	1,88	1,51	0,00	4,36
119	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,10	0,56	0,09	0,06	1,49	1,46	4,30	2,88
120	0,00	0,00	0,00	0,00	1,59	0,00	0,00	0,00	4,95	0,15	0,16	0,40	0,00	1,78	5,19	1,15
121	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,06	1,82	1,65	1,56	3,13
122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	1,36	0,10	0,00	1,55	15,8	2,83
123	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,40	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,05	0,00	2,04	0,00	0,00
124	0,00	0,00	0,00	0,03	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,19	0,02	1,89	1,59	0,34	3,85
125	0,00	0,00	0,00	0,42	0,00	0,00	0,00	1,34	0,00	0,28	1,24	1,16	1,54	1,31	0,75	0,65
126	0,00	0,00	0,00	1,50	0,00	0,00	10,0	0,00	0,00	0,00	0,18	0,26	0,11	1,64	0,00	1,44
127	0,00	0,00	0,21	0,17	0,00	0,58	0,00	0,00	0,42	0,93	0,03	0,06	1,68	1,45	1,48	2,11
128	0,00	0,00	0,00	1,18	2,49	0,44	0,00	0,14	3,19	0,74	0,75	0,34	0,00	1,26	8,07	2,25
129	0,00	0,00	0,00	0,00	1,27	0,32	0,41	0,00	0,13	0,54	0,06	0,10	1,80	1,81	0,0	0,46
130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,48	0,04	0,00	1,68	18,4	3,16
131	20,71	7,45	0,00	1,16	1,36	0,79	0,95	0,45	0,76	1,14	0,21	0,34	1,31	1,16	0,50	1,14
132	0,00	0,00	0,00	0,00	6,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,68	0,02	1,53	1,15	0,00	7,22
133	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63	0,00	0,00	0,64	0,47	0,00	0,06	1,23	1,31	5,71	4,64
134	0,00	0,00	2,87	0,39	0,42	0,40	0,00	0,00	0,27	0,40	1,00	0,22	1,01	1,79	3,04	0,35
135	0,00	0,41	3,26	2,84	1,11	0,24	0,00	0,23	2,38	1,63	1,36	0,72	0,47	0,79	1,07	0,73
136	4,42	17,7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,03	1,88	1,79	0,60	0,91
137	0,00	13,1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,00	0,00	1,92	1,60	0,55	2,27
138	0,00	0,00	3,77	0,91	2,23	0,00	0,00	0,69	0,82	0,76	0,78	1,39	1,00	0,85	0,88	2,33
139	17,34	1,41	0,09	2,27	0,61	0,14	0,00	1,12	1,57	0,64	2,77	1,06	0,00	0,65	5,97	3,25

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6 e Tabela 2.

Legenda: R.A.: Ramos de Atividades - 1) Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; 8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Tabela 1G – Multiplicador de emprego dos 139 municípios do Estado do Tocantins: 2000 e 2010

Número	Municípios	2000	2010
1	Abreulândia	1,19	2,46
2	Aguiarnópolis	1,50	5,22
3	Aliança do Tocantins	1,98	4,65
4	Almas	2,67	3,46
5	Alvorada	3,66	2,16
6	Ananás	2,70	3,66
7	Angico	2,08	2,60
8	Aparecida do Rio Negro	1,25	3,77
9	Aragominas	2,61	2,68
10	Araguacema	2,49	2,59
11	Araguaçu	1,49	3,78
12	Araguaína	2,27	2,50
13	Araguanã	1,28	2,76
14	Araguatins	4,31	3,72
15	Arapoema	3,32	2,49
16	Arraias	3,84	3,70
17	Augustinópolis	4,60	4,13
18	Aurora do Tocantins	1,19	2,33
19	Axixá do Tocantins	2,71	3,37
20	Babaçulândia	2,38	2,63
21	Bandeirantes do Tocantins	2,31	1,76
22	Barra do Ouro	1,17	3,52
23	Barrolândia	3,41	6,04
24	Bernardo Sayão	2,80	3,13
25	Bom Jesus do Tocantins	1,05	1,97
26	Brasilândia do Tocantins	1,24	3,35
27	Brejinho de Nazaré	1,69	2,71
28	Buriti do Tocantins	2,50	2,94
29	Cachoeirinha	2,13	1,98
30	Campos Lindos	2,38	2,97
31	Cariri do Tocantins	4,54	3,19
32	Carmolândia	1,14	2,35
33	Carrasco Bonito	2,09	1,93
34	Caseara	1,56	3,13
35	Centenário	2,21	1,98
36	Chapada da Natividade	1,23	3,23
37	Chapada de Areia	2,25	2,37
38	Colinas do Tocantins	4,18	5,82
39	Colméia	1,76	1,86
40	Combinado	2,58	3,45
41	Conceição do Tocantins	1,38	2,16
42	Couto de Magalhães	1,09	2,65
43	Cristalândia	6,82	3,24
44	Crixás do Tocantins	1,16	2,81
45	Darcinópolis	1,50	3,43
46	Dianópolis	2,63	4,49
47	Divinópolis do Tocantins	3,17	3,67
48	Dois Irmãos do Tocantins	2,91	1,79

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6.

Número	Municípios	2000	2010
49	Dueré	2,84	2,70
50	Esperantina	1,15	2,06
51	Fátima	4,41	4,03
52	Figueirópolis	2,82	4,15
53	Filadélfia	1,86	2,63
54	Formoso do Araguaia	2,70	3,38
55	Fortaleza do Tabocão	3,14	3,95
56	Goianorte	1,69	2,77
57	Goiatins	2,25	2,51
58	Guaraí	3,02	3,55
59	Gurupi	2,29	2,77
60	Ipueiras	1,05	2,52
61	Itacajá	2,75	3,88
62	Itaguatins	2,74	2,30
63	Itapiratins	1,17	3,10
64	Itaporã do Tocantins	2,31	2,25
65	Jaú do Tocantins	2,52	2,58
66	Juarina	1,16	1,94
67	Lagoa da Confusão	2,79	2,68
68	Lagoa do Tocantins	2,22	2,21
69	Lajeado	2,10	3,84
70	Lavandeira	0,00	1,41
71	Lizarda	1,54	2,01
72	Luzinópolis	2,01	3,01
73	Marianópolis do Tocantins	2,56	2,69
74	Mateiros	0,00	2,43
75	Marilândia do Tocantins	1,24	2,02
76	Miracema do Tocantins	1,29	5,05
77	Miranorte	3,04	4,53
78	Monte do Carmo	1,23	2,47
79	Monte Santo do Tocantins	2,25	2,32
80	Muricilândia	2,38	2,43
81	Natividade	3,49	4,42
82	Nazaré	3,38	2,71
83	Nova Olinda	6,05	2,83
84	Nova Rosalândia	3,11	3,37
85	Novo Acordo	2,16	2,53
86	Novo Alegre	2,70	2,53
87	Novo Jardim	1,47	1,75
88	Oliveira de Fátima	2,25	2,04
89	Palmas	4,73	5,60
90	Palmeirante	1,14	1,32
91	Palmeiras do Tocantins	1,20	3,03
92	Palmeirópolis	3,59	6,55
93	Paraíso do Tocantins	2,77	2,83
94	Paraná	3,37	2,61
95	Pau d' Arco	1,88	3,30
96	Pedro Afonso	2,61	2,56

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6.

Número	Municípios	2000	2010
97	Peixe	2,79	3,10
98	Pequizeiro	1,76	2,68
99	Pindorama do Tocantins	1,44	2,54
100	Piraquê	1,56	2,24
101	Pium	2,78	2,02
102	Ponte Alta do Bom Jesus	1,43	2,70
103	Ponte Alta do Tocantins	2,21	3,04
104	Porto Alegre do Tocantins	2,19	2,15
105	Porto Nacional	4,21	3,19
106	Praia Norte	1,17	2,01
107	Presidente Kennedy	2,89	5,76
108	Pugmil	2,41	1,66
109	Recursolândia	2,29	2,07
110	Riachinho	2,11	2,46
111	Rio da Conceição	2,10	1,93
112	Rio dos Bois	1,35	3,46
113	Rio Sono	1,43	2,33
114	Sampaio	2,14	2,26
115	Sandolândia	1,86	2,69
116	Santa Fé do Araguaia	2,97	2,49
117	Santa Maria do Tocantins	1,24	2,36
118	Santa Rita do Tocantins	2,22	2,23
119	Santa Rosa do Tocantins	2,40	3,00
120	Santa Tereza do Tocantins	1,29	2,65
121	Santa Terezinha do Tocantins	2,25	2,26
122	São Bento do Tocantins	1,24	2,66
123	São Félix do Tocantins	0,00	2,01
124	São Miguel do Tocantins	2,12	2,18
125	São Salvador do Tocantins	2,87	3,85
126	São Sebastião do Tocantins	1,21	2,75
127	São Valério da Natividade	2,70	3,42
128	Silvanópolis	1,46	4,75
129	Sítio Novo do Tocantins	2,42	2,40
130	Sucupira	1,13	2,18
131	Taguatinga	3,94	6,98
132	Taipas do Tocantins	2,63	2,20
133	Talismã	2,82	2,70
134	Tocantínia	4,89	2,53
135	Tocantinópolis	2,77	3,77
136	Tupirama	2,03	2,00
137	Tupirantins	2,02	2,40
138	Wanderlândia	4,97	4,94
139	Xambioá	1,54	4,24
-	Estado do Tocantins	4,76	5,11

Fonte: Resultados da Pesquisa – Relação dos municípios remete-se à Figura 6.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo- PR, cujo tema refere-se: “As implicações da divisão territorial e o desenvolvimento regional do Estado do Tocantins”. Leia, atentamente, o que segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Este estudo será conduzido pelo doutorando **Nilton Marques de Oliveira** sob a orientação do professor Doutor **Moacir Piffer**, Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE.

A sua participação é voluntária, e será documentado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado. Não participarão desse estudo pessoas sem participação voluntária, menores de idade, e indivíduos que não atendam aos critérios técnicos estipulados pelo pesquisador.

O objetivo deste estudo é analisar As implicações da divisão territorial e o processo de desenvolvimento regional do Estado do Tocantins.

O instrumento de coleta de dados implica a realização de uma entrevista. Se concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Somente o pesquisador terá acesso a suas informações para verificar dados do estudo.

Sua participação no estudo é voluntária, e poderá escolher não fazer parte dele. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

“Declaro que li e entendi o formulário de consentimento, sendo minhas dúvidas esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo”.

Tocantins - TO, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Local: _____ Data ____/_____/____ Hora: _____

I – Perguntas norteadoras:

No primeiro momento tem como proposta de rever o processo de emancipação do estado do Tocantins com as seguintes questões:

- 1) Como o (a) senhor (a) avalia o processo de divisão territorial do antigo norte goiano dando a criação do estado do Tocantins?
- 2) Na sua opinião: qual foi o envolvimento dos grupos políticos e da comunidade para emancipar o antigo norte goiano (Tocantins)?

No segundo momento tem como objetivo de analisar o desenvolvimento regional, após 1989.

- 1) Na sua opinião: o (a) sr (a) acha que após a criação do estado do Tocantins houve desenvolvimento social e econômico para a população do Tocantins?
- 2) Na sua opinião: Houve investimentos em infraestrutura básica no Tocantins?
- 3) O (a) sr (a) acha que houve avanços na área da educação, saúde e segurança para a população do estado.

No terceiro momento buscará ouvir os atores-chaves numa perspectiva futura para o estado do Tocantins.

- 1) Na sua opinião: Quais são as perspectivas para o Tocantins daqui a 10 anos?